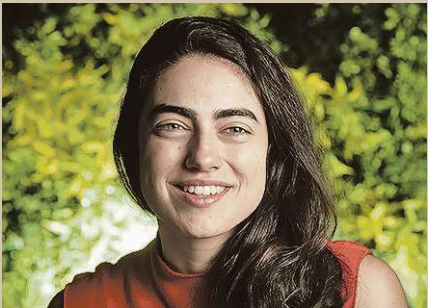


À Mesa com o Valor
Tamara Klink fala sobre os desafios no mar e para se tornar navegadora sem a ajuda do pai **EU&**



Vinhos
A queda no consumo, e por que um imposto menor não vai mudar dramaticamente o preço dos rótulos europeus **EU&**



Comportamento
Mais multicultural, Carnaval cresce em diversas cidades do país; na foto, desfile do Galo da Madrugada, no Recife **EU&**

Sexta-feira, 13 de fevereiro de 2026
Ano 26 | Número 6444 | R\$ 7,00
www.valor.com.br

ValorECONÔMICO

Toffoli deixa relatoria do caso Master no STF e André Mendonça assume

Judiciário Decisão ocorreu após reunião de ministros da Corte, depois de a PF ter encontrado citações ao ministro nos aparelhos de Vorcaro, dono do banco

Tiago Angelo e Giullia Colombo
De Brasília

Após semanas de muita pressão, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), deixou ontem a relatoria das investigações criminais relativas ao Banco Master. A decisão foi tomada após reunião convocada pelo presidente da Corte, ministro Edson Fachin, que havia instaurado uma arguição de suspeição depois de a Polícia Federal ter encontrado citações ao ministro no celular de Daniel Vorcaro, dono do banco. O procedimento

já havia sido enviado à Procuradoria-Geral da República (PGR). A saída de Toffoli foi anunciada em nota emitida após o fim do encontro. As investigações relativas ao Master e Vorcaro foram redistribuídas por sorteio, cabendo ao ministro André Mendonça. Na reunião, com a participação de todos os ministros, Fachin compartilhou com os colegas as informações do relatório apresentado pelo diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, com menções a Toffoli no celular de Vorcaro. Também se tratou da defesa de Toffoli. Mais cedo, ele havia reconhecido que era sócio da Maridt,

empresa que vendeu parte de sua participação no resort Tayayá a um fundo ligado a Fabiano Zettel, cunhado de Vorcaro. “A pedido do ministro Dias Toffoli, levando em conta sua faculdade de submeter à presidência do tribunal questões para o bom andamento dos processos e considerados os altos interesses institucionais, a presidência do STF, ouvidos todos os ministros, acolhe a comunicação de sua Excelência quanto ao envio dos feitos respectivos sob a sua relatoria para que a presidência promova a livre redistribuição”, diz a nota, assinada pelos dez ministros, incluindo o próprio Toffoli.

Segundo o texto, os ministros, por unanimidade, entenderam não haver elementos para seguir com a arguição de suspeição. O comunicado afirma que os ministros reconheceram “a plena validade dos atos” praticados por Toffoli na relatoria. A nota expressa ainda “apoio pessoal” dos ministros a Toffoli. Ministros consultados afirmam que as revelações recentes colocaram a Corte em um novo tipo de crise. Para eles, a permanência do colega na relatoria do caso precisava ser definida rapidamente, para evitar desgastes e o apoio a discursos favoráveis ao impeachment do ministro. **Página A8**

Saneamento deve girar R\$ 20 bi na B3

Fernanda Guimarães e Taís Hirata
De São Paulo

O setor de saneamento básico poderá movimentar ao menos R\$ 20 bilhões em ofertas de ações em 2026. O valor inclui as estimativas para a privatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e para as aberturas de capital de BRK Ambiental e Aegea, que pretendem reabrir o mercado brasileiro às ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês), após um intervalo de mais de quatro anos. “Observamos um aumento do número de empresas considerando a abertura de capital, e existe um movimento vindo de saneamento, um setor em que há demanda dos investidores estrangeiros”, diz o responsável pelo banco de investimento do UBS BB, Anderson Brito. **Página B1**

Indústria tem déficit comercial recorde

Marta Watanabe
De São Paulo

A indústria de transformação, mesmo com o tarifaço americano, conseguiu aumentar as exportações em 3,8% em 2025. A importação, porém, cresceu a mais que o dobro dessa taxa, em 8,6%. O resultado foi um déficit da balança comercial da indústria de transformação que se aprofundou para US\$ 71,1 bilhões no ano passado, o maior de toda a série histórica desde 1997. O saldo negativo contrasta com o resultado da balança comercial total do país, que fechou 2025 com superávit de US\$ 68,3 bilhões. A importação considerada extraordinária de plataformas de petróleo gerou déficit de US\$ 5,3 bilhões, o que contribuiu para a deterioração da balança da indústria de transformação. **Página A4**

Destaques

Falência da Victor Hugo
A Justiça do Rio de Janeiro declarou a falência do grupo Victor Hugo, fabricante de bolsas e artigos de luxo em couro. A decisão foi dada em pedido conjunto da União e do Estado do Rio, em razão de dívida fiscal de cerca de R\$ 1,2 bilhão. **E1**

Nuveen assume a Schroders
A britânica Schroders, fundada em 1804 e uma das maiores defensoras do mercado de ações de Londres, aceitou oferta de compra feita pela rival americana Nuveen equivalente a US\$ 13,5 bilhões. A gestora americana tem US\$ 1,4 trilhão sob gestão. **C6**

Indicadores

Ibovespa	12/fev/26	-1,02 %	R\$ 39,4 bi
Selic (meta)	12/fev/26	15,00% ao ano	
Selic (taxa efetiva)	12/fev/26	14,90% ao ano	
Dólar comercial (BC)	12/fev/26	5,1668/5,1674	
Dólar comercial (mercado)	12/fev/26	5,1992/5,1998	
Dólar turismo (mercado)	12/fev/26	5,2223/5,4023	
Euro comercial (BC)	12/fev/26	6,1407/6,1425	
Euro comercial (mercado)	12/fev/26	6,1715/6,1721	
Euro turismo (mercado)	12/fev/26	6,2423/6,4223	



Artes plásticas



A artista plástica carioca Maria Klabin inaugura sua primeira exposição em São Paulo, na galeria Nara Roesler, aberta ao público até o fim de fevereiro. “Sou figurativa, gosto de reconhecer os elementos, mas quando começo a pintar, em dois segundos vira uma abstração total. É isso o que me interessa.” **Página EU&**

A era da incerteza



Para Thomas Shannon, ex-subsecretário de Estado e ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Donald Trump está desmontando a ordem internacional construída pelos EUA após a Segunda Guerra Mundial sem apresentar um modelo alternativo claro. O resultado é um cenário marcado por profunda incerteza estratégica, tanto para aliados quanto para adversários, que já não sabem até onde Washington está disposto a ir. **Página A14**

Reforma do Estado volta ao radar após suspensão de penduricalhos



Lu Aiko Otta
De Brasília

Fundamental para combater os supersalários e melhorar a eficiência do Estado, a reforma administrativa ganhou impulso com a decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), de sus-

pender os penduricalhos. Com isso, a proposta de reforma, relatada pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), volta ao radar. O despacho de Dino definiu um prazo de 60 dias para a elaboração de uma lei geral, válida para os Três Poderes e para as três esferas da federação, regulamentando as verbas indenizatórias, que servem para pagar remunerações acima do teto. “A minha proposta tem quase integralmente o que está na decisão do ministro”, diz Pedro Paulo. Ela tem medidas como redução do número de carreiras e bônus por resultado. **Página A3**

Senado da Argentina aprova mudança trabalhista de Milei

Luiza Palermo
De São Paulo

O governo de Javier Milei conquistou uma vitória política notável ao aprovar, no Senado, sua reforma trabalhista, por 42 votos a 30, considerada essencial para modernizar o mercado de trabalho na Argentina, marcado por forte informalidade (42,9%) e há quase uma década sem criação susten-

tada de empregos formais. O objetivo é incentivar a abertura de vagas por meio da redução dos custos trabalhistas, além de diminuir o poder dos sindicatos, que fazem forte oposição à proposta. Economistas destacam, porém, que o principal fator por trás da perda de empregos é a estagnação, e em alguns casos queda, da atividade econômica. O texto segue agora para a Câmara dos Deputados. **Página A11**

Trump revoga base da política ambiental dos EUA

Daniela Chiaretti
De São Paulo

O presidente Donald Trump demoliu ontem o alicerce científico da política climática dos Estados Unidos. Ao lado de Lee Zeldin, que dirige a agência ambiental americana, a EPA, Trump revogou a declaração de perigo iminente — “the endargement finding”, em inglês —, parecer divulgado em 2009 pela própria EPA, que apontava o risco dos gases-estufa para a saúde pública e embasava as políticas para redução de emissões, conforme a Lei do Ar Limpo (Clean Air Act, de 1970). Durante o anúncio, Trump disse que as medidas, editadas no governo de Barack Obama, eram “paralisantes” para a economia dos EUA e criadas para “facilitar a fraude verde”. Organizações ambientais ameaçam judicializar a decisão. **Página A11**

IGUATEMI
SÃO PAULO

VIVA AS MELHORES
EXPERIÊNCIAS NO MELHOR
SHOPPING DA CIDADE

IGUATEMI.COM.BR/SAOPAULO
f @ IGUATEMI

Ambiente Sistema aponta queda no período de agosto a janeiro, e próximos meses são decisivos

Alertas de desmatamento recuam na Amazônia e no Cerrado

G1, de Brasília e São Paulo

Dados do Sistema Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostram redução na área sob alerta de desmatamento na Amazônia e no Cerrado entre agosto de 2025 e janeiro de 2026, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Na Amazônia, a redução foi de 35,4% em relação a 2024/2025, o menor valor da série histórica do sistema. No Cerrado, houve queda de 5,9% na comparação com o ciclo anterior. No Pantanal, os alertas cresceram 45,5% frente a 2024/2025, mas ainda ficaram 65,2% abaixo do registrado em 2023/2024, segundo correção apresentada pelo Ministério do Meio Ambiente durante entrevista coletiva.

O Deter é menos preciso que o Prodes, sistema utilizado para calcular os números oficiais de desmatamento. Ainda assim, os dados são considerados uma espécie de prévia do resultado final.

O coordenador do Programa de Monitoramento dos Biomas Brasileiros do Inpe, Claudio Almeida, reforçou que a tendência observada até janeiro é consistente, mas fez a ressalva de que os próximos meses ainda são decisivos para o resultado final do ciclo. Segundo ele, historicamente, os maiores picos de desmatamento ocorrem no fim da estação seca, o que exige manutenção das ações de controle e fiscalização.

“A tendência é forte, mas não é garantia”, disse, ao lembrar que eventos climáticos e mudanças no padrão de atuação dos des-

matadores podem alterar o cenário ao longo do ano.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse que espera o desmatamento na Amazônia seja em 2026 o menor da série histórica. “Temos uma expectativa, acompanhando os últimos seis meses, de agosto a 31 de janeiro, a expectativa de chegarmos à menor taxa de desmatamento na Amazônia da série histórica se continuarmos com esses esforços.” Em 2025, a taxa de desmatamento na Amazônia foi a terceira menor da série histórica, iniciada em 1988.

Integrantes do governo também atribuíram os resultados ao reforço da fiscalização e ao foco em áreas críticas. O secretário-executivo do MMA, João Paulo Capobianco, afirmou que o Deter orienta as operações do Ibama, permitindo respostas mais rápidas em regiões onde os alertas surgem.

Já o secretário André Lima destacou o papel dos 81 municípios considerados prioritários no combate ao desmatamento: a maioria aderiu ao programa federal e, segundo ele, apresenta desempenho melhor que a média nacional, com investimentos em regularização ambiental, assistência técnica e estrutura para secretarias municipais de Meio Ambiente.

Além dos dados do Deter, o governo anunciou que vai ampliar a transparência dos planos de combate ao desmatamento para todos os biomas, com abertura das informações do PPCDam e dos sistemas de monitoramento. A Casa Civil afirmou que a atualização do plano é resultado de articulação entre 19 ministérios e integra a estraté-



Marina Silva, ministra do Meio Ambiente: resultado de contenção do desmatamento vem acompanhado de crescimento do agronegócio

gia do país de chegar ao desmatamento zero até 2030.

Para o MMA, os números divulgados agora não substituem as taxas oficiais anuais, mas funcionam como um termômetro da eficácia das políticas públicas em curso e da capacidade de resposta do Estado diante de novas frentes de destruição florestal.

Marina Silva disse ainda que o resultado de contenção do desmatamento vem acompanhado de crescimento do agronegócio. A declaração da ministra é uma forma de responder a setores políticos que acusam o governo Lula de buscar a preservação ambiental à custa da atividade econômica.

A redução no desmatamento da Amazônia e a possível marca mais baixa na taxa de destruição anual da floresta mencionada pela ministra poderão se tornar um fato político relevante para a eleição de outubro, quando Lula disputará mais um mandato à frente do governo.

Em 2022, Lula foi eleito presidente da República com forte discurso ambientalista em que buscava se contrapor ao então presidente Jair Bolsonaro (PL), que reduziu o poder de fiscalização de órgãos como o Ibama.

Plano Clima

O Plano Clima permite que o

agronegócio mantenha suas emissões de gases do efeito estufa praticamente estáveis ao longo da próxima década e indica que o Brasil dependerá de um corte sem precedentes no desmatamento em terras públicas e áreas rurais para cumprir a meta climática de 2035.

Os dados constam em sumário executivo publicado na quinta-feira da semana passada (5), mais de 50 dias após o governo Lula (PT) anunciar a aprovação do documento. Os objetivos específicos para cada setor econômico ainda não foram divulgados na íntegra.

O plano funciona como um caminho para o país atingir o compromisso estabelecido em 2024 junto ao Acordo de Paris: reduzir as emissões de 59% a 67% até 2035, na comparação com os níveis de 2005. A meta considera um piso de 850 milhões de toneladas de carbono equivalente (MtCO₂e) e um teto de 1,05 bilhão de toneladas de CO₂e.

O secretário nacional de Mu-

dança do Clima do MMA (Ministério do Meio Ambiente), Aloisio Melo, afirma que o documento foi pensado para possibilitar o crescimento da economia ao mesmo tempo em que o país diminui a quantidade de carbono lançada na atmosfera.

“Esse descolamento varia conforme o setor produtivo, mas, no agregado, o Plano Clima reduz as emissões do país num horizonte de crescimento econômico da ordem de 2,6% ao ano. Ou seja, com crescimento econômico, maior consumo e maior produção, mas com menos emissões”, disse.

Organizações da sociedade civil afirmam que o documento é pouco ambicioso e deixa de avançar em pontos importantes da transição climática, como o abandono dos combustíveis fósseis e a adoção de práticas mais sustentáveis no agronegócio.

“Temos um Plano Clima que não é o melhor dos mundos, mas é o Plano Clima possível”, diz Marta Salomon, especialista sênior em políticas climáticas do Instituto Talanoa. “Se o combate ao desmatamento e a restauração florestal não derem o resultado que está sendo esperado, os outros setores vão ter que colaborar mais.”

Está previsto aumento de 1% na poluição da agricultura e pecuária de 2022 a 2030, passando

de 643 MtCO₂e para 649 MtCO₂e. Em 2035, o setor poderá emitir de 599 MtCO₂e a 653 MtCO₂e, uma diminuição de 7% ou um acréscimo de 2% em relação ao ano base, a depender do empenho com a descarbonização.

O agronegócio é a atividade que mais emite gases do efeito estufa no país, se considerado o desmatamento envolvido. Esse ponto travou a elaboração do Plano Clima no final de 2025, e o Ministério da Agricultura e Pecuária passou a questionar a inclusão das emissões do desmate nas metas do setor. A pasta de Carlos Fávaro barrou a entrega do documento durante a COP30, em Belém, no fim de 2025.

A solução foi desmembrar as emissões do desmatamento em outros dois planos: um para mudança do uso do solo em terras públicas e outro para áreas rurais. Agora, as metas da agropecuária envolvem essencialmente a fermentação entérica do gado e o uso de combustíveis fósseis.

“Eu só não diria que foi uma vitória total do agro porque, ainda que não esteja no plano da agropecuária, existe um plano que reduz as emissões por desmatamento em imóveis rurais”, afirma Salomon. “Mas reduziu a responsabilidade atribuída ao agro.” (Com Folhapress)

“Plano Clima que não é o melhor dos mundos, mas é o possível”
Marta Salomon

Incêndios florestais custam 1,5% do PIB, diz Banco Mundial

Rafael Vazquez
De São Paulo

Os incêndios florestais registrados no Brasil em 2024 causaram um prejuízo econômico estimado em US\$ 35,9 bilhões (aproximadamente R\$ 200 bilhões), o equivalente a 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. O valor é quase o dobro da média registrada entre 2019 e 2023.

Os dados estão no relatório Consequências dos Incêndios de 2024 no Brasil: uma breve avaliação dos danos, feito pelo Banco Mundial a pedido do governo federal brasileiro.

De acordo com o Banco Mundial, que compilou dados públicos de diversas organizações que acompanharam as consequências dos incêndios florestais ao longo do ano passado, o agronegócio foi duramente atingido pelas chamas ao sofrer um im-

pacto negativo de US\$ 17,1 bilhões. De acordo com o estudo, o fogo dizimou áreas vitais para o setor e para a economia rural.

Segundo apresenta o relatório, 12,2 milhões de hectares de pastagens foram destruídos, 4,4 milhões de hectares de terras agrícolas foram perdidos e 400 mil hectares de áreas madeiras foram consumidos pelos incêndios.

A destruição causada pelos incêndios florestais, segundo o Banco Mundial, impactou diretamente a cadeia de suprimentos e pressionou a inflação de ali-

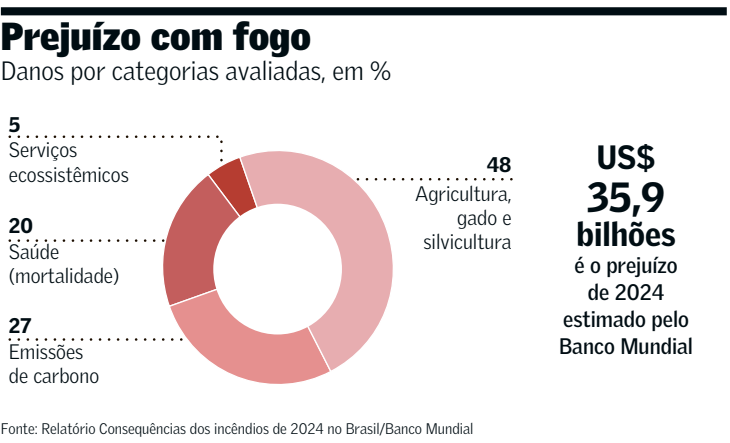
Organismo aponta que em cenário mais severo perda anual chegaria a US\$ 68,4 bilhões

mentos, o que reduziu a capacidade de exportação do país no curto e médio prazo.

Além das perdas diretas no campo, o Banco Mundial precificou o impacto invisível das queimadas com a liberação de gases de efeito estufa. O relatório aponta um custo ambiental de US\$ 9,8 bilhões. O organismo acrescenta que isso compromete as metas climáticas internacionais do Brasil.

Outro dado negativo destacado pela equipe do banco multilateral é a mortalidade agravada pelos incêndios florestais. A exposição à poluição por partículas finas (PM2,5) resultou em aproximadamente 8.240 mortes prematuras, gerando um custo social e econômico de US\$ 7,1 bilhões, segundo os cálculos que basearam o relatório.

O documento destaca que esse valor pode ser ainda maior se forem contabilizados os gastos com



internações e a perda de produtividade por doenças respiratórias.

O Banco Mundial alerta que o impacto real pode ser ainda mais severo. Em um cenário de sensibilidade máxima, considerando variáveis mais pessimistas, os danos podem só em 2024 podem ter chegado a US\$ 68,4 bilhões, o que equivale a 2,8% do PIB brasileiro.

Uma das principais conclusões do relatório do Banco Mundial é que o Brasil precisa encarar a gestão de incêndios florestais não apenas como uma pauta ambiental, mas como uma estratégia de salvaguarda econômica. O documento recomenda que o país realize análises de custo-benefício para priorizar fundos e

políticas eficientes. A mensagem é que o investimento em prevenção e resposta rápida é uma fração mínima perto do custo multibilionário da inação, conforme destaca o Banco Mundial.

A análise menciona que diferentes regiões do Brasil e da América Latina estão tendo prejuízos econômicos com incêndios florestais, mas pontuou especialmente as áreas mais próximas à Amazônia como pontos de atenção.

“O manejo de incêndios florestais na Amazônia pode ser aprimorado por meio de avaliações sistemáticas das políticas, a fim de determinar suas falhas e sucessos. Conhecer os impactos dos programas de combate a incêndios é essencial, compará-los aos seus custos é ainda melhor, e saber quanto dano ao planeta, às pessoas e à economia eles ajudam a evitar é ainda mais importante”, conclui o Banco Mundial.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Adani Defence and Aerospace A7	Banco do Brasil C3	Bradesco C1, C3	DeepSeek B4	GPA B5	Jefferies B3	OpenAI B4	Sabesp B1, C1	Travellex Bank C2
Aerospace A7	Banco Inter A3	BRK Ambiental B1	Demarest A6	Havan A10	John Deere B7	Petrobras C2	Santander C3	UBS BB B1
Aegea B1	Banco Master C2	Brookfield B1	Eldorado Celulose C1	Ibope B5	Marchesan B7	Picpay C2	Schroders C6	Vale C2
Ambev B3	BB C3	BTG Pactual C1, C3	Embraer A4, A7	Iguá B1	Maridt A9	Pipoca B4	SH Consultoria B1	White & Case C1
Apple B4	BBCE C2	Cerc C2	Fitch C1	Inspir A3, B3	MBRF A10	Prio C1	The BVA Family B5	XP B3
Assaí B5	BlackRock C2	Citi B3	Gávea Investimentos A3	Ipsos B5	Minerva A10	Raízen C1	Thyssenkrupp B1	XP Inc. C6
Azul C1	BlackRock Brasil C6	Copasa B1	GetNet C2	Itaú B5, C3	Moe C1	Rumo C1	tkMS B1	
B3 B1	BMG A4	CSN C1	Golden C2	JBS A10	Nuveen C6	S&P C1	Toró B4	

Gestão pública Essencial para elevar eficiência do Estado e combater supersalários, medida ganha impulso político com decisão de Dino

Reforma administrativa volta ao radar após suspensão dos penduricalhos



Lu Aiko Otta
De Brasília

Tida como carta fora do baralho neste ano eleitoral, a proposta de reforma administrativa relatada pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) ganhou impulso político com a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino de suspender o pagamento de penduricalhos salariais nos três Poderes. A decisão também estabeleceu prazo de 60 dias para a elaboração de uma lei geral, válida para todos os Poderes e entes da Federação, que regule as verbas indenizatórias. As indenizações, muitas delas não previstas em lei, têm servido para pagar remunerações acima do teto constitucional de R\$ 46.366,19. A reforma administrativa é considerada uma medida importante para combater supersalários e para aumentar a eficiência do setor público.

A mensagem implícita nessa decisão é que, se o Congresso não decidir sobre o tema, o Supremo o fará, avaliou Pedro Paulo ao **Valor**. “Aí não adianta reclamar que o Supremo está invadindo competências”, afirma ele. O Legislativo será forçado a analisar a questão dos salários do funcionalismo em dois momentos neste ano, diz o deputado. Primeiro, para atender à liminar de Dino. Depois, para analisar eventuais vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aos projetos de lei aprovados neste mês, que concedem reajuste para os servidores do Legislativo e estabelecem uma licença compensatória que permite “furar” o teto salarial do funcionalismo.

Lula avalia vetar os novos penduricalhos, segundo se comenta nos bastidores. Dez organizações da sociedade civil enviaram uma carta conjunta pedindo ao presidente que barre a licença compensatória para o Legislativo e os benefícios semelhantes aprovados em dezembro passado para o Tribunal de Contas da União (TCU).

“A minha proposta tem quase integralmente o que está na decisão do ministro Dino”, diz Pedro Paulo. “A caracterização de verbas indenizatórias que ele pede é basicamente a mesma da minha proposta.”

Do ponto de vista político, a decisão de Dino “tirou o maior osso” que havia na reforma administrativa, avaliou o deputado. Regular o pagamento de indenizações acima

do teto salarial era o ponto que mais resistências levantava no Congresso. Agora, essa discussão foi transferida para o Supremo.

Com isso, os demais pontos da reforma, que são menos polêmicos, têm maior chance de avançar, diz o deputado. Ela estabelece, por exemplo, a redução do número de carreiras no serviço público, define um mínimo de 20 níveis de progressão salarial e diz que o salário de ingresso em uma carreira não pode ser maior do que 50% do valor pago no topo. Para Estados e municípios, a proposta limita o crescimento das despesas com Legislativo, Judiciário e órgãos autônomos (Ministério Público, Tribunais de Contas e Defensoria Pública). O mecanismo seria inspirado no arcabouço fiscal federal. A reforma relatada por Pedro Paulo contempla 70 propostas distribuídas em uma Proposta de Emenda a Constituição (PEC), um projeto de lei complementar e um projeto de lei ordinária.

Especialista no tema, o professor da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Carlos Ari Sundfeld tem visão diferente. Ele avalia que a decisão de Dino trata de apenas um dos pontos da proposta de Pedro Paulo, o das indenizações, mas não tem impacto sobre o restante do conjunto, que considera “imenso”.

"Não conseguimos ter uma lista que diminuísse as indenizações"
Carlos Ari Sundfeld

Na parte das indenizações, o histórico do tema no Congresso Nacional o deixa pessimista. Já há projetos em tramitação que listam quais indenizações devem ser pagas. São criticados por, na prática, legitimar boa parte delas. Ao cumprir a determinação de Dino e editar uma lei geral sobre indenizações, o Legislativo pode seguir o mesmo caminho. “Os avanços até agora não foram positivos”, avalia. “Não conseguimos ter uma lista que diminuísse as indenizações, o que talvez mostre que o caminho não é muito bom.”

Sundfeld e Pedro Paulo consideram importante observar o que o pleno do STF deliberará sobre a decisão de Dino. Uma reunião está marcada para o dia 25.

“Eles podem, por exemplo, mo-

dular ou ampliar o prazo de 60 dias”, diz o deputado. Esse prazo serve não só para o Legislativo regular as indenizações, como para que todos os órgãos que as pagam informem que tipo de verba é e quem a recebe. Os dados têm “potencial de guerra nuclear”, avalia.

Sundfeld considera difícil prever o que os demais ministros do Supremo dirão. Mas eles podem, por exemplo, dizer que a magistratura deve ficar de fora da nova disciplina. O Tribunal de Justiça de São Paulo já ingressou com recurso nessa direção, informa.

“Vamos continuar empurrando” disse ao **Valor** o fundador da organização Republica.org, Guilherme Cezar Coelho, a respeito da reforma administrativa. A entidade é uma das signatárias da carta enviada a Lula, pedindo veto aos penduricalhos.

Numa parceria com o Movimento Pessoas à Frente, a Republica.org produziu um estudo, divulgado em novembro passado, que aponta o Brasil como campeão mundial dos supersalários. Mostra que 0,6% dos servidores recebem acima do teto salarial. O fenômeno é concentrado no Judiciário, onde 93% dos magistrados e 91,5% dos membros do Ministério Público ultrapassaram o limite em 2023, ao custo de R\$ 11,1 bilhões. Por outro lado, 70% dos servidores públicos ganham até R\$ 5 mil por mês.

“As carreiras jurídicas concentram supersalários, mas são responsáveis por péssimos serviços públicos”, afirma Coelho. Ele cita levantamento realizado pelo Instituto Sou da Paz e divulgado em outubro passado segundo o qual apenas 36% dos homicídios ocorridos no país viram denúncia do Ministério Público. “Dois terços dos homicídios, dos assassinatos, não vão dar em nada”, frisa. No Rio de Janeiro, o quadro é ainda pior, acrescenta. Dos 20 maiores salários pagos no país, 15 estão no prédio do Ministério Público daquele Estado. Lá, apenas 23% dos homicídios são denunciados à Justiça.

Os dados refletem um sistema Judiciário pouco eficiente, sustenta. O Brasil tem 40 pontos no Índice de Qualidade Regulatória do Banco Mundial, enquanto a Austrália e Singapura têm 100, o Chile marca 77, e os Estados Unidos, 91. Em outro recorte, o Brasil tem 35 pontos, em 100 possíveis, no Índice de Segurança Jurídica (Insejur).

“Esses dois índices, a qualidade regulatória e segurança jurídica, são responsabilidades das carreiras jurídicas no Brasil”, afirma. “O Brasil é um lugar ruim de fazer negócios por causa dessas carreiras, que são as beneficiadas do serviço público; os supersalários geram ineficiência.”

O aumento de salários ajuda a aumentar a produtividade quando está atrelado a resultados que podem ser medidos, ou quando conseguem atrair pessoas produtivas, explica o professor Sergio Firpo, coordenador do Observatório da Qualidade do Gasto Público do Insper. “Se você aumenta salário sem nenhuma dessas condições, se aumenta salário para o pessoal que já está trabalhando, não é um efeito recrutamento nem está atrelado a ganhos de produtividade”, diz. “É só mais dinheiro que entra para quem está recebendo salário.”

Os concursos públicos são muito disputados e trazem para o serviço público pessoas produtivas, observou. Falta atrelar a remuneração ao desempenho desses servidores, como está na proposta de Pedro Paulo, acrescenta.

A proposta do deputado, porém, não conta com a simpatia do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. “A PEC está gigante, botaram um monte de coisas na Constituição”, reforça um técnico do governo ao **Valor**. “Não faz sentido colocar pontos polêmicos.”

O governo avalia que são poucas as chances de a proposta avançar. Por isso, quer incluir em um outro projeto, o que trata de reestrutura-

ção de carreiras, um dispositivo com novos critérios para progressão na carreira. É um dos pontos da proposta de Pedro Paulo que mais interessavam ao Executivo.

A reforma administrativa defendida pela ministra da Gestão, Esther Dweck, já está em curso e voa abaixo do radar. Sem propor alterações na Constituição ou novas leis, a pasta já adotou mais de 50 medidas, como a redução do salário de entrada, o alongamento das carreiras e a adoção de um sistema de avaliação mais robusto, que já serviu para demitir servidores. “Não precisa de PEC; precisa fazer”, costuma repetir a ministra.

“Minha crítica ao governo é que ele não toma decisão política em relação à reforma”, disse Pedro Paulo. Tenta evitar desgaste com os sindicatos de servidores, que são parte de sua base eleitoral. “Ao não fazer a reforma, o governo perde a oportunidade de alcançar um eleitor que o presidente tem dificuldade de atrair”, avaliou. “Imagine o Lula poder dizer que fez duas reformas em quatro anos, a tributária e a administrativa.”

Como mostrou o **Valor**, na avaliação de Arminio Fraga, sócio-fundador da Gávea Investimentos e ex-presidente do Banco Central, a reforma administrativa não traria impacto imediato sobre as contas públicas. Poderia reduzir as despesas em cerca de 2 a 3 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB) em cinco a dez anos, desde que inclua Estados e municípios.

“Se a gente olhar nos últimos



Pedro Paulo: “Minha proposta está quase igual à decisão do ministro Dino”

anos, o gasto em pessoas está relativamente controlado”, avalia Rafaela Vitoria, economista-chefe do Banco Inter. A despesa está na casa de 3% do PIB. “A gente teve preocupação com o governo Lula quando ele anunciou reajustes e concursos.” No entanto, as despesas seguem no mesmo patamar. Assim, reduzir esse item de despesa não é algo urgente, na visão da especialista. Na sua opinião, a reforma deveria buscar melhorias na produtividade dos servidores e endurecer as regras para os penduricalhos.

O item de despesa que mais demanda atenção é a Previdência. Nesse ponto, ela destaca que boa parte do funcionalismo já não se aposenta com salário integral, como ocorria no passado, e sim pelas regras da Previdência. Falta também avançar na previdência dos militares e outras categorias que ficaram de fora da reforma.

“A reforma administrativa tem impacto fiscal crescente ao longo do tempo”, afirma Pedro Paulo. Os ganhos decorrem da disciplina so-

bre os supersalários, da definição de limites de despesa por Poderes e da constitucionalização das revisões de gasto (“spending reviews”). Mas o ganho fiscal não é foco da proposta, ressalta.

“Quando a gente bota regra de crescimento de despesa por Poder, vai virar superávit do Executivo, que terá mais recursos para aplicar em educação e saúde, em vez de ficar entregando [recursos] para dar aumento para o Judiciário, para aumentar penduricalho, ou para aumentar verba de gabinete de deputado e vereador”, explica. “Não necessariamente isso é uma conta que vai virar superávit.”

A repercussão negativa da aprovação das benesses salariais para o Legislativo “assustou um pouco a política”, e pode mudar a percepção sobre a reforma administrativa, avalia o deputado. “Aquilo que eles achavam que era desgaste pode virar um ativo”, diz. “Aprovar uma medida disciplinadora dos gastos tem apelo popular.” (*Colaborou Edna Simão*)

COMUNICADO DE RECALL



Veículos	Ano modelo	Relação de chassis (Números de chassis não sequenciais – últimos oito dígitos)	Datas de fabricação
Ram 1500	2025	SN683118 a SN771540	3/2/2025 a 29/5/2025
Ram 2500	2025	SG508085 a SG547449	1/4/2025 a 19/5/2025
Ram 3500	2025	SG508100 a SG584899	1/4/2025 a 14/6/2025

A **STELLANTIS AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.** convoca os proprietários dos veículos da marca **Ram**, modelos **1500, 2500 e 3500, ano modelo 2025**, para, a partir do dia **16 de fevereiro de 2026**, agendarem o comparecimento a uma das concessionárias da rede **Ram**, a fim de que seja providenciada, gratuitamente, a verificação e, se necessária, a atualização do software do painel de instrumentos (IPC). Para alguns veículos **Ram 2500 e 3500**, também será realizada a análise e, se necessária, a atualização do software do módulo de Controle de Retenção dos Ocupantes (ORC).

Foi identificada a possibilidade do desligamento involuntário do painel de instrumentos com o veículo em movimento, perdendo o condutor as informações desse dispositivo e potencializando o risco de acidentes. Por sua vez, para alguns veículos **Ram 2500 e 3500**, também foi identificada uma falha no funcionamento do módulo de Controle de Retenção dos Ocupantes (ORC), o que poderá desativar o Controle Eletrônico de Estabilidade (ESC) e/ou não comandar o acionamento do airbag e/ou do pré-tensionador do cinto de segurança. Como consequência, a falha no Controle Eletrônico de Estabilidade (ESC) pode causar acidente com possíveis danos materiais, físicos ou até mesmo fatais aos ocupantes do veículo e/ou a terceiros. Já a falha em comandar o acionamento do airbag e/ou do pré-tensionador do cinto de segurança pode aumentar o risco de lesões graves ou até fatais em certos acidentes.

Os serviços serão realizados mediante agendamento prévio. Por esse motivo, é importante que você contate a concessionária de sua preferência para ser informado sobre a previsão do seu atendimento. O tempo estimado de reparo é de, aproximadamente, 1 (uma) hora.

Para consultar os números dos chassis envolvidos e/ou obter mais informações, acesse **www.ram.com.br** ou contate a Central de Serviços ao Cliente **Ram** pelo WhatsApp **(31) 2123-8000** ou pelo telefone **0800 730 7060**.

Com esta iniciativa, a **STELLANTIS** visa assegurar a satisfação dos seus clientes, garantindo a qualidade, a segurança e a confiabilidade dos veículos da marca **Ram**.



Ram® é marca registrada da Stellantis-FCA US LLC.
Desacelere. Seu bem maior é a vida.

CENTRAL DE SERVIÇOS AO CLIENTE.

Comércio exterior Saldo negativo chega a US\$ 71,1 bilhões em 2025 mesmo com aumento das exportações industriais, aponta Iedi

Importação acelera e amplia déficit da balança na indústria

Marta Watanabe
De São Paulo

Mesmo com o tarifaço americano, a indústria de transformação conseguiu aumentar as exportações em 3,8% em 2025. A importação de bens industriais, porém, cresceu a mais que o dobro da taxa, em 8,6%. O resultado foi um déficit da balança comercial da indústria de transformação que se aprofundou para US\$ 71,1 bilhões em 2025, o maior de toda a série histórica desde 1997. O saldo negativo contrasta com o resultado da balança comercial total do país, que fechou o ano passado com superávit de US\$ 68,3 bilhões.

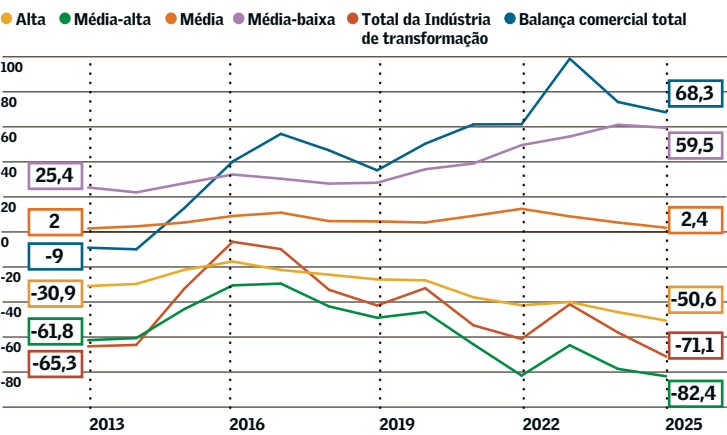
A importação considerada extraordinária de plataformas de petróleo gerou déficit de US\$ 5,3 bilhões no ano passado, o que contribuiu para a deterioração da balança da transformação. Mas, mesmo tirando os efeitos da plataforma em toda a série, o déficit comercial da indústria em 2025 se mantém como o mais profundo, embora mais comparável com os vales de 2013 e 2014, quando os déficits chegaram a US\$ 64,8 bilhões e US\$ 63,6 bilhões, nessa ordem. Os dados são do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

O cenário em 2025 foi fortemente influenciado pelo avanço do déficit comercial dos ramos de alta intensidade tecnológica e pela redução da ajuda da média-baixa tecnologia, faixa que é o grande gerador de superávits comerciais dentro da indústria de transformação, destaca Rafael Cagnin, economista-chefe do Iedi.

Na alta tecnologia, o déficit comercial em 2025 se aprofundou para US\$ 50,6 bilhões ante US\$ 45,8 bilhões em 2024 e

Deficit comercial maior na transformação

Saldos por intensidade tecnológica - US\$ bilhões



Fonte: ComexStat/Secex/Mdic. Elaboração do IEDI com base na taxonomia da OCDE

US\$ 27,1 bilhões em 2019. Na alta tecnologia, aponta Cagnin, estão aeronaves e farmacêuticos, dois setores que, por razões distintas, foram muito atingidos pelos efeitos da pandemia de covid-19.

O setor de aeronaves contribuiu com superávit para a transformação de 1999 a 2018, de forma ininterrupta. Ou seja, na maior parte da série história da balança da indústria. Desde 2019, porém, apresenta saldos negativos crescentes. Já o ramo farmacêutico, tradicionalmente deficitário, aprofundou o saldo negativo em 2025.

Nos dois setores foi o aumento das importações que deu o ritmo da elevação de déficit comercial nos últimos anos. Em aeronaves, as importações somaram US\$ 15,3 bilhões em 2025 ante US\$ 12,4 bilhões do ano anterior e US\$ 6,4 bilhões em 2019.

Após um baque em 2020, as exportações brasileiras do setor de aeronaves vêm se recuperando gradativamente, mas o crescimento vem em ritmo muito mais

lento que os desembarques, observa Cagnin. Em 2025 as vendas externas do setor atingiram US\$ 5,5 bilhões, valor próximo aos US\$ 5,8 bilhões de 2019. O resultado foi um déficit comercial de US\$ 9,9 bilhões em 2025 contra US\$ 604 milhões em 2019.

“O setor de aeronaves sofre pressão muito forte de descarbonização, com calendário para usar a SAF, o que impõe ônus não somente do ponto de vista financeiro como tecnológico”, diz Cagnin, mencionando o Combustível Sustentável de Aviação, na sigla em inglês. O Programa Combustível do Futuro, criado pela Lei 14.993, de 2024, estabelece os cronogramas para a transição

Para Iedi, tarifaço afetou fortemente alguns setores, mas não teve tanto efeito no agregado

ção energética brasileira, com início do uso do SAF para voos domésticos a partir de 2027.

Para Cagnin, a Embraer tem atualmente aviões de grande porte que já competem com fabricantes externos. “Há sinalização de que está se criando uma interação positiva entre a aviação nacional, a necessidade de conectividade na escala continental do Brasil e a nossa competência industrial na produção de aeronave. Os sinais são positivos, mas ainda importamos muito.” O setor público, defende, tem espaço para ajudar a criar convergências e maior interação entre as companhias aéreas e a fabricação brasileira de aeronaves.

Também pressionada por importações, o ramo farmacêutico aprofundou o saldo negativo nos últimos anos. O déficit comercial do setor, de US\$ 15 bilhões em 2025, mais que dobrou ante os US\$ 7 bilhões de saldo negativo em 2019. Os desembarques atingiram US\$ 16,4 bilhões em 2025, dobro dos US\$ 8,2 bilhões em 2019.

A crise sanitária, diz Cagnin, trouxe pressão grande sobre o setor, que, na retomada, passou a ganhar grandes projetos de inovação. “Todas as políticas industriais do mundo estão com o setor farmacêutico no meio. Como um ponto estratégico, uma reação à pandemia, mas também porque China e Índia foram concentrando absurdamente a produção de alguns insumos.”

Há uma mudança expressiva no setor após a pandemia, diz o economista, que em parte está relacionada com as vacinas, mas vai além. “O ciclo tecnológico avançou no mundo e nós ficamos mais para trás. É preciso acelerar essas facilidades do processo inovativo, que



Cagnin: ficamos mais para trás no ciclo tecnológico do setor farmacêutico

envolvem não somente financiamento. O problema maior hoje é do ponto de vista regulatório e de arranjo de políticas que permita minimizar riscos tecnológicos.”

É preciso que se assegure demanda, diz, para que as pesquisas sejam feitas. No caso de farmacêuticos, o Sistema Único de Saúde (SUS) é grande fonte de demanda. “As políticas públicas para isso voltaram a ser articuladas. Mas leva tempo e acabamos com déficit no setor como reflexo do nosso atraso tecnológico em relação ao restante do mundo.” A forte importação das chamadas canetinhas, como são chamados os medicamentos que viraram febre para quem deseja emagrecer, reflete isso.

Em outra faixa de intensidade tecnológica, a média-alta, o déficit em 2025 foi de US\$ 82,4 bilhões. O saldo negativo foi puxado principalmente, diz Cagnin, por químicos e máquinas e equipamentos. Nesse último ramo, avalia, a produção doméstica foi afetada pela alta taxa de juros. “Há um contexto de baixo investimento e forte concorrência de um player que foi ganhando espaço, que é a China.”

Os outros dois grupos de intensidade tecnológica levanta-

dos pelo Iedi são superavitários. Mesmo com US\$ 5,3 bilhões em importações de plataformas de petróleo em 2025 a média tecnologia fechou o ano passado com superávit de US\$ 2,4 bilhões.

A média-baixa manteve a tradição e foi a faixa com maior superávit comercial, de US\$ 59,5 bilhões, mas abaixo dos US\$ 61,2 bilhões de 2024, ressalta Cagnin. A grande origem de saldos positivos nesse grupo, aponta, vem de alimentos, bebidas e fumo, com superávit de US\$ 60 bilhões no ano passado, muito parecido com os US\$ 59,5 bilhões de 2024. Houve déficit menor na média-baixa tecnologia porque a exportação caiu em 2025, em 1%. As importações subiram 1,7%. “Foi a única faixa com queda de exportação no ano passado. Isso mostra que a exportação de alimentos não consegue avançar mais.”

Para Cagnin, o tarifaço americano, apesar de afetar de forma importante alguns setores, não teve tanto efeito no agregado da indústria, que conseguiu elevar os embarques em 2025. Para ele, o tarifaço é mais um fator na desorganização do comércio internacional e na transformação da geopolítica e das cadeias globais de valor.

Serviços têm alta em 2025, apesar de resultado ruim de dezembro

Marcelo Osakabe, Lucianne Carneiro e Grace Vasconcelos
De São Paulo e do Rio

Os serviços voltaram a se enfraquecer em dezembro, mas o resultado do mês não impediu que o setor registrasse a quinta alta anual consecutiva. Economistas avaliam se o segmento vai continuar a esfriar em 2026, em meio a um mercado de trabalho resiliente e fatores que devem elevar a renda disponível à população.

O volume de serviços prestados no país contraiu 0,4% em dezembro, de acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE. O resultado veio pior que a mediana das estimativas de 18 consultorias e instituições financeiras ouvidas pelo Valor Data, de recuo de 0,2%.

Em 2025, por outro lado, o segmento teve avanço de 2,8% — foi a quinta alta seguida, período no qual acumulou ganho de 31%.

Três das cinco atividades acompanhadas pela PMS tiveram queda na passagem entre novembro e dezembro: transportes (-3,1%), outros serviços (-3,4%) e de serviços profissionais e administrativos (-0,3%). As únicas taxas positivas do mês vieram de informação e comunicação (1,7%) e serviços prestados às famílias (1,1%).

No ano, por outro lado, apenas uma cinco atividades apresentou queda: outros serviços (-0,5%). Neste caso, pesaram sobre o resultado empresas que atuam em atividades auxiliares dos serviços financeiros; manutenção e reparação de veículos automotores; administração de cartões de crédito; manutenção e reparação de equipamentos e corretores e agentes de seguros, de previdência complementar e de saúde.

Na outra ponta, a maior influência positiva veio do ramo de infor-

mação e comunicação (5,5%). Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (2,3%); serviços profissionais, administrativos e complementares (2,6%); e dos prestados às famílias (1,1%) também fecharam no azul.

“No pós-pandemia, alguns setores ganharam protagonismo. O de informação e comunicação, com a maior digitalização da economia, e também o transporte de cargas, puxado pelo setor agrícola com compra de fertilizantes e escoamento de produção, mas também pela correlação com o comércio on-line”, destacou o gerente da pesquisa no IBGE, Rodrigo Lobo.

Para Stéfano Pacini, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), o recuo em dezembro é um movimento compensatório, um ajuste depois de um período positivo.

Ele cita como exemplo o segmento de transportes, que registrou queda mais intensa em dezembro (3,1%). No entanto, o economista afirma que o setor teve um histórico positivo no ano, fechando 2025 com alta de 2,3%. O resultado foi puxado por dois fatores: o bom momento do agronegócio e a tendência de queda no preço do petróleo.

“O primeiro deles foi o próprio agronegócio, porque é preciso escoar a produção para os portos e para a malha rodoviária. Outro destaque são os transportes aéreos, mais especificamente o transporte de passageiros. Em 2025, observamos uma tendência de queda na cotação do petróleo, o que reduz o preço do querosene de aviação, um componente importante no valor das passagens. Podemos ver essa queda de transportes (em dezembro) como uma compensação”, afirmou Pacini.

O economista avalia que 2025

foi um ano bastante positivo para o setor de serviços em comparação com outros segmentos, mostrando-se mais resiliente à política monetária. Ele afirma que os serviços prestados às famílias foram impactados em alguns momentos do ano, mas, em contrapartida, os serviços de informação e comunicação, os serviços profissionais e os transportes compensaram.

“É preciso notar que, apesar de vir mais fraco nos últimos dois meses, os serviços ainda assim tiveram o melhor desempenho entre os grandes setores da economia em 2025. A indústria veio bem fraca (0,7%) e o varejo deve oscilar entre estabilidade e crescimento de 1,5%”, diz o economista-chefe do BMG, Flávio Serrano.

Os dados de atividade, acrescenta, reforçam a perspectiva de início dos cortes de juros pelo Banco Central. “Em sua última reunião, o Copom indicou que iria iniciar o ciclo, mas manteve a ênfase sobre os indicadores. Os dados vêm confirmando esse cenário.”

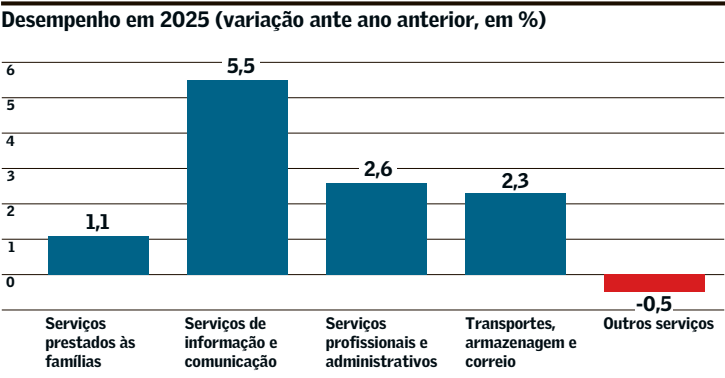
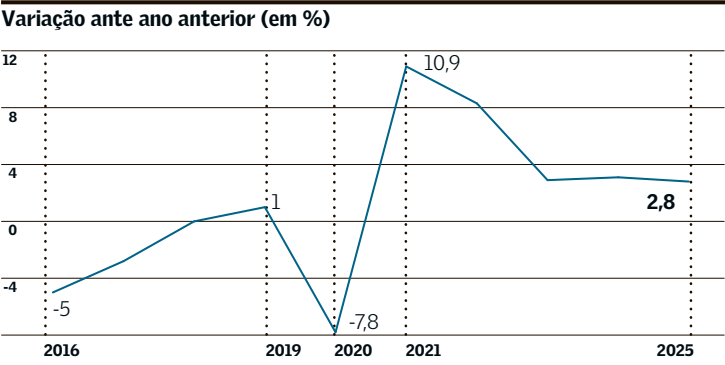
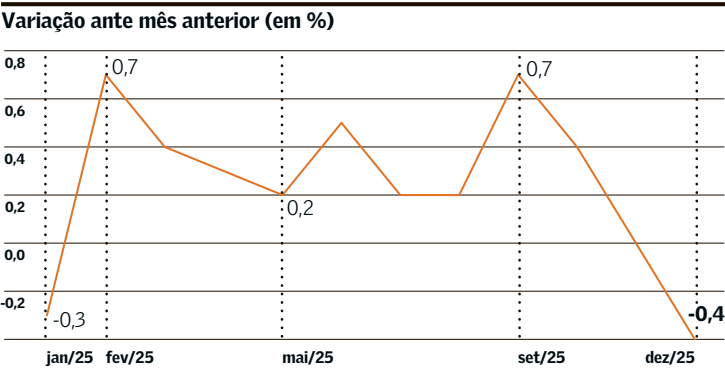
Outro destaque do ano foram os serviços de informação e comunicação, que acumulam alta de 35,2% desde fevereiro de 2020, na esteira da maior digitalização da economia. Apenas o ramo de tecnologia da informação registrou alta de 12,2% em 2025. Em relação ao patamar pré-pandemia, a alta é de 98,2%.

Por outro lado, os serviços prestados às famílias — a categoria que mais pesa para a dinâmica da inflação — cresceram 1,1% em 2025, após avanço de 4,5% em 2025.

Diante da expectativa geral de desaceleração da economia em 2026, a perspectiva também é de perda de força do segmento. O BMG espera que a alta dos serviços caia de 2,8% para algo perto de 2%, diz Serrano. “Olhando adiante, enxergamos a manutenção da desaceleração em curso, ainda que o

Setor cresce há cinco anos seguidos

Serviços avançam 2,8% em 2025, mas voltam a cair em dezembro



Fonte: IBGE

mercado de trabalho forte, a melhora da renda disponível com a isenção do IR e a inflação mais benigna possam significar um repique de curto prazo, como parece já estar ocorrendo com a indústria.”

Há, no entanto, quem duvide desse esfriamento. “Diferentemente da indústria, que sente a competição com importados e fatores como a alta dos preços de semicondutores, o setor de serviços não tem concorrência externa e deve ganhar algumas ajudas esse ano, como a isenção do imposto para quem ganha até R\$ 5 mil. O retor-

no às atividades presenciais deve continuar beneficiando ramos como o da alimentação fora do domicílio e os transportes”, diz Francisco Faria, economista da Logos.

Há no entanto, uma ameaça a esse cenário, afirma o pesquisador associado do FGV Ibre. A eventual aprovação do fim da escala 6x1 pode afetar desproporcionalmente esse setor, que se veria obrigado a contratar mais para manter o patamar de serviços prestados. A depender das mudanças que serão aprovadas, o setor pode ter dificuldades, diz Faria.

Governo cria ‘reserva’ de R\$ 43,4 bi no Orçamento

Giordanna Neves
De Brasília

O governo federal anunciou a retenção de R\$ 43,4 bilhões do Orçamento de março até novembro, criando uma espécie de “reserva” para eventual contingenciamento ou bloqueio no fim do ano, segundo o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (DPOF) de 2026, publicado no Diário Oficial da União.

Dessa forma, parte do Orçamento ficará temporariamente retida neste período, funcionando como margem de segurança caso seja necessário um contingenciamento ou bloqueio ao longo do ano. Se não houver necessidade, o recurso pode ser usado no fim do ano para aumentar o resultado primário, por exemplo.

Trata-se de um mecanismo de liberação gradual de recursos, adotado para evitar que os ministérios “gastem” toda a dotação de uma só vez e, assim, preservar espaço para ajustes futuros, se o cenário fiscal exigir. O contingenciamento é usado para assegurar o cumprimento da meta primária, enquanto o bloqueio é utilizado para respeitar o limite total de gastos.

Os R\$ 43,4 bilhões de “reserva” de março até novembro resultam da diferença entre as dotações discricionárias previstas na LOA (de R\$ 240,3 bilhões) e o limite de empenho de R\$ 196,9 bilhões até novembro — teto para que os ministérios assumam novas despesas. Empenho é a etapa em que o governo autoriza e reserva recursos para esses gastos.

Nos anos anteriores, a reserva também ficou na casa de R\$ 43 bilhões, mas técnicos avaliam que o movimento ganha maior relevância por se tratar de ano eleitoral.

Brasil

Atividade econômica

Indicadores agregados

	jan/26	dez/25	nov/25	out/25	set/25	ago/25	jul/25	jun/25	maiz/25	abr/25
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	0,68	-0,10	-0,12	0,38	-0,40	-0,23	-1,26	0,48
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-1,2	-0,2	0,0	-0,5	0,7	-0,2	0,0	-0,6	-0,7
Indústria de transformação	-	-1,9	-0,1	-0,4	-0,1	0,5	-0,2	0,1	-0,5	-0,8
Indústrias extrativas	-	0,9	-2,4	3,5	-1,5	-0,3	1,3	-1,9	1,4	1,2
Bens de capital	-	-8,3	0,6	0,4	0,5	-1,8	-0,6	0,5	-2,3	0,6
Bens intermediários	-	-1,1	-0,8	-0,8	-0,5	0,6	0,0	0,0	0,1	0,4
Bens de consumo	-	-1,8	0,5	1,1	-0,1	1,0	0,2	-0,6	-1,6	-2,8
Faturamento real (CNI - %) (1)	-	-1,2	1,2	-2,7	-1,3	-5,3	0,4	-1,9	0,6	-1,1
Horas trabalhadas na produção (CNI - %) (1)	-	-1,0	-0,7	0,4	0,1	-0,3	0,1	-0,7	0,8	-0,5
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	1,0	0,4	0,0	0,4	0,2	0,3	-0,3	-0,5
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	1,0	0,5	-0,1	0,2	-0,2	0,0	-0,4	-0,3
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,7	0,5	0,3	0,7	0,6	0,5	0,4	0,3	0,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,4	0,0	0,4	0,7	0,2	0,2	0,5	0,2	0,3
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	5,1	5,2	5,4	5,6	5,6	5,6	5,8	6,2	6,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-0,2	1,2	-0,3	-0,2	0,0	0,2	0,0	0,0	-0,3
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balança comercial (US\$ milhões)										
Exportações	25.153	30.710	28.165	31.509	30.487	29.559	32.129	29.036	29.920	29.886
Importações	20.810	21.385	22.404	24.824	27.346	23.584	25.131	23.180	22.860	22.222
Saldo	4.343	9.325	5.761	6.685	3.141	5.975	6.997	5.857	7.060	7.664

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	3º Tr/25	2º Tr/25	2025 (1)	2024	2023	2022
PIB (R\$ bilhões) *	3.236	3.200	12.305	11.779	10.943	10.080
PIB (US\$ bilhões) **	588	559	2.189	2.178	2.191	1.952
Taxa de Variação Real (%)	0,1	0,3	2,7	3,4	3,2	3,0
Agropecuária	0,4	-1,4	9,6	-3,7	16,3	-1,1
Indústria	0,8	0,6	1,8	3,1	1,7	1,5
Serviços	0,1	0,3	2,2	3,8	2,8	4,3
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-1,5	6,0	6,9	-3,0	1,1
Investimento (% do PIB)	17,3	16,6	17,2	16,9	16,4	17,8

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central. (1) 3º trim de 2025, nos últimos 12 meses

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R\$	Alíquotas em % (1)
Até 1.621,00	7,5
De 1.621,01 até 2.902,84	9,0
De 2.902,85 até 4.354,27	12,0
De 4.354,28 até 8.475,55	14,0
Empregador doméstico	8,0

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data * Competência janeiro/26. ** Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Tabela de incidência mensal *

Base de cálculo ** em R\$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R\$
Até 2.428,80	0,0	0,00
De 2.428,81 até 2.826,65	7,5	182,16
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	394,16
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	675,49
Acima de 4.664,68	27,5	908,72

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
* Para rendimentos tributáveis mensais acima de R\$ 7.350,00.
** Limite mensal de desconto simplificado: R\$ 607,20.
Dedução mensal por dependente: R\$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R\$ bilhões

Discriminação	Janeiro-novembro			novembro		
	2025	2024	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	825,2	755,3	9,26	62,4	59,7	4,56
Imposto de renda pessoa física	49,3	45,3	8,95	5,4	4,7	14,43
Imposto de renda pessoa jurídica	318,7	300,9	5,92	20,6	21,5	-4,39
Imposto de renda retido na fonte	454,2	388,4	11,80	36,5	33,5	8,93
Imposto sobre produtos industrializados	78,8	73,2	7,65	8,0	7,8	2,17
Fumo	10,4	7,8	33,25	1,0	1,1	-9,49
Bebidas	2,9	2,7	5,43	0,3	0,3	-0,60
Automóveis	4,1	5,4	-23,70	0,4	0,5	-19,73
Imposto sobre operações financeiras	76,7	60,8	26,12	8,6	5,9	46,19
Imposto de importação	83,1	70,2	18,49	7,5	7,8	-4,23
Cide-combustíveis	2,9	2,7	9,09	0,3	0,2	27,74
Contribuição para Finsocial (Cofins)	411,1	380,5	8,04	39,3	36,4	7,85
CSLL	172,2	160,0	7,61	11,4	11,2	2,26
PIS/Pasep	111,4	103,4	7,76	10,4	9,7	7,38
Outras receitas	832,6	785,3	6,01	78,9	70,5	11,86
Total	2.594,2	2.391,4	8,48	226,8	209,2	8,38
	dez/25		nov/25		dez/24	
Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	
92,0	74,30	52,8	-8,88	83,3	60,43	

Fontes: Receita Federal e Previdência Social. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior.

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

Mês	TR (1)		Poupança (2)		Poupança (3)		TBF (1)		Em % Selic (4)		TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Em R\$ Salário mínimo
	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,5743	0,8402	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1412,00			
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,5711	0,8080	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	0,35	24,44	1412,00			
set/24	0,0675	0,5678	0,5678	0,5678	0,7760	0,7760	0,84	0,5584	0,5088	0,3143	0,33	24,44	1412,00			
out/24	0,0977	0,5982	0,5982	0,5982	0,8801	0,8801	0,93	0,6191	0,5112	0,3446	0,37	24,49	1412,00			
nov/24	0,0649	0,5652	0,5652	0,5652	0,7503	0,7503	0,79	0,5990	0,5207	0,3117	0,21	24,49	1412,00			
dez/24	0,0822	0,5826	0,5826	0,5826	0,8571	0,8571	0,93	0,6191	0,5387	0,3290	0,16	24,49	1412,00			
jan/25	0,1690	0,6698	0,6698	0,6698	0,9972	0,9972	1,01	0,6625	0,5685	0,4160	0,23	24,55	1518,00			
fev/25	0,1324	0,6331	0,6331	0,6331	0,9315	0,9315	0,99	0,5982	0,6006	0,3794	0,09	24,55	1518,00			
mar/25	0,1092	0,6097	0,6097	0,6097	0,8971	0,8971	0,96	0,6625	0,6185	0,3561	0,12	24,55	1518,00			
abr/25	0,1689	0,6697	0,6697	0,6697	0,9929	0,9929	1,06	0,6937	0,6263	0,4159	0,25	24,65	1518,00			
mai/25	0,1712	0,6721	0,6721	0,6721	1,0552	1,0552	1,14	0,7169	0,6224	0,4182	0,65	24,65	1518,00			
jun/25	0,1699	0,6707	0,6707	0,6707	1,0201	1,0201	1,10	0,6937	0,6131	0,4169	0,91	24,65	1518,00			
jul/25	0,1758	0,6767	0,6767	0,6767	1,1779	1,1779	1,28	0,7417	0,6076	0,4229	0,69	24,78	1518,00			
ago/25	0,1722	0,6731	0,6731	0,6731	1,0817	1,0817	1,16	0,7417	0,6053	0,4193	0,21	24,78	1518,00			
set/25	0,1742	0,6751	0,6751	0,6751	1,1361	1,1361	1,22	0,7177	0,6131	0,4213	0,17	24,78	1518,00			
out/25	0,1758	0,6767	0,6767	0,6767	1,1764	1,1764	1,28	0,7504	0,6201	0,4229	0,15	24,91	1518,00			
nov/25	0,1634	0,6642	0,6642	0,6642	0,9776	0,9776	1,05	0,7261	0,6286	0,4104	0,27	24,91	1518,00			
dez/25	0,1742	0,6751	0,6751	0,6751	1,1355	1,1355	1,22	0,7504	0,6294	0,4213	0,31	24,91	1518,00			
jan/26	0,1718	0,6727	0,6727	0,6727	1,0718	1,0718	1,16	0,7600	0,6279	0,4189	0,28	25,04	1621,00			
fev/26	0,1207	0,6213	0,6213	0,6213	0,9142	0,9142	1,00	0,6862	0,6240	0,3676	0,54	25,04	1621,00			
2025	0,29	1,30	1,30	1,30	2,17	2,17	1,45	1,26	0,79	0,52	4,43	0,52	6,79			
Em 12 meses*	1,96	8,25	8,25	8,25	13,39	14,51	8,99	7,69	5,02	4,18	2,00	6,79				
2026	1,97	8,26	8,26	8,26	13,33	14,32	8,79	7,61	5,03	4,13	1,71	7,51				

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva: para janeiro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R\$ bilhões - no setor público

Divida líquida do setor público	dez/25		nov/25		dez/24	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Divida líquida total	8.311,1	65,27	8.247,9	65,22	7.220,7	61,30
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-30,5	-0,24	-30,0	-0,24	-40,7	-0,35
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-1.092,3	-8,58	-1.040,5	-8,23	-1.109,9	-9,42
Divida fiscal líquida	9.433,9	74,09	9.318,4	73,68	8.371,3	71,07
Divisão entre dívida interna e externa						
Divida interna líquida	8.869,9	69,66	8.819,1	69,73	7.943,1	67,43
Divida externa líquida	-558,9	-4,39	-571,2	-4,52	-722,4	-6,13
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	7194,8	56,50	7165,4	56,66	6.171,7	52,39
Governos Estaduais	980,7	7,70	947,9	7,50	915,7	7,77
Governos Municipais	90,9	0,71	86,3	0,68	90,7	0,77
Empresas Estatais	44,6	0,35	48,3	0,38	42,6	0,36
Necessidades de financiamento do setor público						
Fluxos acumulados em 12 meses						
	dez/25	% do PIB	nov/25	% do PIB	dez/24	% do PIB
Total nominal	1.062,6	8,34	1.027,4	8,13	998,0	8,47
Governo Federal**	925,5	7,27	895,4	7,08	692,5	5,88
Banco Central	25,1	0,20	29,6	0,23	208,1	1,77
Governo regional	101,2	0,79	88,3	0,70	84,6	0,72
Total primário	55,0	0,43	45,5	0,36	47,6	0,40
Governo Federal	-259,3	-2,04	-265,3	-2,10	-253,2	-2,15
Banco Central	0,9	0,01	1,0	0,01	1,2	0,01
Governo regional	-9,5	-0,07	-17,3	-0,14	-5,9	-0,05

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs: Sem Petrobras e Eletrobras.

Brasil

Transição energética Governo ainda não tem certeza do grau de abertura que deve oferecer a outros países sobre as reservas brasileiras do setor

Brasil se aproxima da Índia em mineral crítico, mas falta uma estratégia

Giordanna Neves e Sofia Aguiar
De Brasília

Buscando avançar em acordos bilaterais na área de minerais críticos, o governo federal deverá assinar com a Índia um memorando de entendimento sobre o assunto na semana que vem. Mas interlocutores do Executivo ouvidos pelo **Valor** reconhecem que esse tipo de iniciativa dificilmente trará no curto prazo resultados concretos, já que há ainda divergências internas sobre qual a estratégia o Brasil deveria adotar para desenvolver o setor.

Minerais críticos e terras raras são materiais usados em tecnolo-

gia de ponta em áreas como defesa, transportes e comunicação e viraram objeto de disputas geopolíticas. O memorando será assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na próxima semana, quando ele estará na Índia para uma visita de Estado, que incluirá uma reunião com o primeiro-ministro Narendra Modi.

Membros do governo afirmam que a agenda de minerais críticos encontra-se travada no Brasil por causa da falta de definição dentro do próprio Executivo a respeito do grau de abertura que o país está disposto a oferecer a outros países.

Na visão de uma ala do governo, não interessa ao governo federal

criar amarras para o setor atualmente. Isso porque o Brasil tem um grande potencial de recursos minerais essenciais considerados para setores estratégicos. Portanto, esses integrantes são contrários a acordos que tragam qualquer tipo de restrição à produção nacional. Esse é um dos argumentos pelos quais o Brasil não deverá aderir à aliança sobre minerais críticos e terras raras anunciada no começo do mês pelos Estados Unidos.

Essas fontes defendem, no momento, que o governo trate do assunto com diversos países, sem estabelecer exclusividade com algum grupo ou potência estrangeira. Além disso, resistem à ideia de país o assumir apenas o papel de fornecedor de matéria-prima.

No caso do memorando de entendimento que deve ser firmado com a Índia, o intuito é que ele sirva como uma espécie de “guarda-chuva” para organizar a relação. Assim, o Brasil buscará mais ordenar a relação entre os dois países nessa frente do que estabelecer um tratado ou acordo específico. Como classificou um auxiliar, a ideia é lançar um diálogo entre as duas nações. Para algumas fontes, a proposta deverá ficar mais no plano de ideias do que ações efetivas.

Uma das dificuldades em sustentar ambições maiores nas negociações internacionais é que, enquanto tenta se projetar como polo de processamento e refino mineral, a produção no Brasil ainda é limitada. Segundo alguns especialistas, o país estaria invertendo as prioridades ao se preocupar em não ser visto como apenas fornecedor de matéria-prima antes de consolidar uma base produtiva condizente com esse propósito.

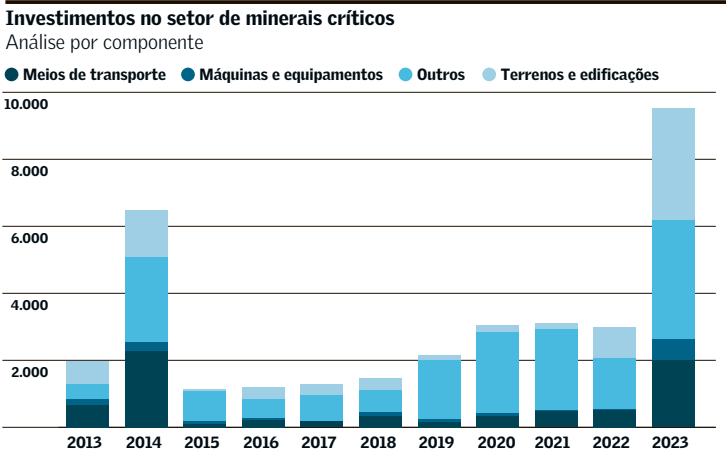
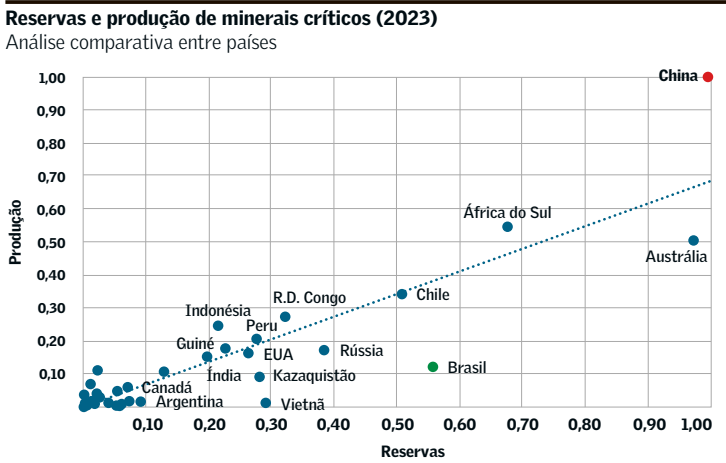
Um trabalho conduzido por Rafael Leão, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), reforça esse diagnóstico ao mostrar que a produção brasileira de minerais críticos, quando comparada à de outros países, beira a insignificância em termos globais. O quadro é ainda mais preocupan-



Rafael Leão: Brasil destoa negativamente do padrão internacional de produção em minerais críticos

Minerais críticos da transição energética

Panorama do setor no Brasil



Fonte: Rafael Leão, pesquisador do IPEA

te diante do volume expressivo de reservas mapeadas no país, especialmente de terras raras e grafite.

O estudo compara a produção brasileira com a mundial e também relaciona o tamanho das reservas nacionais às globais. A principal conclusão é que o Brasil destoa negativamente do padrão internacional. No caso da grafita, o Brasil detém a segunda maior reserva mundial, mas viu sua produção encolher a uma taxa média anual de 8,4% entre 2017 e 2023, enquanto a produção global avançou cerca de 10% ao ano. Com isso, o país, que respondia por aproximadamente 10% da oferta mundial de grafita em 2017, teve sua participação reduzida para 3,4% em 2023.

Enquanto há uma relação linear entre reservas e nível de produção

“Para atrair investimentos, Brasil tem que ter produção de classe global”
Rafael Leão

— países com grandes reservas tendem a produzir mais —, o Brasil foge completamente à regra. Mesmo com reservas significativas, apresenta produção muito inferior à esperada, ficando atrás de países com estoques minerais menores, mas capacidade produtiva equivalente ou superior.

O levantamento mostra que, entre 2017 e 2023, a participação do Brasil no volume físico produzido globalmente foi declinante ou, na melhor das hipóteses, ficou estagnada. A taxa média anual de crescimento da produção é negativa em quase todos os minerais analisados. Nos poucos casos em que houve expansão — como no níquel e no zinco —, o ritmo brasileiro ficou muito abaixo da média mundial. Apenas no caso do lítio a produção brasileira cresce acima da média global.

Para Leão, em um patamar de produção tão baixo e com perda relativa de participação global, torna-se difícil o Brasil sustentar, nas negociações internacionais, a narrativa de que pode atuar como base relevante de processamento e refino mineral.

“Para que consiga atrair inves-

timentos em uma escala suficiente para competir com os grandes processadores e refinadores mundiais, o Brasil tem que ter uma produção mineral de classe global”, disse Leão.

Apesar desse desempenho mais fraco, o pesquisador avalia que há sinais de possível reversão dessa trajetória, uma vez que o principal determinante do nível produtivo é o investimento. Com base em dados da Agência Nacional de Mineração (ANM) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estudo aponta que, em 2023, a formação bruta de capital fixo (medida de quanto o país investe em máquinas, equipamentos, construção e inovação) do setor minerador atingiu nível recorde.

Ele pontua que o Brasil pode se apresentar como alternativa segura e previsível para investimentos e comércio de minerais críticos, diferenciando-se de grandes produtores que já utilizaram sua posição dominante como instrumento de pressão geopolítica ou comercial, como é o caso da China.

Ver também página A7

Plano de mineração ainda tem falhas, alertam especialistas

Marlla Sabino
De Brasília

Com o avanço dos minerais críticos e estratégicos na economia global, o governo brasileiro voltou a discutir um plano que estabelece diretrizes para o desenvolvimento do setor nas próximas décadas. Encerrada no domingo (8), a proposta do Plano Nacional de Mineração 2050 foi submetida à consulta pública pelo Ministério de Minas e Energia (MME), com o objetivo de listar diretrizes para a política mineral brasileira.

Na avaliação de especialistas, o plano tem o mérito de definir uma direção e estabelecer prioridades para o setor, como práticas ambientalmente responsáveis, segurança jurídica e direitos de territórios e comunidades. No entanto, a proposta ganharia mais força se o desdobramento, por parte do governo, viesse acompanhado de

metas objetivas, prazos, atribuição clara de responsabilidades e sinalização orçamentária. A visão é que esses aprimoramentos poderiam transformar a agenda estratégica em um instrumento efetivo de monitoramento das entregas.

Em comparação com o Plano Nacional de Mineração 2030, elaborado em 2011, especialistas avaliam que a nova proposta amplia o escopo e atualiza o debate, especialmente por trazer de forma mais explícita as diretrizes sobre minerais críticos e estratégicos e terras raras.

Nessa linha, o professor de economia da Universidade de Brasília (UnB) Jorge Arbache diz que o novo documento é “claramente um avanço” ao apresentar diagnóstico mais abrangente e tratar com mais ênfase temas como governança e questões socioambientais, mas diz que falta visão estratégica.

Arbache afirma que o plano

não alcança o nível de ambição que o contexto internacional permitiria ao Brasil. Também diz que o plano não explicita a mineração como alavanca central de desenvolvimento econômico em um cenário marcado pela crescente demanda global por minerais essenciais à economia do futuro.

“É muito pouco perto do potencial que o Brasil tem, em especial no contexto global e do que vem pela frente. Há mudança climática, questões geopolíticas ainda mais críticas e uma demanda muito grande por parte de países e corporações, o que dá ao país, que tem esse potencial de exploração, o poder de barganha que não tinha no passado, quando nem se sonhava com a ideia de querer ser mais ambicioso. Mas hoje podemos ser, pois o mundo favorece”, diz Arbache.

Para ele, as métricas ainda são concentradas em indicadores tra-

dicionais, como exportação, quando o debate deveria avançar para agregação de valor, inserção qualificada nas cadeias globais e articulação com políticas públicas discutidas em outras pastas.

A mestre em direito e especialista em regulação Fernanda De Paula vê gargalos na dimensão de governança e fiscalização. Para ela, o plano faz menções genéricas ao combate à corrupção, mas não se aprofunda em soluções para problemas éticos e para a ausência de compliance que precisam ser sanados frente às fragilidades acumuladas nos últimos anos.

Ela aponta ainda que não retrata o cenário do segmento. “Não é um diagnóstico real da situação de como é o estado do setor no Brasil. Achei um documento pouco honesto no sentido de posicionar qual status quo da mineração no Brasil. Temos a agência reguladora mais enfra-

quecida, com maior problema de compliance e corrupção”, e, orçamentamento estrangulado”, diz.

Ela diz que é necessário também que haja aprimoramentos para a sinalização orçamentária. “Como fazer um plano para 2050 que não está garantindo recursos? Então é um documento falacioso”, avalia. “A grande verdade é que política pública não se faz com caneta, faz com dinheiro.”

Tiago de Mattos, sócio da área de Mineração do Demarest, explica que o plano é uma agenda estratégica de longo prazo, concebida para orientar políticas públicas e decisões setoriais, com execução materializada em instrumentos posteriores.

“O plano tem um mérito importante de definir direção e prioridades, mas tende a ganhar ainda mais força se o desdobramento executivo vier acompanhado de metas objetivas, prazos, responsá-

veis e uma sinalização orçamentária mínima. Isso ajudaria a transformar a agenda estratégica em um instrumento mais facilmente monitorável”, afirma.

O advogado aponta ainda que, para aumentar a efetividade, é relevante ter mais clareza no arranjo institucional e capacidade operacional, com integração entre órgãos e fontes de financiamento.

No setor produtivo, a avaliação é que a abertura da consulta pública foi oportuna. Para Cinthia Rodrigues, gerente de Pesquisa e Desenvolvimento do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), as diretrizes apresentadas estão alinhadas às expectativas das empresas representadas pela entidade e aponta que não há pontos em que haja discordâncias, ainda que ajustes pontuais possam ser feitos durante o período de análise das contribuições recebidas durante a consulta pública.

Tudo o que você precisa saber para tomar decisões mais estratégicas, com profundidade e credibilidade.

Acesse valor.globo.com

ECONÔMICO
Valor



Lula: presidente participa da Cúpula de Inteligência Artificial, nos dias 19 e 20 na Índia, que deve ter a presença de chefes de Estado de Reino Unido e França

Relações externas Na passagem pela Ásia, presidente também vai fazer visita de Estado à Coreia do Sul e série de agendas bilaterais

Inteligência artificial e comércio vão guiar viagem de Lula à Índia

Lu Aiko Otta
De Brasília

Tema sensível para as eleições deste ano, a segurança no uso da inteligência artificial (IA) será um dos temas da viagem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará à Índia, dos dias 17 a 22 deste mês. Ele participa da Cúpula de Inteligência Artificial, nos dias 19 e 20. No dia 21, e se reunirá com o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, em uma visita de Estado. De lá, ele seguirá para uma visita oficial à Coreia do Sul, no dia 23. Na cúpula, o Brasil foi convidado a liderar, junto com o Japão, o grupo de trabalho que trata da inteligência artificial segura e confiável. “É a primeira vez que um presidente brasileiro participa de um evento global de alto nível sobre inteligência artificial”, disse o diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia, Inovação e Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Eugênio Vargas Garcia. Isso, avaliou, demonstra o crescimento do tema na agenda internacional. Lula participa da reunião de alto nível da cúpula no dia 19. No dia 20, o governo brasileiro promove um evento sobre IA para o bem de todos e perspectivas brasileiras pa-

ra a inteligência artificial. Como parte da visita, deverá ser assinada declaração sobre parceria digital para o futuro. Também estão previstos um memorando de entendimentos sobre minerais críticos e terras raras e o anúncio da extensão da duração dos vistos de negócios nos dois países, de cinco para dez anos. Outro ponto de atenção é a ampliação do acordo Mercosul-Índia. O objetivo é elevar o comércio bilateral dos US\$ 15 bilhões registrados no ano passado para US\$ 20 bilhões até 2030. Já a Embraer deverá celebrar colaboração com a empresa indiana Adani Defence and Aerospace. Lula e Modi participarão do Fórum Empresarial Brasil-Índia, promovido pela ApexBrasil e pelo Itamaraty. Mais de 300 empresas estão inscritas, informou o embaixador Alex Giacomelli da Silva, diretor do Departamento de Promoção Comercial, Investimento e Agricultura do MRE. O presidente brasileiro deverá inaugurar um escritório de representação da Apex-Brasil em Nova Délí. “As relações com a Índia vivem um momento agora de ascensão, sustentada por complementariedades econômicas e tecnológicas”, disse a embaixadora Susan Klee-

bank, secretária de Ásia e Pacífico do MRE. “O diálogo e a coordenação com a Índia ganharam ainda mais importância no atual contexto de instabilidade global.” Os dois países, acrescentou, têm posições coincidentes em temas centrais da pauta internacional, como a necessidade de reforma da governança global, inclusive a ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Na visita que Modi fez ao Brasil, em 8 de julho passado, a parceria entre Brasil e Índia foi estruturada em cinco pilares: defesa e segurança, segurança alimentar e nutricional, transição energética e mudança de clima, transformação digital e tecnologias emergentes, e parcerias industriais em quatro setores estratégicos: indústria aeronáutica, a indústria farmacêutica, petróleo e gás e minerais críticos. Lula deverá realizar uma série de agendas bilaterais, ainda em definição. Pelo menos 20 chefes de Estado participarão da cúpula de IA, entre eles, França, Reino Unido e Suécia. O presidente brasileiro também fará sua primeira visita de Estado à Coreia do Sul no dia 23. No atual mandato, ele já se encontrou com o presidente sul-coreano, Lee Jae-myung, em duas ocasiões: na cú-

pula do G7 no Canadá e na Cúpula do G20 na África do Sul, ambas no ano passado. Nos dois encontros, a afinidade entre os dois líderes ficou muito clara, conta Kleebank. “A visita sedimenta, assim, a ótima relação entre os dois presidentes e simboliza a importância que Brasil e Coreia do Sul conferem a relação bilateral, estabelecida há mais de seis décadas”, comentou. O objetivo é ampliar a relação comercial, com destaque para abertura de mercados de produtos agropecuários, como carne bovina e suína. Também está previsto um fórum empresarial promovido por ApexBrasil e MRE, com participação de 230 empresas. Haverá painéis temáticos sobre minerais estratégicos, inteligência artificial, agronegócios, indústrias criativas e cosméticos. Está prevista uma reunião de trabalho de Lula e Lee e uma reunião ampliada com a participação de ministros. Será assinada o Plano de Ação Trienal de 2026 a 2029 e diversos atos em áreas como agricultura, desenvolvimento agrário, produção de cosméticos e medicamentos, educação, micro, pequenas e médias empresas e startups, ciência, tecnologia e inovação, saúde e cooperação financeira.

Custo logístico atinge 15,5% do PIB, indica pesquisa

Rafael Vazquez
De São Paulo

Os custos logísticos no Brasil atingiram o valor de R\$ 1,96 trilhão em 2025, valor equivalente a 15,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, segundo o estudo anual “Custos Logísticos e o Impacto nas Empresas Brasileiras”, elaborado pelo Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos). Houve uma queda ligeira em comparação aos 15,6% de 2024, mas o patamar é considerado insatisfatório para um país com as características brasileiras. Em 2014, por exemplo, essas despesas representavam 10,4% do PIB, o que demonstra uma alta considerável para as empresas do setor. Embora essa relação entre custo logístico e PIB esteja abaixo do maior patamar de 16% do PIB registrado em 2022 e 2023, em meio à retomada da economia após a pandemia de covid-19, o sócio-diretor do Ilos, Maurício Lima, explica que o problema é que o nível deveria estar caindo em ritmo mais acelerado. “O ano de 2022, principalmente, teve muita busca por logística em meio a uma retomada das cadeias globais e naturalmente houve um aumento considerável nessa relação entre custo logístico e PIB em todo o mundo. O problema é que, no Brasil, está cain-

do muito pouco”, diz Lima. Ele acrescenta que o ponto mais curioso é que, apesar de o custo se manter alto, as empresas do setor tampouco aumentaram os seus lucros e o preço médio do frete e do combustíveis estão estáveis. Mesmo assim, as empresas estão trabalhando com margens apertadas, afirma. Segundo o diretor do Ilos, o Brasil passa por um fenômeno que envolve o conjunto de taxa de juros elevada, com a Selic em 15%, e um déficit considerável de infraestrutura para escoamento e armazenagem da produção, incluindo a baixa capacidade para diversificar os modais. “Somos muito dependentes de rodovias, o que é uma trava para um crescimento econômico duradouro.” “Eu brinco que o Brasil é o país do 1,9%. Quando atinge o crescimento econômico de 1,9% ou 2% ao ano, os gargalos aparecem porque modais como ferroviário e o aquaviário não têm a capacidade para absorver o aumento da demanda, o que sobrecarrega o rodoviário e os custos logísticos aumentam. Enquanto não tivermos investimentos eficazes para expandir essa infraestrutura, não escaparemos disso”, complementa Lima. De acordo com os dados do estudo do Ilos, as rodovias responderam, em 2025, por 63,4%

das mercadorias que foram transportadas dentro do Brasil. As rodovias, 18%, enquanto o modal aquaviário transportou 14,6% e o dutoviário, que permite o deslocamento de cargas como gás e petróleo, por exemplo, moram 4,1%. Nesse cenário, um dos pontos destacados como gargalo é que, além da baixa capacidade dos demais modais de absorver a demanda em período de crescimento da economia como é o caso atualmente, apenas 13% da malha rodoviária brasileira é asfaltada, segundo o Departamento Nacional de Transportes Terrestres (Dnit). Por isso, conforme observa Lima, o número crescente de Parcerias Público Privadas e concessões para rodovias não tem resolvido o problema. O Brasil tem algo próximo a 1,7 milhões de quilômetros de estrada e cerca de 220 mil quilômetros são pavimentados. E o número mais gritante é que a parte concessionada é de aproximadamente 20 mil quilômetros. Ou seja, pouco mais de 1% do total de rodovias [já asfaltada] é concessionada. Isso é uma dificuldade para o país”, diz. O diretor do Ilos defende a expansão de modelos de concessão que atraíam a iniciativa privada para construir novas malhas asfaltadas para ajudar a reduzir os

custos logísticos no país, principalmente em períodos de crescimento econômico e alta demanda por serviços de transporte. “Com a infraestrutura atual, os modais ferroviário e aquaviário não dão conta do aumento de demanda e todo mundo precisa ir para as rodovias, que tampouco dão conta e ficam mais caras. É como se uma pessoa precisasse andar de táxi porque não consegue usar o metrô. Mesmo que o custo do táxi esteja estável, vai acabar sendo mais caro”, explica Lima. O especialista diz que, no cenário ideal, a relação entre custo logístico e PIB no Brasil deveria voltar pelo menos ao patamar de 12% de 2019, ano anterior à pandemia. Nos Estados Unidos, por exemplo, essa relação está em 11%, enquanto na China é de aproximadamente 14%. Ele menciona também um gargalo atualmente nas áreas de armazenagem e estoque, que faz parte do cálculo de custo logístico junto com transportes. “É outro ponto que também estamos atentos porque os custos têm aumentado com o crescimento do varejo on-line e a pouca infraestrutura prévia que havia para esse tipo de serviço, além da taxa de juros elevada que sempre acaba aumentando o custo do negócio”, conclui Lima.

Governo avalia ajuda para reduzir crise em Cuba

Sofia Aguiar
De Brasília

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva avalia o envio de ajuda humanitária a Cuba para mitigar a crise enfrentada pelo país após a interrupção no fornecimento de combustíveis à ilha. Até o momento, o apoio brasileiro deve se concentrar principalmente nas áreas de saúde e abastecimento de alimentos. O governo brasileiro acompanha a situação com preocupação e estuda de que forma poderá contribuir no atual cenário. Segundo fontes, embora a assistência esteja em análise, ainda não há definição sobre o formato da ajuda nem sobre quando ela poderá ser efetivada. Em janeiro, Washington ameaçou impor tarifas a países que fornecessem petróleo a Cuba, sob a alegação de que a ilha representa uma “ameaça extraordinária” à segurança nacional dos Estados Unidos. Diante desse contexto, o México interrompeu, em meados do mês passado, os embarques de petróleo bruto e derivados para o país, em meio a pressões do governo de Donald Trump. Para o governo brasileiro, a situação em Cuba é considerada grave, já que o petróleo é considerado um insumo essencial. Mesmo que o governo brasileiro monitore a situação, fontes dizem que Lula não conversou com autoridades cubanas até o momento sobre o assunto. Interlocutores do Planalto avaliam que o tema poderá integrar a pauta da reunião prevista entre Lula e Trump, em março, em Washington. Auxiliares do governo ponderam que a conversa não deve se concentrar na dimensão política da crise, mas sim na questão humanitária. Ressaltam, contudo, que o tom do encontro e a profundidade do debate dependerão das circunstâncias no momento da agenda, ainda difíceis de prever. Na semana passada, o chefe do Executivo brasileiro disse que Trump está promovendo

um “massacre de especulação” contra Cuba. Lula falou sobre o assunto num evento em Salvador, onde o Partido dos Trabalhadores (PT) promoveu um ato para comemorar o aniversário de 46 anos da legenda. “Nosso país é solidário ao povo cubano, que é vítima de um massacre de especulação dos Estados Unidos”, disse Lula. Neste mesmo sentido, ele também questionou a interferência da Casa Branca na Venezuela, cujo presidente Nicolás Maduro foi “sequestrado” e levado ao território americano, onde segue preso até agora. “O problema da Venezuela tem que ser resolvido pelos venezuelanos, e não pelos Estados Unidos ou pelo Trump”, emendou o presidente no sábado da semana passada (7). A decisão americana em relação ao acesso do petróleo a Cuba é uma forma de Trump enfraquecer o governo comunista após derrubar o líder socialista da Venezuela Nicolás Maduro. O país está enfrentando uma escassez de diversos níveis, desde gás de cozinha até água e eletricidade. A falta de combustível de aviação levou Havana a informar às companhias aéreas que elas não poderão reabastecer na ilha pelo próximo mês. No ano passado, Lula também saiu em defesa de Cuba após os Estados Unidos retomarem a política de restrição de vistos aos moradores da ilha. “Deixem os cubanos viverem em paz”, disse Lula em agosto.

Ver também página A11

“Nosso país é solidário ao povo cubano, que é vítima de um massacre de especulação dos Estados Unidos”
Lula

GAFISA S.A.
CNPJ/MF nº 01.545.826/0001-07 – NIRE 35.300.147.952
Companhia Aberta

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da **GAFISA S.A.** (“Companhia”) (B3: GFS3), na forma do artigo 135 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alteração (“Lei das S.A.”), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), a ser realizada, em primeira convocação, em 6 de março de 2026, às 11h, de modo exclusivamente digital, por meio da Plataforma “Ten Meetings”, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Atualizar o caput do art. 5º do Estatuto Social para refletir os aumentos de capital realizados dentro do limite do capital autorizado aprovado pelo Conselho de Administração; **(ii)** Alterar o caput do art. 6º do Estatuto Social da Companhia para modificar o parâmetro e ampliar o montante do capital autorizado; **(iii)** Incluir a alínea “(c)” no artigo 20 e o artigo 53 no Estatuto Social da Companhia, com o regramento a respeito da possibilidade de a Companhia celebrar contratos de indenidade; **(iv)** Consolidar o Estatuto Social da Companhia; **(v)** Aprovar o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de, no mínimo, 20.703.934 (vinte milhões, setecentos e três mil, novecentos e trinta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, no valor total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); e, no máximo, 51.759.834 (cinquenta e um milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e trinta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais); **(vi)** Eleger um membro efetivo do Conselho de Administração; e **(vii)** Autorizar os administradores da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação e implementação das deliberações tomadas na AGE. **Informações Gerais: Documentos à disposição dos acionistas.** Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima, inclusive a Proposta de Administração e boletim de voto à distância (“BVD”), encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no website da Companhia (ri.gafisa.com.br), e nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (<http://www.b3.com.br/pt-br/>) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (<http://www.cvm.gov.br/>). **Informações gerais sobre a participação na AGE.** Poderão participar da Assembleia os acionistas ou seus representantes, mediante **(i)** envio prévio do BVD; ou **(ii)** acesso à Plataforma “Ten Meetings”. Para participar da AGE por meio da Plataforma “Ten Meetings”, os Senhores Acionistas deverão solicitar acesso à AGE por meio do preenchimento de um cadastro na plataforma digital, no endereço eletrônico: Link: <https://assembleia.ten.com.br/375184920>, realizando o upload dos seguintes documentos: **(f)** Original ou cópia autenticada do documento de identificação (Carteira de Identidade, Registro Geral (RG), da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos cartórios, passaportes ou outras carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); e **(ff)** Na hipótese de representação do acionista, original ou cópia autenticada do instrumento de outorga de poderes de representação, devidamente regularizado na forma da Lei. Cada representante da acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: **(f)** contrato ou estatuto social; e **(ff)** ato societário de eleição do administrador que (a) participar da AGE como representante da pessoa jurídica, ou (b) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica. No que diz respeito a fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGE caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A.. Em cumprimento ao disposto nos parágrafos primeiro e segundo do artigo 654 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGE por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A.. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014). Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), devem ser legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos. A solicitação de acesso e entrega dos documentos necessários a participação na AGE será por meio da Plataforma “Ten Meetings”, devendo o acionista solicitar sua habilitação até o dia **4 de março de 2026, às 11 horas**. Nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução da CVM nº 81, será admitido o acesso à Plataforma “Ten Meetings” para a AGE apenas ao acionista e/ou seus representantes ou procuradores que se credenciarem, com o envio da documentação devida, dentro do prazo. As credenciais de acesso são pessoais e intransferíveis, não podendo ser compartilhadas. Informamos que a AGE será gravada, nos termos do artigo 28, §1º, inciso II, da Resolução CVM 81 e que a Companhia não se responsabilizará por qualquer problema operacional ou de conexão que o participante venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia. Sem prejuízo da possibilidade de participação na AGE por meio da Plataforma “Ten Meetings”, a Companhia incentiva que o acionista exerça seu direito de voto por meio do BVD. Neste caso, até o dia **2 de março de 2026 (inclusive)**, os acionistas deverão transmitir instruções de voto, entregando o respectivo BVD, acompanhado da documentação necessária: **(f)** ao escriturador das ações da Companhia; **(ff)** aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço; **(iii)** ao depositário central; ou **(iv)** diretamente à Companhia. **Quórum de Instalação e Deliberação.** A AGE instalar-se-á, em primeira convocação: **(a)** com relação às matérias indicadas nos itens (v) a (vii) acima, com a presença de Acionistas titulares de, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações com direito de voto, na forma do artigo 125 da Lei das S.A., e **(b)** com relação às matérias relativas à modificação do Estatuto Social da Companhia, indicadas nos itens (i) a (iv), com a presença de Acionistas titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das ações com direito de voto. No caso de não quórum, a AGE poderá ser realizada em segunda convocação, com a presença de acionistas titulares de qualquer número de ações com direito a voto. **Justificativa pela escolha da modalidade digital.** A Companhia optou por realizar a AGE de forma exclusivamente digital, por acreditar que essa modalidade permite a participação de um número maior de acionistas, sem a necessidade de que estes se deslocem até a sede social da Companhia, além de reduzir os custos para participação e realização do convóque. Informações adicionais sobre a participação na AGE por meio do BVD estão descritas no próprio BVD disponibilizado pela Companhia e na Proposta da Administração, que podem ser acessados no website da Companhia (ri.gafisa.com.br), nos sites da B3 (<http://www.b3.com.br/pt-br/>) e da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>), e ainda e, no Manual da Plataforma para Participantes, disponível na Plataforma “Ten Meetings” (<https://assembleia.ten.com.br/375184920>). São Paulo, 11 de fevereiro de 2026.

GAFISA S.A.
Eduardo Laranjeira Jácome
Presidente do Conselho de Administração

Judiciário Decisão foi tomada depois de reunião em que Fachin compartilhou com ministros informações do relatório; André Mendonça é sorteado o novo relator

Dias Toffoli deixa caso Master após PF apontar ligações com Vorcaro

Tiago Angelo e Giullia Colombo
De Brasília

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), deixou na quinta-feira (12) a relatoria das investigações criminais relativas ao banco Master. A decisão foi tomada após uma reunião convocada pelo presidente da Corte, ministro Edson Fachin, que havia instaurado uma arguição de suspeição depois de a Polícia Federal (PF) ter encontrado citações ao ministro no celular de Daniel Vorcaro. O documento já havia sido mandado para a Procuradoria-Geral da República (PGR). Após distribuição eletrônica, o ministro André Mendonça foi escolhido o novo relator.

Na reunião com a participação de todos os ministros, Fachin compartilhou com os colegas as informações do relatório apresentado pelo diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, com menções de Toffoli no celular de Vorcaro, CEO do Master. Também se tratou da defesa de Toffoli. Mais cedo, o ministro já havia reconhecido que era sócio da Maridt, empresa que vendeu parte de sua participação no resort Tayayá a um fundo ligado a Fabiano Zettel, cunhado de Vorcaro.

O **Valor** apurou que, na reunião, Toffoli defendeu sua permanência na relatoria, mas decidiu deixar o caso após pressão de colegas. O clima geral foi tenso. O ministro ainda se defendeu sobre os pontos levantados no relatório da PF. Depois, os colegas começaram a expor argumentos contra a manutenção da relatoria.

Após os ministros defenderem a troca de relatoria como forma de conter críticas à Corte, Toffoli concordou em abandonar a condução das apurações. Depois de ouvir os colegas, ele não teria mais “batido o pé” para seguir no controle do processo.

“A pedido do ministro Dias Toffoli, levando em conta sua faculdade de submeter à Presidência do Tribunal questões para o bom andamento dos processos e considerados os altos interesses institucionais, a Presidência do Supremo Tribunal Federal, ouvidos todos os ministros, acolhe a comunicação de sua Excelência quanto ao envio dos feitos respectivos sob a sua relatoria para que a presidência promova a livre redistribuição”, argumentou o Supremo em nota.

De acordo com a Corte, os ministros, por unanimidade, entenderam que não havia elementos para seguir com a arguição de suspeição. Esse é o mecanismo que serve para analisar a imparcialidade de um juiz. O comuni-



ANTONIO AUGUSTO/STF

Toffoli: ministro determinou que a PF envie ao STF conteúdo de celulares de investigados, inclusive de Vorcaro

cado ainda alega que os ministros reconheceram “a plena validade dos atos praticados pelo Ministro Dias Toffoli na relatoria”. A nota expressa ainda “apoio pessoal” dos ministros a Toffoli.

Antes de se retirar do caso, o ministro tomou uma ação que foi considerada por investigadores como “dobrar a aposta”: Toffoli determinou na quinta-feira que a PF envie ao STF todo o conteúdo extraído de celulares e computadores de investigados no caso Master, o que inclui Vorcaro.

Segundo a decisão, deveriam ser enviados os laudos periciais sobre “o referido material, incluindo-se dados telemáticos, informáticos e telefônicos”. A ordem também inclui outros “elementos de prova” que já foram documentados, mas ainda não enviados ao inquérito do Master, que é conduzido por Toffoli.

A reunião foi anunciada no início da sessão do plenário de quinta. O julgamento acabou mais cedo e a reunião começou por volta das 16h30. Um intervalo foi feito às 19h. Os ministros voltaram a se reunir às 20h e logo depois houve a divulgação do comunicado.

Na segunda-feira (9), o diretor-geral da PF levou pessoalmente a Fachin o relatório em que Toffoli é citado. O conteúdo tem como base dados extraídos dos celulares de investigados no caso Mas-

ter, entre eles Daniel Vorcaro, dono do banco. Segundo publicação da jornalista Malu Gaspar, em O Globo, o documento inclui telefonemas entre os dois, além de convite para uma festa de aniversário de Toffoli e conversas com outras pessoas sobre pagamentos relacionados ao resort Tayayá.

A PF não pediu diretamente a suspeição do ministro. Como não é parte, a corporação não poderia solicitar o afastamento. No entanto, as informações trazidas levantaram dúvidas sobre a possibilidade de o ministro permanecer na relatoria, devido a possíveis conflitos de interesse e eventual imparcialidade.

Desde que as citações vieram à tona, Toffoli divulgou duas notas se defendendo. Na primeira, enviada a jornalistas na noite de quarta-feira (11), ele disse que o relatório da PF contém “ilações”. Na segunda, da manhã de quinta, admitiu que faz parte do quadro societário da Maridt, empresa que vendeu parte de sua participação no resort

Ministro admitiu ser sócio de empresa que vendeu parte de resort a fundo ligado a Zettel

Tayayá a um fundo ligado ao cunhado de Vorcaro. O magistrado negou, no entanto, que tenha recebido dinheiro diretamente do banqueiro ou de Zettel.

“O ministro Dias Toffoli faz parte do quadro societário [da Maridt], sendo a referida empresa administrada por parentes do ministro. De acordo com a Lei Orgânica da Magistratura, no artigo 36 da Lei Complementar 35/1979, o magistrado pode integrar o quadro societário de empresas e dela receber dividendos, sendo-lhe apenas vedado praticar atos de gestão na qualidade de administrador”, diz a segunda nota divulgada pelo gabinete de Toffoli.

Ele também admitiu que a participação da Maridt no Tayayá foi vendida ao Fundo Arllen, de Zettel, em 27 de setembro de 2021. Houve uma segunda alienação do saldo remanescente à empresa PHD Holding, em 21 de fevereiro de 2025. Toffoli afirma na nota que “desconhece” o gestor do fundo Arllen.

“O ministro desconhece o gestor do Fundo Arllen, bem como jamais teve qualquer relação de amizade e muito menos amizade íntima com o investigado Daniel Vorcaro. Por fim, o ministro esclarece que jamais recebeu qualquer valor de Daniel Vorcaro ou de seu cunhado Fabiano Zettel”, alegou.

Toffoli também afirmou que todo o negócio com o fundo foi “de-

vidamente declarado à Receita Federal” e que “todas as vendas foram realizadas dentro do valor de mercado”. Quanto à relatoria das investigações sobre o Banco Master, Toffoli diz que só assumiu o caso em novembro de 2025. “Ou seja, quando há muito a Maridt não fazia mais parte do grupo Tayayá Ri-beirão Claro”, prossegue.

Ministros consultados afirmam que as revelações recentes envolvendo Toffoli colocam a Corte dentro de um novo tipo de crise.

Integrantes da Corte e interlocutores afirmam que o tribunal está acostumado com tensões geradas de fora para dentro, como críticas a decisões judiciais e acusações de ingerência em outros Poderes. No entanto, a ligação de Toffoli com o resort Tayayá e menções encontradas no celular de Daniel Vorcaro teriam criado uma crise de dentro para fora, com dúvidas sobre a isenção de um dos magistrados do STF.

Caso não tivesse deixado o caso, uma saída possível, eles avaliavam, seria o envio do inquérito para a primeira instância. Isso porque uma eventual suspeição poderia ter um resultado indesejado: a anulação de decisões dadas pelo ministro, o que atrasaria a conclusão do inquérito sobre o esquema de fraude em carteiras de crédito do Master. Isso porque o Regimento Interno do Supremo prevê que a suspeição “pelo arguido, ou declarada pelo tribunal, torna nulos os atos por ele praticados”.

Em conversa reservada com o **Valor**, um ministro afirmou que, embora Toffoli tenha a simpatia dos ministros, há limites para tudo. “Ele tem a simpatia da maioria, mas não para qualquer coisa”, exemplificou.

Uma fonte qualificou o momento como “uma situação única” e disse não se lembrar de episódios semelhantes, com a cúpula da PF entregando pessoalmente à presidência da Corte um possível conflito de interesses envolvendo ministro e investigado.

O impulsionamento de um discurso pró-impeachment desagrada integrantes da Corte, mas segundo um deles, é cedo para dizer se o caso tem essa gravidade.

Desde que assumiu a relatoria dos inquéritos do Master, Toffoli vinha afirmando que não deixaria a investigação, mesmo com o aumento da pressão sobre sua atuação. Em um primeiro momento, a posição foi mantida mesmo após a revelação de que familiares do ministro teriam relação com fundos citados durante as investigações.

Dique que represa escândalo se mantém

Análise

César Felício
São Paulo

A reunião dos ministros do Supremo que formalizou o afastamento de Dias Toffoli da relatoria do caso Master é o primeiro recuo claro do STF diante da pressão da opinião pública em muitos anos, mas não um recuo pleno. Na mesma nota em que se afirma que o presidente do Supremo, Luiz Edson Fachin, irá redistribuir o caso, validam-se também todos os atos praticados por Toffoli durante a sua relatoria, porque a arguição de suspeição contra o ministro foi rejeitada.

A presença do caso Master no Supremo garante, ao menos por ora, uma contenção para que o escândalo não se torne, politicamente, uma guerra de todos contra todos como se tornou a Lava-Jato, entre 2014 e 2018.

Muito se fala das forças pró-acordão, uma conjura para que as relações do caso envolvendo o banco liquidado com o meio político não venham à tona. Mas há uma corrente “desacordão” que ganha alento para que o caso frutifique, tenha desdobramentos e paute o ano eleitoral.

Essa corrente passa pelos adversários regionais dos políticos envolvidos no escândalo e pelo bolsonarismo, que vê no escândalo um arfete para enfim pautar no Senado impeachment de integrantes do STF, em especial da nêmesis do grupo, o ministro Alexandre de Moraes. Mas a energia antiacordo não se limita apenas a este contingente, vitaminado pelo otimismo de que os tentáculos de Daniel Vorcaro não o alcançarão.

Guardadas as proporções, pode tomar corpo um caso Epstein brasileiro

Está também nas instituições de controle de Estado que zelam por sua autonomia e tentam fazer frente a injunções políticas, na Polícia Federal, no Banco Central e no próprio corpo técnico do Tribunal de Contas da União (TCU). Dinâmica muito parecida com essa fermentou a Lava-Jato na década passada.

Contribui ainda para o “desacordão” a luz do dia. Qual a leitura política possível se poderia ter diante da constatação, admitida pelo próprio Toffoli, de que o ministro foi sócio de uma empresa que vendeu um de seus principais ativos para um sócio de Vorcaro? A de que ele tinha que sair da relatoria do caso, que foi o que aconteceu.

A suspeição de Toffoli em relação ao caso era uma realidade no plano moral, e, por tabela, no plano político. A legitimidade de suas decisões seria sempre objeto de discussão. Cada dia a mais de Toffoli seria um dia a mais de crise institucional.

Caso o escândalo saia do garrote do Supremo e volte para a primeira instância, o filme de 2014 começa a rodar. Qualquer um que tenha se debruçado sobre a história da Lava-Jato lembra as diversas tentativas do meio jurídico e político de se tentar costurar um acordo para abafar o caso, dos vazamentos que sepultavam essas iniciativas, da confiança do governo de então de que o escândalo apurado em Curitiba não iria atingi-lo diretamente, da decisão dos envolvidos de colaborar com os investigadores para tentar diminuir a força do cutelo sobre o próprio pescoço, entregando o peçoço da classe política, do governo e do meio empresarial. É possível ainda recorrer a uma analogia do presente. Guardadas as proporções, pode tomar corpo um caso Epstein brasileiro. Nos Estados Unidos, republicanos e democratas aqularam as brisas dos segredos de um magnata que, ao fim, compromete uma legião ainda não totalmente identificada, mas certamente ecumênica.

Troca de relator é uma suspeição velada

Análise

Maria Cristina Fernandes
São Paulo

É uma suspeição que não diz seu nome. A nota dos dez ministros do Supremo Tribunal Federal que comunica o afastamento do ministro Dias Toffoli da relatoria do caso deixa claro, na largada, que a decisão manterá a validade dos seus atos na função. A decisão evita um desfecho à la Sergio Moro, quando a suspeição anulou a condenação do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva e levou à invalidação de boa parte da Lava-Jato.

O encaminhamento também sugere que o ministro venha a ser declarado impedido quando o caso for julgado. No fim da noite, o Supremo informou que André Mendonça será o novo relator. Não se sabe o que foi relatado pela Polícia Federal no documento entregue pelo diretor-geral, Andrei Rodrigues, ao ministro Edson Fachin, presidente do STF, mas os fatos lá contidos, presumivelmente, continuarão a ser investigados.

A solução encontrada pelos ministros segue o molde impresso

por Fachin na condução da Corte desde o início de sua Presidência: uma anuência, por parte dos ministros, de que não há fatos desabonadores contra Toffoli para, em seguida, anunciar seu afastamento. Foi, ao fim e ao cabo, uma maneira de Toffoli reconhecer, tardiamente, a suspeição que deveria tê-lo afastado do inquérito.

Até o início da reunião dos ministros, às 16h, Toffoli havia dado inúmeras demonstrações de que estava disposto a dobrar a aposta para manter o inquérito. Havia três alternativas à mesa: uma licença, que iniciaria um afastamento facilmente revertido; um processo penal conduzido pela Corte a partir de manifestação da Procuradoria Geral da República; e, finalmente, um processo de impeachment pelo Senado.

Todas as alternativas enfrentavam a determinação do ministro em permanecer na relatoria traduzida pela decisão, no final da manhã, para que a PF enviasse à Corte os dados de todos os celulares e computadores apreendidos e periciados, além de todas as provas já documentadas. Ao requerer esse conjunto de provas, o ministro avi-

sou àqueles que tenham preocupação com os desdobramentos da investigação — nos Três Poderes, na advocacia e no sistema financeiro — que não cairia sozinho.

A pressão pelo afastamento do ministro do caso cresceu com a nota, por ele divulgada no início da manhã desta quinta, em que Toffoli reconhece pagamentos recebidos pela Maridt, a empresa familiar que detinha cotas do resort Tayayá, em Ribeirão Claro (PR). Os pagamentos, disse o ministro, correram da venda do resort para dois fundos, um deles de Fabiano Zettel, cunhado de Daniel Vorcaro, dono do Master.

Até esta nota, Toffoli nunca havia reconhecido participação no resort. O ministro foi sorteado para o caso depois de já ter vendido sua cota, mas poderia — e deveria —

Ao requerer todas as provas do caso Master, ministro sugere que não cairá sozinho

ter recusado a relatoria tendo em vista a relação comercial recente sua e de sua família com um fundo da família de Vorcaro.

Na condução do inquérito, o ministro tomou muitas decisões em afronta aos investigadores, a começar pela decisão de manter o foro privilegiado do inquérito a despeito das evidências de que o deputado federal não prosseguiu em sua proposta de parceria comercial com Vorcaro. O ministro ainda cerceou o quanto pôde o trabalho da PF, requerendo a guarda dos celulares dos investigados, estabelecendo o calendário dos depoimentos, escolhendo os peritos e determinando acareações.

O que os colegas de Toffoli mais temiam era um impeachment votado no Senado porque isso abriria a porteira. É bem verdade que o próprio Alcolumbre não tem interesse em que essa investigação vá longe dadas as evidências de que o fundo de Previdência dos servidores do Amapá, dirigido por indicados seus, colocou muito dinheiro no Master desrespeitando a governança do setor. A alternativa seria uma detinção do procurador-geral da República que impulsionaria uma investiga-

Política

Na política e no carnaval, tristeza não tem fim



Andrea Jubé

Há menos mistérios entre o céu e a terra do que há segredos em Brasília e neblina no sorteio de relatores no Supremo Tribunal Federal (STF). Mas um fato é público: uma fantasia que não fará sucesso neste carnaval é a de banqueiro — nem se vier com dinheiro nos bolsos do terno italiano.

De “outsider” da Faria Lima a “hit pop” na capital federal, anfitrião de festas e jantares corridos em Brasília e São Paulo, o banqueiro Daniel Vorcaro, dono do banco Master e alvo da Polícia Federal (PF) metamorfoseou-se em “persona non grata” entre políticos e autoridades que já o frequentaram: ninguém conhece, ninguém viu. Até que a perícia da Polícia Federal nos celulares e laptops apreendidos derrube as máscaras. O nome do ministro Dias Toffoli surgiu em conversas, e a consequência imediata foi seu afastamento da relatoria do caso Master no STF — gesto pelo qual era cobrado, mas ao qual resistiu com resiliência.

A festa deste ano chegou tão inovadora que no lugar de confetes os foliões jogaram dinheiro pela janela. Na investigação da Rioprevidência,

que aplicou R\$ 970 milhões em títulos do Master, um dos alvos atirou do 30º andar de um prédio em Balneário Camboriú (SC) uma mala com R\$ 429 mil, e as notas se espalharam como serpentina.

O que atordoa a cúpula do poder em Brasília, em relação à crise do Master, é a mudança de regras no meio do jogo, que pegou veteranos de calças curtas. Desde a comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga o bilionário desvio em pensões e aposentadorias no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), os donos da bola perderam o controle da partida.

Entrou para a história a reviravolta na eleição para o comando da CPI do INSS em agosto. Parecia tudo alinhado para que os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), em articulação conjunta com o governo, emplasassem os nomes da direção do colegiado. Mas o arranjo fez água.

A derrota foi ainda mais constrangedora porque os apadrinhamentos eram públicos. Alcolumbre confirmara aos jornalistas que atuava para eleger o senador Omar Aziz (PSD-AM)

presidente da CPI: “É o meu candidato”, disse no dia 17 de junho. Depois, às vésperas do início dos trabalhos, Hugo Motta “anunciou” em seu perfil na rede X os nomes do presidente e do relator da comissão: “Anuncio que o relator da CPMI do INSS será o deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO). Desejo a ele, ao presidente Omar Aziz (PSD-AM) e a todos os integrantes um excelente trabalho nessa pauta tão relevante para o país”, escreveu no dia 15 de agosto.

A CPI do INSS se reuniria pela primeira vez no dia 20 de agosto. Horas antes, a oposição se reuniu para lançar uma candidatura alternativa e derrubar as indicações de Alcolumbre e Motta. A estratégia vingou, e por 17 votos a 14, o senador Carlos Viana (Podemos-MG), ligado ao bolsonarismo, foi escolhido presidente da comissão, e indicou outro relator.

O episódio revelou que os chefes do Legislativo não detêm mais controle sobre tudo e estão vulneráveis. O Valor mostrou que Alcolumbre e aliados tentam barrar a leitura do requerimento de criação da CPI do Banco Master protocolado no início do

mês. Diante do precedente da CPI do INSS, é incerto se o grupo de Alcolumbre exercerá algum controle sobre a escolha dos integrantes da comissão, tampouco do presidente e do relator. O tema que já é sensível para o mundo político, respingou em Alcolumbre quando a Amapá Previdência (Amprev) tornou-se investigada da PF pelos aportes de R\$ 400 milhões em títulos do Master. O presidente da Amprev Jocildo Lemos afastou-se do cargo — ele já foi tesoureiro de campanhas de Alcolumbre. O presidente do Senado não é alvo das investigações.

Mas a ninguém interessa um Alcolumbre fragilizado. Depois do carnaval, o Palácio do Planalto encaminhará ao Senado as mensagens com nomeações de Lula para cargos estratégicos, como a do ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, para o STF, e a do secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, para uma diretoria do Banco Central. Ao mesmo tempo, há apreensão quanto à indicação de Otto Lobo para a presidência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que já está no Senado, mas desencadeou uma crise no

mercado, e com o próprio Alcolumbre, que rechaçou que seria o padrinho da escolha.

Paralelamente, há temor generalizado quanto à divulgação de outros nomes que em conversas no celular de Vorcaro e adjacências, como se deu com Toffoli. Como nos versos do poeta, é assim no carnaval como na vida: tristeza não tem fim, felicidade sim. Nem a política escapa da sina.

Exemplo do STM

Para definir o novo relator do caso Master, faltou o STF seguir a iniciativa da presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha, que no dia 3, instalou um telão e convidou a imprensa para acompanhar o sorteio eletrônico, ao vivo, dos relatores e revisores dos processos de perda de patente do ex-presidente Jair Bolsonaro, de três generais e um almirante condenados pela tentativa de golpe de Estado em 2022. Um gesto inédito de transparência que deveria inspirar outros tribunais onde técnica e detalhes dos sorteios de relatores são nebulosos.

Andrea Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às sextas-feiras **E-mail** andrea.jube@valor.com.br

Poderes Há temor quanto ao possível vazamento de outros nomes em conversas de Daniel Vorcaro

Caso Master eleva apreensão no Congresso

Andrea Jubé, Gabriela Guido, Beatriz Roscoe, Ruan Amorim, Murillo Camarotto e Caetano Tonet De Brasília

O clima entre lideranças do Congresso é de apreensão máxima com os desdobramentos da crise envolvendo o banco Master, diante da entrega ao Supremo Tribunal Federal (STF) do relatório da Polícia Federal (PF) com o resultado da perícia nos celulares e computadores apreendidos com Daniel Vorcaro. Em outra frente, parlamentares favoráveis ao aprofundamento das investigações se preparam para não deixar o assunto esfriar até o fim da semana do Carnaval.

Em primeiro lugar, há temor entre políticos e autoridades do possível vazamento de outros nomes em conversas com Vorcaro e seus adjacentes, como o cunhado Fabiano Zettel, que também teve o celular apreendido. Eles temem ser alvo do mesmo desgaste que o ministro Dias Toffoli, do STF, vinha sofrendo antes de deixar a relatoria das investigações.

Até agora, houve apenas a revelação de que o nome do ministro Dias Toffoli foi citado. A partir desta divulgação, Toffoli fez comunicado oficial admitindo ser sócio da Maridt, empresa que vendeu parte de sua participação no resort Tayayá a um fundo ligado a a Fabiano Zettel, cunhado de Vorcaro. Na nota divulgada na quinta-feira, antes de renunciar à relatoria, o ministro negou que seja amigo de Vorcaro e que tenha recebido diretamente dinheiro do banqueiro e de Zettel.

Paralelamente, o objetivo é evitar a convocação da sessão conjunta do Congresso para análise de vetos presidenciais, conforme explicou uma liderança da base governista. Como se trata de pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mista, a leitura do requerimento deve ser

feita pelo presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP), em sessão conjunta com deputados e senadores.

Evitar a sessão conjunta do Congresso atrapalha outros interesses dos membros do Legislativo. A oposição e alas do Centrão, por exemplo, querem derrubar o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei (PL) da dosimetria, que reduz a pena do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ao mesmo tempo, a bancada do agronegócio mira o veto à regulamentação de faixas de fronteiras.

Nem o governo, nem algumas alas da oposição nem o Centrão querem começar uma investigação no âmbito do Legislativo. Certos parlamentares, entretanto, veem a possibilidade de obter ganhos eleitorais com a cobrança popular por resposta e com a possibilidade de as apurações atingirem seus rivais políticos.

Ao mesmo tempo, a crise aumenta a blindagem contra denúncias que pedem o impeachment de ministros do STF. A decisão de dar continuidade, ou não, a esse processo é do presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Logo, é remota a chance de prosperar eventual pedido de impeachment contra Toffoli ou outros ministros da Corte.

Há choques de interesses por todos os lados, como o avanço das investigações sobre irregularidades do Master com o fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Amapá (Amprev), que envolve aliados de Davi Alcolumbre. Um dos alvos da Polícia Federal é o ex-

Governo, alas da oposição e o Centrão não querem começar uma investigação



Vieira: relator da CPI do crime organizado defendeu que ministro do Supremo fosse afastado das investigações

presidente da Previdência do Amapá (Amprev) Jocildo Silva Lemos, pelo aporte de R\$ 400 milhões em fundos fraudados do Master. Paralelamente, o fundo de Previdência de Servidores do Rio de Janeiro também é investigado.

Enquanto Alcolumbre tenta desviar o foco para outros temas de interesse da sociedade — como os maus-tratos a animais e celebrações de carnaval —, outros parlamentares, em especial senadores, agem elevar a temperatura da crise.

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e coordenador da comissão especial que acompanha as investigações das fraudes no Master, senador Renan Calheiros (MDB-AL), marcou para o dia 24 o depoimento de Daniel Vorcaro ao colegiado. Renan disse que obtave autorização do ministro Dias

Toffoli para a oitiva. Na mesma semana, o empresário investigado deve também falar à CPI mista que investiga as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre a concessão de consignado pelo Master.

O também emedebista Alessandro Vieira (SE), que relata os trabalhos da CPI que apura a atuação do crime organizado no Brasil, solicitou na quinta-feira que a PGR peça a suspeição de Toffoli da relatoria do caso Master. O pedido foi feito antes de o ministro renunciar ao caso. De acordo com o senador, havia indícios suficientes para questionar a permanência do ministro no posto de relator. “A existência de um vínculo comercial em que o julgador figuraria, em tese, como beneficiário de recursos pagos pelo investigado mitigaria

de forma intensa a imparcialidade do Ministro Dias Toffoli”, registrava a representação.

Ainda no Senado, o presidente da CPI do crime organizado, senador Fabiano Contarato (PT-ES), anunciou que pautará para votação na próxima sessão do colegiado os requerimentos relacionados ao Master e aqueles que tentam apurar uma suposta relação indevida entre ministros do STF e Vorcaro. Entre os pedidos, estão as convocações dos irmãos do ministro Dias Toffoli e a quebra de sigilos da Reag e do dono da corretora, João Carlos Mansur.

Na semana pós-carnaval, outro ministro pode ser o próximo alvo do desgaste promovido pelo Legislativo: Alexandre de Moraes. Integrantes da CPI do crime organizado querem romper os sigilos bancário e fiscal da esposa do ma-

Planalto já avaliava situação de ministro insustentável

Sofia Aguiar e Caetano Tonet De Brasília

As informações sobre um relatório da Polícia Federal (PF) a respeito das ligações entre o banqueiro Daniel Vorcaro e o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), impulsionaram a defesa no Palácio do Planalto de que o magistrado deveria se afastar da relatoria do caso do Banco Master, o que acabou ocorrendo na noite de quinta-feira (12).

Ao longo do dia, a leitura de aliados do presidente Luiz Inácio

Lula da Silva era de que a manutensão de Toffoli à frente das investigações era insustentável. A avaliação era de que não cabe condenar o ministro no momento, mas o afastamento poderia ser benéfico ao próprio magistrado, por lhe garantir melhores condições de defesa, e evitar o comprometimento do processo de investigação.

Em meio a esse posicionamento do governo federal, Lula recebeu, na quinta, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, no Palácio do Planalto. Segundo fontes, ambos trata-

ram das grandes apurações da Justiça envolvendo bancos e bets, mas não especificamente de banco Master. Auxiliares do presidente afirmam que a reunião foi agendada no começo de fevereiro, quando Lula e Gonet se encontraram na abertura do ano do Judiciário, no dia 2.

O encontro ocorreu fora da agenda e durou cerca de 30 minutos. De acordo com interlocutores, o chefe do Executivo federal defendeu as apurações envolvendo bancos e bets e pediu ao PGR que as investigações sigam sendo feitas com rigor técnico.

A defesa pelo afastamento de Toffoli está alinhada à estratégia do Planalto de evitar manifestações públicas sobre o tema, sob o argumento de que se trata de assunto da alçada de outro Poder. Nos bastidores, no entanto, o governo acompanha atentamente os desdobramentos do caso e tem defendido uma investigação técnica a todos os envolvidos no caso.

Auxiliares de Lula afirmam que o Planalto foi surpreendido quando vieram a público as primeiras possíveis conexões entre o banco e o ministro. Porém, ad-

mitem que, agora, já esperam novos desdobramentos.

Mesmo assim, fontes do Planalto ressaltam que, até o momento, não há discussão sobre a possibilidade de apoiar um pedido de impeachment contra o ministro do STF. Em situações que envolvem acusações, Lula costuma reiterar a importância da presunção de inocência e que, no caso de Toffoli, também deve ser observado.

A crise envolvendo o agora ex-relator do caso Master se intensificou após a Polícia Federal (PF) entregar ao presidente do Supre-

mo Tribunal Federal, Edson Fachin, um relatório com informações do telefone de Daniel Vorcaro com citações a Toffoli. Depois disso, o magistrado admitiu que integra o quadro societário da Maridt, empresa que vendeu parte de sua participação no resort Tayayá a um fundo ligado a a Fabiano Zettel, cunhado do proprietário do banco Master.

À noite, Toffoli decidiu deixar a relatoria do caso, após reunião com os demais integrantes da Corte. A reunião foi convocada por Fachin e ocorreu a portas fechadas.

Eleições No encontro, presidente reiterou seu desejo de que o senador concorra ao governo de MG e encabece palanque no Estado

Pacheco encontra Lula e está mais perto de ser candidato

Caetano Tonet e Sofia Aguiar
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu na tarde de quarta-feira (11) o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) no Palácio do Planalto para reiterar o desejo que o parlamentar dispute o governo de Minas Gerais este ano. Segundo interlocutores, o parlamentar deixou o encontro praticamente convencido a concorrer e encabeçar o palanque no Estado em 2026.

No encontro, que durou cerca de 30 minutos, Pacheco tentou apresentar a Lula alternativas para não concorrer ao governo mineiro, mas, segundo fontes presentes na reunião, o presidente se recusou a ouvir as opções e reforçou que a única opção seria Pacheco.

O ex-presidente do Senado disse a Lula que estava ciente de sua “responsabilidade com Minas e com a democracia”, e falou que, no momento certo, tomará a decisão.

Lula aproximou-se de Pacheco nos dois primeiros anos deste terceiro mandato, quando o parlamentar presidiu o Senado em um momento turbulento, marcado pelos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023.

A aproximação com Lula colocou Pacheco em um campo político mais à esquerda, uma novidade para o senador que se elegeu, em 2018, como um candidato da centro-direita, derrotando justamente a ex-presidente Dilma Rousseff no pleito ao Senado.

Apesar das sucessivas negativas de Pacheco em concorrer e das falas de que deixaria a vida pública,

Lula insiste que o senador dispute o governo de Minas e lidere o palanque de sua reeleição no Estado. Em entrevista recente ao portal UOL, Lula disse que seu candidato irá vencer em Minas e que ainda convenceria Pacheco em uma conversa entre os dois.

Com esse cenário, Pacheco deve acelerar as articulações para resolver a questão partidária. Ele deixará o PSD, que no ano passado filiou o vice-governador Mateus Simões, que disputará a reeleição. Seu destino será o União Brasil.

A articulação da mudança de legenda de Pacheco partiu do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). O partido será comandado em Minas pelo deputado federal Rodrigo de Castro (União-MG), aliado de Pacheco e opositor de Zema.

Com o novo comando na legenda e a entrada de Pacheco, o partido terá um posicionamento antagônico ao PP, com quem forma uma federação, que apoia a candidatura de Simões e é oposição a Lula. Apesar disso, segundo aliados, Alcolumbre, secretário-geral do partido, tem garantido que Pacheco “contará com toda a estrutura necessária para disputar o governo”.

Com a definição da candidatura de Pacheco, fontes avaliam que a indicação do advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, passará a ter o apoio da cúpula do Senado, após as resistências de Alcolumbre e lideranças.

Outro ministro do governo que provavelmente terá o projeto político impactado é Alexandre Silveira, de Minas e Energia. Com a provável candidatura de



Pacheco: senador deve acelerar articulações para resolver questão partidária

Pacheco, aumentam as especulações que Silveira migre para o PSB e componha a chapa como candidato ao Senado.

O cenário deve marcar uma reaproximação de Pacheco com Silveira. Liderada por Alcolumbre, a

cúpula do Senado rompeu com Silveira durante sua gestão no MME por “se sentir traída” pelo ministro, que é ex-senador e teria sido indicado como o apoio da Casa.

Procurados, os citados não se manifestaram.

PSD articula sucessão de Fávaro na Agricultura

Rafael Walendorff e Sofia Aguiar
De Brasília

O governo está estudando uma dança das cadeiras nos ministérios com a saída do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, para disputar as eleições deste ano. Segundo apuração, o PSD quer ficar no comando da pasta, mas não estaria disposto a referendar automaticamente uma indicação de sucessor feita por Fávaro. A sugestão é que o cargo seja assumido por André de Paula, atual ministro da Pesca e Aquicultura, que não disputará o pleito.

A partir deste desenho, o partido manteria o controle da pasta, onde daria sequência às suas demandas, como a operacionalização de emendas parlamentares em ano eleitoral, e mais destaque para o ex-deputado pernambucano. No Palácio do Planalto, fontes afirmam que a indicação estaria sendo construída ouvindo especialmente as indicações da bancada, mas que também contará com a chancela

da área do Executivo federal.

Fávaro deve sair do cargo até o início de abril, quando se desincompatibilizará da pasta para poder concorrer à reeleição ao Senado por Mato Grosso. Apesar de André de Paula ser a favorito a integrar o Ministério da Agricultura, o martelo ainda deverá ser batido em breve.

Fávaro disse que a escolha caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem discutiu o tema na quinta-feira (12), mas que o sucessor terá que dar continuidade às políticas implementadas desde 2023. “O presidente Lula tem dito que o governo não pode ter nenhum tipo de interrupção das políticas”, disse ao Valor. “O PSD tem o pleito de manter o ministério, isso já foi comunicado pelo líder do partido na Câmara. Com isso, a decisão fica ainda mais para o presidente da República”, acrescentou.

A indefinição na Agricultura é fruto de uma particularidade. O secretário-executivo do ministério, Irajá Lacerda, que seria o substituto natural, vai se candidatar a deputa-

do federal por Mato Grosso e também deixará o cargo daqui a 60 dias. Guilherme Campos (PSD), ex-deputado federal e homem de confiança de Gilberto Kassab, presidente do PSD, deixará a Secretaria de Política Agrícola em breve para concorrer a uma cadeira na Assembleia Legislativa de São Paulo.

O mais cotado internamente, que tem se movimentado nos bastidores para assumir o cargo e conta com o aval de Fávaro, é Carlos Augustin. Uma das poucas pontes entre a composição atual do ministério e a bancada ruralista, ele foi responsável pela criação do principal programa da pasta nesta gestão, o Caminho Verde Brasil, que mobilizou mais de R\$ 30 bilhões

Ministro deixará a pasta para disputar reeleição ao Senado pelo Mato Grosso

para financiamentos para recuperação de áreas degradadas.

Augustin também ajudou a articular ações na política agrícola, para aberturas de linhas de crédito em dólar, por exemplo. Com autonomia no cargo, mantém agendas diretas com o Ministério da Fazenda e bancos que atuam no crédito rural.

“Ele está aqui, conhece tudo, está comigo desde o primeiro dia do ministério e foi muito útil e importante. É um perfil que daria continuidade nas políticas implementadas”, relatou Fávaro.

Empresário do ramo de sementes de soja em Mato Grosso e um dos fundadores do Instituto Pensar Agropecuária (IPA), braço técnico da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Teti, como é conhecido, trabalha para convencer o Palácio do Planalto a efetivar seu nome para o cargo. Ele também tem a simpatia de algumas entidades do setor produtivo entre os nomes ventilados até agora.

Filiado ao PT e com influência no partido em Mato Grosso, Augustin

tem declarado abertamente que quer ser ministro. Interlocutores dizem que falta a ele traquejo político para assumir o cargo.

Fontes do setor não descartam a possibilidade de José Lacerda (PSD-MT), suplente de Fávaro no Senado e pai do secretário-executivo Irajá Lacerda, assumir o posto.

Outro nome citado foi o de Luis Rua, atual secretário de Comércio e Relações Internacionais da pasta. Egresso do setor de proteína animal, atua diretamente na abertura de novos mercados para os produtos do agronegócio brasileiro, pauta mais bem-sucedida do ministério nessa gestão.

Voltou ao radar o nome de Roberto Perosa, hoje é presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), que reúne empresas como JBS, MBRF e Minerva. A interlocutores, ele tem negado intenção de assumir o ministério.

Cléber Soares, secretário-executivo-adjunto, responsável pela parte operacional da pasta, também foi lembrado.

TSE nega suspensão de samba-enredo sobre Lula

Giullia Colombo
De Brasília

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negou, por unanimidade, o pedido de suspensão do samba-enredo da Acadêmicos de Niterói, que homenageará o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no carnaval do Rio com o enredo “Do alto do Mulungu surge a esperança: Lula, o operário do Brasil”, no Grupo Especial.

Os ministros julgaram na quinta-feira dois pedidos de suspensão por propaganda eleitoral antecipada, do Novo e do deputado federal Kim Kataguirí (União-SP), que também questionavam o repasse de recursos públicos à escola de samba — o mesmo valor também foi distribuído a outras agremiações do Grupo Especial.

Por unanimidade, os ministros entenderam que a suspensão poderia configurar censura prévia e que, até o momento, não há comprovação de ilícito eleitoral. O colegiado, porém, não descartou nova análise após o desfile.

Relatora do caso, a ministra Estela Aranha afirmou que ainda não é possível comprovar propaganda eleitoral antecipada. Para ela, impedir a manifestação artística seria restrição inadequada ao debate democrático. “Vale salientar que o período pré-campanha é compreendido como espaço de formação da opinião pública, e restringir manifestações artísticas e culturais previamente simplesmente por se ter notícias de ter manifestações políticas, configuraria censura prévia, indireta e restrição desproporcional ao debate democrático, mesmo que se apresentasse indícios de possível futuro ilícito”, afirmou. Segundo ela, eventual irregularidade deverá ser analisada após o evento.

Ao votar, a ministra Cármen Lúcia destacou que a “festa do carnaval não pode ser fresta para ilícito eleitoral de ninguém”, alertando para o risco de que “pessoas que já se anunciaram como candidatos” possam transformar o ambiente em espaço para propaganda irregular.

No mesmo sentido, o ministro Nunes Marques, que presidirá o TSE nas eleições de outubro, disse que ainda não há fato concreto que justifique intervenção da Justiça Eleitoral: “Não sabemos, neste momento da votação, dimensionar se houve algum privilégio ou abuso”, comentou, ao ressaltar que “há cautela de não fazer censura prévia”. Ele destacou que será preciso aguardar os fatos para eventual análise mais aprofundada.

Lula deve assistir ao desfile na Marquês de Sapucaí, e a primeira-dama, Rosângela Janja da Silva, avalia participar. PT, Palácio do Planalto e a escola não comentaram as ações.

Jorge Seif mantém mandato no Senado

De Brasília

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu manter o mandato do senador Jorge Seif (PL-SC). Ele era acusado de abuso de poder econômico nas eleições de 2022. A suspeita era de que ele havia usado aviões e a estrutura institucional de empresas e sindicatos para promover a candidatura de forma irregular.

No julgamento de quinta-feira (12), os ministros entenderam, no entanto, que não havia

provas fortes o suficiente para condenar Seif e cassar o seu mandato. A decisão foi unânime.

Ao votar, a presidente da corte eleitoral, ministra Cármen Lúcia, disse que, apesar de identificar indícios que poderiam levar à conclusão de que houve abuso de poder econômico, a complementação das provas determinada pelo relator, ministro Floriano de Azevedo Marques, mostrou que os elementos não eram contundentes.

“Seria necessário que a prova fosse contundente, cabal e taxativa

e não um conjunto de ilações ou indícios que levam à plausibilidade do adotado. Tem-se um conjunto de dados que poderiam levar perfeitamente à conclusão buscada pelo recorrente, entretanto, para o provimento do recurso seria imprescindível que houvesse a prova definitiva, o que não parece ter sido feito nem mesmo após as diligências”, declarou a ministra.

O processo chegou ao TSE por meio de um recurso da coligação de Raimundo Colombo (PSD), ex-governador de Santa Catarina e segundo colocado na disputa ao Senado contra o parlamentar do PL em 2022. A cassação foi rejeitada, por unanimidade, pelo Tribunal Regional Eleitoral de

Santa Catarina (TRE-SC).

A acusação contra o senador catarinense envolve o empresário Luciano Hang, dono das lojas Havan, e um dirigente do Sindicato das Indústrias Calçadistas de São João Batista. Seif teria usado durante a campanha a estrutura das lojas Havan, como aeronaves, a equipe de marketing, canais de comunicação e funcionários, em benefício da sua candidatura.

Os adversários do senador também alegavam que ele teria recebido a doação ilegal de um helicóptero sem declaração para deslocamentos durante a campanha, além de ter sido supostamente financiado por uma entidade sindical. Os suplentes e um dirigente do

Sindicato das Indústrias Calçadistas de São João Batista (SC) também são alvos do processo.

Em relação aos demais acusados, o colegiado também não viu provas suficientes de que a Havan tenha fornecido estrutura para a divulgação de material propagandístico, nem usado a equipe de marketing da empresa. Ainda descartaram que uma entidade sindical tenha privilegiado a candidatura do parlamentar de forma irregular.

O julgamento começou em abril de 2024, quando a corte eleitoral decidiu suspender a análise para complementar a produção de provas. Na ocasião, o Ministério Público Eleitoral (MPE) havia defendido a cassação do senador.

O caso foi retomado na terça-feira (10), com o voto do relator contra a cassação de Seif. Ele criticou a atuação do juízo de primeira instância no caso e do MP estadual por não ter tentado complementar as provas no caso. De acordo com o ministro, apesar de haver indícios de “condutas erráticas”, as provas necessárias para a cassação do mandato devem ser “mais fortes e mais robustas” do que as que foram produzidas no decorrer do processo.

Em nota, Seif manifestou “profunda gratidão” pelo resultado do julgamento, celebrando a manutenção do seu mandato: “Hoje, o Tribunal Superior Eleitoral confirma aquilo que Santa Catarina já havia reconhecido por unanimidade no Tribunal Regional Eleitoral: não houve irregularidade. Não houve crime. Houve uma eleição legítima, fruto do voto livre e soberano do povo catarinense.” (GC)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL/RN
AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) da Prefeitura Municipal do Natal/RN, por seu Agente de Contratação abaixo identificado, torna público a realização do certame a seguir: **PREGÃO ELETRÔNICO: 91.007/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO: 20250877433-SMS (UASG: 925162) – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS**, para a contratação de empresa especializada para o eventual fornecimento de Medicamentos injetáveis. – Edital disponível no Portal de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), no Portal Nacional de Contratações Públicas (pnpc.gov.br) e no Portal da Transparência da Prefeitura do Natal (compras.natal.rn.gov.br) – ABERTURA: 25/FEVEREIRO/2026, às 10h00min (horário de Brasília). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo e-mail: pregao.semad@natal.rn.gov.br.
Natal/RN, 12 de fevereiro de 2026.
Marcos Freire Bezerra – Agente de Contratação da SEMAD/PMN.

FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÉUTICAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 01/2026 - FCF

PROCESSO Nº: 154.00013616/2025-71

A Faculdade de Ciências Farmacéuticas torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob nº: **01/2026 - FCF**, do tipo menor preço, cujo objeto é **aquisição de licenças de software**, conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de recebimento das Propostas Eletrônicas será no **dia 13/02/2026 a partir das 08:00hs**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 04/03/2026, às 09:30hs**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **“Portal de Compras do Governo Federal – Compras.Gov”** através do site: <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 13/02/2026**, na página do **Compras.Gov**.

Argentina Após passar pelo Senado, analistas alertam que o projeto de lei não aumentará empregos em uma economia estagnada

Milei aprova reforma trabalhista, mas analistas veem limitações

Luiza Palermo
De São Paulo

O governo de Javier Milei conquistou uma vitória política notável ao aprovar na madrugada de ontem, no Senado, uma aguardada reforma trabalhista, que defende como essencial para a modernização do mercado de trabalho argentino, após décadas sem avanços, e para a criação de empregos. Analistas alertam, porém, que a lei — que avança agora para a Câmara dos Deputados — dificilmente produzirá resultados relevantes se a economia não retornar o crescimento.

Aprovada por 42 votos a favor e 30 contrários, a votação ocorreu em meio a protestos de milhares de sindicalistas e opositores do lado de fora do Congresso, refletindo a sensibilidade do tema, que há anos trava qualquer alteração significativa da lei de 1974. Tanto a ditadura militar quanto governos democráticos de diferentes orientações fracassaram em tentativas de implementar mudanças em um mercado de trabalho marcado por altos níveis de informalidade (42,9%) e quase uma década sem criação sustentada de empregos formais.

Embora Milei defenda que pode reverter esse cenário com a reforma — que propões modernizar as relações de trabalho, reduzir custos trabalhistas e diminuir o poder dos sindicatos — economistas afirmam que o principal fator por trás das recentes perdas de empregos é a estagnação, e em alguns casos queda, da atividade econômica.

“Sem crescimento econômico, uma reforma trabalhista — independentemente de sua origem e objetivos — tem poucas chances de produzir efeitos imediatos”, diz Dante Moreno, economista da consultoria EPyCA. “Em uma economia com redução gradual do poder de compra dos salários e enfraquecimento do tecido produtivo e comercial, a criação de empregos parece um objetivo utópico.”

Mudanças da reforma trabalhista de Milei

Governo quer reduzir custo para empresas e estimular contratações

Indenizações em caso de demissão

Reduz a base de cálculo e não serão mais consideradas as férias, o 13º salário, gorjetas ou bônus. Será estabelecido um teto salarial como base remuneratória, que não poderá exceder três vezes o salário médio mensal, conforme o acordo coletivo aplicável à categoria do trabalhador. Prevê atualização dos valores pela inflação, acréscidos de adicional de 3% ao ano.



Fundo de indenização

Cria um fundo obrigatório ao qual os empregadores devem contribuir para financiar o pagamento de indenizações por demissão. Autoridades estimam que o fundo possa chegar a até US\$ 4 bilhões.



Férias

Empregadores deverão conceder as férias entre 1º de outubro e 30 de abril do ano seguinte. Partes podem acertar que descanso seja fora desse período. Projeto também permite fracionamento das férias, em acordo mútuo entre empregadores e trabalhadores, desde que cada um dos períodos não seja inferior a sete dias.



Licença médica e redução de salários

Cria critérios diferenciados para casos de doença ou acidente sem relação com o trabalho. Se o evento tiver origem em uma conduta voluntária e arriscada, o trabalhador terá direito a 50% do salário básico por três meses, ou por seis meses se tiver dependentes. Quando esse tipo de conduta não for verificado, o pagamento será de 75% nos mesmos prazos.



Jornada trabalhista e banco de horas

Estabelece possibilidade de ampliar jornada diária de 8 para 12 horas, desde que sempre seja respeitado um descanso de 12h entre os dias de trabalho. Horas extras poderão continuar sendo realizadas da mesma forma, sendo que trabalhador e empregado poderão voluntariamente chegar a um acordo sobre regimes de compensação por meio de banco de horas ou folgas.



Direito de greve

Fixa percentuais mínimos de funcionamento durante as greves, de acordo com o tipo de atividade. Serviços considerados essenciais deverão garantir cobertura de 75%, enquanto os classificados como fundamentais deverão assegurar ao menos 50%. Sindicatos deverão apresentar previamente plano de execução da paralisação.



Negociação coletiva

Permite que trabalhadores e sindicatos locais negociem acordos diretamente com as empresas, que prevalecerão sobre negociações coletivas em nível nacional.



Cortes de impostos

Elimina impostos sobre a venda de carros, celulares e outros bens de consumo.



Fonte: Texto da reforma trabalhista; Bloomberg

“Embora a reforma reduza significativamente custos legais e administrativos, seu sucesso na geração de emprego em massa dependerá do desempenho macroeconômico”, diz Alejandro Stivaktas, gerente de Assuntos Públicos na ILYC, na Argentina. “A lei busca eliminar o ‘medo de contratar’, mas a demanda real por trabalho virá da retomada

econômica e da eliminação definitiva das restrições cambiais.”

Ainda assim, a reforma, se aprovada, poderá servir de impulso para a agenda econômica de Milei, que planeja avançar com outras medidas estruturais para destravar o crescimento. O presidente, que já havia fracassado em aprovar uma reforma em 2023, adotou desta vez uma

abordagem mais pragmática, realizando 28 concessões para obter apoio adicional de parlamentares da oposição moderada e de governadores. Entre elas, a exclusão de um artigo que teria reduzido o imposto sobre a renda dos empregadores, em razão do impacto na arrecadação das províncias.

“É uma vitória política muito significativa, embora seja uma reforma minimalista, o governo teve que negociar com múltiplos atores”, diz Sergio Berensztein, da consultoria berenstein.com. “Isso pode ser o início de uma agenda ambiciosa, com outras reformas econômicas enviadas pelo presidente ao Congresso.”

Sob pressão dos bancos argentinos, Milei também retirou do texto a possibilidade de trabalhadores optarem por receber salários diretamente em carteiras digitais, como Mercado Pago. Outras propostas iniciais que ameaçavam reduzir a arrecadação sindical — como a exigência de inscrição voluntária em vez de contribuições automáticas — foram suavizadas pelos senadores.

O projeto também introduz o conceito de remuneração dinâmica, que permite salários variáveis vinculados à produtividade e passa autorizar a permissão de pagamento de salários em moeda estrangeira.

Para Juan Pablo Ronderos, sócio da consultoria MAP, as mudanças podem ter impacto positivo em setores como indústria, comércio, gastronomia, mineração e serviços intensivos em mão de obra. “Nesses setores, a maior previsibilidade regulatória e redução de riscos legais podem melhorar decisões de investimento e contratação”, completa.

Agora, o texto passa por um teste crucial na Câmara dos Deputados, previsto para o final de fevereiro, quando algumas emendas feitas pelo Senado podem ser alteradas ou revertidas. “Embora o governo tenha ampliado sua base em ambas as casas do Congresso, ainda precisa de acordos mais amplos para garantir os votos necessários”, diz Stivaktas.

Rússia pode enviar petróleo a Cuba, diz jornal

Reuters

A Rússia está se preparando para enviar cargas de petróleo bruto e combustível para Cuba em um futuro próximo, segundo o jornal de Moscou Izvestia, que cita como fonte a embaixada russa em Havana. O envio representaria um desafio aos EUA, depois de o presidente americano, Donald Trump, ter ameaçado retaliar, com tarifas e outras sanções, qualquer país que abastecesse a ilha com petróleo. A Rússia se recusou a confirmar ou desmentir a informação.

Projeto que reduz jornada de trabalho para 40 horas semanais avança no México

Agências internacionais

O Senado do México aprovou na quarta-feira à noite uma proposta de redução da jornada de trabalho semanal, de 48 para 40 horas. A medida foi aprovada por unanimidade com 121 votos e agora segue para a apreciação da Câmara.

Se a reforma trabalhista for aprovada nas duas casas, ela entrará em vigor em 1º de maio, com efeito a partir de janeiro de 2027. A ideia é diminuir A jornada mensal em duas horas por ano entre 2027 e 2030, sem que isso represente

uma redução salarial. A medida que deve impactar a vida de cerca de 13,4 milhões de trabalhadores.

“Trabalhar menos horas não significa produzir menos, mas sim viver melhor”, afirmou a senadora Geovanna Bañuelos de la Torre, presidente da Comissão de Trabalho e Previdência Social, durante a apresentação do projeto de lei, segundo o jornal mexicano El Economista.

O México lidera o ranking da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em horas de trabalho mais longas, com 2.226 horas

por pessoa anualmente, de acordo com a Reuters. O país também tem a menor produtividade laboral e os salários mais baixos entre os 38 Estados-membros.

A proposta de reforma trabalhista apresentada ao Congresso pela presidente, Claudia Sheinbaum, em dezembro do ano passado, após anos de discussões com o setor privado. A proposta também estabelece um novo limite para horas extras, aumentando o limite semanal de nove para 12 horas. Além disso, impede que menores de 18 anos façam horas extras.

Trump invalida conclusão científica e revoga regras climáticas da era Obama

Daniela Chiaretti
De São Paulo

Em 34 minutos na tarde de ontem Donald Trump jogou uma pá de cal no alicerce da política climática dos Estados Unidos. La-deado por Lee Zeldin, que dirige a agência ambiental americana, a EPA, Trump revogou o fundamento científico que dá base para a maior regulamentação dos EUA no combate à crise climática. No anúncio à imprensa, o presidente disse que as medidas, editadas no governo de Barack Obama, eram “paralisantes” para a economia e criadas para “facilitar a nova fraude verde”. Organizações ambientalistas prometem judicializar a decisão.

Trump revogou a declaração de perigo iminente —the endangerment finding, em inglês. Trata-se de um parecer científico divulgado em 2009 pela própria EPA —espécie de ministério do Meio Ambiente dos EUA—, que dizia que o acúmulo de gases-estufa na atmosfera representa risco para a saúde pública. A constatação exigia que a EPA tomasse medidas em acordo com a Lei do Ar Limpo (o Clean Air Act, de 1970), para reduzir as emissões de CO₂ e outros quatro poluentes que retêm calor e são emitidos por veículos e térmicas a carvão.

Foi uma estratégia do governo Obama de utilizar a EPA para implementar medidas regulatórias e evitar a obstrução do Congresso às leis climáticas. Desta forma, o maior emissor histórico de gases-estufa conseguia controlar suas maiores fontes — energia e transportes. Foi a base para o acordo celebrado depois com a China, o maior emissor atual de gases-estufa. O Acordo de Paris, de 2015, nasceu deste esforço.

“Estamos oficialmente encerrando o desastre da era Obama-Biden que severamente danificou a indústria americana e levantou espantosamente os preços aos consumidores para produtos incrivelmente piores”, disse Trump. Esse “grande golpe”, continuou, “Obama e Biden usaram para destruir milhares de empregos”, seguiu.

Continuou afirmando que a medida “evitará que a Califórnia estabeleça padrões de emissões para regular os EUA como um todo”. A Califórnia tem tradição de vanguarda em leis ambientais e é governada pelo democrata Gavin Newsom, que vem ganhando destaque por suas críticas a Trump.

Zeldin seguiu no mesmo tom: “O que muitos consideram o Cálise Sagrado da regulação de Obama, em 2009, está sendo, agora, eliminado”. Seguiu: “Foi a regulação ideológica mais cara imposta ao nosso país. Estrangulou um setor inteiro da economia americana”. Sem dar provas, disse que “quem pagou o maior preço foram as famílias trabalhadoras, os pequenos negócios e milhares de americanos que queriam carros para levar crianças à escola ou ir à igreja aos domingos”. Zeldin atacou os carros elétricos, Trump, as torres de energia eólica. “São a mais cara fonte de energia”, disse, o que não é verdade, “construídas na China e na Alemanha. Vamos tratar de parar eólicas neste país”.

Em setembro, a Academia Nacional de Ciência dos EUA publicou relatório dizendo que a declaração de perigo da EPA, de 2009, “foi precisa, resistiu ao tempo e é agora reforçada por evidências científicas ainda mais fortes”.

“Vamos tratar de parar as geradoras eólicas neste país” Donald Trump

Manish Bapna, presidente e CEO do NRDC (Natural Resources Defense Group, uma das mais influentes organizações ambientais dos EUA) disse que a “ação cínica e devastadora da EPA de Trump não prosseguirá sem luta. Nós os veremos no tribunal”. Definiu o ato de Trump como “o maior ataque da história aos esforços do governo federal para combater a crise climática”. Seguiu: “Essa decisão resultará em mais desastres não naturais, de tempestades extremas a ondas de calor mortais, prejudicando pessoas em todo o país. A EPA deveria estar trabalhando para proteger todos os americanos e não dando carta branca aos bilionários do petróleo”. Na véspera, Trump havia sido homenageado em um evento do setor de carvão.

Eduardo Viola, professor de relações internacionais do IEA/USP e da FGV diz que Trump está “promovendo um retrocesso gigantesco na política climática, mas a grande questão é se conseguirá continuar aprofundando o avanço na direção da autocracia ou não”

Epstein tinha registro de CPF no Brasil desde 2003

Agências internacionais

O ex-bilionário Jeffrey Epstein, que morreu na prisão em 2019 enquanto aguardava julgamento após acusações de exploração sexual de menores e outros crimes, possui um CPF regular no Brasil. A informação aparece no mais recente conjunto de documentos divulgado pelo Departamento de Justiça dos EUA sobre o caso do ex-financeiro.

Entre mais de 3 milhões de arquivos recentemente tornados públicos, autoridades americanas mencionam a existência de um “CPF brasileiro” associado a uma procuração. A referência consta em um documento que aparenta ser um inventário de materiais apreendidos pela polícia durante as investigações envolvendo Epstein.

Não há indicação de que o ex-bilionário tenha efetivamente utilizado o documento brasileiro. O arquivo que menciona o CPF parece apenas listar documentos recolhidos pelas autoridades dos EUA no curso do caso.

Uma consulta feita ontem ao sistema da Receita Federal mostrou que o CPF emitido em nome de Jeffrey Edward Epstein está em “situação regular”. O cadastro foi realizado em 23 de abril de 2003 e inclui a data de nascimento do criminoso sexual, que morreu em 20 de janeiro de 1953.

Os documentos do caso também revelam interesses de Epstein no Brasil e conexões com cidadãos brasileiros. Em trocas de e-mails e mensagens com diversos interlocutores, o ex-bilionário citou políticos brasileiros, como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-presidente Jair Bolsonaro, além de empresários como Eike Batista.

Em outro episódio relacionado ao Brasil, Epstein discutiu com a empresária alemã Nicole Junkermann a possibilidade de obter cidadania brasileira. Em um e-mail de 5 de outubro de 2011, ao ser questionado sobre essa hipótese, respondeu no mesmo dia que achava a ideia “interessante”, mas ponderou que “vistos podem ser um problema, quando viajar para outros países”.

Epstein também teria transferido dinheiro ao brasileiro Reinaldo da Silva, que é casado com o ex-embaixador do Reino Unido em Washington, Peter Mandelson. As relações de Mandelson com o criminoso sexual passaram a ameaçar o governo do primeiro-ministro britânico, Keir Starmer.

Mandelson acabou sendo demitido por Starmer, mas a tentativa de indicá-lo para um cargo — mesmo após o primeiro-ministro ter sido informado sobre a proximidade do ex-embaixador com Epstein — desencadeou uma crise política.



MANJIBHOSSAIN/OPW

TV projeta vitória de partido centrista em Bangladesh

O Partido Nacionalista de Bangladesh (PNB, centrista) venceu a histórica eleição parlamentar de ontem, segundo projeções da TV local. A legenda é liderada por Tarique Rahman, um dos principais candidatos ao cargo de primeiro-ministro e filho de 60 anos da ex-primeira-ministra Khaleda Zia e do ex-presidente Ziaur Rahman. Suas promessas de campanha incluem ajuda financeira para famílias pobres, um limite de 10 anos para um indivíduo permanecer como primeiro-ministro, estímulo à economia por meio de medidas como investimentos estrangeiros e medidas anticorrupção. A eleição de ontem foi a primeira desde a revolta de 2024, liderada pela Geração Z, que derrubou a primeira-ministra Sheikh Hasina, que governou o país por mais de 20 anos. A segunda maior bancada deve ficar com o partido islâmico Jamaat-e-Islamiya. Na foto, eleitoras fazem fila para votar durante a eleição, em Daca.

Setor de serviços começa a perder fôlego, e preços recuam

Depois de nove meses de resultados positivos consecutivos, o setor de serviços começou a desacelerar, o que traz melhores perspectivas para a queda da inflação. O índice de desempenho do setor em dezembro divulgado ontem pelo IBGE aponta que, na média móvel trimestral, houve estabilidade (crescimento zero), enquanto no ano o setor avançou 2,8%. Serviços têm o maior peso no PIB (65%), e a evolução de seus preços tem impedido que a inflação caia com força, mesmo com a maior taxa de juros desde 2006. O recuo de dezembro ajuda a explicar em parte a queda de seus preços em janeiro — de 6% em dezembro para 5,29% agora.

A queda da inflação para dentro da banda da meta em 2025, que se mantém — o IPCA em 12 meses foi de 4,44% em janeiro —, se deve principalmente à enorme descompressão dos preços dos alimentos, com alta de 0,23% em janeiro, a menor da série histórica para o mês em 20 anos. Os bens industriais apresentaram deflação recorde de 4,53%, e tiveram queda de preços durante 10 dos 12 meses de 2025. Com os preços das commodities também bem comportados, quedas adicionais relevantes do IPCA dependerão do comportamento dos serviços.

Apesar da queda recente, os preços dos serviços em doze meses ainda estão muito acima da média da inflação, da mesma forma que a desaceleração do setor ainda é incipiente — em novembro, bateu o recorde da série histórica. Ambos dependem do comportamento do mercado de trabalho, ainda aquecido, mas a caminho de uma desaceleração lenta e gradual. Há pleno emprego no país, com uma taxa de 5,6% de desocupados, escassez de mão de obra em vários segmentos da economia, elevação dos salários de admissão e ampliação considerável da massa de rendimentos.

Todos esses fatores influem na determinação dos preços dos serviços. Ainda que seu volume tenha recuado 0,4 em dezembro e a média trimestral se estabilizado, os serviços às famílias, diretamente influenciados pelo avanço dos salários, apresentaram expansão de 1,1%. A perda de fôlego da economia como efeito da política monetária restritiva tende a diminuir o ímpeto do consumo e o nível de emprego, colocando freio nos preços do setor, como começou a ocorrer. A continuidade desse movimento, porém, não está assegurada.

A política de aumentos reais do salário mínimo tem um impacto muito relevante na formação dos preços dos

serviços. Além disso, a isenção do Imposto de Renda para os que ganham até R\$ 5 mil por mês começou a valer em janeiro e não se sabe quais efeitos líquidos terá. Uma parcela do dinheiro extra, que se estima em algo como R\$ 28 bilhões, estará disponível e poderá ser dirigida para o consumo ou para quitar débitos. Cerca de 28% do orçamento das famílias brasileiras hoje é consumido por dívidas (excluídas as com habitação), e, segundo o Serasa, quase metade da população adulta do país encerrou o ano passado com débitos em atraso, em um estoque que soma R\$ 518 bilhões.

Por outro lado, o esfriamento do mercado de trabalho poderá ter um impacto mais que proporcional no aumento real dos salários. Segundo pesquisa da consultoria 4intelligence, a quase totalidade dos ganhos reais de renda está sendo puxada por pessoas que se desligam voluntariamente para buscar — e conseguir — recolocação com maiores vencimentos. A proporção dos desligamentos voluntários no total de desligamentos chegou a um recorde e atinge 36%. Uma diminuição da oferta de trabalho tende a conter esse movimento e amortecer o avanço dos rendimentos do trabalho, com efeitos baixistas nos preços dos serviços. Os preços dos serviços intensivos em trabalho recuaram de 6,83% anuais em dezembro para 6,7% em janeiro.

Os números de desempenho da oferta de serviços do IBGE apontam outro movimento do setor que ao longo do tempo pode contribuir para algum alívio nos preços gerais da economia, pelo aumento de produtividade que prometem. Os serviços em tecnologia da informação e comunicação cresceram 6,2% em doze meses encerrados em dezembro, e os de serviços de TI propriamente ditos, mais que o dobro disso (12,2%), o que indica um bom ritmo de investimentos para modernização, possivelmente puxado pela inteligência artificial. Em 5 anos, o volume desse tipo de serviço evoluiu 84,4%.

A continuidade da desinflação de serviços dependerá também dos gastos de União, Estados e municípios em um ano eleitoral, quando tendem a crescer. O presidente Lula não quer que a economia dê sinais claros de fraqueza enquanto disputa a reeleição, e o Congresso ganhou o direito de antecipar até junho a maior parte das emendas às quais passou a ter direito (R\$ 51 bilhões no orçamento). Mesmo assim, se as condições atuais prevalecerem e não houver choques externos, com mudança abrupta no comportamento do dólar, a inflação continuará caminhando em direção à meta, abrindo espaço para juros menores.

Float reforça diagnóstico de deterioração fiscal. Por Alexandre Manoel e Adhemar Ranciaro Neto

Além da meta: restos a pagar e trajetória da dívida pública

O debate fiscal brasileiro mostra que cumprir formalmente a meta de resultado primário pouco diz sobre a sustentabilidade da dívida pública. As exceções frequentes ao arcabouço fiscal, como precatórios, despesas fora da meta e reclassificações, tornaram esse diagnóstico quase consensual. No entanto, os dados do Tesouro Nacional para 2025 revelam um problema mais profundo: a execução dos gastos apresenta uma inflexão preocupante, acompanhada do crescimento do estoque de restos a pagar e do float associado.

Entre 2017 e 2022, a Despesa Primária Total acumulada em 12 meses, ajustada pelo IPCA de dezembro de 2025, cresceu R\$ 128,4 bilhões. Já entre 2023 e 2025, em apenas três anos, aumentou R\$ 324,5 bilhões: mais de 2,5 vezes em metade do tempo. Isso mostra que, enquanto em 2017-2022 houve ajuste fiscal, ainda que imperfeito, a partir de 2023 a despesa pública cresceu de forma significativa e acelerada.

Diante desses dados, não faz sentido atribuir a deterioração da dívida pública bruta, que cresceu 7 pontos percentuais do PIB de 2023 a 2025, exclusivamente às taxas de juros elevadas. Essa narrativa ignora o comporta-

mento da despesa e, sobretudo, os sinais emitidos pela execução financeira. É nesse contexto que se insere o conceito de float de restos a pagar, que conecta diretamente a execução orçamentária à sustentabilidade da dívida¹.

O float é definido como o volume de restos a pagar inscritos para um determinado exercício, menos os valores pagos e cancelados ao longo do mesmo período. Na prática, os restos a pagar inscritos para 2025, por exemplo, são registrados em 31 de dezembro de 2024; ao longo de 2025, parte desse estoque é liquidada ou cancelada. O float mede exatamente a despesa que sobrevive ao fim do exercício, tornando mais efetivo o potencial deletério da inscrição.

Quando o float é crescente, indica que parte relevante do “ajuste” fiscal ocorre via postergação de pagamentos, criando uma espécie de quase-dívida de curtíssimo prazo, fora das métricas tradicionais da dívida bruta, mas economicamente relevante.

A leitura da série histórica em valores reais (IPCA de dezembro de 2025) mostra uma mudança clara de regime na dinâmica dos restos a pagar e, sobretudo, do float. No período 2003–2005, o float médio era baixo (R\$ 7,6 bilhões), compatível com um am-



biente de execução mais aderente ao ciclo orçamentário, apesar de inscrições médias relevantes (R\$ 74,2 bilhões). Entre 2006 e 2016, observa-se um salto expressivo do float médio (R\$ 88,3 bilhões), acompanhado de inscrições também elevadas (R\$ 268,4 bilhões), refletindo anos de expansão do gasto e crescente dificuldade de pagamento tempestivo.

Já no intervalo 2017–2022, período marcado pela consolidação fiscal, o float médio recua para R\$ 68,5 bilhões, mesmo com inscrições ainda altas (R\$ 262,8 bilhões), com melhora relativa na qualidade da execução. A par-

tir de 2023, contudo, o quadro se deteriora novamente: o float permanece elevado e volta a crescer (R\$ 63,4 bilhões em 2023, R\$ 65 bilhões em 2024 e R\$ 68,6 bilhões em 2025), enquanto as inscrições de restos a pagar aceleraram de forma contínua (R\$ 291,7 bilhões, R\$ 312,1 bilhões e R\$ 325,8 bilhões, respectivamente). Para 2026, a inscrição de RAP já é conhecida e elevadíssima, R\$ 391,5 bilhões, sugerindo que o float crescerá significativamente.

O ponto central é que o float cresce justamente no período em que a despesa se acelera. Isso indica não apenas perda de qualidade da execução, com mais gas-

GRUPOGLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor
é uma publicação da Editora Globo S/A
Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.br/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)

Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherinevieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)

Sucursais
Brasil: Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Rio: Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)

Editoras de Núcleo
Empresas: Mônica Scaramuzzo
(monicascaramuzzo@valor.com.br)
Finanças: Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)

Editores
Agronegócios: Patrick Cruz
(patrick.cruz@valor.com.br)
Brasil: Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Carreira: Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Cultura: Hilton Hida
(hiltonhida@valor.com.br)

Internacional: Roberto Lameirinhas
(roberto.lameirinhas@valor.com.br)
Legislação & Tributos: Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Política: Marcello Corrêa
(marcello.corrêa@valor.com.br)
Projetos Especiais: Célia Rosenblum
(celia.rosenblum@valor.com.br)
S.A.: Nelson Niero
(nelsonniero@valor.com.br)
Tendências & Tecnologia: Cynthia Malta
(cynthiamalta@valor.com.br)
Valor Online: Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Valor PRO: Roberta Costa
(roberta.costa@valor.com.br)
Visual Multiplatformas: Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)

Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adrianamattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro
(alex.ribeiro@valor.com.br)
César Felício
(cesarfelicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)

Lu Aiko Otta
(luaiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marliolmos@valor.com.br)

Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)

Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelleboucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

Valor Data
Coordenador: William Volpato
(williamvolpato@valor.com.br)

Valor Investe
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

Pipeline
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(mariafilgueiras@valor.com.br)

Valor International
Editor: Samuel Rodrigues
(samuelrodrigues@valor.com.br)

Nova Globo Rural
Editor-executivo: Cassiano Ribeiro
(cassiano@edglobo.com.br)

Valor PRO
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Rua Gerivalta 207 - 12º e 13º andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521.1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333
Legal SP 0 xx 3767 1323. **Redação** 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 - Brasília Shopping - Torre Sul - sala 301 - 3º andar - Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 - Nível 2 - Bairro: Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados

SP interior e litoral - MMardegan Marcelo Mardegan Cel (19) 99251-7817 Ribeirão Preto - SP - F&Campos Fernando Campos e Valéria Campos Cel (16) 99787-8199 / (16) 99131-3667	MT, MS, Região Norte e Nordeste - Canal C. Carlos Chetto. Cel (71)99617-6800 ES/MG - Sat Propaganda Luiz Otavio. Cel (31) 9994-6884	GO - Realize Comunicação. Isleika Leite e Alessandra Marinho. Cel (62) 99972-8207 / (62) 99979-6190 PR - SEC Soluções Estratégicas. Luiz Carvalho e Mara Araújo. Cel (41) 99974-7316 / (41) 99533-5866	SC - Marcucci & Gondran Associados Milton Marcucci. Cel (48) 99982-0100 / (48) 9999-2274 / (48) 99982-2313 RS - HMR Representações Hermano Thaddeu. Cel (51) 99987-3165	Revistas Setoriais Financeiro e Especias - Atendimento nacional - Transforme Negócios Marisa de Assis Stephano Cel (11) 99414-8277
---	--	---	--	--

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais:
Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300**. Portal do assinante: portaldoassinante.com.br. Para assinaturas corporativas e-mail: corporate@valor.com.br
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste:
R\$ 1.858,80 ou R\$ 154,90 mensais. Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Telex: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%



dívida em trajetória sustentável é da ordem de 4% do PIB.

Não surpreende, assim, a convergência de análises que apontam para uma trajetória explosiva da dívida na ausência de ajuste fiscal pelo lado da despesa a partir de 2027, nem que a precificação dos ativos responda à probabilidade de ascensão de candidatos comprometidos com esse ajuste. O avanço recente do float reforça essa leitura.

Embora o debate fiscal tenha avançado ao incorporar subsídios financeiros, creditícios e tributários, assim como despesas fora da meta, ainda se dá pouco peso ao crescimento real da despesa, às inscrições crescentes de restos a pagar e ao avanço do float, elementos que apontam para uma trajetória preocupante da dívida pública.

Em síntese, o float está longe de ser um detalhe técnico: trata-se de um indicador robusto da qualidade e da sustentabilidade do ajuste fiscal, que reforça o diagnóstico de deterioração das finanças públicas federais pelo lado da despesa. Sem uma reversão da dinâmica de execução das despesas e do float, taxas de juros “civilizadas” continuarão fora do horizonte.

1. Essa conexão foi desenvolvida originalmente em uma monografia vencedora do Prêmio SOF de Finanças Públicas (2007) e posteriormente sintetizada em artigo publicado na Revista Brasileira de Economia, em dezembro de 2010.

Alexandre Manoel é economista e sócio na Global Intelligence and Analytics (GIA). Foi secretário nos Ministérios da Fazenda e da Economia (2018-2020). **Adhemar Ranciaro Neto** é engenheiro pelo ITA, doutor em Física e professor da Universidade Federal de Alagoas.

Mais médicos, menos qualidade

Ana Maria Diniz



Em um país afogado em escândalos que envolvem desvios bilionários e um alto grau de deterioração institucional, como no caso do Banco Master, a maior fraude da história do Brasil, um problema igualmente grave passa despercebido: a crise nas faculdades de medicina. Trata-se de um verdadeiro absurdo, que deveria indignar a sociedade inteira, mobilizando protestos e reformas urgentes. Porém, ele é eclipsado por narrativas mais “espetaculares” de propinas e conchavos políticos.

A verdade é que a corrupção também está na raiz na formação de médicos no país, que saem das universidades sem saber medir a pressão arterial ou diagnosticar doenças simples. Esses profissionais mal preparados colocam em risco a vida de milhões de brasileiros, especialmente no SUS, onde a população mais vulnerável depende deles. Essa situação não é acidental: é fruto de políticas equivo-

casas, esquemas ilícitos, má fiscalização, interesses privados e uma expansão predatória que prioriza lucros sobre qualidade.

Tudo começou em 2013, com a Lei 12.871, que instituiu o Programa Mais Médicos. Lançado pelo governo Dilma Rousseff para suprir a carência de profissionais em regiões remotas, o programa acabou incentivando uma expansão sem critérios dos cursos de medicina. De 2013 a 2023, o número de vagas em universidades muitas vezes temerárias dobrou, passando de cerca de 20 mil para mais de 40 mil anualmente. A maioria dessas vagas surgiu de forma desregrada, muitas vezes visando beneficiar prefeitos e políticos locais — alguns deles donos de faculdade ou sócios de conglomerados de ensino. Em dez anos, o número de escolas médicas saltou de 252 para 505, 77% delas particulares e em municípios minúsculos, sem infraestrutura como hospitais de ensino ou leitos suficientes.

Especialistas alertam que a interiorização ignorou a capacidade local de formação, levando a saturação de campos de prática e precarização do ensino. O Fies, criado no governo Lula em 1999 foi expandido exponencialmente nos anos subsequentes, se tornando o combustível dessa máquina malévola. Esse instrumento de financiamento estudantil injetou bilhões em faculdades de baixa qualidade, permitindo que alunos de famílias modestas acessassem cursos caros,

mas sem garantia de uma qualidade mínima. Em 2024, praticamente metade das matrículas financiadas pelo Fies em medicina — 9.394 de 19.920 — estavam em cursos mal avaliados, que recebiam um total de R\$ 3,7 bilhões.

No caso do Prouni, 41% dos beneficiários em cursos de medicina estavam matriculados em faculdades de pior desempenho.

Uma distorção como esta perpetua desigualdades e alimenta um ciclo vicioso no qual universidades medíocres formam médicos ruins, que depois sobrecarregam o sistema de saúde. Mas a origem desse problema é mais fundo e nasce na educação básica lamentável, com alunos chegando ao ensino superior sem bases sólidas em matemática, português e ciências. Há também um número cada vez mais baixo de professores realmente qualificados para a função. Assim, as faculdades de medicina se tornam meras “fábricas de diplomas”.

Os resultados do Enamed (Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica), aplicado pela primeira vez em 2025 e divulgados em janeiro, escancaram o desastre. De 351 cursos avaliados, 107 (30,7%) receberam notas 1 ou 2, consideradas insatisfatórias, com menos de 60% dos alunos atingindo proficiência mínima. Faculdades privadas criadas depois de 2013, em cidades com menos de 300 mil habitantes, concentram os piores desempenhos.

O MEC reagiu e revogou, esta semana, o edital de 2023 que permitia a criação de novos cursos de medicina. Numa decisão acertada, o ministro Camilo Santana também anunciou que instituições com notas 1 e 2 não terão o Fies em 2026 enquanto não implementarem as devidas melhorias. O CFM, por sua vez, estuda barrar o registro profissional dos 13 mil egressos de cursos considerados ruins, usando o Enamed como critério.

É inadmissível que até a saúde no Brasil seja refém de esquemas ilícitos e de conluíes econômicos

Porém, nada se falou sobre um problema seríssimo que envolve a formação de médicos no país: o descompasso entre o aumento no número de formandos e as vagas em residência médica, que não cresceram na mesma proporção e hoje não atendem sequer a metade dos recém-formados. Cerca de 40% dos médicos brasileiros em atuação não fizeram residência, algo obrigatório em vários países para o exercício da atividade clínica.

Enfim, a polêmica explodiu: faculdades contestaram os resultados na Justiça, alegando erros no cálculo, mas o Inep negou inconsistências. Diante desse caos, surgiram propostas de resolução, mas elas enfrentam resistências. A

principal é o Profimed (Exame Nacional de Proficiência em Medicina), inspirado na prova da OAB, obrigatório para registro nos CRMs. O PL 2.294/2024, que avança no Senado, prevê aplicação de uma prova duas vezes ao ano pelo CFM, avaliando conhecimentos teóricos, habilidades clínicas e ética médica. Outras ideias incluem moratória na abertura de novos cursos até 2030, para focar em qualidade, expansão de residências médicas, fiscalização rigorosa do MEC, investimento em hospitais de ensino e combate ao desvio de verbas públicas.

A fraude do Banco Master e a precariedade das escolas médicas são sintomas da mesma doença. É inadmissível que até a saúde no Brasil seja refém de esquemas ilícitos e de conluíes econômicos. A corrupção que assola o nosso país não só rouba recursos, mas afeta vidas. A sociedade deve pressionar o Congresso pelo Profimed, exigir transparência no Fies e cobrar punição aos donos de faculdades de fachada. Sem indignação, continuaremos produzindo “médicos de papel”, enquanto a população agoniza. É hora de priorizar qualidade sobre quantidade, ou pagaremos com a saúde de gerações.

Ana Maria Diniz é fundadora do Instituto Península, que atua na formação de professores; empresária e conselheira do Todos pela Educação e Parceiros pela Educação.

Frase do dia

“Por gerações os combustíveis fósseis salvaram a vida de milhões e tirou bilhões da miséria no mundo inteiro”.

Do presidente Donald Trump, ao por fim à base legal para toda legislação de controle da poluição pelo governo

Cartas de Leitores

CPIs

Comissões Parlamentares de Inquérito não são concessões políticas. São instrumentos constitucionais de fiscalização, criados para garantir transparência e apuração quando surgem fatos relevantes. Quando a instalação de uma CPI passa a depender mais de conveniências do que de critérios objetivos, o problema deixa de ser partidário e se torna institucional.

Democracia pressupõe equilíbrio entre Poderes e mecanismos efetivos de controle. Não se trata de antecipar culpa ou inocência, mas de assegurar que a investigação ocorra quando cabível. Evitar o debate pode parecer solução momentânea, mas a falta de esclarecimento costuma cobrar seu preço. Quando sua instalação passa a depender de cálculos políticos, instala-se a dúvida: protege-se a instituição ou preservam-se interesses?

Instituições fortes não temem apuração. Ao contrário, fortalecem-se com ela. Transparência não é concessão, nem moeda de troca. É dever republicano. Por mais que Alcolumbre seja visto como fenômeno, segundo Malu Gaspar, nunca é demais perguntar: foi por isso que foi eleito?

Luciana Lins
lucianavllns@gmail.com

Caso Master

Em debates televisivos e jornalísticos repete-se a frase: “O povo quer saber”. Mas será que quer mesmo — ou já se acostumou a não saber? O caso do Banco Master levanta questionamentos relevantes. Mais do que o mérito das decisões judiciais, preocupa a sensação recorrente de que determinados personagens parecem sempre contar com uma proteção institucional difícil de alcançar para o cidadão comum.

Quando há percepção de tratamento desigual, a confiança se desgasta. E democracia sem confiança vira formalidade. Há quem diga: “Sempre foi assim”. Outros preferem concluir: “Não tem jeito”. É esse conformismo que mais enfraquece o país.

Transparência não é favor. É dever. Explicações claras não são concessão. São obrigação. Se tudo está dentro da legalidade, que se exponham os fundamentos com a mesma velocidade com que se silenciam as críticas. O que não pode prosperar é a ideia de que alguns transitam acima do escrutínio. Talvez a pergunta correta não seja se o povo quer saber. Mas se ainda está disposto a cobrar.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Correção

Diferentemente do informado na reportagem “Com foco em agente de IA, Totvs dobra investimento”, publicada ontem (12) na página B7, o executivo-chefe da Totvs, Dennis Herszkowicz, estima que a empresa ingressa em um mercado potencial total de 10 a 15 vezes maior do que o mercado de aplicações (softwares). A empresa esclarece que não fez estimativas sobre seu potencial de receita.

Correspondências para Rua Gerivatiba 207 - 12° e 13° andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

O mundo precisa de uma alternativa aos modelos dos EUA e da China. Por **Dani Rodrik**

A Europa precisa agir rápido

As duas superpotências mundiais dificilmente são modelos inspiradores para aqueles que se preocupam com a democracia, direitos humanos e justiça social. Apesar de todo o seu sucesso econômico, a China é um regime autoritário que não tolera dissidências. Sob a presidência de Donald Trump, os Estados Unidos não só abandonaram qualquer pretensão de resolver suas enormes desigualdades de rendimento e riqueza, como também se afastaram drasticamente do Estado de Direito em seu território e tornaram-se um parceiro errático e pouco confiável no exterior.

Muitos anseiam por um futuro melhor do que o que os modelos dos EUA e da China oferecem. Se quisermos alcançar um mundo estável e multipolar, no qual as aspirações democráticas permaneçam vivas, a Europa terá de assumir a liderança.

Mas a Europa tem suas próprias fraquezas. Sua máquina econômica está fraquejando, e sua democracia está sob ataque de grupos de extrema-direita. Contudo, sua política econômica não se deteriorou tanto como nos EUA de Trump, e o continente ainda tem muitas fontes de força, incluindo um modelo de mercado social que produz maior igualdade e uma classe média mais forte do que nos EUA, bem como uma grande base econômica — comparável à dos EUA quando ajustada ao poder de compra — com muitas indústrias inovadoras.

O problema não é só que a Europa carece de uma visão do que quer ser, mas que muitas vezes busca inspiração nos modelos errados. Para muitas lideranças do continente, o Santo Graal é o modelo americano de inovação do Vale do Silício. Eles apontam para a “lacuna de inovação” entre EUA e União Europeia, documentada pelo influente relatório Draghi, e defendem reformas — como a integração do mercado financeiro e a desregulamentação digital — que, na prática, tornariam a Europa mais parecida com os EUA.

Esta inveja dos EUA é descabida. Ignora as tradições europeias de inclusão e regulamentação que produziram sociedades mais justas, com acesso mais amplo a bons empregos de classe média e redes de segurança mais confiáveis. Também ignora o descompasso exis-



A UE age mais como fator de restrição à política econômica do que como facilitador: insuficientemente integrada para que suas instituições ajam com ousadia, mas integrada o suficiente para que lideranças nacionais sintam que não podem experimentar

tente na América entre a inovação, por um lado, e a produtividade e os padrões de vida gerais, por outro.

É verdade que, em quase todos os indicadores, os EUA gastam mais em pesquisa e desenvolvimento e produzem mais inovação. Mas isso só resulta em maior produtividade em toda a economia e aumento do nível de vida das pessoas comuns se os benefícios forem amplamente difundidos. De fato, o crescimento da produtividade nos EUA desde 2000 tem sido medíocre, exceto pelo recente aumento. O setor tecnológico é uma ilha numa economia em que muitos trabalhadores precisam de um segundo emprego para se manterem à tona.

Como demonstraram Ufuk Akcigit, da Universidade de Chicago, e Sina Ates, do Conselho da Reserva Federal, a difusão da inovação desacelerou nos EUA. Um número reduzido de grandes empresas monopolizou a produção de conhecimento, enquanto barreiras à entrada e patentes restritivas criaram uma massa de empresas menores e menos competitivas. A concentração resultante da atividade inovadora significa que o sistema econômico dos EUA produz uma distribuição de renda e riqueza altamente desigual, que nenhum país deveria querer imitar. O próprio Trump chegou ao poder aproveitando a onda de descontentamento que isso causou.

Na indústria transformadora, é a China que é alvo da inveja europeia. A proeza industrial da China pressionou áreas tradicionais de

domínio europeu, como automóveis e bens de capital. Para muitos líderes industriais europeus, restaurar a competitividade requer a criação de barreiras protecionistas contra as importações chinesas.

Mas não há como a Europa voltar a seus dias de glória na indústria transformadora. Os empregos não voltarão às fábricas: até a China perdeu milhões de empregos na indústria transformadora na última década. Garantir bons empregos na Europa exigirá foco nos serviços, aumentando tanto produtividade e padrões de trabalho em setores que vão desde cuidados à hospitalidade.

O desafio competitivo da China exige uma resposta mais estratégica do que o protecionismo. A solução adequada consiste em políticas industriais direcionadas que, ao contrário das tarifas de importação, incentivem diretamente a inovação e foquem em segmentos de manufatura avançada onde a Europa tem mais chances de se tornar líder em tecnologia. No setor automobilístico, por exemplo, a Alemanha deve se concentrar na próxima geração de veículos elétricos, em vez de nos veículos elétricos de mercado de massa que a China se tornou tão boa em produzir.

Outro problema é que a UE, como instituição, não está bem equipada para desenvolver a visão nova e ousada que as circunstâncias atuais exigem. Seus fundadores pensavam que a união econômica acabaria produzindo união política. Contudo, sua visão não se con-

cretizou. A UE age mais como uma restrição à política econômica do que como um facilitador: insuficientemente integrada para que suas instituições centrais ajam com ousadia, mas suficientemente integrada para que lideranças nacionais sintam que não podem (ou não devem) experimentar.

Hoje, a lógica fundadora da UE precisa ser invertida. Os desafios geopolíticos exigem que a Europa aja em uníssono em questões de defesa e segurança nacional, enquanto as condições econômicas exigem o relaxamento das restrições da União para permitir experimentação. A Europa deve focar numa política externa e de defesa comum. Mas não há mal nenhum, e há um benefício potencialmente significativo, em deixar os países agirem por conta própria em matéria de economia — individualmente ou em grupos de sua própria escolha.

Considere os acordos comerciais que a UE negociou com a Índia e o bloco Mercosul da América do Sul — sucessos aparentes que, no entanto, ressaltam a incapacidade da UE de ir além de suas preocupações e acordos passados. Aprofundar a cooperação da UE com outras partes do mundo é uma necessidade absoluta e um requisito da multipolaridade. Mas é melhor buscá-la por meio de acordos políticos. Os acordos comerciais consomem capital político a nível interno e desviam a atenção de prioridades mais importantes da política econômica: fortalecer a classe média através de bons empregos, aumentar a produtividade em serviços em sua maioria não-comercializáveis e promover um ecossistema de inovação consistente com o modelo social europeu.

Para que a Europa se afirme na cena global, como deve, ela precisa restaurar sua autoconfiança. O mundo precisa de uma alternativa aos modelos dos EUA e da China e, para isso, as lideranças europeias devem ter a coragem de traçar seu próprio caminho. **(Tradução por Fabrício Calado Moreira)**

Dani Rodrik, professor de Economia Política internacional na Harvard Kennedy School, é ex-presidente da Associação Econômica Internacional e autor de “Shared Prosperity in a Fractured World: A New Economics for the Middle Class, the Global Poor, and Our Climate” (Princeton University Press, 2025). Project Syndicate, 2026. www.project-syndicate.org

Geopolítica Ex-embaixador dos EUA no Brasil alerta sobre estratégia comercial dos EUA

Aposta de Trump para manter hegemonia eleva riscos globais, diz Shannon

Luiza Palermo
De São Paulo

O presidente dos EUA, Donald Trump, acertou ao identificar que o domínio tecnológico — sustentado pelo acesso a minerais e energia — será decisivo para a manutenção da hegemonia das grandes potências no século 21, diz o ex-embaixador dos EUA no Brasil e ex-subsecretário de Estado para Assuntos Políticos Thomas Shannon. Mas a estratégia que ele adotou para garantir esses recursos deve levar a mais concentração de poder e aumento das desigualdades. Os métodos de Trump, segundo Shannon, ampliam o risco de aprofundar assimetrias no acesso à tecnologia, com impactos tanto sobre conflitos internacionais quanto domésticos.

Segundo Shannon, que ocupou o cargo de subsecretário de Estado nos governos de George W. Bush e Barack Obama, essa lógica vem sendo operacionalizada principalmente por meio da política comercial de Trump. Desde seu retorno à Casa Branca, no ano passado, o presidente passou a dar foco a acordos pontuais e altamente seletivos com países capazes de garantir acesso a minerais críticos, terras raras, energia e outros insumos considerados estratégicos para a competição global.

“Em certo nível, ele está absolutamente certo, mas o problema é que ele está criando um ambiente competitivo no qual quase tudo passa a ser tratado como questão de segurança”, diz o diplomata. “Isso é muito perigoso no longo prazo, porque significa que os benefícios da tecnologia não serão compartilhados de forma equitativa.”

Em entrevista ao Valor, Shannon — atualmente conselheiro sênior de política internacional do escritório Arnold & Porter, em Washington — também avaliou que Trump promoveu uma “contrarrevolução na política externa americana”, com potencial impacto nas eleições de meio de mandato, à medida que cresce o desgaste com uma abordagem considerada agressiva e imprevisível. Com base em sua experiência diplomática direta na Venezuela, ele destacou os desafios de conduzir um eventual processo de transição política no país sem que a crise desembocasse em um conflito civil.

A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *No último ano, os EUA firmaram uma série de acordos comerciais. Na sua avaliação, eles foram eficazes para os objetivos de Trump de conter a China ou reduzir o déficit comercial com a Ásia?*

Thomas Shannon: Se você olhar os números mais recentes do déficit comercial dos EUA, eles são bastante ruins. Um ano após o anúncio das tarifas, os efeitos de curto prazo não apareceram como esperado sobre o déficit comercial. O que Trump está fazendo é promover uma nova abordagem para o comércio, focada em algumas áreas que ele considera centrais para a dominância econômica neste século. Entre elas, destacam-se os minerais críticos, energia e provavelmente a água. O presidente acredita que a competição entre grandes potências no século 21 será essencialmente econômica, sendo o vencedor o país que dominar o desenvolvimento tecnológico. Para isso, será necessário ter processos industriais e acesso a minerais críticos e terras raras. É por isso que os EUA, neste momento, ao olhar para o mundo, estão tentan-

do identificar quem tem cobre, lítio, titânio e uma série de outros minerais, que serão centrais para a computação quântica e para a inteligência artificial.

Valor: *Como isso refletiu na política comercial de Trump?*

Shannon: Em vez de perseguir grandes acordos de mercado a mercado — como os que os EUA buscaram por meio de acordos de livre-comércio e tratados bilaterais de investimento nos anos 80, 90 e no início deste século —, ele está se voltando para acordos muito específicos. Esses acordos são interessantes porque, em certo nível, ele está absolutamente certo ao identificar quais serão os componentes ou fatores definidores do sucesso econômico no século 21. O problema é que ele está criando um ambiente competitivo no qual quase tudo passa a ser tratado como questão de segurança e se transforma em um jogo de soma zero. Isso é muito perigoso no longo prazo, porque significa que os benefícios da tecnologia não serão compartilhados de forma equitativa. E que a desigualdade — ou o acesso desigual à tecnologia — tende a se tornar uma característica definidora tanto dos conflitos internacionais quanto dos conflitos nacionais.

Valor: *Essas políticas tarifárias dos EUA podem estar acelerando acordos comerciais entre outros países, como, por exemplo, da União Europeia (UE) com o Mercosul ou da UE e a Índia?*

Shannon: Acho que ele está acelerando esse processo, no sentido de que, à medida que as nações deixam de ter confiança nos atuais acordos comerciais ou na estrutura global de comércio existente — seja para a resolução de disputas ou para qualquer outra coisa —, o primeiro impulso delas é chegar rapidamente a um entendimento com os EUA para se protegerem. E, em segundo lugar, começam a buscar outros parceiros comerciais que possam ajudar a preencher o vazio deixado pelos EUA.

Valor: *Como Trump provocou mudanças na ordem mundial?*

Shannon: A abordagem de Trump em relação ao mundo representa o que eu chamaria de uma contrarrevolução na política externa americana. Uso o termo “contrarrevolução” porque a verdadeira revolução da política externa dos EUA aconteceu após a Segunda Guerra Mundial, quando o país emergiu como a única potência militar vitoriosa, ainda de pé, com a economia totalmente intacta e capaz não apenas de exercer poder político e militar, mas também de utilizá-lo para enfrentar a Guerra Fria contra a União Soviética. Para fazer isso com sucesso, os EUA precisaram construir uma abordagem de segurança baseada em alianças e começar a montar os pilares de um sistema global de comércio. Ao mesmo tempo, começaram a estruturar os componentes de uma economia do mundo livre que, após o colapso da União Soviética, passaram a funcionar como um mecanismo de ordenação da economia global. O impacto disso foi profundo no mundo inteiro. Mas, ao chegarmos ao fim do século 20 — especialmente após os ataques de 11 de Setembro e as guerras longas no Afeganistão e no Iraque, que duraram quase duas décadas — os americanos começaram a duvidar da sabedoria dessa política externa. Trump se aproveitou desse sentimento.

Valor: *De que forma o senhor acha que isso aconteceu?*

Shannon: O argumento dele era que essa política externa que definiu os EUA desde a 2ª Guerra havia se esgotado e já não trazia benefícios ao país, nem em termos de se-



Shannon diz que países estão em busca de novos parceiros comerciais para preencher vazio deixado pelos EUA

gurança nem de prosperidade. Seguindo ele, outros países estavam se aproveitando dos EUA: se escondendo sob o guarda-chuva de segurança americano, explorando o acesso ao mercado americano sem reciprocidade, enquanto o povo americano pagava a conta pela paz e prosperidade alheias. Trump prometeu acabar com isso, repensar profundamente a presença de segurança dos EUA no mundo e o papel do país na economia global. Isso nos traz até hoje. Quando um país que desempenhou o papel dos EUA decide subitamente recuar e reavaliar quase tudo — voltando a princípios básicos sobre o que é valioso ou não para os EUA e para o povo americano — o impacto é profundo, tanto para aliados, que acreditavam na presença constante dos EUA, quanto para adversários, que moldaram suas ações com base no que os EUA permitiriam ou não. Hoje, tudo isso está em aberto, o que gera enorme incerteza e uma perda de confiança sobre para onde os EUA estão indo e o que estão tentando alcançar. Isso não é ajudado pelo fato de o governo atual não ser muito articulado. O presidente se colocou como principal porta-voz do governo, mas se comunica basicamente por redes sociais. Além disso, integrantes do gabinete costumam evitar discursos estratégicos por medo de serem desautorizados pelo presidente.

Valor: *Até que ponto o senhor acha que as mudanças que Trump está fazendo na política externa americana podem ser estruturais mesmo com uma troca de governo?*

Shannon: Alguns aspectos devem perdurar. Basta ver que o governo Biden não revogou as tarifas impostas por Trump no primeiro mandato. Biden tentou justificar a política externa com o conceito de “política externa para a classe média”, argumentando que alianças e comércio global beneficiavam os americanos — mas essa narrativa não convenceu, o que ajudou Trump a ser reeleito. No entanto, o presidente parece acreditar que é preciso brigar com todo mundo ao mesmo tempo. E eu acho que a maioria dos americanos não concorda com isso. Acho que a maioria dos americanos pensa algo como: bem, se vamos enfrentar a China, por que não estamos fazendo isso junto com nossos parceiros econômicos? Por que estamos fazendo isso sozinhos? Na verdade, por que estamos comprando brigas com nossos parceiros econômicos? Então, à medida que nos aprofundamos neste governo os eleitores ficarão cada vez mais desconfortáveis com uma abordagem do mundo que gera confusão e caos, reafirma o poder americano, mas não articula como tudo isso será reorganizado de uma forma que faça sentido para os EUA.

Valor: *Isso pode contribuir para um resultado negativo para os republicanos nas eleições legislativas no final do ano?*

Shannon: Sim, especialmente se o processo de paz na Venezuela der errado ou se um eventual ataque ao Irã gerar mais caos e repressão. Mas embora a política externa pese, a economia será ainda mais importante — especialmente o custo de vida. Além disso, a imigração, que inicialmente favoreceu Trump, pode acabar prejudicando-o. Ele passou de garantir

a segurança da fronteira para deportações em massa. Muitos americanos aceitariam isso se fosse um processo simples, mas a violência vista na Califórnia, Oregon, Washington, Illinois, Chicago, Minnesota e Maine é muito perturbadora. Muita gente não acha isso necessário.

Valor: *Falando sobre a Venezuela, após a intervenção dos EUA, o futuro do país ainda parece incerto. Quais o senhor acha que são as reais intenções de Trump?*

Shannon: Acho que Trump realmente queria encerrar uma crise política que devastou o país, gerou 8 milhões de refugiados e destruiu uma economia que tem as maiores reservas de petróleo e gás do mundo. A captura de Nicolás Maduro não foi uma mudança de regime, mas de liderança. O regime chavista permanece, por decisão deliberada de Trump, para evitar que a Venezuela se tornasse um “segundo Iraque”. Por isso, está disposto a trabalhar com o que restou do regime no curto e médio prazo para manter a ordem. Mas eis o ponto central: o regime atual está fazendo muitas concessões para sobreviver. Ainda assim, continua sendo o regime — e continua sendo formado por chavistas, que não têm nenhuma intenção de se tornar marionetes dos EUA. Em outras palavras, eles farão o que for necessário para sobreviver e proteger o chavismo e a visão bolivariana que Hugo Chávez levou à Venezuela.

Valor: *O que podemos esperar sobre o futuro do país?*

Shannon: Tanto Washington quanto o regime estão se enganando se acham que qualquer um deles consegue controlar os acontecimentos políticos na Venezuela, pois há um ator que muitas vezes não é nomeado nessa equação: o povo venezuelano, que rejeita tanto a tutela americana quanto a falta de legitimidade de Delcy Rodríguez e do regime. As demandas por mudança política devem crescer, e o desafio será administrar esse processo de forma que a Venezuela não se desintegre em algum tipo de conflito civil. Ao capturar Maduro, os EUA, na prática, “compraram” o problema venezuelano por completo — e será difícil para Washington pedir ajuda a Brasil, Colômbia, México ou União Europeia sem tê-los consultado antes da invasão. É um momento delicado, mas também de esperança.

Valor: *Por fim, há uma reunião prevista entre Trump e o presidente Lula em março. Como o senhor avalia a relação entre os dois e qual sua expectativa para esse encontro?*

Shannon: Fico muito satisfeito com essa reunião. A forma como Lula lidou com o primeiro embate com os EUA, ainda no contexto bolsonarista e das tarifas, foi inteligente. Ele deixou claro que o Brasil não seria pressionado, forçando Trump a repensar a relação. O encontro em Nova York, na Assembleia-Geral da ONU, foi típico de Trump: transformar um problema bilateral em uma relação pessoal. Lula foi esperto ao permitir isso, o que abriu espaço para avanços. É verdade que Trump e seu entono prefeririam lidar com os Bolsonaro, mas sabem que isso não é uma opção. Também reconhecem que os interesses dos EUA no Brasil vão além da política — e é aí que Lula tem grande margem de manobra, que pode usar a seu favor.

Varejo
Assaí demite funcionários e avalia se desfazer de lojas neste ano
B5

Carnaval
Oficinas para ensinar música, shows e festas financiam blocos na cidade de São Paulo **B4**



Varejo
Assaí revisa portfólio e reduz projeção de abertura de lojas em 2026 **B5**

Agronegócios
Conab eleva previsão para a produção de grãos no ciclo 2025/26 **B8**

Banco Travelex

Envie e receba recursos do exterior com segurança.

travelexbank.com.br

(11) 3004-0490

Valor B
Sexta-feira, 13 de fevereiro de 2026

Empresas

Água e esgoto Com ofertas de ações de Copasa, BRK Ambiental e Aegea previstas para este ano, setor busca aproveitar fluxo de estrangeiros na B3

Saneamento deve movimentar ao menos R\$ 20 bilhões na bolsa

Fernanda Guimarães e Taís Hirata
De São Paulo

O setor de saneamento básico poderá movimentar ao menos R\$ 20 bilhões em ofertas de ações em 2026. O valor inclui as estimativas do mercado para a privatização da Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) e para as aberturas de capital da BRK Ambiental e da Aegea, que pretendem ser as responsáveis pela reabertura das ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês) no mercado local após um hiato de mais de quatro anos sem operações.

A visão é que o setor conseguirá aproveitar o fluxo de entrada de investidores estrangeiros que está irrigando a bolsa brasileira desde o fim do ano passado, diante da busca de recolocação dos portfólios globais rumo a países emergentes. Em saneamento, banqueiros de investimentos apontam o grande interesse global visto que no mundo não há ativos semelhantes com grande potencial de crescimento.

“Observamos um aumento do número de empresas considerando a abertura de capital, e existe um movimento latente vindo de saneamento, um setor no qual existe demanda por investidores estrangeiros”, destaca o responsável pelo banco de investimento do UBS BB, Anderson Brito.

O presidente da B3, Gilson Finkelsztain, disse que o setor de saneamento é o mais adiantado para reabrir o mercado de IPOs no Brasil. Segundo o executivo, a operação abre-alas no mercado local será de grande porte, de empresa já madura e com clareza

sobre seus investimentos.

A venda do controle da Copasa, que o governo mineiro busca realizar já em março, poderá movimentar entre R\$ 9 bilhões e R\$ 10 bilhões, considerando o preço atual da ação — que analistas consideram já incluir um prêmio pela expectativa da privatização.

Segundo a modelagem anunciada pelo governo, o Estado poderá seguir com 5% de participação ou sair totalmente da empresa, a depender do resultado da oferta de ações — portanto, poderão ser vendidas entre 45% das ações e 50,3% (o total da fatia estatal).

Além da oferta de privatização, há uma forte expectativa pelo primeiro IPO de uma empresa privada do setor de água e esgoto — hoje, a única não estatal listada é a Sabesp, que entrou na bolsa quando ainda era do governo paulista. Tanto BRK quanto Aegea estão na fila para abertura de capital há alguns anos.

Controlada pela canadense Brookfield, a BRK está com o processo mais avançado, muito embora a discussão em torno do valor da empresa ainda esteja na mesa e precisa ser equacionado, segundo apurou o **Valor**.

A companhia vem sinalizan-

"Há um movimento latente vindo de saneamento, com demanda por estrangeiros"
Anderson Brito

do ao mercado a intenção de fazer IPO há quase um ano e, em dezembro passado, aprovou em assembleia geral o plano de fazer uma oferta primária — sem descartar a possibilidade de uma secundária, na qual acionistas venderiam participação. O sindicato de bancos já está contratado e a empresa tem se reunido com potenciais investidores para tratar da operação.

Fontes dizem que o foco principal é levantar recursos à operadora de saneamento, que segue com alavancagem financeira elevada e, recentemente, tem voltado a conquistar novos contratos, o que também demandará mais capital da companhia.

Em 2022, a BRK já ensaiou um IPO, que não se concretizou. À época, a Brookfield havia sinalizado ao mercado uma intenção de sair da operadora de saneamento brasileira por ser um ativo maduro, fruto de um investimento do braço de private equity. O FI-FGTS, que detém 30% da companhia, também é visto como um possível vendedor, embora o preço da ação aceito pelo fundo público seja considerado um entrave no mercado.

Em estágio menos avançado, mas com perspectivas para este ano, a Aegea também já contratou bancos para fazer seu IPO, conforme antecipou o **Valor**. Embora a operação ainda esteja sendo desenhada, no mercado há uma expectativa de que a oferta movimentará entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões.

A Aegea também tem como objetivo central reduzir sua alavancagem elevada, fruto de uma



Para o presidente da B3, Gilson Finkelsztain, setor de saneamento é o mais adiantado para reabrir o mercado de IPOs

expansão acelerada nos últimos anos, com uma série de contratos ainda não maduros.

Outra empresa do setor de saneamento, a Igua deverá aguardar para seu IPO, conforme fontes. Isso porque, antes de ir ao mercado, a empresa precisa digerir aquisições feitas e reduzir alavancagem. No fim de 2024, a companhia conquistou um contrato grande em Sergipe e, desde então, seu foco tem sido consolidar a operação. A expectativa no setor é que a empresa, que tem o Canada Pension Plan (CPP) como maior sócio, espere o IPO das concorrentes antes de fazer um movimento. No passado, a Igua chegou a ensaiar ofertas, que não se concretizaram.

Para Ewerton Henriques, sócio da SH Consultoria, o saneamento vive um momento mais maduro, com a entrada de diversos atores financeiros e um ambiente regulatório mais estável. “Os papéis de saneamento, que eram coisa nova há alguns anos, passaram a ser habituais. O ambiente se tornou cada vez melhor, com a consolidação do novo marco do saneamento e a publicação de regras da ANA [Agência Nacional de Águas]”, disse.

Ele avalia que, hoje, o principal desafio são as taxas de juros. No caso da Copasa, Henriques pondera que o ano eleitoral poderá trazer ruídos à operação, a depender do momento em que a oferta sair.

Na quinta-feira (12), reportagem do Uol revelou que o presidente do conselho de administração da Copasa, Hamilton Amadeo, relatou ao Ministério Público Federal (MPF), em delação premiada, ter autorizado o pagamento de propina a políticos para garantir contratos de concessão da Aegea, empresa que o executivo presidiu de 2011 a 2020. O depoimento foi dado no âmbito de um acordo de leniência firmado pela Aegea em abril de 2021. Ao fim do dia, Amadeo renunciou ao cargo.

Após a renúncia, a Copasa disse que “reitera que os fatos reportados pela imprensa referem-se estritamente à trajetória profissional anterior do executivo, sem qualquer vínculo com sua atuação na Copasa ou com a integridade das operações desta instituição” e que “o processo de sucessão seguirá rigorosamente os ritos estabelecidos no Estatuto Social e nas normas de governan-

ça vigentes, garantindo a estabilidade e a continuidade da gestão”.

Procurado, Amadeo não se manifestou. A Aegea disse, em nota, que “o acordo trata de fatos anteriores a 2018, apurados por investigações internas e independentes, cujos resultados foram voluntariamente compartilhados com o MPF. Seus termos estão sob sigilo legal. Os impactos financeiros já estavam refletidos nas demonstrações financeiras desde 2021, ano em que foi retirada a ressalva dos auditores relacionada às investigações”. A empresa diz que “o acordo não gera efeitos para a companhia ou suas concessionárias”.

Questionados sobre as ofertas de ações, Copasa, Aegea e BRK não se manifestaram. A Igua disse, em nota, que “acompanha atentamente o mercado de capitais” e que “está pronta do ponto de vista de governança e critérios de mercado”. A empresa afirmou ainda que um eventual IPO “seria avaliado como opção de capital para viabilizar novas oportunidades de crescimento” e que “seus projetos estão integralmente capitalizados, com disciplina financeira e apoio de acionistas”.

Thyssenkrupp reorganiza operação no Brasil após cisão da TKMS

Vitória Nascimento e Stella Fontes
De São Paulo

Em um movimento que consolida a transição global da Thyssenkrupp de conglomerado industrial integrado para holding financeira focada em gestão de portfólio, a operação brasileira do grupo alemão também está sendo reestruturada.

A partir deste mês, Paulo Alvarenga assume como CEO da Nucera, unidade voltada aos negócios de hidrogênio verde, e da Thyssenkrupp Marine Systems (TKMS) no Brasil, liderando a unidade de defesa naval em um momento em que o grupo busca dar independência e agilidade às suas divisões.

A mudança marca o fim da diretoria corporativa unificada regional, permitindo que cada negócio opere como unidade independente. Globalmente, busca dar transparência aos ativos que, segundo a companhia, acabavam não tendo seu valor reconhecido por causa da volatilidade dos resultados da siderurgia no modelo de conglomerado — a Thyssen já vinha, paulatinamente, reduzin-

do a operação de aço e pretende sair integralmente do negócio.

“O mercado financeiro gosta disso, porque quando olha o conglomerado, vê um monte de negócio junto e não consegue entender exatamente todos os detalhes”, afirma Alvarenga. A expectativa é que, até 2030, a Thyssenkrupp tenha se transformado em uma holding de participações pura.

Segundo o executivo, a cisão da TKMS — listada na bolsa de Frankfurt em outubro de 2025 e já integrante do índice MDAX — permitiu um “destravamento de valor” significativo: enquanto o grupo como um todo valia cerca de € 7 bilhões antes do “spin-off”, a unidade naval sozinha alcançou um valor de mercado de

aproximadamente € 6 bilhões.

Os números recentes da TKMS reforçam o otimismo da gestão. No ano fiscal 2024/2025, o faturamento global da divisão naval subiu 9%, atingindo € 2,2 bilhões. O lucro operacional (EBIT ajustado) saltou 53%, para € 131 milhões, com margem de 6%. Na divulgação dos resultados do primeiro trimestre, nesta semana, a companhia informou que a carteira de pedidos global atingiu o nível recorde de € 18,7 bilhões, sem

considerar um pedido da Noruega de mais dois submarinos.

Dentro dessa carteira, o Brasil ocupa um espaço estratégico com o Programa Fragatas Classe Tamandaré (PFCT), um contrato de aproximadamente € 2 bilhões. Atualmente, o estaleiro da TKMS em Itajaí (SC) — TKMS Estaleiro Brasil Sul — vive um momento industrial inédito. Pela primeira vez na história da Defesa brasileira, quatro fragatas estão sendo construídas simultaneamente.



"É uma situação desafiadora, mas indica potencial de negócios no país"
Paulo Alvarenga

de 2 mil empresas nacionais, gera 23 mil empregos e projeta R\$ 5 bilhões em conteúdo local.

A ambição da TKMS é transformar a base brasileira em um “hub” de exportação tecnológica. A estratégia baseia-se na complementaridade. Enquanto os estaleiros alemães focam em submarinos e fragatas de grande porte para a OTAN — com capacidade tomada até 2040 —, o Brasil foca em fragatas mais leves e versáteis, adequadas às necessidades da maioria dos países do mundo.

A tecnologia utilizada em Itajaí, baseada no design modular MEKO, permite reconfigurações rápidas para diferentes missões. O sucesso da exportação, contudo, depende da “prova de conceito” doméstica. “Difícilmente uma indústria de Defesa se sustenta com a demanda única do seu país, mas a primeira pergunta que uma força armada externa faz é: ‘a sua força interna está usando?’”, afirma Alvarenga.

Com o primeiro navio entrando em operação em 2026, a empresa espera iniciar ciclos de vendas internacionais que podem levar cerca de quatro anos para se materializar.

Pipeline



Maria Luíza Filgueiras
Editora da Pipeline
maria.filgueiras@valor.com.br

Como o colapso da Reag respingou no TC

A crise da Reag respingou no caixa do TC. O grupo de João Carlos Mansur, hoje sob investigação federal, havia fechado acordo para comprar da plataforma a consultoria de dados Economatica – mas a Reag foi colocada em liquidação pelo Banco Central no mês passado. Os pagamentos das parcelas já estavam atrasados naquele momento e o TC só havia recebido R\$ 12 milhões dos R\$ 60 milhões combinados.

A transação, anunciada em novembro de 2024, previa o pagamento de R\$ 29,9 milhões por 49,9% das ações em 10 meses e mais R\$ 30,1 milhões pelos 50,1% restantes em outras 10 parcelas, após o exercício da op-

ção de compra pela Reag ou de venda pelo TC. O fato relevante não especificava prazo para a execução da call ou da put. Outra possibilidade era o recebimento de ações da Reag.

Em janeiro, com o atraso de pagamento de parcelas do primeiro bloco de ações, Reag e TC abriram negociações para venda integral da Economatica a um terceiro.

O dinheiro da venda era relevante para as finanças do TC. No balanço do terceiro trimestre, ainda contava com o recebimento de R\$ 47,9 milhões pelo ativo para compor seu caixa, que somava R\$ 27,5 milhões. Em nove meses, acumulava prejuízo de R\$ 14 milhões. Ao **Pipeline**, o TC



TC busca novo comprador para ativo

afirmou que o processo para venda está “em andamento, com múltiplos interessados”.

A gestora WNT, conhecida por operações com Daniel Vorcaro e também com Mansur, é acionista do TC com 14,88%. (*Felipe Frisch*)

BTG pode dar lance por ações da Oi na V.tal

O BTG Pactual se habilitou para participar do leilão judicial da fatia de 27,5% detida pela Oi na V.tal, marcado para 5 de março. Credores da Oi, liderados pela trustee UMB, contestam o formato da venda, alegando prazo exíguo para diligência e risco de baixa concorrência — o que poderia eventualmente

favorecer o BTG, que já controla a empresa por meio de fundos.

Fonte próxima ao acionista afirma que a habilitação não significa, necessariamente, que o BTG fará uma oferta, mas que quer acompanhar o processo. Até agora, no entanto, não há informação sobre outro habilitado.

O gestor judicial da Oi negou o pedido dos credores para uso de crédito no lance — como o recurso da venda da V.tal tem que ser usado para pagar os financiadores preferenciais, o argumento deles é que a Oi teria quitação e desembargo de outras garantias. Mas o edital manteve pagamento deve ser



Venda contrapõe credor e gestor

em dinheiro. Fonte próxima à Oi considera que um credit bid seria desfavorável ao valor de face, citando o desconto no secundário.

Após Casas Bahia, Mapa Capital assume controle de grupo de saúde

A gestora Mapa Capital comprou a participação de 53% do fundo Growth Capital V, gerido pela Crescera, na Plural Care, holding de serviços médicos em domicílio (home care). A movimentação mais conhecida da Mapa até agora foi na varejista Casas Bahia, onde virou controladora ao comprar o crédito dos bancos credores e converter os papéis em equity.

Agora, a Mapa está investindo na Plural Care através de uma sub-

sidiária recém-criada. O fundo da Crescera era acionista do negócio desde 2021, quando se juntou à Domicile e Homemedical para formação do grupo. Hoje, essa companhia de saúde é uma das maiores em home care no país, e controla quatro empresas: Brazil Home Care, Homedical, Medsensor e HM Assistência Domiciliar.

O serviço vai desde atendimento médico, assistência social, cuidados paliativos, farmácia clínica e

monitoramento 24 horas, inclusive de ventilação mecânica. Para isso, a Plural Care montou uma equipe de médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionistas e psicólogos.

O grupo atende mais de 80 operadoras e seguradoras de saúde e está presente em 430 municípios em todos os Estados, com mais de três mil pacientes por mês. A operação ainda depende da aprovação do Cade. (*Silvia Rosa*)

BemAgro reforça o caixa e o cap table

A BemAgro acaba de fechar uma rodada série A de R\$ 30,3 milhões em um setor ainda pouco explorado pelo venture capital no Brasil. O capital vai ser utilizado pela agtech para acelerar a expansão internacional, com a meta de iniciar operação nos Estados Unidos em 2027.

A rodada foi liderada por um time de investidores conhecidos do agro, como a gestora The Yield Lab Latam, de origem americana, que tem no portfólio nomes como Um Grau e Meio, Voa, Seedz e Terra Magna. A Colorado Ventures, do grupo de açúcar, etanol e grãos Colorado, também entrou e a teve ainda o follow-on de CNH Industrial, Atvos, Agroven, Positive Investimentos,



Ambar e Coelho, da agtech: investidores que contribuem além do cheque

Suzano e MMAgro. Esses haviam participado do seed de R\$ 15 milhões em 2024 junto com a Rural Ventures, que vendeu parte da posição — saída que ajuda o sócio da gestora, André Amorim, a comprovar a tese na captação de seu novo fundo.

A BemAgro, criada em 2018 em Ribeirão Preto, atua com produção de dados gerados por drones e maquinários utilizados nas colheitas. As informações são reunidas em uma plataforma que gera relató-

rios apontando como aumentar a produtividade. Segundo a startup, seu SaaS chega a economizar 80% em herbicida e reduz desperdício de água e diesel.

“Não é fácil reunir grandes corporações em um único cap table”, destaca Johann Coelho, CEO que fundou a BemAgro com Luiz Ambar, vice-presidente. “O investidor não é só o cheque, e sim alguém que vai contribuir na construção do negócio.” (*Guilherme Guerra*)

Banco Mercantil ensaia follow-on

O Banco Mercantil está fazendo encontros com investidores, por enquanto em um non-deal roadshow mas preparando terreno para uma potencial oferta de ações, apurou o **Pipeline**. O banco é assessorado pelo Itaú BBA.

A operação poderia acontecer após a divulgação de balanço do quarto trimestre, o que está previsto para 4 de março, mas não há um cronograma fixo e o banco não teria pressa. A ideia, em princípio, seria fazer uma oferta primária, segundo fontes com

conhecimento do assunto.

O Mercantil segue os passos do Pine, que contratou o BBA e o BTG Pactual para avaliar uma operação inicialmente de R\$ 275 milhões, para melhorar a liquidez do papel e colocando recursos no caixa.

Controlado pela família Araújo, o mineiro Mercantil está listado no Nível I na B3, com valor de mercado de R\$ 7,3 bilhões. Apesar da baixa liquidez dos papéis, as preferenciais acumulam alta de 83% em 12 meses.

No terceiro trimestre, o banco



Na B3, reaquecimento gradual

lucrou R\$ 254 milhões, alta de 26%, e atingiu uma carteira de crédito de R\$ 21,6 bilhões — 68% disso em consignado.

Procurados, Banco Mercantil e Itaú BBA não comentaram. (*S.R.*)

Estou fazendo mais do mesmo! Comportamento



Isabel Clemente

Amesmice contida no título desta coluna reflete muitas vezes o conteúdo da primeira linha de newsletters corporativas que recebo. Logo ela, a privilegiadíssima primeira linha, me fala de empresas que avançam em estratégias, conquistam mais mercado e fortalecem parcerias, incapazes de despertar o meu interesse. É como dizer para quem lê “estou fazendo mais do mesmo”. Ato contínuo, a Olívia Rodrigo começa a cantar bem alto dentro da minha cabeça aquele refrão “good for you, you look happy and healthy...”

(Em “Good 4 u”, a cantora americana ícone da geração Z narra a dor de cotovelo de alguém que foi deixada e que, diante das evidências de que o outro está feliz e saudável, responde “bom pra você”. O contexto é outro, mas o paralelo, perfeito.)

Não tenho dúvidas de que avançar é um feito e tanto. Volta e meia me dou parabéns por não desistir de certos projetos, por me recuperar de derrotas e tratar com cautela as vitórias.

Resiliência costuma estar na raiz do sucesso de muita empreitada. A questão é como despertar o interesse de quem não participa da empreitada com um texto que não diz ao que veio?

Fazer perguntas, como eu fiz agora, é uma estratégia conhecida para gerar curiosidade, e que costuma funcionar, desde que você não caia nos extremos. O primeiro extremo é fazer pergunta com resposta óbvia. Gera zero curiosidade. O segundo é apostar num tema tão específico que o público-alvo, por ignorar o assunto, vai ignorar a pergunta também.

“O lugar de máxima curiosidade — e onde os contadores de história brincam — é quando as pessoas acreditam ter alguma ideia mas não têm muita certeza”, explica Will Storr, em “The Science of Storytelling: Why Stories Make Us Human and How to Tell Them Better”, um livro referência no tema e que reúne evidências científicas para explicar como a contação de história nos seduz.

Textos que começam sugerindo processos em

andamento são a antítese do que prende nossa atenção. Nosso cérebro gosta de histórias e histórias dependem de mudanças, ou de promessas de mudanças, de algo que sugira um acontecimento, antes ou depois da primeira frase. Basta ver como começam grandes obras da literatura.

“Mamãe morreu hoje. Ou ontem. Não sei.” Esse é o início de “O Estrangeiro”, de Albert Camus. De saída, o mistério provoca várias perguntas. Quando a mãe do narrador morreu, de quê, e por que ele não sabe? Em busca de respostas, seguimos lendo.

“A história nos deixara, ao redor do fogo, um tanto eletrizados, mas, salvo a observação óbvia de que era horrenda, como, na noite de Natal numa casa velha, é de esperar que seja uma narrativa estranha...”. Henry James, escritor inglês do final do século 19, começa assim “A Outra Volta do Parafuso”, com provocação após provocação.

Pegando um exemplo mais atual, olha a primeira frase da espanhola Rosa Montero em “O Perigo de Estar Lúcida”: “Sempre soube que alguma

coisa dentro da minha cabeça não funcionava direito.” Por que ela diz isso? O que, afinal, não funciona direito na cabeça dela? Olha a isca aí.

Importante esclarecer que os escritores não demoram a entregar a resposta. O talento deles consiste em renovar o interesse do público-alvo com viradas no texto, no tom e nas informações, com palavras escolhidas pelas nuances e até pelo som. Não raro, nos treinamentos que faço, as pessoas percebem que o bom começo estava perdido lá pelo terceiro parágrafo. Criatividade é um músculo que precisa de aquecimento e reage bem a incentivos.

Não vou me estender nos recursos da ficção, que são muitos. O mistério é um poderoso catalisador da imaginação, tema, aliás, da minha coluna da semana passada on-line. Mas esclareço que lacunas de informação, como as usadas em histórias de detetive, não são exatamente o que você deveria fazer numa newsletter. Aliás, acho detestável a técnica do título que não diz ao que veio, seguido de um subtítulo mais

vago ainda para você clicar e ver que as promessas não se cumprem. Caça-cliques é estratégia de curto prazo que destrói reputações.

Nosso cérebro lê com interesse seguindo as pistas à medida que encontra respostas para as perguntas provocadas pela leitura. É um jogo já desvendado pela psicologia e pelos contadores de história. Nesse jogo, ganha quem souber ativar e saciar nossa sede por conhecimento. Tirando pai, mãe e aquela tia querida, o grupo a ser conquistado não nos admira incondicionalmente.

“Continuamos avançando” para começar a conversa não dá. Não gera fagulhas, nem provoca ignição. Se o fogo acender de uma hora para outra, aí sim, algo inesperado aconteceu. Não é assim que as paixões começam?

Isabel Clemente é formada em Jornalismo pela PUC-Rio e mestre em Escrita Criativa pela Royal Holloway, University of London

E-mail
isabelclemente.writer@gmail.com

A colunista escreve às sextas-feiras

Mineração Ajuste de ativos no Canadá e encargos com Samarco levam empresa a ter prejuízo no 4º tri

Vale bate meta, mas baixa e provisão derrubam lucro

Rafael Rosas e Kariny Leal
Do Rio

Apesar de ter retomado a posição de maior produtora mundial de minério de ferro e ter superado metas de produção, a Vale fechou 2025 com queda de 56% no lucro anual, para R\$ 13,8 bilhões, refletindo fatores contábeis não-recorrentes. O resultado da mineradora, divulgado na noite desta quinta-feira (12), foi decorrente do prejuízo do quarto trimestre, superior às perdas registradas um ano antes. Entre outubro e dezembro de 2025, a Vale foi impactada por

uma baixa contábil de R\$ 15,5 bilhões dos ativos de níquel da Vale Base Metals (VBM) no Canadá, provocada por uma revisão para baixo das previsões de preços de longo prazo do produto e de uma redução de R\$ 15,5 bilhões decorrente da baixa de imposto diferido de subsidiárias. A companhia registrou ainda aumento de US\$ 449 milhões na provisão da Samarco, refletindo atualizações relacionadas à ação no Reino Unido. Com isso, a Vale fechou o quarto trimestre do ano passado com prejuízo de R\$ 21,04 bilhões, uma perda mais de quatro vezes maior que o

prejuízo de R\$ 4,6 bilhões nos três últimos meses de 2024. Os indicadores que refletem apenas as questões operacionais tiveram números melhores tanto no quarto trimestre, quanto no ano de 2025 como um todo. A receita líquida da companhia no quarto trimestre fechou em R\$ 59,6 bilhões, estável frente ao quarto trimestre de 2024. No ano, a receita líquida somou R\$ 213,5 bilhões, 4% maior que em 2024. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado foi de R\$ 24,7 bilhões no quarto trimestre do ano passado,

alta de 12% frente a um ano antes. Em 2025, o Ebitda ajustado ficou em R\$ 85,8 bilhões, 7% a mais que no ano anterior. Esse bom desempenho nos quesitos operacionais levou o presidente da Vale, Gustavo Pimenta, a celebrar, em mensagem divulgada no balanço, os resultados da companhia. “Em 2025, a Vale entregou um desempenho excepcional, atingindo ou superando todos os guidances enquanto avançou em prioridades estratégicas que reforçam nossa ambição de longo prazo”, afirmou o executivo, que completa: “Em nossas operações, atingimos os maiores

níveis de produção de minério de ferro e cobre desde 2018 e entregamos crescimento de dois dígitos na produção de níquel.” O balanço da Vale também mostrou os efeitos positivos das operações no caixa da companhia. O fluxo de caixa livre recorrente totalizou US\$ 1,7 bilhão, US\$ 900 milhões maior frente ao quarto trimestre do ano passado, consequência direta do resultado do Ebitda da companhia. Além disso, a dívida líquida expandida atingiu US\$ 15,6 bilhões ao fim do trimestre, US\$ 1 bilhão menor na comparação com o trimestre anterior. A meta da compa-

nhia é manter a dívida líquida expandida, que considera, além endividamento líquido, os compromissos firmados para a reparação de Mariana e Brumadinho, entre US\$ 10 bilhões e US\$ 20 bilhões. Em dólares, a mineradora fechou 2025 com lucro líquido de US\$ 2,3 bilhões, queda de 62% na comparação com os US\$ 6,16 bilhões de 2024. No quarto trimestre, a empresa teve prejuízo de US\$ 3,8 bilhões. A receita líquida somou US\$ 38,4 bilhões em 2025, alta de 1% na comparação com 2024, enquanto o Ebitda ajustado no ano passado subiu 4%, para US\$ 15,4 bilhões.

Ambev perde volume no 4º tri, mas ajusta rota

Bebidas
Cristian Favaro
De São Paulo

O clima mais frio no Brasil colaborou para a Ambev fechar o quarto trimestre de 2025 com queda nos volumes de cerveja, que afetou seus resultados. O mercado, entretanto, viu com bons olhos os ajustes que foram feitos no negócio, que aumentaram a produtividade e colaboraram para estancar — pelo menos por enquanto — o recuo nas vendas de suas marcas populares (o chamado “core”), em especial a Skol. Os executivos apontam para um bom começo de 2026, com volumes em alta e um cenário menos apertado para os custos. A Ambev teve lucro líquido de R\$ 4,529 bilhões no quarto trimestre, queda de 9,9% na comparação anual. A receita líquida diminuiu 8,2% entre os dois períodos, para R\$ 24,807 bilhões. O volume teve baixa de 3,8%. Apenas no Brasil, a empresa registrou queda de 2,6% no volume de cerveja comercializado no trimestre. Mesmo assim, conseguiu uma receita por hectolitro 4,8% maior, reflexo do que o grupo chamou de gestão de receita disciplinada e por um mix de marcas e canais mais positivo. O presidente da Ambev, Carlos Lisboa, apontou que após um ano difícil, o grupo conseguiu voltar a subir os volumes de vendas em dezembro. “O ano de 2025 foi difícil e nos forçou a criar músculos, resiliência e nos adaptar”, afirmou o CEO. As indicações para janeiro também es-

tariam positivas. Uma das viradas importantes tem ocorrido no “core”, sobretudo na Skol. “Começamos a ver a Skol se estabilizando e ganhando força, especialmente nos Estados em que colocamos mais ênfase na marca”, disse Lisboa. O segmento “core” acaba sendo mais afetado pelo clima, uma vez que é nos bares que acontece o grande consumo das marcas mais populares. A queda de volume levou a diretoria da Ambev a reconhecer, no ano passado, que a Skol acabou sendo deixada de lado em 2024. Diante do cenário, a estratégia da empresa foi alavancar a marca em campanhas desde então. Lisboa defendeu a importância do segmento popular mesmo diante do bom momento para as marcas premium. “A maioria da população do Brasil ainda vive com um salário mínimo. O ‘core’ promove acessibilidade”, disse. “Essas marcas representam a categoria. E há muito espaço para fazê-las crescer no futuro”, afirmou o executivo. Entre as estratégias está a entrada da Skol Zero, que chegou na sua versão sem álcool, com baixas calorias e sem glúten.

"Após quedas, começamos a ver a marca Skol se estabilizando e ganhando força"
Carlos Lisboa

O setor aposta em um 2026 mais favorável para o consumo de cerveja. Para além de mais calor, o ano terá mais feriados prolongados e a Copa do Mundo. Outro fator que pode colaborar é uma menor pressão de custos se comparado ao ano passado. A empresa projetou que o custo por produtos vendidos (CPV) por hectolitro, depreciação e amortização para seu negócio de cerveja no Brasil deve crescer entre 4,5% e 7,5% em 2026. O CFO da Ambev, Guilherme Fleury, lembrou que, no ano passado, a projeção para o aumento de custos estava entre 5,5% e 8,5% — ou seja, maior do que o esperado para este ano. No fim, a empresa entregou 6,1%. “O que mudou ao longo de 2025 foram as iniciativas que a gente teve ligadas à gestão e corte de custos”, disse. Para este ano, a estratégia de ganho de eficiência continua. No radar está sobretudo o preço do alumínio. Os resultados da empresa foram bem recebidos pelo mercado e as ações subiram 4,76% na B3, para R\$ 16,52. O Citi destacou que a companhia manteve uma execução robusta em meio a um cenário de demanda ainda irregular. Mesmo assim, a retração dos volumes continuaria impedindo uma visão mais otimista. A análise foi similar à do Jefferies, que afirmou que uma gestão eficiente de custos e preços levou a Ambev a superar a expectativa de lucro, ponderando que dificuldades contínuas nos volumes de venda continuaram se impondo. (Colaboraram Adriana Peraita e Felipe Laurence)



Segundo o CEO, Carlos Lisboa, vendas da Skol se estabilizaram e ganharam força diante da maior ênfase na marca

Insper amplia programa de bolsa e terá nova moradia universitária

Educação
Beth Koike
De São Paulo

Dentro de sua estratégia de ampliar o número de alunos bolsistas, o Insper — instituição de ensino com mensalidade de R\$ 8 mil — implementou um modelo de captação de recursos em que ex-estudantes podem ser patrocinadores de salas de aula. Esse formato já é difundido em outros países, como os Estados Unidos, mas ainda não existia no Brasil. Além disso, a instituição de ensino paulistana vai erguer um novo residencial em seu campus para abrigar universitários, professores e pesquisadores num formato semelhante ao das universidades internacionais. O espaço, com capacidade para 240 pessoas, deve ficar pronto em 2030. O valor do investimento, que deve vir também de doações, não foi divulgado. O novo modelo de captação de recursos conseguiu adesão de 40 ex-alunos que se comprometeram em doar, conjuntamente, R\$ 4,5 milhões, entre 2025 e 2029. A primeira tranche, de

R\$ 1,2 milhão, já foi depositada e está beneficiando 20 estudantes carentes que ganharam bolsa integral. Os doadores tiveram seus nomes impressos na sala de aula. O Insper tem programa de bolsa desde 2004. Nesse período, 1 mil alunos foram atendidos, sendo que 600 deles já concluíram a graduação. Entre eles, por exemplo, está Thiago Maffra, CEO da XP, formado em administração de empresas em 2006. “Temos 400 alunos estudando com bolsa, representa 10% da nossa base total de matriculados”, disse Guilherme Martins, presidente do Insper. O programa de bolsa tem um custo anual de R\$ 40 mil a R\$ 50 mil. A instituição reverte 5% das mensalidades que, por sua vez, arcam com 50% do programa. A outra fatia vem de doações. O Insper cancelou o programa de bolsa restituível que concedia abatimento de 50% a 75% do valor da mensalidade. Agora, o estudante tem desconto integral ou esses percentuais não precisam ser pagos após a formatura. “Era um programa com juros subsidiados, mas ainda assim perdíamos talentos diante da expectativa do jovem já

ser formar com dívida. Anistiamos a dívida dos atuais alunos e aqueles que eram formados. No total, cerca de 100 alunos foram beneficiados”, explicou Martins. O novo residencial atenderá o público que mora fora de São Paulo, incluindo estudantes de qualquer renda. “Queremos atrair esses alunos que, muitas vezes, desistem de se matricular porque encontram dificuldades de moradia. Acreditamos que essa mistura de perfis é muito rica para o amadurecimento deles”, disse Camila Souza Queiroz Du Plessis, gerente executiva de relacionamento institucional do Insper. O Insper tem, desde 2017, uma moradia que atende 50 alunos carentes do primeiro ano do curso. A construção desse residencial veio após o episódio de uma estudante que perdeu o último ônibus de retorno para casa e, sem recursos para pagar outra forma de transporte, dormiu escondida numa das salas. “Esse foi o catalisador que precisávamos fazer algo. Começamos alugando flats, mas o custo era elevado. Com o aporte da Fundação Brava, construímos o residencial”, disse Camila.

PortoBank
Apresenta

Blue Note
SÃO PAULO

CARNA
BLUE 26

 13.FEV 20H INDIANA NOMMA CARNAVAL DE NEW ORLEANS	 13.FEV 22H30 TRIBUTO LADY GAGA POR DANY CRISTINNE	 14.FEV 20H BANDA GLÓRIA E A HISTÓRIA DO CARNAVAL NO BRASIL
 14.FEV 22H30 BAILE DO SÂNDICO TRIBUTO TIM MAIA POR FRÁ FINAMORE	 15.FEV 19H ADRIANO GRINEBERG UMA ODE A DORIVAL CAYMMI	 17.FEV 20H BLOCO MARIA MARIA HOMENAGEM A MILTON NASCIMENTO
 17.FEV 22H30 BIA GOES E RENATA VERSOLATO BAILE DE CARNAVAL	 19.FEV 20H SECOS & MOLHADOS ESPECIAL WILLY VERDAGUER	 19.FEV 22H30 AMY & BOWIE POR MIRANDA KASSIN E ANDRÉ FRATESCHI
 20.FEV 20H QUEEN LEGEND O LEGADO DE FREDDIE MERCURY	 20.FEV 22H30 JAU	 08.MAR 19H 21H WILL CALHOUN BATERISTA DO LIVING COLOUR

SHOWS • RESTAURANTE • VARANDA BLUE • BRUNCH • ALMOÇO&JAZZ • EVENTOS

AV. PAULISTA 2073
2º ANDAR CONJUNTO NACIONAL

CLIENTES PORTO BANK TÊM DESCONTOS EXCLUSIVOS EM INGRESSOS E RESTAURANTE.

eventim

A18

PATROCÍNIO

CIA. AÉREA OFICIAL

APOIO

PARCEIROS DE MÍDIA

Heineken

Blue Moon

Azul

Trousseau

Schweppes

Zahil

Transamerica

Folia

Novo Brasil

RefillingStone

MARs

NEOOH

MIX

uol

curra!

ESPN

Empresas

Carnaval Sambódromo do Rio vai receber ativações nas noites de desfiles do Grupo Especial

O que as marcas vão mostrar na Sapucaí

Victoria Netto, Paula Martini e Debora Leite
Do Rio

Com a entrada de novos parceiros privados, os desfiles das escolas de samba do Grupo Especial vão contar com mais ativações de marca nas três noites de apresentações. A terceira noite de desfiles foi criada no ano passado para alavancar a arrecadação com a venda de ingressos e camarotes.

Além de Ambev, Superbet, Redbull e Amil, presentes nos últimos carnavais, outras empresas como Mercado Pago, 99Food, a fabricante de veículos chinesa Omoda & Jaecoo e o programa de viagens Marriott Bonvoy, da rede hoteleira Marriott, se juntaram à festa.

A Brahma, da Ambev, é a cerveja oficial do sambódromo pelo terceiro ano consecutivo e vai reunir o técnico da seleção brasileira, Carlos Ancelotti, ao ex-jogador Ronald Fenômeno em um camarote da Sapucaí. A cervejaria realizará uma ação na abertura da primeira noite de desfiles, no domingo (15). Ações de outros patrocinadores também estão previstas na segunda (16) e na terça-feira (17).

Pela primeira vez na Sapucaí, o Mercado Pago levará à Avenida um camarote suspenso, uma ação inédita desde a inauguração do sambódromo, em 1984. A estrutura será erguida a 25 metros de altura, em cima do setor 9, ao lado do segundo recuo da bateria. A ativação vai funcionar nos quatro dias de desfile (domingo, segunda, terça e sábado das campeãs) com acesso restrito para convidados. Estão previstas seis subidas por noite, com capacidade para até dez pessoas por vez. Cada uma terá duração aproximada de 20 minutos.

O Mercado Pago vê o Carnaval como uma plataforma de relacionamento, cultura e inclusão financeira, segundo Felipe Castañõ, líder de marketing do banco digital. A marca também fará distribuição de brindes, instalará pontos de apoio ao público e colocará em circulação um ônibus temático com influenciadores e convidados durante a folia.

O patrocínio é estruturado em parceria com a Liga Independente das Escolas de Samba (Liesa), respeitando o modelo da organização. “Teremos uma ação inédita em que o valor do prêmio à escola campeã renderá o equivalente a 120% do CDI”, conta Castañõ.

A 99Food, empresa de entregas que opera no Rio desde o ano passado, também estará no sambódromo pela primeira vez. A plataforma tem como embaixadora a apresentadora Sabrina Sato e planeja várias ativações com distribuição de brindes e ações promocionais como cupons de até 99% de desconto no aplicativo.

“Esperamos que a 99Food continue como patrocinadora dessa festa pelos próximos anos porque entendemos que o delivery de comida mais brasileiro não poderia ficar de fora da maior celebração da nossa cultura”, afirma Ana Verroni, diretora de marketing da 99.

Outra estreante, a chinesa Omoda vai investir R\$ 3 milhões na festividade para ampliar a visibilidade da marca no Brasil. O Jaecoo 7, um SUV de perfil esportivo, cruzará a Sapucaí como um “abre-alas” dos desfiles, e a escola campeã do carnaval será premiada com um exemplar do modelo.

No segundo ano de patrocínio, a Superbet ampliou a presença no Carnaval e passou a tratar a festa como uma plataforma estruturada de entretenimento. A estratégia inclui expansão de ativações no sambódromo, campanhas publicitárias e inovações tecnológicas.

Nas noites de Sapucaí, a empresa traz uma novidade, assinando o chamado “Super Intervalo”, um espetáculo de 15 minutos após os desfiles de duas escolas e antes das duas últimas agremiações desfilar, inspirado no formato de “halftime show”, do Super Bowl no futebol americano.

O destaque será uma apresentação com cerca de 600 drones sincronizados com o ritmo das baterias. “É uma quebra de expectativa, os drones vão interagir com a bateria ao vivo e criar imagens coreografadas no céu. A gente quer gerar conversa e conteúdo que rode o mundo”, conta a diretora de marketing da Superbet, Patrícia Prates.

Sem revelar valores investidos no Carnaval, a executiva afirma que a empresa dobrou o tamanho do esforço em ações e confirma que o acordo com a Liesa é de longo prazo. A companhia patrocina quatro camarotes na Sapucaí, um deles com “naming rights”, batizado de Rio Camarote Superbet.

Parte da receita comercial, da venda de ingressos e camarotes e da concessão dos direitos de transmissão para TV é revertida para o caixa das 12 agremiações. O piso para cada uma delas é estimado entre R\$ 13,5 milhões e R\$ 14 milhões pela Liesa, que organiza os desfiles.

“O que faz esse novo momento do Carnaval é a mudança de modelo de negócio, com a capacidade maior de promoção e comunicação da festa, o que também aumenta significativamente o interesse”, afirma o presidente da Liesa, Gabriel David.

Repasses milionários em recursos públicos completam o montante das escolas. O historiador Luiz Antonio Simas afirma que a relação das marcas com as escolas de samba mudou ao longo das décadas, o que se refletiu nos samba-enredos. Segundo Simas, entre 1998 e 2015 houve um “liberou geral”, com enredos patrocinados por empresas, marcas e governos. Para o escritor, com a crise econômica e a queda dos patrocínios depois de 2015, houve a volta de propostas mais autorais e culturais.

A retomada comercial é vista com preocupação por parte dos sambistas, que temem um esvaziamento do caráter popular da festividade. De acordo com o presidente da Liesa, a preparação do próximo Carnaval será voltada a otimizar os recursos já existentes em vez de ampliar as receitas.



O bloco Pagu nasceu em 2016 em São Paulo, com amigas ensaiando em um bar — hoje atrai 100 ritmistas e 100 mil foliões: shows no Sesc e na Casa Natura

Oficinas de música, shows e festas financiam blocos em São Paulo

Nathália Larghi
De São Paulo

O Carnaval da cidade de São Paulo terá 627 blocos, que reunirão 16,5 milhões de foliões, segundo a prefeitura paulistana. A festa deve gerar cerca de 50 mil empregos e movimentar R\$ 3,4 bilhões. Mas existe muita gente que não vive essa festa apenas em fevereiro. Organizadores de agremiações, músicos e pequenos empresários trabalham ao longo de todo o ano para colocar a folia de pé. As estratégias para que isso seja possível passam por oficinas de percussão, festas e shows.

Considerando todo o Estado de São Paulo, 4,7 milhões de turistas são esperados durante o feriado. Eles, sozinhos, devem movimentar cerca de R\$ 7,3 bilhões, segundo a Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo. Mas muito antes dessa multidão chegar, os blocos precisam de um preparo, inclusive financeiro, para entrar nas ruas.

Segundo Rodrigo Moreira, fundador do bloco Chinelo de Dedo, as iniciativas grandes até recebem patrocínio e ajuda, tanto de empresas privadas quanto da prefeitura, mas os menores precisam viabilizar sua existência por conta própria. E muito disso vem das oficinas, onde foliões aprendem a tocar e eventualmente ficam aptos a desfilar com os blocos.

“O meu bloco funciona como uma oficina de percussão, que começa um mês e pouco depois do Carnaval, por volta de abril. Ela é uma oficina anual, que acontece semanalmente, onde alunos pagam uma mensalidade para fazer aula. Se não fosse por eles, não chegaria nada financeiramente para a gente”, afirma Moreira.

De fato, em agremiações de maior tamanho, o patrocínio é

responsável por uma parte relevante do financiamento. É o que acontece, por exemplo, no Pagu, que hoje desfila com mais de 100 ritmistas e 100 mil foliões. No entanto, nem sempre foi assim.

“O bloco surgiu em outubro de 2016 e crescemos conforme o próprio Carnaval de São Paulo foi crescendo. Começamos com uma bateria menorzinha, entre amigas, que ensaiávamos em um espaço que eu tinha, que era um bar”, afirma Mariana Bastos, que além de fundadora do Pagu é diretora e roteirista. Ela conta que, na época, foi convidando pessoas e conseguiu pôr o bloco na rua com recursos das oficinas e de festas que ela organizava. “Eu tinha muito contato com a Heineken, então eles viabilizaram as cervejas. Não tinha patrocínio, mas tinha cerveja para sair”, lembra.

Mas quem pensa que para colocar um bloco na rua só é preciso vontade e amor ao Carnaval, se engana. Moreira, do Chinelo de dedo, conta que os equipamentos de som, por exemplo, são caros. “Se for um trio elétrico, é no mínimo R\$ 15 mil, isso para um bem básico.”

Não à toa, demorou algum tempo para que blocos como o Pagu crescessem a ponto de hoje terem diferentes patrocinadores e fontes de renda. O crescimento e a diversificação permitem que a iniciativa chegasse ao tamanho que atingiu, com trio elétrico mais potente e maior quantidade de músicos. “Uma partezinha do nosso dinheiro vem da oficina, que acaba sustentando ela mesma, com o pagamento do lugar que ensaiamos, professores, ensaios técnicos em estúdio e etc. Também fazemos eventos, como shows no Sesc, no Bar do Baixo, na Casa Natura. Eles servem para nos dar um pouco de dinheiro e para a nossa banda tocar junta mais vezes. Por fim, uns 80% vêm da renda de patrocínio, que vai de acordo com o que a marca tem e quer”, explica Bastos.

Para quem ainda não chegou ao nível de ter diferentes patrocinadores e fontes de renda, as oficinas ajudam a viabilizar a existência dos blocos. Segundo Moreira, o interesse dos alunos tem sido cres-

cente. O Chinelo de Dedo, por exemplo, começou no Rio em 2014 e migrou para São Paulo após a pandemia, com seu fundador. Hoje, ele reúne mais alunos em São Paulo do que no Rio. Ao todo, são 45 pessoas e a expectativa é que neste ano isso duplique.

André Schmidt é fundador, diretor geral e maestro do Bloco Quizomba, que sai no Rio e em São Paulo. Ele conta que o grupo foi um dos pioneiros no uso de oficinas como catalisador dos blocos: “O Quizomba e o Monobloco, por exemplo, possibilitaram a quem não era de escola de samba poder participar da folia tocando e isso inclui mulheres. Isso democratizou muito o Carnaval.”

Em 2012, o Quizomba começou a fazer as oficinas em São Paulo. Inicialmente, a agremiação se aliou ao tradicional Acadêmicos do Baixo Augusta. Dois anos depois alçou “voo solo”.

Schmidt afirma que às vezes faltam incentivos de órgãos públicos. “O Carnaval deveria ser mais considerado, é a maior festa popular do planeta, então falta um olhar maior para fazermos bonito. E não é preciso muito dinheiro”, diz.

Apesar das críticas sobre o modelo de patrocínio, Rogério Oliveira, fundador da produtora Pipoca, especializada em Carnaval, avalia que a principal dificuldade enfrentada pelos blocos hoje é estrutural e atinge tanto grandes quanto pequenos. O debate sobre patrocínio, diz, passa menos pela disputa entre marcas e mais pelo modelo de distribuição dos recursos. Segundo ele, boa parte dos aportes feitos acaba direcionada à infraestrutura da cidade e não necessariamente chega de forma direta aos blocos, que são responsáveis por colocar o desfile na rua.

“O que coloca o bloco para sair é remunerar artista, trio elétrico, equipe técnica. Quando o recurso vai majoritariamente para a infraestrutura, ele ajuda a cidade, mas não resolve integralmente a operação do bloco”, afirma. Ainda assim, avalia que se trata de um arranjo relativamente recente e que há espaço para ajustes por meio de diálogo entre prefeitura, mar-

cas e organizadores.

A Pipoca, segundo Oliveira, é a empresa que se apresenta como a maior realizadora de Carnaval de rua do país. A companhia mantém dois braços de negócios principais: a produção de grandes blocos (incluindo Monobloco, Alceu Valença e Baiana System) e um que ajuda blocos de diferentes tamanhos na captação de recursos. “Vamos de grandes nomes como Bell Marques e Ivete Sangalo a pequenos coletivos de bairro e de periferia, fazendo a ponte entre agências, marcas e agremiações”, diz.

Mas não são apenas os blocos que encontram no Carnaval uma fonte de renda concentrada em poucos meses do ano. Ao redor da festa, surgem pequenos empreendedores que apostam na data para catalisar seus negócios.

É o caso de Izabela Marcondes, fundadora da Toró, marca de acessórios de Carnaval. O que começou, ainda na pré-pandemia, como uma produção informal por incentivo de amigas, ganhou estrutura no último ano, impulsionada pela procura do público por itens artesanais. Em 2026, as vendas mais que dobraram em relação a 2025.

Assim como muitos responsáveis por blocos conciliam a folia com outras profissões, Marcondes também divide o tempo entre o empreendimento e a vida acadêmica: ela é mestranda em Direito e deixou o emprego para se dedicar à pesquisa, vivendo atualmente com o valor da bolsa.

Embora reconheça que Carnaval e Halloween sejam seus períodos mais fortes, ela já projeta os próximos anos e estuda ampliar a produção de artesanato ao longo do ano, numa tentativa de não depender exclusivamente da sazonalidade das duas festas.

“Começamos com uma bateria menorzinha, entre amigas, em um bar”
Mariana Bastos

Curtas

Proteção a crianças
O Parlamento português aprovou nesta quinta-feira (12), em primeira leitura, um projeto de lei que exige o consentimento explícito dos pais para que crianças de 13 a 16 anos tenham acesso a redes sociais, numa das primeiras medidas legislativas concretas na Europa para impor tais restrições.

Os autores do projeto de lei, do Partido Social Democrata (PSD), no poder, afirmam que ele é necessário para proteger as crianças contra o “cyberbullying”, conteúdo prejudiciais e indivíduos predatórios. Um sistema público conhecido como Chave Móvel Digital (DMK) será usado pelos pais, informou a Reuters.

OpenAI acusa DeepSeek
A OpenAI alertou legisladores dos EUA de que a startup chinesa de inteligência artificial DeepSeek tinha como alvo a criadora do ChatGPT e os laboratórios de IA do país para “destilar” informações e treinar seus próprios modelos, conforme revelou um memorando visto pela Reuters. A técnica de

destilação envolve fazer com que um modelo de IA mais antigo, estabelecido e poderoso, avalie a qualidade das respostas geradas por um modelo mais recente, transferindo efetivamente o conhecimento do modelo mais antigo. Em um memorando para o Comitê Seletor da Câmara dos Deputados dos EUA sobre Competição

Estratégica entre os EUA e o Partido Comunista Chinês, a OpenAI afirmou: “Observamos relatos associados a funcionários da DeepSeek desenvolvendo métodos para contornar as restrições de acesso da OpenAI e acessar modelos por meio de roteadores de terceiros ofuscados e outras formas que mascaram sua origem.”

Alerta à Apple
A Comissão Federal de Comércio (FTC) dos Estados Unidos, enviou uma carta ao diretor-presidente da Apple, Tim Cook, alertando que o Apple News da empresa pode estar violando uma lei federal. A carta diz que o Apple News promoveu artigos de veículos de esquerda e suprimiu os de publicações conservadoras.

Varejo Além de cortar abertura pela metade, rede reduziu quadro de pessoal; grupo busca enxugar custo

Assaí demite, abre menos e pode vender lojas

Adriana Mattos
De São Paulo

Segundo maior grupo varejista de alimentos do país, o Assaí considera se desfazer de lojas que não têm bom desempenho, numa revisão de portfólio neste ano, assim como decidiu reduzir pela metade a projeção de aberturas em 2026. A rede também demitiu funcionários no começo de 2026, em um processo de revisão de custos. A empresa estimava dez inaugurações para este ano, mas informou ontem que diminuiu para cinco, por conta do cenário de alto custo do capital pelos juros altos, que afeta despesas e resultado. A taxa de juros foi elevada a partir de setembro de 2024, por conta do cenário de desequilíbrio fiscal e aumento dos gastos pelo governo federal, que levou a um aumento acelerado da inflação após 2025. “Fizemos redução de quadro com readequação e reorganização de áreas. Viramos o ano com 92 mil funcionários, mas temos um número bem menor agora”, disse em teleconferência ontem Belmiro Gomes, presidente da rede, sem de-

talhar o tamanho do corte. Essa revisão diminui despesas operacionais ao longo do tempo, enquanto a empresa busca reduzir mais o peso da alavancagem financeira em seus números, num movimento que vem desde 2025. O balanço do quarto trimestre mostra que a rede encerrou 2025 com geração de caixa livre de R\$ 2,8 bilhões, que permitiu a redução de R\$ 1,2 bilhão da dívida líquida e o encerramento do ano com alavancagem de 2,56 vezes. A taxa era de 3 vezes no mesmo período de 2024. “Estamos há dois, três anos com juros altos, e esperávamos Selic de 12,5% no fim de 2025 e continuamos com 15%. Então, temos cautela na expansão e postergamos projetos neste ano, mas ainda mantemos os R\$ 700 milhões de capex

“Há maior redução no poder de compra das classes de menor renda”
Belmiro Gomes

[gastos de capital] previsto para 2026”, disse. Ontem, a ação teve forte alta, de até 8,5%, e fechou o dia com ganho de 5%, após anúncio de acordo com Mercado Livre. Sobre os números operacionais do Assaí, houve desaceleração no crescimento no fim do ano — a alta nas vendas de lojas com mais de 12 meses, de 0,9%, ficou abaixo da inflação. A receita líquida cresceu 3,1% de outubro a dezembro. Analistas destacaram esse fato como preocupante considerando o ambiente altamente competitivo, e entendem que o cenário “macro” pesou nas vendas. Gomes disse a analistas que a rede sente o menor poder de compra da população de baixa renda, altamente endividada. Nesse cenário, Gomes foi questionado sobre uma potencial revisão de pontos (são 312 lojas hoje) — passada uma fase de forte aceleração de aberturas anos atrás —, e disse que unidades que não estão performando bem podem até ser vendidas. O executivo foi, então, perguntado sobre o número de lojas sob risco e quantas são deficitárias, e não abriu esse dado. “É possível que tenha algum fechamento, e



Pontos deficitários, com margem de contribuição negativa, podem ser fechados

lojas com margem de contribuição negativa são menos de 0,5%. E [número de] fechamentos devemos trazer dentro do trimestre.” O Assaí disse que outro fator de pressão é a deflação de alimentos, que afeta diretamente receita. Gomes afirmou que há um movimento incomum de deflação simultânea em diversas “commodities”, como arroz, leite, açúcar e feijão, produtos vitais para a venda do atacado. A empresa disse que vai continuar ampliando a carteira de produtos para buscar outras vias de crescimento. A direção identificou potencial futuro de monetização de créditos tributários de R\$ 1,5 bilhão, relacionados a PIS e Cofins no segmento de bebidas frias. E deu detalhes do fim do acordo em torno da financeira FLC, que existia entre a empresa, o GPA e a Casas Bahia junto ao Itaú. A joint venture deve ser encerrada, e o Assaí manterá, separadamente, a associação com o Itaú por dois anos, mas em 2028 estará livre e poderá lançar cartão com outra instituição. Isso levou a uma baixa contábil no trimestre de R\$ 521 milhões que afetou diretamente o lucro líquido. Essa soma caiu 98%, para R\$ 9 milhões.

Ipsos busca ampliar pesquisa eleitoral no Brasil, mas com cautela

Estratégia
César Felício e Daniela Braun
De Brasília e São Paulo

Quarto maior grupo de pesquisas de opinião do mundo, com faturamento de US\$ 2,6 bilhões em 2024, a francesa Ipsos busca crescer no mercado de levantamentos eleitorais no Brasil com extrema cautela em relação ao uso de ferramentas de inteligência artificial (IA) ou questionários on-line. Em entrevista exclusiva ao **Valor** durante sua primeira visita ao Brasil, o novo executivo-chefe (CEO) global da empresa, Jean Laurent Poitou, afirmou que os mecanismos de controle de qualidade do conglomerado chegam a detectar uma contaminação acima de 10% nas amostras de respondentes que clicam aleatoriamente para obter recompensas, ou de robôs tentando maximizá-las. “Uma de nossas prioridades estratégicas é continuar a ter acesso a respondentes e humanos reais. Não dependemos de painéis puramente sintéticos para gerar os insights que nossos clientes, sejam políticos ou privados, compram de nós”, disse. Segundo Poitou, no Brasil 50% das pesquisas da Ipsos são feitas on-line, 30% por telefone pelo sistema Cati (“Computer Aided Telephone Interview”) e 20% presenciais. No caso das pesquisas de caráter político, contudo, todas as sondagens são por entrevistas presenciais e continuarão sendo. “O mix de coleta on-line, ‘face-to-face’ e telefônica sempre corresponde a um retrato que queremos dar à informação que coletamos”, disse o CEO da Ipsos Brasil, Diego Pagura. “Atualmente, dentro desse

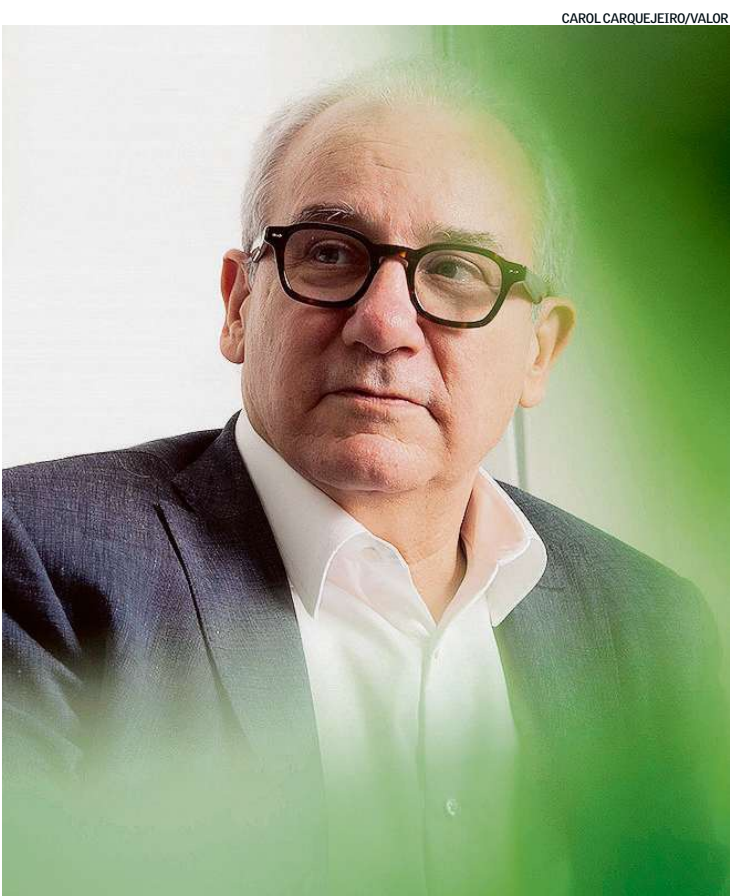
universo, existem pesquisas feitas inteiramente ‘face-to-face’. Isso ocorre pela necessidade de uma representatividade geográfica específica e para conseguir acesso a certos tipos de pessoas que ainda não têm acesso à internet.” No caso dos levantamentos eleitorais, de caráter político e de avaliação de governo, a Ipsos continuará usando também a marca Ipec, criada por executivos do antigo Ibope e comprada pela Ipsos há um ano. Com fraco desempenho em 2025, a divisão de “Public Affairs” da Ipsos global contribuiu para que houvesse queda de 15% no faturamento da região Américas, de janeiro a setembro, um resultado que Poitou classificou como “decepcionante”. Segundo o CEO, o desempenho ruim não diminuirá a aposta do grupo no setor. “Sabemos que essa área opera em ciclos, sejam de gastos públicos ou eleitorais. Mas o contexto social e político enriquece a pesquisa de mercado”, afirmou. De acordo com ele, pesquisas políticas vivem de ciclos. “No ano passado, foi decepcionante, mas em outros momentos impulsionou nosso crescimento quando o setor privado estava fraco. E as pessoas conhecem a Ipsos, em grande parte por sua presença em pesquisas políticas. Isso aumenta nossa taxa de resposta em pes-

quisas, fortalecendo a qualidade de nossos painéis e nossa marca.” O CEO da Ipsos na América Latina, Jean Christophe Salles, também presente à entrevista, lembra que em 2026 haverá eleições no Brasil, na Colômbia e no Peru, países onde a empresa tem atuação forte, o que deve colaborar para uma retomada. Novas aquisições estão nos planos da Ipsos como parte de uma estratégia de transformação digital e crescimento de receita, chamada Horizons. “Nossas ambições, no geral, são de crescer de 3% a 4%, em média, no período de 2026 a 2028 e, em seguida, crescer mais de 5% a partir de 2028 e até o fim de nossos horizontes estratégicos, em 2030”, explicou Poitou. No terceiro trimestre, a Ipsos reportou uma receita de € 636 milhões (R\$ 3,9 bilhões na conversão pelo Banco Central), com alta de 2,9%, em base anual, sem considerar aquisições. A iniciativa Horizons, anunciada em meados de janeiro, prevê um investimento total de € 1,2 bilhão (R\$ 7,4 bilhões) que inclui aportes em tecnologia, dados e inteligência artificial (IA). Segundo Poitou, a maior parte dos investimentos está destinada a aquisições. Entre os perfis de potenciais adquiridas, a Ipsos avalia empresas de tecnologia e inteligência artificial que possam reforçar as plataformas da empresa. “Acreditamos que nossos clientes desejam mais serviços de análise e integração de dados”, diz o CEO global. “Isso significa fornecer a eles não apenas os resultados de nossas pesquisas, mas também a capacidade de integrar nossos dados com dados de redes sociais, de fontes abertas, dados que eles possuem e que podem comprar de outras empresas de pesquisas.” O executivo disse que a empresa não comenta sobre potenciais alvos de aquisição, mas se declarou impressionado com o nível de inovação do país. “Este é um mercado supercompetitivo para nossos clientes”, afirma. “A necessidade de inovação em pesquisa de mercado, em pesquisa social e até mesmo em pesquisas políticas é muito alta.” No radar de aquisições da Ipsos também estão empresas que atuem em seu segmento de pesquisas de mercado. Além da compra do Ipec, em fevereiro de 2025, a empresa adquiriu o grupo internacional de pesquisas francês The BVA Family, em junho, fortalecendo sua atuação na França, no Reino Unido e na Itália. Os valores das negociações não foram revelados. Os investimentos da Ipsos em tecnologia também colaboram para aprimorar o uso dos chamados perfis sintéticos. As representações digitais de pessoas ou grupos são geradas por inteligência artificial e treinadas com base em

dados reais para simular comportamentos, opiniões, necessidades e características de seres humanos reais. Seu uso já é realidade em grandes companhias para pesquisas de novos produtos e serviços, mas o recurso ainda levanta uma preocupação com a acurácia das pesquisas no mundo real. “Já utilizamos essa técnica, mas apenas na medida em que não distorça a veracidade dos

nossos resultados e somos extremamente cuidadosos quanto a isso”, disse o CEO da Ipsos. Segundo Poitou, “o uso de dados sintéticos será gradualmente aumentado à medida que, juntamente com nossos clientes, aumentarmos nossa confiança em sua validade”. A empresa, criada em 1975, é listada em bolsa. Atua em 90 países, com 30% de seu fatura-

mento vindo dos Estados Unidos, 15% do Reino Unido e 30% do restante da Europa. A divisão Américas, sem o mercado americano, corresponde a 8%. Um quarto do faturamento vem de pesquisas voltadas para bens de consumo, 18% da área de tecnologia e mídia e 15% do setor farmacêutico. Administração pública e política corresponderam a 10% em 2024.



Jean Laurent Poitou: extremo cuidado com a IA e questionários on-line

COMUNICADO DE RECALL

Veículos	Ano modelo	Relação de chassis (Números de chassis não sequenciais – últimos oito dígitos)	Datas de fabricação
Ram 1500	2022	NG339054 a NG422925	1/7/2022 a 30/11/2022
Ram 2500	2022	NG196819 a NG408752	4/3/2022 a 8/10/2022
Ram 3500	2022	NG304179 a NG354085	24/5/2022 a 31/7/2022

A **STELLANTIS AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.** convoca os proprietários dos veículos da marca **Ram**, modelos **1500, 2500 e 3500, ano modelo 2022**, para, a partir do dia **16 de fevereiro de 2026**, agendarem o comparecimento a uma das concessionárias da rede **Ram** a fim de que seja providenciada, gratuitamente, a verificação e, se necessária, a substituição do Módulo de Controle da Coluna de Direção.

Foi identificada a possibilidade de falha na fabricação do Módulo de Controle da Coluna de Direção, o que poderá impedir o acionamento regular do airbag do lado do motorista em caso de colisão frontal, aumentando o risco de danos físicos, ou até mesmo fatais, para quem dirige o veículo.

Os serviços serão realizados mediante agendamento prévio. Por esse motivo, é importante que você contate a concessionária **Ram** de sua preferência para ser informado sobre a previsão do seu atendimento. O tempo estimado de reparo é de, aproximadamente, 1 (uma) hora.

Para consultar os números dos chassis envolvidos e/ou obter mais informações, acesse **www.ram.com.br** ou contate a Central de Serviços ao Cliente **Ram** pelo WhatsApp **(31) 2123-8000** ou pelo telefone **0800 730 7060**.

Com esta iniciativa, a **STELLANTIS** visa assegurar a satisfação dos seus clientes, garantindo a qualidade, a segurança e a confiabilidade dos veículos da marca **Ram**.

Ram® é marca registrada da Stellantis-FCA US LLC.
Desacelere. Seu bem maior é a vida.

CENTRAL DE SERVIÇOS AO CLIENTE.

Jetour Novo SUV chinês chega ao mercado local em duas versões, por R\$ 200 mil e R\$ 230 mil

S06 é mais barato e promete 40 km/l contra rivais

Cauê Lira
Da Autoesporte

O disputadíssimo segmento dos SUVs médios acaba de ganhar um novo integrante chinês. Estamos falando do Jetour S06 híbrido plug-in, que chega ao Brasil a partir de março em duas versões, cujos valores de pré-venda já foram divulgados: Advance (R\$ 199.900) e Premium (R\$ 229.900).

Com a chegada de tantas marcas chinesas no Brasil, é normal ficar um pouco perdido. A Jetour iniciou sua operação final do ano passado e acabou de lançar seus três primeiros carros por aqui: T1, T2 e nosso personagem de hoje, o S06. A empresa pertence ao Grupo Chery, mas, assim como a Omoda Jaecoo, não há relação com a Caoa.

Autoesporte teve o primeiro contato com o novo SUV em um evento realizado no Autódromo Velocitta, no interior de São Paulo, onde não pudemos testar suas qualidades urbanas. Foi possível, no entanto, ter uma primeira impressão.

Quem se atenta ao tíquete sabe que, nesta faixa de preço, o mercado brasileiro tem muitas opções de SUVs médios eletrificados, o que torna a vida do S06 complicada desde o princípio. E são carros com vários tipos de tecnologia. Entre os elétricos, o S06 disputa com Geely EX5 nas versões Pro (R\$ 205.800) e Max (R\$ 225.800). Partindo para os híbridos plug-in, o Leapmotor C10 REEV (R\$ 199.990) é uma opção com pitadas de carro elétrico. Já o badalado GWM Haval H6 HEV2 (R\$ 223 mil) é uma alternativa com propulsão híbrida paralela, sem recarga externa.

Num patamar acima, o BYD Song Plus (R\$ 249.990) e GWM Haval H6 PHEV19 (R\$ 248 mil) surgem como alternativas para quem estiver disposto a desembolsar mais dinheiro. Então, a Jetour aproveita a oportunidade de oferecer “mais por menos” contra as concorrentes chinesas.

A Jetour é uma marca chinesa focada em carros aventureiros, o que faz o S06 “destoar” no catálogo, que também é formado por dois jipes. Tal proposta a fez receber os apelidos de “Land Rover chinesa”, ou até “Jeep chinesa”.

Assim, a Jetour quer focar bastante em clientes que prezam pelo estilo de vida, prometendo até clubes para encerrar trilhas e outros eventos — o que soa esquisito, considerando

que, por enquanto, a marca não oferece tração 4x4 em seus modelos.

Enquanto T1 e T2 apostam na roupagem voltada ao off-road, o S06 parece um carro “pé no chão” com estilo urbano. Todos são montados sobre a mesma plataforma Kunlun do Grupo Chery. A inspiração no Lamborghini Urus não poderia ser mais evidente, graças ao formato dos faróis e para-choque. O logotipo da marca surge à frente do capô.

A traseira é mais genérica, incorporando lanternas interligadas por um filete luminoso. Neste primeiro contato, me remeteu ao Neta X vendido no Brasil em 2025. No geral, o S06 tem visual que esbanja sofisticação e deve agradar o cliente que aderiu às marcas chinesas.

Quanto às dimensões, tem 4,61 metros de comprimento, 1,91 m de largura, 1,69 m de altura e 2,72 m de entre-eixos. Como referência, H6 e Song Plus já estão na casa dos 4,75 m de comprimento. Embora o espaço interno seja bom — sobretudo na parte traseira da cabine, onde o túnel central é baixo — achei o ângulo de abertura das portas traseiras acanhado. É preciso fazer certo esforço para acessar seu interior.

Já o porta-malas tem tampa com abertura motorizada e 416 litros de capacidade. Este volume não faz brilhar os olhos de quem conhece os suntuosos 560 litros disponíveis no Haval H6 — são 144 litros a mais. Todo o compartimento é forrado por carpete de boa qualidade, onde há iluminação de LED e um alçapão para esconder o kit de reparo dos pneus e o carregador emergencial.

Este bom acabamento se repete na cabine, onde o SUV tenta variar os materiais para incorporar um estilo mais incrementado. As portas traseiras têm plástico duro, mas as dianteiras — e toda a extensão do painel superior — trazem couro sintético com costuras aparentes e borracha. Há também um acabamento que imita madeira cinza com sensação ao toque que transmite qualidade.

Ao centro do console está o carregador de celular por indução, absolutamente exposto a qualquer um que circule ao redor do carro. Este equipamento, no Brasil, deveria estar em um ponto mais discreto, como no andar inferior do console.

A versão Advance oferece central multimídia de 12”, enquanto o modelo Premium que avaliamos neste primeiro contato traz a tela de 15,6”. O design flutuante, como um tablet,



A inspiração no Lamborghini Urus não poderia ser mais evidente, com destaque para os faróis e para-choque; o nome da marca surge escrito à frente do capô

coloca este equipamento num lugar de destaque no painel demarcado por linhas horizontais. Em ambos os casos, a conexão Android Auto e Apple CarPlay é sem fio.

Reservei um tempo para explorar todas as funções da central multimídia e me surpreendi com a qualidade do sistema. Os gráficos são vívidos e cristalinos como um smartphone de última geração. Já a reação ao toque é rápida. Há um menu fixo com todas as funções do ar-condicionado digital de duas zonas.

Como os carros de praticamente todas as marcas chinesas, o Jetour S06 tem um menu exclusivo para gerenciar o sistema híbrido. É possível acompanhar o consumo de energia, programar a recarga e travar o nível da bateria entre 20% e 70% no SOC (“State of Charge”).

O Jetour ainda permite acompanhar o consumo isolado de combustível e eletricidade, recurso que auxilia o motorista a encontrar a forma mais eficiente de guiar. No breve contato não foi possível navegar por todas as funções, mas você pode conferir a lista completa dos equipamentos por versão ao fim da avaliação e no site de Autoesporte.

Ainda sobre a central multimídia, a Jetour concentrou várias funções exclusivamente na tela. É o caso, por exemplo, dos ajustes dos retrovisores: o volante multifuncional se torna um joystick, dificultando uma tarefa que deveria ser prática. Algumas funções do SUV podem ser acessadas pelo comando de voz, mas o uso ainda é limitado, assim como nos “primos” Jaecoo 7 e Tiggo 7.

Sob o capô, o S06 traz o motor 1.5 turbo a gasolina com injeção direta que equipa outros carros do Grupo Chery — mas não o Tiggo 7, que mantém a injeção multiponto. Sozinha, a unidade a combustão entrega 135 cv e 20,4 kgfm. O motor estará sempre amparado por uma máquina elétrica dianteira que desenvolve

203 cv e 31,1 kgfm, alimentada pela bateria de 19,4 kWh. Os números combinados são 315 cv e 52 kgfm. Já o câmbio DHT tem uma marcha com múltiplas relações e funciona como o “maestro” do conjunto híbrido plug-in, podendo alternar entre modo híbrido, elétrico ou somente a combustão.

De capacete e balaclava, sem uma condição adequada para avaliar um carro que tem a economia de combustível como proposta, parti em direção à pista do Velocitta para dar algumas voltas. Existe certa anestesia no comportamento da direção, que não transmite a sensação precisa do atrito entre os pneus e o asfalto. O volante, pequeno e levemente achatado, tem excelente empunhadura. Já o controle de estabilidade atua para frear as rodas traseiras e manter o SUV na trajetória, mas sua tendência de sair de frente, especialmente em curvas rápidas, é evidente.

O trajeto incluiu uma reta para testar a aceleração partindo da imobilidade. Cravo o pé no acelerador aliviando o pedal do freio, mas o SUV demora a responder. O S06 leva ao menos um segundo para entender que precisa reagir, embora os números de fábrica apontem o 0 a 100 km/h em honestos 7,8 segundos. Ao fim da reta, notei que o SUV estava em modo “Eco”, que beneficia a eficiência energética ao sacrificar o desempenho.

Dei mais uma volta, dessa vez testando os limites do carro e causando o destracionamento das rodas de propósito. O comportamento dianteiro volta a ser indireto por conta da suspensão maleável, mas o controle de estabilidade atuou para corrigir a rota. Na partida de aceleração, desta vez em modo “Sport”, o SUV voltou a repetir o atraso na entrega de potência e torque.

Todavia, uma característica chamou atenção nesta segunda oportunidade na reta da pista: as retomadas são sempre acesas e vigorosas, em qualquer velocidade. Isso foi comprovado nas saídas de curva, onde a reatividade foi praticamente instantânea — então, curiosamente, o S06 é melhor em movimento do que partindo da imobilidade.

Por conta do teste em pista, não pude avaliar se o controle de cruzeiro adaptativo (ACC) é confiável. Tampouco soube se o sistema de permanência em faixa funciona

bem ou se, à moda chinesa, o SUV fica “ziguezagueando” de um lado para o outro. O sensor de ponto cego jamais se acendeu por conta da distância de segurança mantida entre os carros na pista. Mas fica aqui o registro de que o S06 oferece estes e outros itens de segurança, que serão devidamente avaliados uma vez que ele estiver em nossa redação para um teste mais completo.

Como estava em pista, não medi o consumo de combustível. Mas, segundo o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV), o S06 pode fazer 36,2 km/l na cidade e 28,9 km/l na estrada com os motores a combustão e elétrico trabalhando juntos. Somente com o motor a gasolina atuando, os números vão para 14 km/l em circuito urbano e 12,6 km/l em trajeto rodoviário. A autonomia puramente elétrica é de 70 km, já de acordo com o lnmetro.

A central multimídia de 12” tem imagem vívida e cristalina, como a de um smartphone de última geração

Vale lembrar que o órgão de aferição faz os ensaios em condições extremas. O primeiro é com a bateria cheia e propulsão no modo elétrico. Logo, os 36,2 km/l são uma conversão do consumo elétrico em km/l. O segundo consumo, bem pior, é realizado com a bateria descarregada e com propulsão apenas do motor a combustão. Assim que possível, avaliaremos o consumo de combustível em um ciclo mais realista.

Um trunfo do S06 é o sistema de recarga, que suporta estações de alta tensão. A potência máxima é de 6,6 kW em estações de corrente alternada (AC) e 40 kW em corrente contínua (DC). Segundo a Jetour, a recarga de 20% a 80% acontece em até 40 minutos; ao plugá-lo numa tomada residencial, são necessárias 7 horas.

O Jetour S06 chega com grandes expectativas ao Brasil, mas briga por espaço no segmento mais disputado da atualidade. Mais do que isso, o SUV médio está na linha de frente do

processo de divulgação da marca no país. Fundada em 2018, poucos conhecem a Jetour por aqui.

Pelo que oferece, o S06 é um carro inegavelmente bem posicionado, mas isso passará também pelo reajuste de preços prometido pela marca ao longo dos próximos meses. Se ficar muito mais caro, pode esbarrar em concorrentes mais incrementados. Confira a seguir a lista dos equipamentos disponíveis por versão:

- Jetour S06 Advance (R\$ 199.900): chave presencial com partida remota do motor (à distância), ar-condicionado digital de duas zonas com saída de ar para os bancos traseiros, acabamento interno em couro sintético, central multimídia com tela de 12,8 polegadas sensível ao toque e conexão sem fio de Apple CarPlay e Android Auto sem fio, cinco portas USB (três tipo C e duas tipo A), sensor de estacionamento traseiro, banco do motorista com ajustes elétricos, três modos de condução (Economy, Comfort e Sport), câmera 360°, faróis e lanternas de LED e rodas de liga leve de 18 polegadas.

- Jetour S06 Premium (R\$ 229.900): todos os equipamentos da versão Advance, mais central multimídia de 15,6 polegadas, bancos dianteiros com aquecimento e resfriamento, banco do motorista com 10 ajustes elétricos e função memória, sensores dianteiros de estacionamento, câmera 540°, rodas de liga leve de 20 polegadas e pacote de segurança com nível 2 de recursos ADAS descrito acima.

Embora tenha o respaldo da gigante chinesa Chery, a Jetour é uma novata. Neste primeiro momento, seus carros chegam ao Brasil pelo Porto de Vitória (ES), mas existe o plano de investir na produção nacional no arranjo SKD no futuro. A linha de montagem brasileira será uma entre as 15 fábricas espalhadas pelo mundo que a marca chinesa espera ter até meados de 2030.

Até lá, a Jetour expande sua rede de concessionárias no Brasil. Em meados de março, a marca espera ter 60 pontos de venda espalhados pelos principais Estados — número que deve chegar a uma centena até o final de 2026. São os primeiros passos de uma nova história.

Renault Niagara será mais agressiva que o Boreal

Dyogo Fagundes
Da Autoesporte

Lançamento de peso dentro do calendário de novidades da Renault para o Brasil em 2026, a picape Niagara chegará ao mercado apostando no visual como elemento de destaque. Em conversa exclusiva com Autoesporte, o chefe de design global da marca, Laurens van den Acker, revelou detalhes importantes a respeito do modelo e confirmou que a versão de produção seguirá com fidelidade as linhas do conceito apresentado em 2023 e atualizadas no Salão do Automóvel de São Paulo 2025.

Segundo o executivo, a picape intermediária seguirá os passos do SUV médio Boreal e os dois, na

prática, serão como membros de uma mesma família. No entanto, a Niagara contará com uma série de detalhes visuais exclusivos para diferenciação.

Com isso, o designer deixa claro que a versão de produção será muito próxima do conceito. “Faremos somente pequenas revisões”, afirmou. A dianteira, portanto, terá como chamariz a grafia “Renault” em letras grandes na grade, substituindo o tradicional logotipo do losango usado pelo Boreal. Além disso, o para-choque será mais parrudo e projetado para transmitir sensação de robustez.

Outro detalhe confirmado pelo executivo diz respeito à pegada lifestyle da Niagara. Segundo Acker, picapes pensadas para mercados como o Brasil devem

refletir um conceito mais voltado ao estilo de vida e não necessariamente comercial. “Tratamos a Niagara como um veículo para famílias que querem sair da cidade e se divertir”, explicou.

Autoesporte apurou detalhes sobre a mecânica da picape e adianta que o portfólio será formado inicialmente por versões 4x2 dianteira e 4x4. Ambas as configurações terão o mesmo motor 1.3TCe turbo flex compartilhado com Boreal e Duster, de 163 cv de potência e 27,5 kgfm de torque, além do câmbio automatizado de dupla embreagem EDC, com seis marchas, inaugurado no Brasil pelo Kardian.

Versões equipadas com câmbio manual também estão previstas no projeto (chamado in-



Todo do Renault Niagara Concept no Salão do Automóvel 2025

ternamente de H1312), mas ainda não está certo se serão disponibilizadas no Brasil.

Em termos de dimensões, a própria Renault já admitiu que a Niagara “terá mais de 5 metros de comprimento”, ou seja, ficará na média das rivais diretas (a Toro conta 4,95 m). O entre-eixos deve ser de 2,95 m, no limite do que a plataforma RGMP permite.

A Niagara será produzida na fábrica de Córdoba, Argentina, onde unidades pré-série já estão sendo montadas para testes. O lançamento oficial está programado para o segundo semestre, já como linha 2027. A produção anual será de aproximadamente de 65 mil unidades. Desse volume, cerca de 70% serão destinados para exportação, especialmente ao Brasil.

Balanço Empresa lançou quatro variedades de cana e submeteu nova geração de transgenia à CTNBio

CTC faz lançamentos após resultado recorde

Camila Souza Ramos
De São Paulo

O Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) encerrou o terceiro trimestre da safra 2025/26 com aumento no lucro e na receita, um desempenho sustentado pelo aumento da adoção no campo de suas variedades mais recentes. O sucesso da estratégia está levando a companhia a realizar novos lançamentos no mercado.

No terceiro trimestre, o lucro líquido da empresa aumentou 19,5% em relação ao mesmo intervalo da safra anterior, para R\$ 59,5 milhões. O resultado é fruto direto do crescimento de sua receita líquida, que foi de 6,9%, para R\$ 121,8 milhões, e também do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda), que subiu 5,3%, a R\$ 61,1 milhões.

Os royalties representam quase toda a fonte de receita da companhia, logo, quanto maior a base de clientes, mais royalties o CTC recebe. “A receita de hoje reflete o market share do plantio do ano passado”, explicou Paulo Polezi, diretor financeiro da companhia. Na safra passada, a participação na área total plantada no Brasil com variedades de cana protegidas foi de 27%. No terceiro trimestre desta safra, essa fatia já foi de 31%.

Além de estar atrelada à base de clientes, a renda do CTC também cresce conforme aumentam os ganhos de produtividade dos agricultores. Nos plantios do ter-

19,5%
foi a alta no lucro do CTC no 3º trimestre

ceiro trimestre, 80% das áreas com variedades do CTC receberam tecnologias mais recentes, lançadas a partir de 2020. Houve 186 novos usuários de CTC Advana 1, lançada no ano passado, que promete uma produção de açúcar até 1 tonelada a mais por hectare em comparação com a média das variedades do mercado.

Para intensificar a estratégia de ter sempre novas variedades e mais clientes, o CTC iniciou o ano lançando quatro novas variedades convencionais de cana, sendo duas voltadas para o Centro-Sul e duas para o Nordeste.

De acordo com Polezi, fazia tempo que a companhia não lançava uma variedade específica para as condições de solo e clima do Nordeste, e agora o plano é realizar lançamentos mais frequentes para a região. Atualmente, a participação de mercado do CTC no Nordeste é bem inferior à que a empresa tem no Centro-Sul, com uma taxa de “um dígito baixo”, disse.

Além disso, o CTC submeteu à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), no dia 29 de janeiro, sua nova geração de variedades de cana transgênicas, a VerdPro 2, na qual a empresa tem trabalhado há sete anos. A variedade combina resistência à broca, praga que provoca prejuízos anuais de R\$ 6 bilhões ao segmento, e resistência ao glifosato.

A nova cultivar está em fase de testes pelo CTC. A expectativa da empresa é que ela seja aprovada pela CTNBio em até 12 meses, o que permitirá fazer o lançamento ao mercado ainda na próxima temporada (2026/27).

Em paralelo, o CTC já está concluindo a construção de sua planta demonstrativa de sementes sintéticas de cana. Com o labora-



Paulo Polezi, do CTC: quatro novas variedades convencionais de cana em 2026

tório 90% concluído e os pátios de rustificação (áreas dentro de viveiros para aclimação) já prontos, a empresa espera fazer na próxima safra um plantio experimental de 120 hectares com suas sementes, sendo 20 hectares na primeira etapa e 100 hectares na segunda. A companhia vai adotar quatro variedades distintas.

Segundo Polezi, as máquinas

de plantio desenvolvidas por John Deere e Marchesan já permitem a realização de todo o procedimento, do carregamento das sementes ao plantio no solo. Elas já começarão a operar com plantio em duas linhas — diferentemente de quase todas as atuais plantadoras de cana do mercado, que plantam os toletes de cana uma linha por vez.

Boas vendas de açúcar e alta do etanol ampliam lucro da CerradinhoBio

De São Paulo

A alta do preço do etanol no fim de 2025 e o aumento das vendas de açúcar contribuíram para que a CerradinhoBio encerrasse o terceiro trimestre da safra 2025/26 com lucro líquido R\$ 137,6 milhões, um resultado 24,3% maior do que o do mesmo período da safra anterior. A companhia produziu mais açúcar nesta safra após ampliar sua fábrica em 2024.

A receita líquida da companhia no terceiro trimestre, de R\$ 1,166 bilhão, pouco mudou em relação ao mesmo período da safra passada — a queda foi de apenas 1%. Apesar do aumento dos preços do etanol, a empresa acabou vendendo um volume menor na comparação anual, já que, ao priorizar a produção de açúcar, acabou reduzindo a fabricação do biocombustível.

Ainda assim, os preços do etanol em patamar mais alto e o desempenho das vendas de açúcar elevaram a margem operacional. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado cresceu 8%, a R\$ 449,2 milhões, e a margem Ebitda teve um aumento de três pontos percentuais, para 39%.

A companhia iniciou a safra 2025/26 com a expansão da fábrica recém-concluída, o que lhe permitiu triplicar a produção no acumulado da safra em nove meses. De toda a cana que processou, a

parcela destinada ao açúcar passou de 23% para 64%, na comparação entre os nove primeiros meses da safra atual e da safra passada.

A produção de açúcar também permitiu ao negócio de cana-de-açúcar da CerradinhoBio gerar mais caixa no terceiro trimestre, na comparação anual. Mesmo assim, o negócio de milho ainda teve maior capacidade de geração de caixa. No negócio de cana, o Ebitda ajustado, excluído o efeito do investimento (capex) de manutenção, subiu 17%, para R\$ 125,5 milhões, e o Ebitda menos o capex do negócio de milho cresceu apenas 1%, para R\$ 245,4 milhões.

Em nove meses, o custo médio de produção de etanol foi 3,9% menor do que no mesmo período da safra passada, e o custo médio do açúcar ficou 2,4% abaixo na comparação anual.

A companhia beneficiou-se da melhora da produtividade de sua cana e do aumento do processamento de milho. No acumulado da safra, a produção de açúcar da CerradinhoBio cresceu 200%, para 421 mil toneladas, e a de etanol caiu 19%, a 679 milhões de litros.

A diminuição da produção de etanol de cana ofuscou o aumento da produção do etanol a partir do milho, que representou 75% de toda a produção do biocombustível no período.

A CerradinhoBio encerrou o trimestre com dívida líquida de R\$ 2,5 bilhões, alta de 10% na safra.

Ganho da Pilgrim’s, da JBS, teve queda de 63% no quarto trimestre de 2025

Nayara Figueiredo
De São Paulo

A Pilgrim’s Pride (PPC), companhia norte-americana de frango controlada pela brasileira JBS, registrou lucro líquido de US\$ 87,9 milhões no quarto trimestre de 2025, uma queda de 62,7% em relação a igual intervalo do ano anterior, conforme balanço financeiro divulgado na quinta-feira (12). Com isso, a Pilgrim’s encerrou 2025 com lucro de US\$ 1,08 bilhão, praticamente estável na comparação com o ano anterior.

A empresa teve receita líquida de US\$ 4,52 bilhões no quarto trimestre, o que representou um aumento de 3,33% no comparativo anual. No acumulado de 2025, as vendas líquidas cresceram 3,46%, a US\$ 18,5 bilhões.

Ainda conforme o balanço, no quarto trimestre, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado da Pilgrim’s

caiu 21%, para US\$ 415,1 milhões. No ano, o Ebitda atingiu US\$ 2,27 bilhões, alta de 2,5%.

A despeito das retrações no lucro e no Ebitda, o CEO da Pilgrim’s, Fabio Sandri, disse, em nota, que “durante 2025, as condições de mercado permaneceram atrativas, uma vez que os custos de produção se mantiveram relativamente estáveis e a acessibilidade do frango continuou a ser um fator importante para os consumidores”.

Segundo a companhia, o portfólio de produtos in natura foi favorecido pela forte demanda nos setores de varejo e food service. O volume comercializado, tanto em alimentos prontos para con-

3,5%
foi a alta da receita da Pilgrim’s no ano

sumo quanto em aves pequenas, cresceu acima da média do setor.

Na avaliação do Citi, o resultado da Pilgrim’s referente ao quarto trimestre não apresentou surpresas. Para o banco, a lucratividade caiu em uma base comparativa que contava com um “boom” ocorrido em 2024, quando o mercado tinha condições mais favoráveis.

Renata Cabral, analista do Citi, disse, em relatório, que “por enquanto, os sinais de demanda permanecem construtivos”. Isso porque o frango continua se beneficiando do fato de ser mais barato que a carne bovina.

Para este ano, a especialista acredita que alguns dos principais pontos de atenção para a Pilgrim’s Pride são o desempenho do México e o andamento dos mercados de soja e milho, que têm influência sobre as vendas e os custos de produção da empresa, já que esses grãos são a base da ração das aves.

Movimento falimentar

Falências Decretadas
Empresa: **Brasileirinhos Comércio de Artigos Infantis Ltda.** - CNPJ: 20.876.416/0001-85 - Endereço: Av. Dr. Antonio Maria Laet, S/nº, Loja L 052 2, Bairro Parada Inglesa - Administrador Judicial: Brailda Veiga Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Daniel Brailja Veiga - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Recuperação Judicial Requerida
Empresa: **Appeldorn Distribuidora de Alimentos Ltda.** - CNPJ: 01.583.294/0001-94 - Endereço: Rua José Waldemar Iucksh, 251, Bairro Vila Rio Branco, Castro/pr - Vara/Comarca: 1a Vara de Ponta Grossa/PR

Empresa: **E. M. Monteiro Ltda.** - Endereço: Não Consta - Vara/Comarca: 1a Vara de Ponta Grossa/PR

Recuperação Judicial Deferida
Empresa: **Agropecuária Grão Pará Ltda. ME** - CNPJ: 05.426.630/0001-46 - Endereço: Rodovia Pa 327, Km 40, Zona Rural, Santa Maria Das Barreiras/pa - Administrador Judicial: Dr. Ricardo Danilo Campos Lopes - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Redenção/PA

Empresa: **Asa Rent a Car Locação de Veículos S/A** - CNPJ: 07.005.206/0001-53 - Endereço: Rua Padre Carapuceiro, 910, Sala 501, Bairro Boa Viagem - Administrador Judicial: Diligence Administração em Recuperação Judicial e Falência Ltda. Epp, Representada Pelo Dr. Marcelo Paes Barreto de Almeida - Vara/Comarca: 2a Vara de Recife/PE

Empresa: **Asa Serviços Ltda.** - CNPJ: 46.466.525/0001-18 - Endereço: Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 4930, Bairro Iburá - Administrador Judicial: Diligence Administração em Recuperação Judicial e Falência Ltda. Epp, Representada Pelo Dr. Marcelo Paes Barreto de Almeida - Vara/Comarca: 2a Vara de Recife/PE

Empresa: **Bianchi Transportes Ltda.** - CNPJ: 05.481.250/0001-04 - Endereço: Av. Prefeito André Antonio Maggi, 1929 Sw, Loteamento Jardim Ypê, Sapezal/mt - Administrador Judicial: Caio Almeida Sociedade Individual de Advocacia, Representada Pelo Dr. Caio Benedito Freitas de Almeida - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Flávia Silveira de Freitas Epp** - CNPJ: 63.268.099/0001-27 - Endereço: Rua São Sebastião Alves da Silva, 21, Bairro Alto Paraná - Administrador Judicial: Sr. Ricardo Danilo Campos Lopes - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Redenção/PA

Empresa: **Geraldo Silveira de Freitas Epp** - CNPJ: 63.269.028/0001-49 - Endereço: Rua São Sebastião Alves da Silva, 21, Bairro Alto Paraná - Administrador Judicial: Sr. Ricardo Danilo Campos Lopes - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Redenção/PA

Empresa: **Maria Eloiza Silveira de Freitas Epp** - CNPJ: 63.268.821/0001-23 - Endereço: Rua São Sebastião Alves da Silva, 21, Bairro Alto Paraná - Administrador Judicial: Sr. Ricardo Danilo Campos Lopes - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Redenção/PA

Empresa: **Mt Comércio de Combustíveis Ltda.** - CNPJ: 04.275.611/0001-01 - Endereço:

Rodovia Br 174, Km 240, S/nº, Zona Rural, Pontes e Lacerda/mt - Administrador Judicial: Caio Almeida Sociedade Individual de Advocacia, Representada Pelo Dr. Caio Benedito Freitas de Almeida - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **O Bianchi, Nome Fantasia Odilei Bianchi** - CNPJ: 63.291.831/0001-80 - Endereço: Estrada do Matão, Km 12, S/nº, Zona Rural, Pontes de Lacerda/mt - Administrador Judicial: Caio Almeida Sociedade Individual de Advocacia, Representada Pelo Dr. Caio Benedito Freitas de Almeida - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Renato Luiz Bampi** - CNPJ: 63.289.802/0001-83 - Endereço: Estrada do Matão, Km 12, S/nº, Anexo II, Zona Rural, Pontes de Lacerda/mt - Administrador Judicial: Caio Almeida Sociedade Individual de Advocacia, Representada Pelo Dr. Caio Benedito Freitas de Almeida - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **T & S Locação de Mão de Obra em Geral Ltda.** - CNPJ: 12.978.986/0001-58 - Endereço: Rua da Conceição, 188, Sala 1703 A, Centro - Administrador Judicial: Dr. Jamazak Barbosa Tavares - Vara/Comarca: 2a Vara de Niterói/RJ

Empresa: **Vanderlei Murilo Bianchi ME** - CNPJ: 63.289.796/0001-64 - Endereço: Estrada do Matão, Km 12, S/nº, Anexo I, Zona Rural, Pontes de Lacerda/mt - Administrador Judicial: Caio Almeida Sociedade Individual de Advocacia, Representada Pelo Dr. Caio Benedito Freitas de Almeida - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

COMUNICADO DE RECALL

Veículo	Ano modelo	Números de série dos chassis envolvidos (não sequenciais); oito últimos caracteres:	Data de fabricação
GRAND CHEROKEE 4XE	2023 e 2024	P8823878 a R8621893	2/2/2023 a 14/10/2024

A **STELLANTIS AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.** convoca os proprietários dos veículos da marca **Jeep**, modelo **Grand Cherokee**, **ano modelo 2023 e 2024**, para, a partir do dia **16 de fevereiro de 2026**, agendarem o comparecimento a uma das concessionárias da rede **Jeep** a fim de que seja providenciada, gratuitamente, a atualização dos softwares de controle da bateria e, se necessária, a substituição da bateria de alta voltagem.

Foi identificada a possibilidade de falha de funcionamento da bateria de alta voltagem, o que, em casos extremos, poderá gerar um princípio de incêndio, com potenciais danos materiais, físicos ou até mesmo fatais aos ocupantes do veículo e/ou a terceiros. Por sua vez, como o risco de incêndio fica reduzido com a carga baixa na bateria, a Jeep recomenda que evitem recarregá-la até que o serviço seja realizado.

O serviço será realizado mediante agendamento prévio. Por esse motivo, é importante que você contate a concessionária de sua preferência para ser informado sobre a previsão do seu atendimento. O tempo estimado de reparo é de, aproximadamente, 1 (uma) hora.

Para consultar os números dos chassis envolvidos e/ou obter mais informações, acesse **www.jeep.com.br** ou contate a Central de Serviços ao Cliente pelo WhatsApp **(31) 2123.4000** ou pelo telefone **0800 703 7150**.

Com esta iniciativa, a **STELLANTIS** visa assegurar a satisfação de seus clientes, garantindo a qualidade, a segurança e a confiabilidade dos veículos da marca **Jeep**.

Jeep® é marca registrada da Stellantis-FCA US LLC.
Desacelere. Seu bem maior é a vida.

JEEP.COM.BR
CAC 0800 703 7150
facebook.com/jeepdobrasil

IPRAMA
PROTEÇÃO
CONSUMIDOR

Entrevista Fávaro também afirma que governo não chegou a um consenso sobre sistema de controle da cota de exportação de carne à China

Ano ainda será de dificuldades para o agro, diz ministro

Rafael Walendorff
De Brasília

O governo federal ainda não chegou a um consenso sobre a criação de um sistema de controle da cota de exportação de carne bovina para a China. O tema tem sido tratado com a máxima cautela em Brasília para não extrapolar limites jurídicos nem interferir na livre concorrência dos frigoríficos habilitados para vender aos chineses, afirmou o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, em entrevista exclusiva ao **Valor**. Ele prevê um ano “difícil” para o setor agropecuário diante de preços de commodities achatados, financiamentos restritos, juros altos e dólar em queda, e aposta em uma reconstrução do ambiente de crédito rural para inverter esse ciclo, com mudanças no seguro rural e aperto nas recuperações judiciais. No caso das cotas, os frigoríficos pediram regulação federal para evitar uma corrida para preencher o volume de 1,1 milhão de toneladas autorizado pelos chineses em 2026 e como forma de se resguardar, já que uma eventual divisão

privada dos volumes poderia ser encarada como formação de cartel e ser questionada judicialmente. Esses temas também entraram no radar do Executivo, que prefere uma acomodação natural do assunto a nível privado. “O governo tem que ter cautela para agir, tem que ter limite, é livre comércio. O governo pode ajudar quem quer ser ajudado dentro do bom senso, não pode interferir nem obrigar ninguém a vender mais ou vender menos. Tem que ser com equilíbrio”, afirmou Fávaro. Nesta semana, a Pasta enviou sugestão de criação de um mecanismo de administração interna da cota à Câmara de Comércio Exterior (Camex). O colegiado se reuniu na quinta-feira (12/2), mas não avaliou o tema. Fávaro disse que ainda não há “conforto jurídico” no Executivo para elaborar a nor-

ma e que isso demandará alinhamento com os exportadores. “[O ofício enviado à Camex] é muito mais a nível de colaboração. O que tem que valer mesmo é a vontade e o entendimento do privado. Cada um pega uma parte da cota e vai cumprindo, vale muito mais do que uma intervenção governamental. É algo muito mais deles do que de governo”, defendeu. Para Fávaro, o mecanismo de controle da cota servirá para proteger os pequenos frigoríficos. “Se deixar totalmente solto, as grandes plantas podem cumprir a cota com seis meses e fica todo mundo sem nada depois”, apontou. Segundo ele, as grandes indústrias topam dividir a cota. Afirmou que já existe uma distribuição informal com base no desempenho das exportações em 2025, quando o Brasil enviou o recorde de 1,6 milhão de toneladas de carne bovina à China. O mecanismo inclui as 67 plantas habilitadas e é mais “justo” que o modelo elaborado pelos chineses, que usou a média de exportações entre 2019 e 2024, sem considerar o salto nos embarques ocorrido após a habilitação de 38



Para Fávaro, o mecanismo de controle da cota de carne à China servirá para proteger os pequenos frigoríficos

frigoríficos em maio de 2024. “O governo está disposto a ajudar no diálogo, mas não vai passar do limite jurídico. Se o setor estiver consciente, o governo pode ajudar. Até aqui está, vamos ver se continua assim”, disse. Fávaro negou que a distribuição da cota entre as plantas e o controle estatal possam interferir no preço da arroba aos pecuaristas. “São só 1,1 milhão de toneladas. Ainda temos mercados como Estados Unidos, México, Vietnã, Indonésia, Filipinas e o principal comprador, que é o Brasil mesmo”, afirmou. “A China é importante, mas não é tudo”, destacou. Sobre a conjuntura agropecuária em 2026, Fávaro afirmou que será preciso restabelecer a confiança do sistema financeiro, abalado pela “onda indiscriminada” de recuperações judiciais e pelo avanço da inadimplência e do endividamento. Ele disse que os juros estão

“excessivos” e “descalibrados”, mas acredita em cortes da Selic em breve, com efeitos positivos ao setor. O ministro quer uma “virada de chave” com a implementação do seguro rural obrigatório para quem acessa recursos controlados do Plano Safra a partir de julho. Para ele, a medida ajudará a proteger os financiamentos e a evitar novos pedidos de renegociação de dívidas, que custam muito ao governo, a qualquer “solução” no campo. “Ao emprestar dinheiro com seguro, o banco minimiza muito o risco de não receber. Ao fazer isso, começa a fluir de novo o crédito e o produtor vai para a safra mais seguro, porque sabe que se tiver uma intempérie ele não vai se endividar”, afirmou. Segundo Fávaro, o Ministério da Fazenda estuda fontes para engordar o caixa do seguro rural para R\$ 4,5 bilhões. O ministro disse que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deverá pu-

blicar ainda em fevereiro um documento com orientações para o sistema judiciário sobre a aplicação da Lei de Falências. O objetivo é instruir juízes sobre o que pode ser incluído nos pedidos de recuperação judicial dos produtores. Ele indicou, por exemplo, a necessidade de preservar o ato cooperativo e as Cédulas de Produto Rural (CPRs) nos processos. “O desembolso via CPR cresceu muito por ter segurança jurídica e [o título] não poder ser incluído em recuperação judicial”, disse. Os financiamentos com CPR evoluíram 37% na safra 2025/26, para R\$ 143,2 bilhões, enquanto o crédito tradicional caiu quase 13%. Fávaro disse que o governo continua aberto ao diálogo com o setor para adoção de eventuais novas ações para a renegociação de dívidas após a perda de validade da Medida Provisória 1.314/2025, que não atingiu o limite de R\$ 12 bilhões liberados pela União.

Soja puxa aumento de estimativa de colheita

Grãos

Danton Boatini Júnior
e Alessandra Saraiva
De São Paulo e do Rio

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ajustou para cima sua estimativa para a produção de grãos na safra 2025/26, que passou a ser de 353,4 milhões de toneladas. A nova projeção, que aparece no levantamento que a estatal divulgou na quinta-feira (12/2), é 249 mil toneladas maior do que a boletim de janeiro. Caso a previsão se confirme, a produção será 0,3% maior do que a da temporada 2024/25, quando o país colheu 352,1 milhões de toneladas. A área de plantio deverá crescer 1,9%, chegando a 83,3 milhões de hectares. O ajuste na estimativa foi resultado direto da revisão para cima dos dados sobre a safra de soja, o principal produto agrícola do país. A Conab prevê agora que o Brasil colherá 178 milhões de toneladas da oleaginosa em 2025/26, ou 3,8% a mais (o equivalente a 6,5 milhões de toneladas) do que no anterior

Safra 2025/26

Quinta estimativa para a atual temporada (milhões de toneladas)

Cultura	2024/25	2025/26 (janeiro)	2025/26 (fevereiro)
Algodão (pluma)	4,077	3,818	3,803
Arroz	12,758	11,061	10,914
Feijão	3,059	3,046	2,966
Milho	141,157	138,867	138,448
Soja	171,480	176,124	177,985
Trigo	7,873	7,873	6,904
Total*	352,258	353,127	353,376

Fonte: Conab * Considera outras culturas como sorgo e de inverno

— e um novo recorde para a cultura. No relatório de janeiro, a companhia havia estimado produção de 176,1 milhões de toneladas. As condições climáticas favoráveis à soja levaram a Conab a ajustar para cima sua estimativa de produtividade da cultura, que passou de 3.619 quilos para 3.675 quilos por hectare. O crescimento em relação à temporada anterior será de 1,5%. A elevação da estimativa de produtividade compensou o corte na previsão de área de cultivo, que é agora de 48,4 milhões de hectares — em janeiro, a Conab previu 48,6

milhões de hectares. O relatório, o quinto sobre a safra 2025/26, informou que os produtores já colheram 17,4% da safra, o que permitiu à estatal ajustar a estimativa de produtividade com base nos resultados efetivos das lavouras. “Nós tivemos um atraso na implantação da cultura, principalmente em outubro, por conta da irregularidade das precipitações, mas o desenvolvimento das lavouras foi considerado satisfatório na maioria dos Estados”, disse o gerente de Acompanhamento de Safras da Conab, Fabiano Vasconcelos, na apresentação do relatório.

Para o milho, a estatal prevê colheita total de 138,4 milhões de toneladas, um volume 1,9% menor do que o do ciclo anterior. Até a primeira semana de fevereiro, o plantio da segunda safra do grão já havia ocorrido em 21,6% da área prevista, segundo a Conab. A produção do milho safrinha deverá chegar a 109,3 milhões de toneladas. Com a semeadura do arroz quase concluída, a área de cultivo do cereal deverá ter uma redução de 11,6%, para 1,5 milhão de hectares. A Conab estima que a produção cairá 14,4%, para 10,9 milhões de

toneladas. O volume é ainda menor do que as 11 milhões de toneladas da previsão de janeiro, mas, mesmo com a queda, a oferta deverá assegurar o abastecimento do mercado interno, avalia a estatal. “No momento do plantio, o preço estava, como ainda está, abaixo do preço mínimo. Isso desestimulou o produtor, e ele optou por uma troca de cultura”, afirmou o presidente da Conab, Edegar Pretto, na apresentação dos dados. Para o feijão, a estatal prevê colheita de 2,966 milhões de toneladas, somadas as três safras da leguminosa. O volume é 3,1% menor do que o da safra anterior. Em sua estimativa para a safra de grãos, leguminosas e oleaginosas neste ano, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) calcula que a produção será de 342,7 milhões de toneladas. O volume é 1% inferior ao de 2025. Segundo o IBGE, que também divulgou seu relatório na quinta-feira, a área de cultivo será de 82,7 milhões de hectares em 2026. Isso corresponde a um aumento de 1,4% em relação à área de plantio da safra 2025.

Crescem os abates de bovinos, aves e suínos

Pesquisa

Do Rio

O abate de bovinos cresceu 13,1% no quarto trimestre de 2025 no país em relação ao período equivalente do ano anterior, para 10,95 milhões de cabeças, conforme os primeiros resultados das pesquisas sobre a produção animal para o período, divulgados na quinta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O balanço definitivo, incluindo dados consolidados de 2025, será divulgado no dia 18 de março, segundo o instituto. Apesar do incremento na comparação anual, houve redução do abate em relação ao terceiro trimestre de 2025, de 2,9%.

A produção no quarto trimestre cresceu em maior proporção que o abate, 15%, para 2,91 milhões de toneladas de carcaças bovinas, o que sinaliza ganho de produtividade e aumento do peso médio dos animais abatidos. Já em relação ao terceiro trimestre, houve recuo de 1,8% do volume. No caso de suínos, os abates aumentaram 2,3% no quarto trimestre na comparação anual, para 14,77 milhões de cabeças. Mas diminuíram 6,6% em relação ao terceiro trimestre de 2025. O abate de frangos também teve alta entre outubro e dezembro, de 3,9%, sobre igual período de 2024, atingindo 1,69 bilhão de cabeças. Em relação ao terceiro trimestre, houve queda 0,2%. A pesquisa do IBGE também mostrou que o volume de leite cru adquirido por estabelecimentos que atuam sob inspeção sanitária (federal, estadual ou municipal) somou 7,34 bilhões de litros no último trimestre de 2025, 8,2% mais do que um ano antes. O IBGE informou ainda que a produção de ovos de galinha somou 1,25 bilhão de dúzias no país no quarto trimestre de 2025, alta tanto na comparação com o período equivalente de 2024, de 3,7%, quanto em relação ao terceiro trimestre do ano passado, de 1,5%. (AS)

Receita com exportação agropecuária caiu 2,2%

Comércio

Paulo Santos
Campina Grande (PB)

As exportações brasileiras de produtos do agronegócio alcançaram US\$ 10,8 bilhões em janeiro deste ano, queda de 2,2% em relação ao registrado no primeiro mês de 2025, informou na quinta-feira (12) o Ministério da Agricultura. Em comunicado, a Pasta disse que apesar da alta de 7% no volume exportado, houve recuo de 8,6% no preço médio dos produtos. Apesar da queda no faturamento com exportações do agro, janeiro foi o terceiro maior resultado da série histórica para meses de janeiro e respondeu por 42,8% do valor total exportado pelo país no período, segundo o Ministério da Agricultura.

As vendas externas de carnes lideraram as exportações do agro brasileiro no mês passado. Foram US\$ 2,58 bilhões, com alta de 24% em relação a janeiro de 2025. Na sequência veio o complexo soja, com exportações de US\$ 1,66 bilhão, e aumento de 49,4%. Os embarques de produtos florestais somaram US\$ 1,38 bilhão, queda de 8,8% na comparação anual. Com as exportações de cereais, farinhas e preparações, o Brasil faturou US\$ 1,12 bilhão, uma alta de 11,3% em relação a janeiro de 2025. As vendas externas de café voltaram a cair em janeiro. O recuo foi de 24,7% na comparação anual, para US\$ 1,10 bilhão. As exportações do complexo sucroalcooleiro totalizaram US\$ 750 milhões em janeiro, com recuo de 31,8%. Ainda segundo a Pasta, as importações de produtos do agro-



Transbordo de soja em terminal no Porto de Santos; exportação do complexo soja cresceu quase 50% em janeiro

negócio somaram US\$ 1,7 bilhão em janeiro, uma retração de 11,2%. Com isso, a balança do agro teve superávit de US\$ 9,2 bi-

lhões, um leve recuo de 0,4%. O ranking dos principais importadores de produtos agropecuários brasileiros segue inalterado,

com a China na liderança (US\$ 2,1 bilhões), seguida pela União Europeia (US\$ 1,7 bilhão) e pelos Estados Unidos (US\$ 705 milhões).

CLAUDIO BELLI/VALOR

ESPECIAL PUBLICITÁRIO PRODUZIDO POR 

Imóveis de Valor

FOTOS DE CYRELA/DIVULGAÇÃO



Menos não é mais: Incorporadoras de alto padrão adotam o maximalismo para oferecer produtos com identidade forte a um público-alvo definido. Cores, formas ousadas e grafismos se contrapõem à tendência minimalista do mercado

Projetos mais ousados, com cores, formas e grafismos, propõem identidade forte e contraponto à tendência da neutralidade que domina o mercado local

Maximalismo cria alternativa de alto padrão em São Paulo

Mais cores e menos tons pastel. Mais grafismos e menos texturas naturais. Mais ousadia e menos neutralidade. Incorporadoras têm aplicado o conceito do maximalismo nos projetos de alto padrão em São Paulo, criando experiências de morar com personalidade forte, em contraponto ao minimalismo natural que vem dominando o mercado imobiliário nos últimos anos.

A Cyrela é um bom exemplo. Lançamentos recentes associados a grifes de luxo trazem mais do que o glamour das marcas internacionais. “São projetos com identidade própria e forte valor simbólico, conectados ao design, à arquitetura e a um estilo de vida contemporâneo”, afirma Telma Graziano, superintendente de Marketing do Grupo Cyrela.

Para ela, o apelo estético dos projetos está diretamente atrelado ao equilíbrio entre design autoral, funcionalidade e sensorialidade. No Capri Lifestyle by Dolce & Gabbana Casa, por exemplo, a personalidade da marca italiana se manifesta em uma linguagem mais marcante e artesanal, com o uso de revestimentos e tecidos típicos, como o “carretto siciliano” e o “blu mediterrâneo” — duas das estampas mais icônicas da grife, enraizadas na cultura, nas tradições e nas paisagens da Sicília.

“É uma grife que tem uma leitura muito precisa sobre proporção, materiais, cores e formas, o que se traduz em ambientes sofisticados, mas, ao mesmo tempo, acolhedores e duradouros”, ressalta.

Lançado no final de dezembro passado, o empreendimento localizado no Jardim Europa — com torre única e plantas que variam entre 246 e 591 metros quadrados — tem tido boa resposta de vendas e engajamento com a proposta, atraindo a atenção de um público bem específico.



“Por ser um produto único, o projeto atende ao cliente de elevado poder aquisitivo, com repertório internacional e que está em busca de exclusividade e diferenciação por meio de identidade e curadoria”, explica Orlando Pereira, diretor Comercial do Grupo Cyrela.

Quem também aposta na estratégia por meio de marcas de luxo é a Lavvi. Em Moema, o projeto Villa Residence by Versace Home traz a exuberância do design italiano para os interiores.

“O mercado paulistano caminhou para o minimalismo nos últimos anos, com tons neutros e projetos que agradam, mas que raramente emocionam. No Villa Residence, cores e elementos dão personalidade. É um conceito que atrai pessoas com repertório cultural apurado, que valorizam design, moda e experiências autorais”, pontua André Alvo, diretor de Incorporação da Lavvi.

Com projeto da aflalo/gasperini arquitetos, o Villa Residence tem apenas uma torre com cem apartamentos de 149 a 221 metros quadrados e está com 80% das unidades vendidas.

Novo H Bela Cintra cria sensação de pertencimento para gerar desejo e aumentar a liquidez



Grafismos no fundo da piscina do Villa Residence, em Moema: inspiração na alta-costura

CONEXÃO EMOCIONAL

Apostando na mesma estratégia, a Housi investe no retrofit de ativos e cria uma nova marca em que o maximalismo é o elemento central da proposta. As unidades da Paulista e da Faria Lima passarão por

reformas nos próximos meses, ganhando mais personalidade. Enquanto isso, a nova Linha H, com prédios “high-end”, estreia na Rua Bela Cintra já dentro desse conceito.

“Pesquisamos a oferta de produtos nos Jardins e o

À esquerda: no Capri Lifestyle by Dolce & Gabbana Casa, ambientes privilegiam cores e padronagens típicas da marca italiana

comportamento de consumo das pessoas que vivem no bairro para formatar uma proposta que criasse conexão emocional”, explica Bárbara Bacchi, sócia-diretora da agência Imã Brands, que cuida do novo posicionamento dos ativos da marca.

Aolado da irmã, Victória, ela tem atuado no mercado nacional desenvolvendo projetos de identidade autoral, que se conectam com a comunidade onde está o empreendimento.

“No H Bela Cintra, o maximalismo será traduzido em um ‘lobby’ com atendimento experiencial, móveis exclusivos, obras de arte e ambientes comuns com personalidade marcante, onde as pessoas possam fotografar e postar em suas redes sociais, gerando mais desejo sobre o produto”, detalha.

Bárbara cita como referências os hotéis Faena Buenos Aires e Rosewood São Paulo, que têm ambientes externos extravagantes, em contraponto a suítes e quartos mais contidos. No futuro H Bela Cintra, as unidades terão três layouts diferentes, com “décor” do mais pujante ao “soft”.

Na visão da executiva, a abordagem é essencial para projetos de “short stay”, em que linguagem arquitetônica e design mais forte ajudam a atrair a atenção do cliente, gerando uma rápida identificação e aproximação com o perfil de público que está sempre em busca de novas experiências.

“As pessoas querem conexão e pertencimento. Elas não desejam mais morar em um ‘catálogo’ de lançamento, querem se sentir pertencentes ao lugar. A criação de uma identidade que realmente se conecta com o público certo gera desejo e aumenta a velocidade de vendas”, conclui.

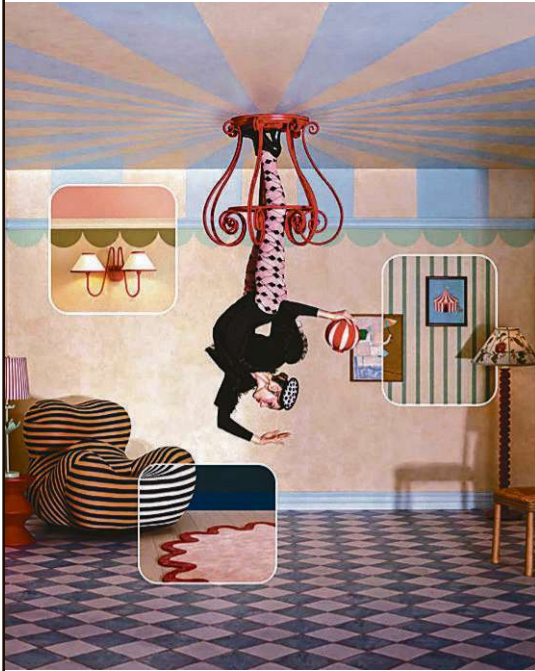
Imóveis de Valor

CASA e JARDIM Sua casa lida do seu jeito.

revistacasaejardim.globo.com

As três tendências do segmento de decoração fazem parte do relatório anual Pinterest Predicts 2026, que considera o crescimento de buscas na plataforma

‘Afrodecor’, ‘lar lúdico’ e ‘neo déco’ são apostas do Pinterest para 2026



FOTOS DE PINTEREST PREDICTS 2026/DIVULGAÇÃO

O Pinterest Predicts 2026 anunciou “afrodecor”, “lar lúdico” e “neo déco” como as três principais tendências para o segmento da decoração ao longo deste ano

ALINE MELO

O relatório anual Pinterest Predicts 2026 foi lançado trazendo 21 tendências para este ano. A previsão é feita com base em palavras-chave pesquisadas na plataforma, identificando padrões de crescimento e, por meio de uma análise preditiva, definindo o que tem poder de permanência e tração.

“Tendências que focam em cor, vintage, fantasia e autenticidade apareceram tanto nas previsões de 2025 quanto nas de 2026, principalmente pelo conforto e pela liberdade que proporcionam”, afirma Sydney Stanback, head global de Tendências e Insights do Pinterest.

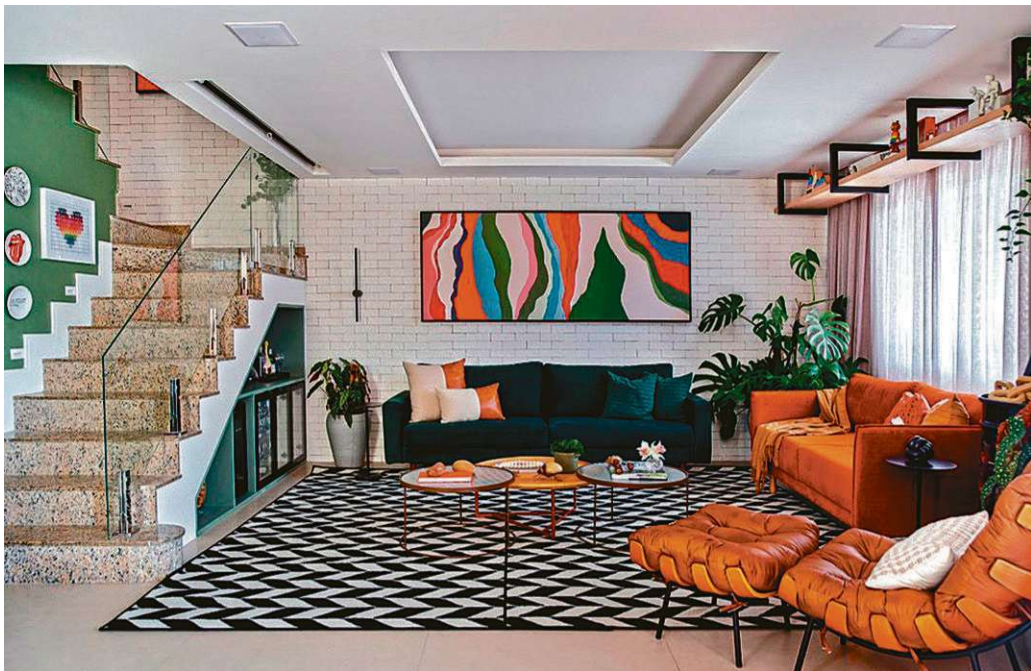
O Pinterest acredita que o consumidor estará mais seletivo neste ano, aderindo apenas às tendências alinhadas a seu gosto, sua personalidade e suas aspirações. “Duas condutas surgem a partir daí: a curadoria de identidade (filtrar) e a expressão de identidade (experimental) — ambas impulsionadas pelo desejo de poupar energia em meio ao excesso de estímulos e de se manter com os pés no chão diante da mesmice performática”, completa Sydney.

A seguir, confira as três principais tendências do universo da decoração levantadas pelo Pinterest Predicts 2026.

‘LAR LÚDICO’

Sua decoração já era divertida? Em 2026, “millennials”

O “lar lúdico” pede por objetos inusitados e muitas estampas coloridas na decoração: Investir em um tapete vibrante, como este em padrão espinha-de-peixe preto e branco do projeto do escritório GG Arquitetura, é uma forma de aderir à tendência



RAIANA MEDINA/DIVULGAÇÃO

A tendência “afrodecor” combina beleza, conforto e ancestralidade: o uso de fibras naturais continua em alta em 2026. Elas são destaque em todo o mobiliário externo da Casa Molde, assinada por Newton Lima



CACA BRATKE/DIVULGAÇÃO

e “baby boomers” buscarão inspiração no circo. Listras marcantes, padrões gráficos, silhuetas esculturais e objetos inusitados ajudam a trazer o “lar lúdico” para a realidade. O aumento nas buscas é expressivo para teto listrado (40%), quarto de bebê temático de circo (50%), decoração circense (130%), arte circense (35%) e estética de circo vintage (70%).

“Estruture a tendência com uma peça âncora — um tapete vibrante, um pendente cheio de presença, uma poltrona com encosto ondulado ou um banco volumétrico — e leve a proposta para a área externa com paisagismo escultural e

móveis com linhas bem definidas e em cores primárias”, ensina Sydney.

‘AFRODECOR’

De tecidos da Nigéria a quadros da Etiópia, passando por fibras naturais e peças artesanais, o “afrodecor” combina elementos da diáspora africana com a leveza “boho”. As pesquisas por tecido adire (130%), estampas berbere (210%), cortinas com miçangas de bambu (60%), arte etíope (50%) e cadeira com detalhes em rattan (50%) estão em alta. Ao ar livre, a ideia é ser exuberante — flores grandes e coloridas e cachepôs estampados para dar destaque.

‘NEO DÉCO’

Impactante, glamoroso e um pouco excêntrico, “neo déco” é o art déco reinventado para 2026. Após anos de minimalismo, os “millennials” e a geração X buscam cores elegantes, detalhes em couro e metais menos óbvios, como o cobre. Entre as buscas em crescimento estão luminária pendente (40%), banheiro em mármore vermelho (80%), carrinho de bar antigo (100%), latão “aesthetic” (35%) e banquetas de couro (35%). “Aposte em um visual com geometria forte e garimpos vintage, especialmente com peças dos anos 20 e 40 modernizadas”, sugere Sydney.



JULIANO COLORETTI/MCA ESTÚDIO/DIVULGAÇÃO

Entrevista

CLÁUDIO CARVALHO, CEO DA AW REALTY

A Zona Norte da capital paulista está ganhando um novo polo de desenvolvimento econômico com negócios fomentados por empreendimentos comerciais de grande porte, aliados a investimentos em logística e eventos. Quem está feliz com esse cenário é Cláudio Carvalho, CEO da AW Realty, que tem atuado em projetos imobiliários na região há quase uma década. A empresa, que tem como sócios Ivo Wohnrath e Sérgio Athié, da Athié Wohnrath, faturou R\$ 1,1 bilhão em 2025, com projetos bem-sucedidos no Campo Belo, no Jardim Europa e na Zona Norte, onde estão 40% do portfólio. Para ele, a região é a bola da vez do mercado imobiliário na cidade.

Como avalia a Zona Norte como destino de investimento imobiliário?

Cláudio Carvalho — A infraestrutura local tem sido requalificada, com a revitalização do Distrito Anhembi, a concessão privada do Aeroporto Campo de Marte, um parque público de 400 mil metros quadrados em construção e o desenvolvimento do Cidade Center Norte, o que tem atraído novos negócios, galpões logísticos e prédios de escritórios, aumentando a demanda por moradia. Por tudo isso, é um dos lugares mais prósperos para investir em imóveis na cidade.

Esse momento já tem reflexo nos preços de imóveis e no custo de vida?

Ainda não. Os valores médios dos lançamentos estão na faixa de R\$ 17 mil o metro quadrado, preço de médio-alto padrão na Zona Sul. Mas bairros da região vêm recebendo colégios bilíngues e um hospital privado.

Como foi o ano de 2025 para a companhia?

Foi muito bom, chegamos ao patamar de R\$ 1,1 bilhão de VGV com quatro projetos lançados: dois na Zona Norte, um no Jardim Europa e outro no Campo Belo, que tem a XP Asset como sócia em nosso primeiro projeto em parceria.

Qual a expectativa para 2026?

Estimamos um crescimento de 15% a 20% em VGV lançado. No primeiro lançamento na Zona Norte, no fim de janeiro, foram vendidos cerca de 30% dos apartamentos em menos de 15 dias. ►►►



AW REALTY/DIVULGAÇÃO



CONTINUE LENDO ESTA ENTREVISTA EM: valor.globo.com/patrocinado/imoveis-de-valor



G.LAB É O ESTÚDIO DE BRANDED CONTENT DA EDITORA GLOBO, ESPECIALIZADO EM SOLUÇÕES DE CONTEÚDO PARA MARCAS

CONTATO COMERCIAL SP: João Meyer — jomeyer@edglobo.com.br
CONTATO COMERCIAL RJ: Marcelo Lima — mlma@oglobo.com.br
DEMAIS REGIÕES: ana.lima@edglobo.com.br

SUGESTÕES DE PAUTA: imoveisdevalor.glb@edglobo.com.br

Investimentos

XP Inc., de Thiago Maffra, lucra R\$ 1,3 bi no 4º tri e captação soma R\$ 32 bi **C6**



Finanças

M&A

Bicentenária, britânica Schroders aceita oferta de £ 9,9 bi da Nuveen **C6**

Balanços

Bancos entram em 2026 mais cautelosos com aumento nas provisões **C3**

Mercados

Ibovespa recua e dólar avança em dia de aversão global a risco **C2**

Valor C

Sexta-feira, 13 de fevereiro de 2026

Finanças

Dívida Títulos de Raízen e CSN desabam com pressão vendedora; movimento é considerado pontual e não deve prejudicar emissões

Alta alavancagem acende alerta e afasta investidor de ‘bonds’

Fernanda Guimarães
e Rita Azevedo
De São Paulo

Uma fuga de investidores dos títulos de dívida externa (“bonds”) da Raízen e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) reacendeu o alerta do mercado sobre a situação financeira das empresas brasileiras mais alavancadas, diante de um período prolongado de juros altos no país.

O ponto central, segundo fontes de mercado, é que a situação de algumas empresas começou a se deteriorar muito rapidamente, ampliando a aversão ao risco e fazendo com que investidores reduzissem suas posições. Nesta semana esse movimento voltou a se intensificar.

A pressão dos juros sobre as empresas passou a gerar mais cautela. “Existe uma variável que afetou ambas as empresas [Raízen e CSN], que se trata do impacto dos juros altos sobre a geração de caixa. Esse impacto é tão maior quanto maior for a alavancagem da companhia e quanto maior for a volatilidade dessa geração de caixa”, disse uma fonte que trabalha em Nova York com bonds corporativos. Por isso, segundo ele, a preocupação no momento está voltada para empresas com alta alavancagem e com negócios que possuem margens mais voláteis.

Mesmo as companhias que estão longe de um processo de reestruturação passaram a ser acompanhadas mais de perto pelos investidores estrangeiros depois de eventos de crédito envolvendo nomes brasileiros. “O mercado não vai mais dar o benefício da dúvida. Quem se machucou no ano passado com Ambipar e Braskem, e agora com Raízen, não vai querer repetir a dose agora”, afirmou um gestor.

A desconfiança, diz ele, deve durar mais um tempo, pelo menos enquanto os balanços das empresas não mostrarem sinais positivos ou até que analistas de fora entenderem que os riscos das companhias são diferentes. A diligência dos investidores, assim, deve ser maior.

Segundo fontes consultadas pelo **Valor**, os casos são pontuais, muito embora acabe afetando a percepção de risco. A leitura geral, contudo, é de que não há grande risco de contágio.

“Essa situação afeta o conservadorismo dos investidores, mas eles não deixarão de olhar as boas empresas nem aquelas que possuem uma boa relação entre risco e retorno”, explicou uma das fontes. No curto prazo, porém, houve desvalorização de papéis brasileiros, como os de Eldorado Celulose, Prio e Rumo.

O caso da Raízen é o que tem gerado maior preocupação. Em meio às discussões sobre alternativas para a desalavancagem da empresa — que somava mais de R\$ 68 bilhões em dívidas no fim de setembro —, investidores de “bonds” contrataram a Moelis para o processo de reestruturação da dívida da companhia, conforme noticiou o **Valor**. O grupo de credores também está sendo assessorada no caso pelo escritório White & Case.

Para efeito de comparação,



Bônus da Raízen, que soma dívidas de mais de R\$ 68 bilhões, têm forte depreciação no mercado de títulos dos EUA

em um período de dez dias, um dos papéis da Raízen com vencimento em 2032, deixaram de ser negociados em cerca de 80% do valor de face para cerca de 35%. Nesta semana, ocorreu uma nova pressão vendedora após rebaixamentos de ratings, dessa vez pela S&P e Fitch.

O que chamou a atenção de investidores, nesse caso específico, foi o tamanho da redução do rating. Até então, a Raízen figurava na lista das companhias com maior grau de investimento do país. Agora, está no grupo de empresas consideradas mais vulneráveis em avaliação de risco de crédito. Com isso, gestoras que só podem investir nas companhias com “invest-

ment grade” rapidamente tiveram que zerar suas posições.

“Uma coisa é a empresa que vai deteriorando aos poucos. Outra coisa é essa queda. O que aconteceu pegou muita gente de surpresa e chamou a atenção”, afirmou uma das fontes ouvidas.

Outro interlocutor pondera que o caso da Raízen se difere do de outras situações como da Ambipar, já vista no mercado como fraude. “Até agora, não ouvi os investidores falando que não daria mais pra investir em Brasil. Vejo uma preocupação para algumas empresas que acessam o mercado externo e que tem um perfil de risco mais alto, porque são empresas com grau maior de alavancagem”, cita.

A Raízen, que pertence ao grupo Cosan, vem desde o ano passado vem discutindo alternativas para solucionar sua alavancagem. Está na mesa um aumento de capital pelos sócios Shell e Cosan, mas ainda não há um acordo. Pela Raízen estão trabalhando o escritório Pinheiro Neto, o banco Rothschild e a Cleary Gottlieb como assessores.

Já a CSN, do empresário Benjamin Steinbruch, prometeu vender entre R\$ 15 bilhões a R\$ 18 bilhões para resolver sua alavancagem. Dentre as opções está

a venda do controle de sua produtora de cimentos e a busca de um investidor em seus ativos de infraestrutura, mas outras opções estão sendo avaliadas.

Em meio a todo esse cenário, há ainda uma expectativa de que as emissões de novos “bonds” não sejam afetadas. No momento, os bancos aguardam a divulgação dos balanços do quarto trimestre para retomarem as operações entre o fim de fevereiro e as primeiras semanas de março. “O que aconteceu com a Raízen não fecha as portas para emissões brasileiros”, disse um executivo de um banco de investimento.

Desde janeiro, foram captados cerca de US\$ 9,4 bilhões com ofertas brasileiras no exterior. A operação mais recente foi do Tesouro, de US\$ 4,5 bilhões, nesta semana. A demanda pelos papéis foi de cerca de US\$ 11 bilhões, o que pode ser lido como um sinal de manutenção do interesse dos estrangeiros pelo país, disse outro executivo. Também emitiram neste ano Bradesco, BTG Pactual, Sabesp, FS e Azul.

Em todo o ano passado, o mercado de bonds movimentou US\$ 34 bilhões com mais de 40 operações. O volume é 59% maior que o registrado em 2024.

Procuradas, Raízen e CSN não comentaram.

Rali de títulos corporativos gera temor de ‘bolha’

Ian Smith e Michelle Chan

Financial Times, de Londres e Nova York

Um rali nos títulos corporativos levou o prêmio por assumir risco adicional de crédito a mínimas históricas, despertando alertas entre alguns investidores sobre um “comportamento típico de bolha” em partes do mercado.

Os bônus corporativos foram impulsionados por uma forte valorização dos ativos de maior risco desde o início do ano passado, movimento que também levou as bolsas a uma sequência de recortes, graças às expectativas de que o governo de Donald Trump manterá a economia dos Estados Unidos “aquecida” este ano, estimulando o crescimento global.

O custo médio adicional de captação — ou spread — que empresas americanas e europeias, com classificações de crédito elevadas, pagam em relação aos títulos públicos caiu ao nível mais baixo desde antes da crise financeira global de 2008, enquanto o rendimento extra oferecido por dívidas mais arriscadas também encolheu de forma significativa.

Isso levou as gigantes de tecnologia Alphabet e Oracle a aproveitar as condições extremamente favoráveis do mercado para realizar grandes emissões de títulos. Mas também tem deixado alguns investidores cada vez mais cautelosos.

“Os mercados de crédito têm apresentado cada vez mais um comportamento típico de bolha desde o fim do terceiro trimestre de 2025”, diz Nuwan Goonetilleke, chefe de mercados de capitais da seguradora Phoenix Group (empresa que faz parte do índice de ações FTSE 100), uma grande compradora de títulos corporativos e públicos, ao apontar a compressão dos rendimentos.

Em resposta, a Phoenix vendeu parte de suas posições em dívida corporativa e alocou para outras áreas da renda fixa, como os gilts, [títulos do governo britânico]. Também optou por “subir a barra” para garantir que “estejamos melhor posicionados para qualquer reprecificação”, disse Goonetilleke.

Os spreads apertados refletem uma demanda intensa por parte de investidores em renda fixa, atraídos por níveis mais elevados de rendimento da dívida em comparação com os anos posteriores à crise financeira. O movimento é favorecido pela forte alta do rendimento dos títulos públicos. Alguns investidores estão preferindo comprar dívida pública, já que muitas empresas foram mais conservadoras no endividamento do que governos que ampliaram seus gastos.

Isso ajudou a reduzir, neste ano, o spread entre os índices globais de títulos corporativos com classificação “A” e “AA” da Ice Bofa para menos de 0,2 ponto percentual pela primeira vez na série histórica iniciada em 1997.

“O mercado exige uma seleção criteriosa de títulos. Haverá mais vencedores e mais perdedores”
Matthew Brill

A diferença entre os rendimentos da dívida corporativa global com classificação “B” e “A” caiu para pouco mais de 0,3 ponto percentual, perto do menor nível desde antes da crise financeira.

A Alphabet, classificada como “AA+” pela agência Standard & Poor’s (S&P), aproveitou nesta semana a forte demanda e lançou um raro bônus de 100 anos de prazo, enquanto a Oracle, classificada como “BBB” pela S&P, levantou US\$ 25 bilhões na semana passada, apesar da pressão por rebaixamento de crédito em meio às preocupações dos investidores com o aumento de sua dívida, devido aos investimentos em IA.

“Foi inteligente da parte deles [Oracle] emitir quando os spreads estão tão apertados”, diz um gerente de portfólio de renda fixa de grau de investimento baseado nos EUA. “Essa operação teria enfrentado dificuldades se as pessoas não estivessem disputando cada pequeno pedaço de carne sobre a mesa.”

Enquanto isso, a fabricante e cimento Titan Cement, com classificação “BB”, precificou na semana passada um bônus de 350 milhões de euros a cerca de 1,1 ponto percentual acima do rendimento dos Bunds alemães. No ano passado, títulos de dívida emitidos com classificação semelhante foram precificados com um spread médio superior a 1,9 ponto percentual.

O rendimento total dos bônus corporativos americanos com grau de investimento — a soma do rendimento dos títulos soberanos com o spread adicional pago pelas empresas — está perto de 5% e permanece acima dos níveis observados durante a maior parte do período desde a crise financeira. Isso se deve em grande parte à alta dos rendimentos dos títulos públicos, à medida que os bancos centrais elevaram suas taxas básicas de juro desde a pandemia de covid-19 e crescem as preocupações com a capacidade de absorção dos níveis recordes de emissão de dívida pelas grandes economias.

Segundo alguns investidores, os rendimentos mais altos estão encorajando as pessoas a prestar menos atenção se o componente do spread os está recompensando de fato pelos riscos assumidos. Alguns gestores de fundos alertam que essa compressão dos rendimentos entre diferentes faixas de classificação deixa os investidores mais vulneráveis a uma desaceleração econômica.

“Há pessoas comprando rendimento, rendimento e mais rendimento; e elas não estão sendo devidamente recompensadas pelos riscos que estão assumindo”, diz Ben Lord, um gestor da M&G Investments.

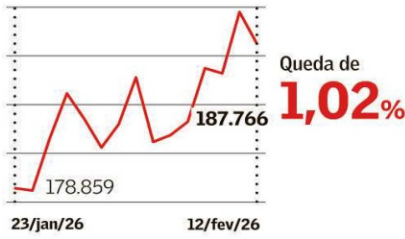
Analistas do Citigroup disseram em uma nota na semana passada que “a compressão nos níveis mais altos cria um risco assimétrico significativo; as consequências de um choque de mercado agora são muito maiores”.

Para alguns, isso significa que os investidores precisam ser muito mais seletivos sobre o que comprar e o que evitar. “O mercado agora exige uma seleção criteriosa de títulos”, diz Matthew Brill, chefe de crédito de grau de investimento da Invesco na América do Norte. “Haverá mais vencedores e mais perdedores este ano. Não dá simplesmente para você comprar um monte de empresas com classificação BBB e esperar que a maré o leve junto.”

Finanças

Ibovespa

Em pontos



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

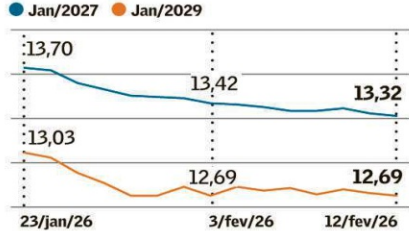
Bolsas internacionais

Variações no dia 12/fev/26 - em %

Dow Jones	-1,34
S&P 500	-1,57
Euronext 100	-0,37
DAX	-0,01
CAC-40	0,33
Nikkei-225	-0,02
SSE Composite	0,05

Juros

DI-Over futuro - em % ao ano



Dólar comercial

Cotação de venda - em R\$/US\$



Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99



Mercados Ambiente externo pesa sobre ativos locais; bolsas de Nova York e taxas dos Treasuries têm forte queda com temor renovado sobre IA

Ibovespa recua 1% e dólar avança com aversão global a risco

Arthur Cagliari, Gabriel Caldeira, Luana Reis, Bruna Furlani e Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

O ambiente de aversão a risco generalizada que se instalou ontem nos mercados se espalhou para o Brasil e afetou o desempenho dos ativos domésticos. O Ibovespa recuou um 1%, o dólar se reaproximou da marca de R\$ 5,20 e os juros futuros terminaram o pregão praticamente estáveis, mesmo depois de dados fracos do setor de serviços indicarem mais espaço para o início do ciclo de cortes da taxa Selic pelo Banco Central.

Nos Estados Unidos, a sessão foi amplamente negativa: as bolsas de Nova York cederam até 2% em meio a um movimento de venda de ações do setor de tecnologia. A tendência avessa a risco fez com que os investidores corressem para a segurança dos Treasuries, os títulos da dívida pública americana, provocando um forte recuo das taxas no país.

Encerrados os negócios, o Ibovespa registrou perdas de 1,02%,

aos 187.766 pontos, após oscilar entre os 186.959 pontos e os 189.990 pontos durante o pregão. Já o dólar à vista avançou 0,25%, a R\$ 5,1998, depois de ter tocado a máxima de R\$ 5,2098.

A desvalorização expressiva de commodities pesou sobre as ações da Petrobras e da Vale, o que afetou em cheio o Ibovespa. As PN da petroleira cederam 2,55%, enquanto as ON recuaram 3,09%. Já os papéis da mineradora exibiram baixa de 0,95%, minutos antes da divulgação do balanço.

No caso do câmbio, o dólar operou em queda frente ao real durante toda a manhã, acompanhando o movimento global, mas no início da tarde houve uma reversão da dinâmica em meio à fuga de ativos de risco e afastamento também das commodities metálicas.

O diretor de tesouraria do Traveler Bank, Marcos Weigt, aponta que, apesar desse movimento no dia, em geral o que se tem visto é um movimento global de busca por diversificação de risco, que tem beneficiado os mercados brasileiros. “A economia

americana está dando alguns sinais de enfraquecimento, e com a perspectiva de que o Federal Reserve [Fed, o banco central americano] corte juros, o incentivo por risco não direciona o capital necessariamente para o mercado americano, porque há uma preocupação com as empresas lá, em especial as sete magníficas”, diz, fazendo referência ao grupo das maiores empresas de tecnologia do país.

“Os investimentos em capex [gastos das companhias em capital] estão tirando a atratividade dessas empresas. Estão virando companhias de capital intensivo, e fugindo daquele perfil que tinham no passado, de elevada produtividade e baixo custo de capital”, aponta.

2,03%
foi a queda do
Nasdaq, para
22.597,15 pontos



SILVIA ZAMBONI/VALOR

Weigt: investimento de big techs em capex tira atratividade de empresas, que estão se tornando intensivas em capital

A leitura de Weigt conversa com o desempenho dos índices acionários dos EUA ontem. O S&P 500 recuou 1,57%, a 6.832,76 pontos, e o Nasdaq registrou forte queda de 2,03%, aos 22.597,15 pontos. Durante a sessão, o temor de que a inteligência artificial (IA) cause uma disrupção no modelo de negócio de empresas tradicionais de tecnologia se espalhou para outros setores, como o financeiro, provocando um amplo movimento de venda na bolsa americana.

“Os mercados estão reagindo à IA como um verdadeiro fator de disrupção econômica, que deve separar vencedores e perdedores, e não apenas como uma narrativa especulativa”, comentam estrategistas da BlackRock, em nota.

A aversão a risco se espalhou também para o mercado de Treasuries, cujas taxas mostraram for-

te baixa em meio à busca pela segurança da renda fixa americana. O rendimento do título com vencimento de dez anos, por exemplo, cedeu de 4,181% a 4,104%.

A princípio, o movimento de baixa das taxas dos Treasuries deu algum suporte aos juros futuros domésticos. No entanto, a renda fixa local praticamente ignorou o recuo de 0,4% do volume de serviços prestados em dezembro, ainda que o dado sugira que o Banco Central tem espaço para começar a reduzir a Selic.

“Para 2026, a desaceleração prevista para o nível de atividade deve fazer com que a foto do mês de dezembro se torne a tônica do ano, com os serviços dependendo em boa medida dos espasmos de crescimento proporcionados por fatores sazonais e da capacidade de resiliência de segmentos menos sensíveis ao nível de juros,

como o de informação e tecnologia”, avalia Matheus Pizzani, economista do PicPay, em nota.

Ainda assim, os juros futuros terminaram o pregão praticamente estáveis, em um dia marcado também por uma forte emissão de 30 milhões de títulos prefixados do Tesouro Nacional. A taxa do contrato de DI de janeiro de 2027 oscilou de 13,33% a 13,325%, e a do DI de janeiro de 2031 teve leve baixa de 13,155% para 13,145%.

Na avaliação de um integrante da tesouraria de um importante banco local, o fato de a renda fixa ter se movimentado pouco mesmo depois de um dado de atividade fraco mostra que “apostar na queda das taxas não é algo tão óbvio agora”, dado o volume mais agressivo de cortes da Selic já precipitados na estrutura a termo da curva de juros futuros.

BBCE e Cerc criam modelo de autorregulação

Victoria Netto
Do Rio

Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia (BBCE) e a Cerc, infraestrutura de mercado financeiro especializada no registro e controle de recebíveis, deram início a uma parceria inédita no mercado de capitais brasileiro ao implementar um modelo em que uma infraestrutura de mercado usa a estrutura autorregulatória de outra. As operações supervisionadas estão previstas para começar neste mês.

Em dezembro do ano passado, a Cerc obteve a autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central (BC) para operar como uma bolsa de ativos de renda fixa (mercado primário e secundário de papéis de crédito corporativo e títulos bancários), com mais de R\$ 5 trilhões em recebíveis registrados e 500 milhões de transações processadas por dia. Como pré-requisito para funcionar, precisava de uma estrutura independente para fazer a supervisão das operações, atividade que buscou na BBCE Autorregulação.

Infraestrutura de mercado voltada à negociação de derivativos e operações do setor elétrico, a BBCE mantém, desde 2021, uma vertente própria e independente de autorregulação autorizada pela CVM, inicialmente voltada aos derivativos de energia.

A parceria com a Cerc foi construída ao longo de 2023 e 2024 em diálogo com a CVM, seguindo os termos da Resolução 135 da autarquia, que dispõe sobre mercados organizados de valores

mobiliários no Brasil. A iniciativa é pioneira no país: “Somos a primeira autorregulação autorizada pela CVM a este modelo de prestação de serviço para outra entidade”, explica Eduardo Corceiro, líder da BBCE Autorregulação.

Para a presidente da BBCE, Camila Batich, a parceria é um avanço institucional relevante para elevar os padrões de governança, supervisão e segurança dos mercados organizados. Segundo Batich, a estrutura já nasce com “estrada” e maturidade, apoiada em conselho independente, profissionais com mais de dez anos de experiência.

“Hoje, 100% das transações negociadas na BBCE são supervisionadas pela autorregulação, tanto os derivativos quanto o mercado físico”, afirma Batich. Em 2024, cerca de R\$ 88 bilhões em operações passaram pelo sistema, com redução de 20% nos alertas e de 80% nas medidas educacionais aplicadas ao longo do ano.

Do lado da Cerc, a escolha por não criar uma autorregulação própria foi descrita como estratégica. “Ao invés de montar outra estrutura, a gente preferiu forta-

lecer uma que já existe, com mais investimento, mais recursos e mais qualidade desde o começo”, afirma o sócio-fundador e presidente do conselho administrativo da Cerc, Marcelo Mazieiro.

Segundo Mazieiro, compartilhar a autorregulação da BBCE torna o processo mais eficiente e reduz riscos na fase inicial das operações. “O ideal é começar já com um padrão alto, que levaria tempo para ser desenvolvido internamente”, completa.

A autorregulação no mercado brasileiro surgiu justamente para trazer independência. A obrigatoriedade dessa atuação foi estabelecida em 2007, com a criação de estruturas como a BSM, que é o autorregulador da B3. “O que a gente está fazendo aqui é trazer essa robustez de análise para novos mercados”, afirma Corceiro, líder da BBCE Autorregulação.

Os indicadores de sucesso, segundo Mazieiro, são ambíguos por natureza. No curto prazo, diz ele, mais alertas podem significar que fragilidades estão sendo corretamente detectadas. No médio e longo prazo, espera-se a redução consistente dessas ocorrências. “O pesadelo absoluto é deixar passar um ativo claramente problemático sem que ninguém perceba”, afirma o executivo. “A ideia é que os ativos registrados aqui sejam vistos como um selo de qualidade”, acrescenta.

Para a BBC, a parceria também reforça a reputação institucional. “A nossa intenção é prover todas as ferramentas para que a gente tenha um mercado mais seguro, com transparência e solidez”, diz Corceiro.

"A gente preferiu fortalecer uma estrutura que já existe, com mais investimento, recursos e qualidade"
Marcelo Mazieiro

Getnet abre comunidade global de desenvolvedor

Lais Godinho
De São Paulo

A Getnet criou uma comunidade oficial de desenvolvedores, chamada Get Code. A iniciativa tem por objetivo conectar profissionais de tecnologia de diferentes países, estimular parcerias e acelerar a criação de soluções digitais para o setor de pagamentos.

Segundo a companhia, o programa inclui networking, produção e compartilhamento de conteúdo em eventos proprietários, realização de desafios e a aproximação entre desenvolvedores e oportunidades de cocriação. A Getnet oferecerá ferramentas e recursos aos profissionais.

A comunidade faz parte da estratégia da Getnet para fortalecer sua presença no ecossistema de tecnologia, segundo a fintech. “O Get Code reforça nosso compromisso em apoiar o ecossistema de desenvolvedores e seguir impulsionando novas ideias”, afirmou Daniel Flores, executivo de produto global da Getnet.

O primeiro encontro do Get Code está marcado para 26 de fevereiro, com o tema “O futuro dos meios de pagamento com o uso de IA”. O evento contará com a participação da Verifone e da Red Hat.

Para Denis de Lutiis, executivo de marketing da Getnet, o programa reforça o posicionamento da companhia como uma fintech global voltada à transformação digital. “É uma iniciativa que une inovação, colaboração e visão de longo prazo para impulsionar a transformação digital no setor financeiro”, disse.

Fundo ligado a pai de Vorcaro reduz de R\$ 14 bi a zero valor de empresa

Camila Souza Ramos
De São Paulo

Um fundo ligado à família de Daniel Vorcaro, do Banco Master, remarcou de R\$ 14,3 bilhões para zero o valor de mercado da Golden Green, denunciada por ter adquirido ativos ambientais fraudados.

O Jade Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia divulgou fato relevante na terça-feira anunciando a remarcação do ativo. Ali, afirma que a decisão “está fundamentada em minuciosa análise técnica efetuada sob o laudo emitido por provedor independente”. Não há informações sobre quem emitiu o laudo. O fundo é administrado pela CBSF Trust, antiga Reag, em liquidação extrajudicial.

O fundo anunciou que a reprecificação do ativo, que reconhece a perda integral do valor contábil, terá impacto negativo direto de 100% no patrimônio líquido do fundo.

O Jade é investido por outro fundo, o Jaya, que tem Henrique Vorcaro, pai de Daniel Vorcaro, do Master, entre seus cotistas, apurou o **Valor**.

A baixa no patrimônio ocorre após reportagens mostrarem que, mesmo cientes da fraude nos ativos ambientais alocados na Golden Green — revelada em dezembro de 2024 pelo **Valor** — a Reag e os gestores mantiveram a avaliação patrimonial bilionária do fundo Jade inalterada ao longo de 2025.

A reprecificação do Jade terá efeito em cascata na cadeia de fundos controladores, entre eles Zacar (fundo de Henrique Vorcaro) e Hans 2, Sven e Hans 95 — este, in-

vestigado na Operação Carbono Oculto. Até agora, os fundos não comunicaram à CVM a baixa contábil relativa a suas fatias no Jaya.

Até então, a Golden Green declarava patrimônio de R\$ 14 bilhões em “Unidades de Estoques de Carbono” (UECs) — que são diferentes de créditos de carbono e seriam referentes à quantidade de carbono alocada no solo. Esses ativos foram criados pelo empresário José Antônio Ramos Bittencourt a partir da Fazenda Floresta Amazônica, em Apuí (AM). A propriedade, porém, é fruto de grilagem e tem boa parte de seu terreno em cima de uma área da União, o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Aripuanã-Guariba, como revelou o **Valor** em 2024, e portanto nunca poderia ter gerado ativos ambientais de forma privada.

Em 2025, Bittencourt, que também é cotista do Jaya, tentou trocar esses ativos por novas UECs, que seriam geradas dentro do PAE com apoio do Incra. Houve negociações para a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

A iniciativa não foi para frente após a divulgação, neste ano, de que a geração dos ativos ambientais seria feita com participação de uma empresa de Henrique Vorcaro, a Alliance Participações, e fundos alocados na gestora Reag, que já era alvo das operações Carbono Oculto e Compliance Zero.

Em nota, Bittencourt disse que o imóvel lhe foi apresentado como privado, e que já gerava ativos ambientais em 2010, antes de conhecê-lo. “Ao descobrir a inconsistência fundiária, denunciei espontaneamente os fatos às autoridades”, afirmou.

Finanças

Balanços Lucro combinado de Itaú, Bradesco, Santander e Banco do Brasil recuou 4,4% no ano passado, para R\$ 107,8 bi; desempenho de instituição estatal pesou

Bancos têm alta de provisões e entram em 2026 mais cautelosos

Álvaro Campos e Lais Godinho
De São Paulo

Os grandes bancos brasileiros entraram neste ano em tom mais cauteloso, depois de um 2025 de ritmo mais lento no crédito, aumento nas provisões — em parte, por mudança regulatória — e inadimplência relativamente estável. Em um cenário com juros ainda altos e eleições presidenciais, as instituições financeiras veem desafios à frente.

Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil (BB) fecharam o ano passado com lucro combinado de R\$ 107,8 bilhões, uma queda de 4,4% em relação ao resultado de 2024. A soma, no entanto, esconde situações muito diferentes. Quem puxou o desempenho para baixo foi o BB, cujo lucro recuou 45,5%, afetado pelas perdas no agronegócio. Se olhados apenas os bancos privados, o resultado teria crescido 16,4%.

A margem financeira bruta conjunta subiu 6,4%, para R\$ 362,6 bilhões. Porém, as provisões para devedores duvidosos saltaram 22,7%, para um total de R\$ 170,2 bilhões. Nesse caso, há duas explicações. Houve uma piora na qualidade dos ativos, o que obrigou as instituições a reforçar as reservas contra calotes. Porém, houve também uma mudança regulatória. Por meio da resolução 4.966, o Banco Central mudou a contabilização de pro-

visões e impôs a adoção o modelo de perda esperada, que faz com que as instituições tenham de aumentar o “colchão” contra calotes à medida que vislumbram a deterioração de um crédito.

No ano passado, a inadimplência nos maiores bancos do país ficou mais ou menos estável — com exceção do BB. Enquanto no mercado como um todo o indicador aumentou de 3%, no fim de 2024, para 4,1% no término de 2025, nas grandes instituições essa tendência não se observou de maneira tão intensa. No Itaú, caiu 0,1 ponto porcentual; no Bradesco, subiu 0,1 ponto; no Santander, avançou 0,5 ponto. Mais uma vez, quem destoou foi o BB, onde o índice saltou 2 pontos em um ano, para 5,17%. A instituição financeira estatal teve uma piora em todos os segmentos, mas foi afetada principalmente pelas perdas no agronegócio e em um caso específico corporativo.

Os quatro grandes bancos de capital aberto colocaram o pé no freio nas operações de crédito no ano passado. A carteira combinada totalizou R\$ 4,585 trilhões, com expansão de 5,8% em 2025. O ritmo ficou bem abaixo da média do sistema financeiro nacional, em que o crescimento foi de 10,2%.

Para este ano, o cenário que desenha é parecido, com os grandes bancos mantendo uma postura um pouco mais conservadora que a média do mercado — al-

go que se vislumbra tanto em algumas projeções quanto em declarações feitas pelos executivos.

O Banco Central estima que o crédito crescerá 8,6% em 2026. A projeção (“guidance”) do Itaú é de 5,5% a 9,5%, ou seja, 7,5% no ponto médio. No Bradesco, a estimativa vai de 8,5% a 10,5% (ponto médio de 9,5%); no BB, a estimativa é de 0,5% a 4,5% (ponto médio 2,5%). O Santander não divulga projeções, mas tem adotado uma postura mais cautelosa que os demais.

No Itaú, a expectativa para 2026 é de lucro em alta e rentabilidade permanecendo em patamar elevado. Questionado se o banco não teria apresentado um “guidance” conservador, Milton Maluhy Filho, CEO do Itaú, disse que as projeções não são defensivas, mas “realistas”, principalmente em um ano eleitoral, que costuma ter um nível maior de incerteza. Segundo ele, não faria sentido promover uma expansão

“Dado o contexto de um ano ainda de Selic alta, é natural que exista [pressão] nas provisões”
Gustavo Alejo

muito forte do crédito e depois, com uma mudança no cenário, ter de rever isso. “Mas se virmos oportunidades, se pudermos entregar mais, vamos fazê-lo.”

Para Mario Leão, CEO do Santander, o essencial é crescer em linhas e públicos que o banco escolheu, mesmo que perca participação em outros nichos, se for o caso. “Escolhi crescer em alta renda e em pequenas e médias empresas, por exemplo. Eu tenho que, nesses dois segmentos, crescer desproporcionalmente”, afirmou.

O vice-presidente financeiro do Santander, Gustavo Alejo, afirmou que o banco deve ver mais pressão em provisões, devido a alguns portfólios, como agro e pequenas empresas. Os segmentos, explicou, sofrem mais com o efeito da taxa básica de juros, que deve permanecer elevada neste ano, apesar de começar o ciclo de cortes. “Dado o contexto de um ano ainda de Selic alta, é natural que exista [pressão]; obviamente que a gente trabalha para que a gente consiga, de fato, ter menos pressão em provisões, estamos nos preparando”, disse.

Em toada de recuperação e no meio da execução de seu plano estratégico, o Bradesco está mais “tracionado”, como gosta de dizer o CEO, Marcelo Noronha. “A gente vê tração comercial, crescimento de crédito importante, com possibilidade

de ganho de ‘market share’ em algumas linhas específicas.”

Noronha está otimista com o cenário macroeconômico. Segundo ele, com a inflação controlada, a Selic pode chegar a 12% no fim do ano. “Esse é o horizonte da gente, mas estou vendo o Brasil se movimentar, o desemprego controlado, então a gente está vendo ainda com otimismo, não estamos pessimistas agora.”

No caso do BB, o objetivo é expandir a carteira de pessoa física, que tem melhor retorno ajustado ao risco, enquanto empresas e agronegócio devem ficar perto da estabilidade. O portfólio total deve crescer menos de um terço da média do mercado. A presidente do banco, Tarciana Medeiros, disse ontem que 2025 foi o mais desafiador de seus 26 anos na instituição, justamente por causa do agro, afetado tanto pela resolução 4.966 como por uma onda de recuperações judiciais.

Medeiros ponderou que, mesmo com quase R\$ 80 bilhões em provisões, o BB deu lucro de R\$ 20,7 bilhões e entregou o que estava prometido no guidance — revisado duas vezes ao longo do ano.

Para a executiva, 2026 também será desafiador, mas a expectativa é melhor porque a instituição já aprendeu como lidar com o cenário. “[O ano de] 2026 será desafiador, mas será desafiador dentro de um desafio que a gente já aprendeu como faz.”

BTG leva até 48% da fintech meutudo

Rita Azevedo
De São Paulo

O BTG Pactual anunciou um acordo para a compra de até 48% da plataforma de crédito meutudo. Os termos financeiros da transação não foram divulgados.

Para o BTG, a operação representa um passo relevante na ampliação da estratégia do banco no varejo, por meio da integração de uma plataforma de crédito “escalável, competitiva e com histórico de eficiência”.

A meutudo foi fundada em 2019 por Márcio Feitoza, Marcelo Feitoza e Felipe Oquendo, e atualmente é liderada por Márcio Feitoza. A plataforma é integralmente proprietária, sem uso de intermediários, sustentada por tecnologia própria e modelos sofisticados de decisão, conforme o banco.

A fintech já originou mais de R\$ 20 bilhões em crédito, atendendo cerca de 19 milhões de clientes em todo o país. Deste total, mais de R\$ 10 bilhões foram originados na modalidade do novo consignado do privado, consolidando a meutudo como uma das principais referências nacionais nesse segmento, ressalta o BTG, em nota.

A parceria entre as duas instituições já vinha sendo construída nos últimos anos. Nesse período, o BTG Pactual foi responsável por mais de 80% do “funding” (recursos) utilizado na originação da fintech.

“A meutudo construiu uma plataforma digital de crédito extremamente eficiente, combinando qualidade, velocidade e competitividade. Essa transação, sujeita às aprovações regulatórias, reforça nossa estratégia de expansão no varejo e amplia nossa capacidade de oferecer crédito acessível, responsável e de alta qualidade para milhões de consumidores”, diz Roberto Sallouti, CEO do BTG Pactual, em comunicado.

Para Márcio Feitoza, a transação com o BTG deve permitir que a meutudo possa ir além do crédito, “simplificando escolhas e melhorando a vida financeira das pessoas”.

BB aposta em carteira de pessoa física para melhorar margem financeira

De São Paulo

O Banco do Brasil sempre teve um perfil um pouco diferente dos rivais privados, com sua carteira dividida basicamente em três partes iguais entre pessoa física, pessoa jurídica e agronegócio. Isso lhe garantia, inclusive, uma inadimplência média menor que os rivais, já que as operações no agro têm mais garantias. Agora, no entanto, com uma situação conjuntural bem complexa no campo, o banco estatal quer crescer mais em pessoa física, onde vê um melhor retorno ajustado ao risco.

A projeção (“guidance”) do BB é ampliar sua carteira de crédito este ano entre 0,5% e 4,5%, mas com uma boa diferença entre os portfólios. Enquanto em PF a expansão deve ser de 6% a 10%, em PJ deve ficar entre queda de 3% e alta de 1%; e no agro, entre baixa de 2% e crescimento de 2%, isso mesmo em um ano em que se espera uma nova safra recorde.

No fim de 2025, da carteira total expandida de R\$ 1,296 trilhão do BB, 27,5% eram de PF; 35,8%, de PJ; e 31,3%, agro. Dentro da carteira para famílias, 31,3% do portfólio do banco está no consignado público, em que já é muito forte. Nos últimos anos, tem expandido também a atuação no consignado INSS, e em meados do ano passado entrou com força no novo consignado privado lançado pelo governo. Só nessa vertical, já originou R\$ 13 bilhões.

Ontem, ao divulgar os resultados do quarto trimestre, a presidente do BB, Tarciana Medeiros, comentou que o banco quer chegar a uma participação de mercado de 20% no consignado privado. Ela lembrou ainda a aprovação da isenção do imposto de renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil, “que, na prática, aumentou a renda disponível para milhões e milhões de brasileiros” e vai gerar um espaço para uma expansão de até R\$ 28 bilhões em limite de crédito no consignado. “A gente vai buscar o ajuste do fluxo financeiro desses clientes ao



Tarciana: banco mais conservador agora, focando em quem já é cliente e especialmente no público de alta renda

longo do ano, mas, na expansão do crédito, traz oportunidades muito interessantes”, afirmou.

O vice-presidente financeiro do BB, Geovanne Tobias, afirmou que a instituição terá uma sala VIP exclusiva no terminal 3 do Aeroporto de Guarulhos, que deve começar a operar em maio, e também outra em Brasília. “Ainda estamos avaliando outras localidades.” A novidade faz parte da estratégia do BB para ampliar a carteira de pessoa física, delimitando o público-alvo, inclusive o alta renda.

Expansão em pessoa física deve ser de até 10%; agro pode ficar entre baixa de 2% e avanço de igual magnitude

O banco lançou em novembro um novo cartão premium, o Visa Altus Liv, e também reformulou recentemente o segmento de alta renda, chamado BB Estilo.

“Vamos focar em públicos estratégicos, em perfis de clientes que conhecemos”, comentou Tarciana. Tobias lembrou ainda que o banco começou a permitir, no fim do ano passado, que clientes parcelassem as faturas do cartão de crédito que estão em atraso, seguindo o exemplo de outros bancos que já fazem isso.

No início da pandemia de coronavírus, em 2020 e 2021, o BB, assim como os outros grandes bancos incumbentes e os players digitais, acelerou muito a emissão de cartões, e depois viu um aumento da inadimplência, sendo obrigado a rever essa estratégia de conquistar novos relacionamentos no chamado “mar aberto”.

Questionada sobre esse ponto, Tarciana explicou que o banco será mais conservador desta vez, focando em quem já é cliente da

base e especialmente no público de alta renda. “No crédito não consignado, que é onde no passado nós tivemos algumas questões, o foco vai ser em públicos estratégicos.” Mas também emendou com um verso de Lulu Santos: “nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia”.

Sobre a recomposição do caixa do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), após os desembolsos em função do caso Master, Tobias afirmou que a antecipação de cinco anos de contribuição ao fundo deve custar cerca de R\$ 5 bilhões ao banco. Além disso, a alíquota extraordinária que o FGC deve cobrar custará mais cerca de R\$ 450 milhões ao BB por ano. Segundo ele, todo esse contexto vai gerar uma perda de receita financeira para o setor bancário em geral, “e o regulador está ciente disso”. Ainda assim, ele evitou defender publicamente uma redução dos compulsórios. “Isso tem de ser perguntado à Febraбан”, limitou-se a dizer. (ACeLG)

STF julga papel dos cartórios na alienação fiduciária

De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma nesta sexta-feira, em sessão virtual, um julgamento que pode ter consequências importantes para o setor financeiro, em especial em relação ao crédito imobiliário. Trata-se, basicamente, da necessidade de contratos de alienação fiduciária terem escrituração pública ou não, ou seja, serem registrados em cartório.

A indústria sempre funcionou com uma interpretação da lei 9.514 de que não era preciso fazer escrituração pública, bastando um instrumento particular. Entretanto, em 2024, o então presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luis Felipe Salomão, editou os provimentos 172 e 175, afirmando que a alienação fiduciária sem escrituração pública não valia para qualquer caso, sendo permitida somente para financiamentos imobiliários. Assim ficaram de fora todos os outros tipos de transação que usam alienação fiduciária, como contratos de locação, compra e venda, loteamentos, crédito rural e certificados de recebíveis imobiliários (CRIs).

O sucesso de Salomão no CNJ, Mauro Campbell, suspendeu os provimentos 172 e 175, voltando assim para o que existia antes. Entretanto, o partido político Podemos entrou com um mandato de segurança no STF alegando que Campbell extrapolou sua autoridade e não poderia ter suspenso essa decisão. No Supremo, a matéria tem como relator o ministro Gilmar Mendes, que já tinha dado seu voto e considerado a medida de Campbell válida — o que significa que não seria exigida escrituração pública para alienação fiduciária. Na sequência, o ministro André Mendonça pediu vistas do processo, que agora retorna à pauta nesta sexta-feira.

Luiz Antônio França, presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), diz que o mercado sempre funcionou muito bem com a alienação fiduciária sem necessidade de escrituração pública e que exigir isso agora dobraria o custo de registro, criando burocracias e despesas desnecessárias.

Já a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) diz, em nota, que está acompanhando os desdobramentos da interpretação da lei 9.514. Ela aponta que a mudança trazida pelos provimentos 172 e 175 do CNJ impunha restrições a um tema que, até então, era tratado de forma mais ampla pela legislação imobiliária. “Ficaram excluídos [ou seja, obrigados a fazer a escrituração pública para alienação fiduciária] participantes relevantes do mercado, como incorporadoras e loteadoras, que utilizam esse instrumento para conferir segurança às operações de securitização.”

A Anbima diz que essa exclusão pode elevar os custos de estruturação dos CRIs, com potencial repasse aos investidores. “Estamos monitorando atentamente os possíveis impactos para o mercado e para os investidores e, se necessário, contribuiremos com sugestões ao STF.”

Como os bancos estão isentos de fazer a escrituração pública para alienação fiduciária, o setor não tem se envolvido diretamente no processo no STF, mas há um temor de que, futuramente, o entendimento do CNJ possa mudar a passar a exigir também deles essa obrigação. “A lógica é que, nos casos de financiamento imobiliário, não é necessária escrituração porque quem dá ‘fé pública’ é o próprio banco, que tem todo interesse em verificar os imóveis, fazer as diligências, e reporta a uma série de autoridades, incluindo ao Banco Central. Mas é realmente estranho uma parte da indústria ser obrigada a ter escrituração pública e outra não. O argumento dos cartórios é que ter ‘fé pública’ ajudaria a combater fraudes, mas a indústria sempre funcionou bem sem isso”, diz um observador. (AC)

Finanças

Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 12/02/26						
Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %	
RF-M	1	19.433,84	0,06	0,53	1,74	
RF-M	1+	24.122,80	0,13	0,30	2,59	
RF-M	Total	22.111,71	0,11	0,37	2,34	
IMA-B	5	10.817,77	0,11	0,46	1,67	
IMA-B	5+	12.202,51	0,27	-0,07	0,77	
IMA-B	Total	11.065,68	0,20	0,17	1,17	
IMA-S	Total	8.270,75	0,05	0,50	1,69	
IMA-Geral	Total	9.757,69	0,10	0,39	1,70	

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data

Crédito

Taxas - em % no período						
Linhas - pessoa jurídica	29/01	28/01	Há 1 semana	No fim de dezembro	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré-âto 365 dias - a.a.	48,31	39,06	44,46	38,69	38,69	29,02
Capital de giro pré-súp. 365 dias - a.a.	28,50	29,50	29,20	27,29	27,65	29,95
Conta garantida pré - a.a.	49,49	54,15	53,09	44,93	44,66	42,37
Desconto de duplicata pré - a.a.	23,56	23,33	23,98	22,28	22,28	22,50
Vendedor pré - a.a.	17,56	17,58	20,17	19,56	19,60	18,15
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	22,70	23,66	25,74	23,66	22,14	20,52
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	20,05	19,64	19,15	19,45	19,08	21,32
Conta garantida pós - a.a.	29,23	29,20	28,81	28,47	28,86	26,78
ADC pós - a.a.	6,56	6,42	6,64	7,50	6,66	7,34
Factoring - a.m.	3,04	3,02	3,04	3,07	3,07	3,22

Fontes: Banco Central, Anfic e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano						
	12/02/26	11/02/26	Há 1 semana	No fim de janeiro	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	3,6500	3,6400	3,6800	3,6500	4,3200
Média em 1 mês	-	3,6679	3,6682	3,6792	3,7074	4,3376
Média em 3 meses	-	3,7885	3,8058	3,8351	3,9448	4,4641
Média em 6 meses	-	4,0420	4,0619	4,0894	4,1539	4,7811
CSTR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	1,9300	1,9300	1,9260	1,9300	2,6650
Média em 1 mês	-	1,9326	1,9328	1,9331	1,9322	2,6668
Média em 3 meses	-	1,9346	1,9347	1,9344	1,9338	3,0063
Média em 6 meses	-	1,9372	1,9370	1,9368	1,9361	3,2538
Média em 1 ano	-	2,0960	2,1063	2,1249	2,1719	3,5880
Euribor ***						
1 mês	-	1,984	1,972	1,968	1,944	2,616
3 meses	-	1,994	1,999	2,031	2,016	2,553
6 meses	-	2,108	2,152	2,158	2,143	2,486
1 ano	-	2,231	2,227	2,226	2,250	2,370
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	6,75	6,75	6,75	6,75	6,75	7,50
Federal Funds	3,75	3,75	3,75	3,75	3,75	4,50
Taxa de Desconto	3,75	3,75	3,75	3,75	3,75	4,50
Tbill (1 mês)	3,69	3,69	3,68	3,69	3,63	4,33
Tbill (3 meses)	3,69	3,70	3,68	3,66	3,65	4,33
Tbill (6 meses)	3,61	3,61	3,62	3,64	3,61	4,36
TNote (2 anos)	3,47	3,52	3,50	3,54	3,53	4,36
TNote (5 anos)	3,66	3,75	3,76	3,80	3,75	4,47
TNote (10 anos)	4,10	4,17	4,21	4,25	4,18	4,62
Tbond (30 anos)	4,74	4,81	4,85	4,88	4,84	4,83

Fontes: ECB, EMML, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %									
Renda Fixa	fev/26*	jan/26	Mês dez/25	nov/25	out/25	set/25	Acumulado		
							Ano*	12 meses**	
Selic	0,50	1,16	1,22	1,05	1,28	1,22	1,67	14,32	
CDI	0,50	1,16	1,22	1,05	1,28	1,22	1,67	14,50	
Poupança (1)	1,01	1,01	1,01	1,01	1,01	1,01	2,03	12,45	
Poupança (2)	0,62	0,67	0,68	0,66	0,68	0,68	1,30	8,27	
Poupança (3)	0,62	0,67	0,68	0,66	0,68	0,68	1,30	8,27	
RF-M	0,37	1,96	3,30	1,67	1,37	1,26	2,34	17,51	
IMA-B	0,17	1,00	0,31	2,04	1,05	0,54	1,17	13,09	
IMA-S	0,50	1,18	1,23	1,06	1,29	1,24	1,69	14,64	
Renda Variável									
Ibovespa	3,53	12,56	1,29	6,37	2,28	3,40	16,53	43,79	
Índice S&P 500	0,55	10,15	-3,58	6,03	4,43	1,58	10,76	35,68	
IBRX 50	3,65	13,15	1,44	6,29	2,11	3,44	17,28	42,61	
ISE	3,55	9,90	-2,37	7,62	0,87	2,10	13,81	40,77	
IMOB	5,41	12,22	6,12	13,38	1,44	6,63	18,29	75,59	
IDIV	3,49	10,56	1,46	5,31	1,78	2,82	14,42	38,85	
IFIX	-0,73	2,27	3,14	1,86	0,12	3,25	1,53	27,82	
Dólar Plax (BC)	-1,20	-4,95	3,16	-0,94	1,24	-1,99	-6,09	-10,29	
Dólar Comercial (mercado)	-0,91	-4,39	2,88	-0,63	1,08	-1,83	-5,26	-10,10	
Euro (BC) (4)	-1,27	-3,83	4,49	-0,36	-0,44	-1,66	-5,05	2,64	
Euro Comercial (mercado) (4)	-0,89	-3,42	4,17	-0,17	-0,76	-1,50	-4,28	2,84	
Dólo (BC)	-0,31	10,66	5,88	3,75	5,77	9,28	10,31	60,33	

Fontes: Anbima, Boves, B3, Focim, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento no dia 12/02/26. ** Até jun/26. (1) rendimento bruto ou (2) dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês (até 03/05/12). (3) rentabilidade do 1º dia do mês (a partir de 04/05/12). (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 09/02/26												
	Patrimônio líquido RS milhões (1)	Rentabilidade nominal - em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R\$ milhões em 12 meses									
Categorias	RS milhões (1)	no dia	no mês	2026	meses	no dia	no mês	no ano				
Renda Fixa	4.899.947,54					6.826,13	14.657,94	72.567,88	125.862,14			
RF Indexados (2)	128.557,17	0,04	0,19	1,44	12,89	139,20	-160,32	640,75	-20.116,30			
RF Duração Baixa Soberano (2)	775.173,12	0,05	0,31	1,39	13,49	316,07	6.195,80	-8.006,68	-22.922,04			
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	1.046.150,21	0,05	0,33	1,51	14,61	1.999,45	1.107,53	49.326,95	-35.741,28			
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	274.962,68	0,04	0,05	1,51	14,73	172,31	884,16	25.474,79	-25.389,27			
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	201.826,80	0,04	0,19	1,07	10,12	21,24	211,27	2.166,73	13.609,81			
RF Duração Livre Soberano (2)	272.915,33	0,05	0,26	1,39	12,91	-347,14	-226,69	1.543,57	17.586,54			
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	755.477,61	0,04	0,27	1,43	13,76	4.087,77	-40,25	6.321,30	-12.063,60			
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	729.248,88	0,01	0,14	1,92	14,89	1.655,37	5.051,52	15.607,62	171.865,37			
Ações	705.354,76					-97,05	-1.866,37	-4.516,46	-42.973,24			
Ações Indexados (2)	13.125,14	1,76	2,62	14,93	48,61	9,59	-49,91	-283,49	-595,65			
Ações Índice Ativo (2)	495.139,31	1,60	2,29	13,73	48,05	-62,49	811,03	-1.150,31	-12.985,60			
Ações Livre	255.072,78	1,06	1,51	8,59	39,65	-119,86	-555,83	-1.937,07	-19.624,10			
Fechados de Ações	88.088,14	0,69	0,04	5,36	15,39	0,00	-1.180,78	-1.105,72	-28.886,89			
Multimercados	1.651.592,56					144,47	-12.853,99	7.370,22	-27.079,80			
Multimercados Macro	102.478,99	0,26	0,53	2,44	15,11	-92,20	-161,56	-2.693,16	-24.497,67			
Multimercados Juros e Moedas	623.173,38	0,11	0,24	1,66	15,87	-378,13	-11.295,49	-5.254,27	-46.906,19			
Multimercados Invest. no Exterior (2)	39.116,53	0,02	0,27	1,32	14,00	294,57	253,38	-258,27	-12.534,81			
Cambial	7.055,98	-0,44	-1,04	-4,85	-5,50	-40,56	-24,26	279,05	-849,21			
Previdência	1.744.451,60					207,26	464,39	577,54	-30.069,06			
ETF	83.763,28					213,02	3.141,12	6.482,91	27.597,14			
Dominio Tipos	2.479,612,58					919,26	1.720,95	6.157,40	-28.435,05			
Total Fundos de Investimentos	8.703.095,72					2.253,27	2.438,58	82.961,14	54.186,38			
Total Fundos Estruturados (3)	2.399.729,66					-95,40	56,84	2.960,51	150.274,83			
Total Fundos Off Shore (4)	33.743,28											
Total Geral	11.065.588,66					7.157,87	2.895,43	85.921,65	204.441,21			

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FIL, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos Imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de dezembro de 2025. * Rentabilidade sem período completo. Obs: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a redefinição em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

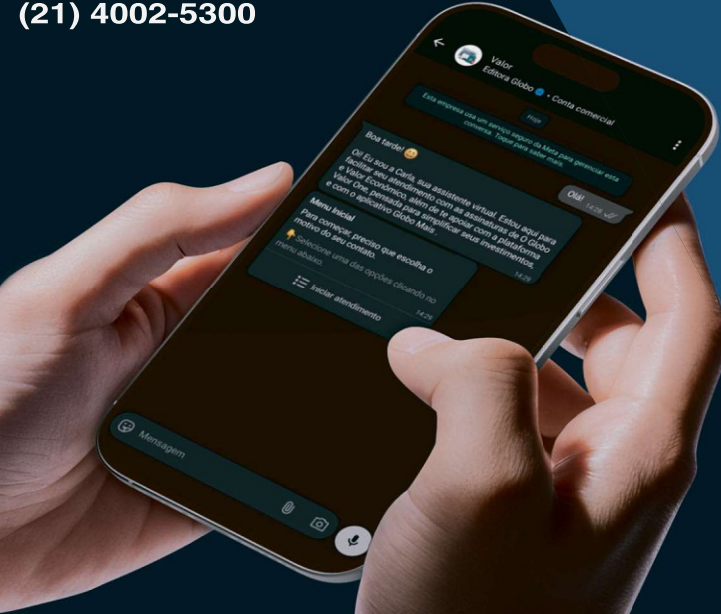
Custo do dinheiro

Em % no período						
Taxas referenciais	12/02/26	11/02/26	Há 1 semana	No fim de janeiro	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	13,25
Selic - taxa over ao ano	14,90	14,90	14,90	14,90	14,90	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,6539	1,6539	1,6539	1,6539	1,6539	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	14,90	14,90	14,90	14,90	14,90	13,15
Selic - taxa efetiva ao mês	0,9970	0,9970	0,9970	1,1642	1,1642	0,9853
CDI - taxa over ao ano	14,90	14,90	14,90	14,90	14,90	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,6539	1,6539	1,6539	1,6539	1,6539	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	14,90	14,90	14,90	14,90	14,90	13,15
CDI - taxa efetiva ao mês	0,9970	0,9970	0,9970	1,1642	1,1642	0,9853
CDI Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	-
CDI Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	-
CDI Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	-
CDI Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	-
CDI Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	-
CDI Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	-
Taxa de juros de referência - B3						
TI3 - 3 meses (em % ao ano)	14,57	14,59	14,67	14,74	14,79	13,78
TI6 - 6 meses (em % ao ano)	14,02	14,06	14,14	14,25	14,44	14,40
Taxa de referência Swap - B3						
DI de Pré-30 - taxa efetiva ao ano	14,81	14,82	14,86	14,90	14,87	13,31
DI de Pré-60 - taxa efetiva ao ano	14,71	14,72	14,79	14,83	14,84	13,59
DI de Pré-90 - taxa efetiva ao ano	14,56	14,58	14,66	14,72	14,79	13,82
DI de Pré-120 - taxa efetiva ao ano	14,36	14,38	14,47	14,55	14,70	14,06
DI de Pré-180 - taxa efetiva ao ano	14,02	14,05	14,14	14,25	14,42	14,39
DI de Pré-360 - taxa efetiva ao ano	13,19	13,21	13,29	13,39	13,68	14,97

Fontes: Banco Central, B3 e Valor Pro. Elaboração: Valor Data

Dúvidas sobre a sua assinatura?

Acesse o Portal do Assinante ou chame no WhatsApp: (21) 4002-5300





TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5881-4

AVISO AOS ACIONISTAS

ENCERRAMENTO DO PRAZO E RESULTADO DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE RECESSO

A **Telefônica Brasil S.A.** ("Companhia"), em continuidade ao Aviso aos Acionistas divulgado em 12 de janeiro de 2026, comunica aos seus acionistas que, em **11 de fevereiro de 2026**, encerrou-se o prazo para o exercício do direito de recesso pelos acionistas dissidentes das deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 09 de janeiro de 2026 que aprovaram (i) a ratificação da aquisição pela Companhia de 24,99% das ações e 01 bônus de subscrição de emissão da Fibrasil Infraestrutura e Fibra Ótica S.A. ("Fibrasil"), anteriormente detidos pela Caisse de dépôt et placement du Québec, bem como de 25,01% das ações e 01 bônus de subscrição de emissão da Fibrasil, anteriormente detidos pela Fibre Brasil Participações S.A.; e (ii) a alteração do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que trata do objeto social, para incluir atividades adicionais visando atualizar e complementar o rol de atuação da Companhia à luz do seu posicionamento e de oportunidades de negócio relacionadas à sua estratégia.

Em vista disso, a Companhia informa que, até o término do prazo, não houve exercício do direito de recesso por parte de qualquer acionista detentor de ações ordinárias de emissão da Companhia.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2026.

David Melcon Sanchez-Friera
CFO e Diretor de Relações com Investidores
Telefônica Brasil - Relações com Investidores
E-mail: ir.br@telefonica.com
<https://ri.telefonica.com.br/>

Fique bem-informado com as newsletters do Valor.

As principais notícias de economia, negócios e política, direto no seu e-mail.



Cadastre-se
valor.globo.com/newsletter



TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5881-4

AVISO AOS ACIONISTAS

DELIBERAÇÃO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A Telefônica Brasil S.A. ("Companhia") comunica aos Acionistas que o seu Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de fevereiro de 2026, aprovou a declaração de Juros Sobre Capital Próprio ("JSCP"), nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei 9.249/95 e da Resolução CVM nº 143/2022, no montante bruto de R\$ 325.000.000,00 (trezentos e vinte e cinco milhões de reais), com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 17,5%, resultando no montante líquido estimado de R\$ 268.125.000,00 (duzentos e sessenta e oito milhões e cento e vinte e cinco mil reais), com base no balanço patrimonial de 31 de janeiro de 2026. O valor por ação está descrito na tabela abaixo:

Provento	Data da Declaração	Posição acionária	Valor Bruto por Ação¹	Imposto de Renda Retido na Fonte (17,5%)	Valor Líquido por Ação¹
Juros Sobre Capital Próprio	12/02/2026	23/02/2026	0,10170213856	0,01779787425	0,08390426431

¹ Valor por ação calculado com base na posição acionária de 31.01.2026.

Conforme previsto no artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, tais juros serão imputados ao dividendo obrigatório do exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2026, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas a ser realizada em 2027.

O crédito dos JSCP será realizado de forma individualizada a cada acionista, com base na posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 23 de fevereiro de 2026. Após esta data as ações serão consideradas "ex-juros". O pagamento desse provento será realizado até 30 de abril de 2027, devendo a data ser oportunamente definida pela Diretoria da Companhia.

Os valores dos JSCP por ação poderão sofrer ajustes considerando a base acionária da Companhia a ser verificada em 23 de fevereiro de 2026 em função de eventuais aquisições de ações dentro do Programa de Recompra de Ações da Companhia em vigor.

Os acionistas com regime diferenciado de tributação de IRRF com base em acordos e tratados internacionais, imunes ou isentos deverão fazer prova de tal condição, de acordo com a legislação vigente, até o dia 05 de março de 2026, junto ao Departamento de Ações e Custódia do Banco Bradesco S.A., instituição depositária de ações escriturais, situado na Cidade de Deus, s/n, Prédio Amarelo Velho, subsolo - Vila Yara - CEP: 06029-900 - Osasco - SP.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2026.

David Melcon Sanchez-Friera
CFO e Diretor de Relações com Investidores
Telefônica Brasil - Relações com Investidores
E-mail: ir.br@telefonica.com
<https://ri.telefonica.com.br/>

ValorECONÔMICO

O principal veículo de economia e negócios do Brasil.

O único veículo com cobertura especializada em mais de 23 setores da economia. Acompanhe os movimentos dos seus clientes e concorrentes e fique por dentro das novas tecnologias e tendências que podem alavancar o seu negócio ou transformar completamente o seu mercado.



Valor Econômico, notícias que geram negócios.
Acesse valor.com.br

Balanço Ativos sob custódia atingiram R\$ 1,5 tri em janeiro; foco em 2026 estará em banco de atacado e no crescimento do ‘B2C’

XP lucra R\$ 1,3 bi no 4º tri, e captação soma R\$ 32 bi

Adriana Cotias
De São Paulo

A XP Inc. encerrou o quarto trimestre de 2025 com lucro líquido ajustado de R\$ 1,33 bi-lhão, estável em relação ao trimestre imediatamente anterior, e com um avanço de 10% em 12 meses, com margem líquida ajustada de 26,9%. A captação líquida nos três últimos meses de 2025 foi de R\$ 32 bilhões, com crescimento de 10%, mesma porcentagem na comparação anual.

Os ativos sob custódia somaram R\$ 1,491 trilhão, incremento de 5% no trimestre e de 16% em 12 meses. Em janeiro, a XP bateu a marca de R\$ 1,5 trilhão em custódia de investidores. Considerando-se recursos sob gestão e administração, o total chegou a R\$ 2,08 trilhões em dezembro, crescimento de 22% no ano, impulsionado por R\$ 20 bilhões de captação líquida no varejo.

Na conferência com analistas, o CEO da XP, Thiago Maffra, comentou que o desempenho vem da composição dos ativos no ecossistema XP, que combina banco de atacado, vendas cruzadas de produtos em novas verticais, como seguros, previdência e cartões, e uma nova forma de atender o cliente, em que ele escolhe como quer pagar pelo serviço de assessoria.

No fechamento de 2025, ele citou que 23% dos ativos sob custódia no varejo estavam no modelo “fee based”, em que o investidor paga uma taxa proporcional ao patrimônio, em vez do tradicional, comissionado por produtos vendidos. Maffra disse que clientes acompanhados de perto por assessores financeiros e que aderem ao planejamento financeiro e à alocação sugerida trazem resultados bem tangíveis para a companhia.

“Nos últimos anos investimos muito em processos escalonáveis, governança e tecnologia. E em 2026 começaremos a ver esses investimentos amadurecendo e começando a se traduzir em resultados. Isso é reforçado por uma equipe de vendas capacitada e bem treinada, com incentivos alinhados, garantindo uma execução consistente em toda a organização”, comentou Maffra.

O executivo citou que a XP continua a investir de forma disciplinada, com foco no banco de atacado e no canal “B2C”, de atendimento direto, ao mesmo tempo em que refina a segmentação para garantir uma proposta de valor clara e precisa para cada perfil de cliente. “Isso nos permitirá crescer com qualidade, de forma lucrativa e sustentável.”

A taxa anualizada da “take ra-

te”, que reflete a rentabilidade por cliente, encerrou o quarto trimestre em 1,25%, o equivalente a um recuo de 8 pontos básicos em relação a dezembro de 2024.

A companhia brasileira, listada na Nasdaq, reportou receita bruta de R\$ 5,3 bilhões no último trimestre de 2025, crescimento de 12% na comparação anual, sustentada por maior diversificação no varejo e aceleração das atividades do banco de atacado. As rendas líquidas somaram R\$ 4,951 bilhões, com alta de 6% no trimestre e de 10% na comparação anual. O varejo contribuiu com R\$ 3,862 bilhões, aumento de 4% e 8%, respectivamente, nesses mesmos intervalos.

O EBT ajustado atingiu R\$ 1,55 bilhão, aumento de 20% na comparação anual, e margem EBT de 31,3%, refletindo disciplina ope-

Thiago Maffra, CEO da XP Inc, e José Berenguer, do Banco XP, vão se tornar acionistas com direito a voto da XP Control

racional e ganhos de eficiência. O retorno sobre patrimônio líquido (ROE) ficou em 23,9%.

No consolidado do ano, a XP Inc. registrou lucro líquido ajustado de R\$ 5,2 bilhões, crescimento de 15% na comparação anual, com EBT ajustado de R\$ 5,5 bilhões, 10% a mais do que no ano imediatamente anterior.

No varejo, houve uma maior contribuição de fundos, renda fixa e novas verticais (seguros, cartões, previdência, contas digitais e global). O volume transacionado em cartões atingiu R\$ 14,6 bilhões, crescimento de 11%, e acima da média histórica da indústria para o último trimestre do ano. Já os prêmios de seguros de vida somaram R\$ 502 milhões no período, avanço de 25% na comparação anual. Os ativos de previdência atingiram R\$ 95 bilhões, crescimento de 17% na mesma base de comparação.

A companhia relata ter mantido expansão nas novas verticais, com crescimento anual de 21% na receita oriunda de produtos como câmbio, investimentos globais e consórcio.

O banco de atacado foi o principal destaque de crescimento no quarto trimestre, com receita de R\$ 895 milhões, avanço de 49% na comparação anual, impulsio-



Maffra: cliente acompanhado de perto traz “resultados bem tangíveis”

nado pela forte atividade de ofertas de títulos de dívida privada.

A XP anunciou que Maffra e José Berenguer, CEO do Banco XP, vão se tornar acionistas com direito a voto da XP Control, juntando-se a Guilherme Benchimol, Fabrício Cunha de Almeida e Guilherme Sant’Anna.

Bruno Constantino deixará de ser sócio da controladora. Já Ga-

briel Leal e Bernardo Amaral Botelho deixarão de ter direito a voto. Os três seguem no conselho de administração. Esse processo de saída envolve a aquisição, pela XP Control, das participações acionárias deles, em troca de dinheiro e ações ordinárias Classe A. A XP Control continuará com 69% do poder de voto e Benchimol como acionista majoritário.

Bicentenária, Schroders aceita oferta de £ 9,9 bi da Nuveen

Mary McDougall e Emma Dunkley
Financial Times

A Schroders, gestora de ativos britânica fundada em 1804 durante as guerras napoleônicas e uma das maiores defensoras do mercado de ações de Londres, concordou em ser adquirida pela rival americana Nuveen por £ 9,9 bilhões (US\$ 13,5 bilhões).

Ao anunciar o acordo nesta quinta-feira, a Schroders afirmou que, após uma série de abordagens da Nuveen, o conselho concordou com uma oferta de £ 0,612 por ação da gestora de ativos americana, sediada em Chicago e parte da Teachers Insurance and Annuity Association of America (TIAA).

A decisão de vender ocorre após uma década difícil para a Schroders, à medida que a ascensão do investimento passivo de baixo custo redesenhou o setor de gestão de ativos, comprimindo as tarifas e forçando os participantes menores a cortar empregos e ceder a consolidação.

A Schroders, que possui £ 824 bilhões em ativos e construiu sua reputação em uma época em que o trabalho de seleção de ações era dominante, também tem se esforçado para expandir para os mercados de private equity e dívida, uma das áreas mais promissoras das finanças nos últimos anos.

O diretor executivo, Richard Oldfield, disse que o acordo era uma “grande oportunidade para criar algo poderoso e único” com a Nuveen, cujos US\$ 1,4 trilhão em ativos estão principalmente em mercados privados e de renda fixa.

William Huffman, diretor executivo da Nuveen, afirmou que as gestoras de ativos são “complementares em capacidade, cultura e visão”.

A empresa controladora da Nuveen, a TIAA, fundada em 1918 pelo industrial escocês-americano Andrew Carnegie, oferece planos de aposentadoria para pessoas que trabalham em setores como ensino superior, pesquisa, saúde e organizações sem fins lucrativos.

Pelo acordo, os acionistas da Schroders receberão £ 0,59 em dinheiro e um dividendo de £ 0,22 do grupo FTSE 100. As ações da Schroders subiram 28,6% nesta quinta-feira, para £ 0,589.

Se aprovado pelos acionistas, o acordo impulsionará o grupo combinado para o patamar das maiores gestoras de ativos do mundo. O acordo conta com o apoio da família fundadora da Schroders, que detém uma participação de 42%.

Mas alguns analistas disseram que, apesar das dificuldades de longa data da Schroders, o prêmio de 29% sobre o preço de fechamento das ações na quarta-feira, oferecido pela Nuveen, era muito baixo, visto que Oldfield havia impulsionado o preço das ações do grupo desde que assumiu o comando no final de 2024.

“Tememos que a oferta tenha chegado muito cedo no processo de mudança, e mais um ano do tipo de mudança já vista em 15 meses poderia ter colocado o

preço das ações em um patamar inicial diferente”, disse Rae Maile, analista da Panmure Liberum.

Oldfield, ex-contador da PwC, deixou as operações, inclusive no Brasil e na Indonésia, onde a Schroders não tinha escala. A empresa anunciou nesta semana uma parceria com o grupo de private equity americano Apollo para desenvolver produtos de gestão de patrimônio e aposentadoria.

Juntamente com o acordo, a Schroders também informou na quinta-feira que seus lu-

Se aprovado, acordo impulsionará o grupo combinado para o patamar das maiores gestoras de ativos do mundo

cros antes dos impostos aumentaram 21%, para £ 674 milhões no ano passado.

O acordo com a Nuveen surge menos de um ano depois de Oldfield ter tentado dissipar as especulações de que a família fundadora estaria pensando em vender a empresa, afirmando em julho passado: “Não, não há qualquer intenção da família de vender.”

Defendendo o negócio, Oldfield disse que a oferta da Nuveen refletia o valor que seria criado se a Schroders prosseguisse com a sua estratégia como empresa independente.

Em declarações ao Financial Times, ele afirmou: “Este negócio não estava e nunca esteve à venda... Este não é o resultado de um leilão secreto — não creio que conseguiria manter isso em segredo.”

Numa referência ao papel histórico da Schroders nas finanças britânicas, as duas empresas afirmaram que Londres teria o maior escritório do gru-

po combinado e que a marca Schroders seria mantida.

Nos últimos anos, a Schroders tornou-se uma defensora importante do mercado de ações de Londres, que perdeu várias grandes gestoras para Wall Street e tem procurado aumentar o seu apelo a empresas de rápido crescimento. No ano passado, Oldfield alertou contra a ideia de que o mercado de ações de Londres estaria “morto”, afirmando que as empresas listadas eram vitais para a transparência e para a responsabilização das administrações.

Ao abordar o fato de que a própria Schroders deixará a bolsa de valores de Londres caso o negócio seja concretizado, Oldfield disse: “Podemos nos preocupar excessivamente com a listagem, mas o que permanece absolutamente inalterado é o nosso compromisso em apoiar e impulsionar os mercados de capitais do Reino Unido.”

As empresas afirmaram que esperam que a transação seja concluída no quarto trimestre.

A nova bússola dos family offices

Palavra do gestor



Cristiano Castro

O cenário global de investimentos tem passado por transformações profundas, desafiando os paradigmas tradicionais de alocação. Em vez de ciclos econômicos previsíveis, o ambiente atual é moldado por rupturas estruturais como mudanças demográficas, avanços tecnológicos e desafios geopolíticos. Diante disso, os single family offices têm reavaliado suas estratégias e buscado maior diversificação, resiliência e acesso a novas fontes de retorno.

Segundo o 2025 Global Family Office Report, 84% dos investidores apontam o ambiente geopolítico como um fator central nas decisões de investimento, frente a 60% na edição anterior, de 2023. O atual choque global demonstra um grande aumento em mudanças estruturais na alocação dos family offices, em que 94% indicam estarem promovendo mudanças ou estudando readequações diante do novo cenário global. O grande destaque da pesquisa

é o maior interesse dos investidores em infraestrutura e crédito privado.

Em meio a essa reconfiguração, observa-se uma preferência crescente por ativos alternativos, tanto líquidos quanto ilíquidos. No caso do crédito privado, mais da metade dos entrevistados indicou uma visão positiva em relação ao segmento, e 32% planejam ampliar a exposição até 2026 — o maior índice entre todas as alternativas analisadas. Já em infraestrutura, a expectativa é que a participação nos portfólios globais, atualmente próxima de 10%, alcance entre 15% e 20% até 2026.

Esse movimento ajuda a explicar por que infraestrutura e crédito privado já representam entre 15% e 30% das carteiras dos family offices, sinalizando uma migração relevante de recursos antes concentrados em títulos públicos, capital de risco ou private equity. Entre os diferenciais, ganham espaço instrumentos com liquidez intermediária, que oferecem saídas em prazos de três a seis meses, permitindo maior agilidade

para lidar com mudanças no cenário econômico.

Na América Latina, embora o nível de conhecimento sobre essas classes ainda esteja em fase de amadurecimento, 46% dos family offices regionais demonstraram intenção de aumentar a alocação em crédito privado e infraestrutura. Esse movimento reforça o interesse por ativos que apresentam retornos diferenciados, inclusive com características semelhantes às de private equity, mas com prazos de retorno mais curtos e previsíveis, além de instrumentos que permitem janelas de liquidez ao longo do investimento — os alternativos semilíquidos.

A diversificação geográfica também ganhou relevância: em âmbito global, 64% dos entrevistados planejam aumentar a exposição a mercados desenvolvidos fora dos Estados Unidos. Na América Latina essa proporção é ainda maior, chegando a 78%. Esse comportamento reflete a percepção de que a concentração excessiva em ativos americanos pode representar riscos relevantes em cenários de maior volatilidade e incerteza. O

maior interesse por países como Japão e economias europeias indica uma busca por equilíbrio entre risco, crescimento e novas oportunidades.

Infraestrutura também aparece como um vetor relevante de alocação. A expectativa entre os gestores de fortunas familiares é encerrar 2025 com 10% dos portfólios investidos nesse segmento, conforme mencionado acima. A combinação de retornos robustos e maior previsibilidade em projetos de longo prazo torna essa classe especialmente atrativa, sobretudo em economias emergentes. O deficit global de infraestrutura, alinhado com projetos com retornos atrativos, inclusive próximo aos retornos de private equity, tem feito investidores priorizarem tal classe de ativos.

A transformação observada na forma como os family offices estruturam suas carteiras revela uma mudança profunda de mentalidade. A alocação de recursos passou a considerar não apenas o retorno absoluto, mas também aspectos como liquidez, resiliência e

diversificação internacional. Com isso, ativos antes periféricos vêm ganhando protagonismo e a gestão patrimonial evolui para uma abordagem mais integrada e ajustas à nova dinâmica estrutural da economia global.

Mais do que uma resposta tática às incertezas do mercado, trata-se de uma inflexão estratégica rumo a um novo modelo de preservação e crescimento de patrimônio. A convergência entre alternativas líquidas e ilíquidas, a ampliação da exposição global e o foco em classes de ativos mais robustas indicam um caminho claro. Para os single family offices, esse novo paradigma não é mais uma possibilidade futura. É o presente sendo redesenhado.

Cristiano Castro é diretor da BlackRock Brasil
E-mail blackrock.br@giusticom.com.br

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Ruas em festa

Evento Cada vez mais multicultural, Carnaval cresce em diversas cidades do país e deve agitar mais de 65 milhões de foliões neste ano. Por *Adriana Del Ré*, para o Valor, de São Paulo

O Carnaval ampliou suas fronteiras pelo Brasil. Se antes uma das manifestações mais populares do calendário pagão era associada quase exclusivamente a Salvador e ao Rio de Janeiro, o mapa da festa foi incorporando novos destinos ao longo dos últimos anos.

Em Pernambuco, Recife já pulsava no compasso do centenário frevo e Olinda guardava, entre ladeiras e sobrados, a tradição dos bonecos gigantes, quando essas cidades-irmãs entraram no hype e foram (re)descobertas. Já Belo Horizonte e São Paulo, que durante décadas testemunharam a evasão de seus moradores durante esse período do ano, se reinventaram como importantes polos de Carnaval.

Hoje, essas seis cidades figuram em listas que elegem os principais destinos de Carnaval para quem deseja vivenciá-lo nas ruas tomadas por blocos, nos sambódromos, nos camarotes, nos cordões dos trios. É uma festa que movimenta o turismo, aquece a economia local, cria vagas de trabalho diretas e indiretas e se afirma como uma vitrine da cultura brasileira.

Segundo estimativa do Ministério do Turismo, o Carnaval deste ano deve movimentar R\$ 18,6 bilhões, além de levar para as ruas de todo o país mais de 65 milhões de foliões, um crescimento de 22% em relação ao ano passado. E, desse total, ao se fazer um recorte usando as plataformas de hospedagem como parâmetro, Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo voltam a se destacar como os destinos mais procurados para esse período.

De acordo com dados do Airbnb deste ano, entre essas cidades, Rio e Belo Horizonte lideram, com um crescimento de cerca de 50% nas buscas por acomodações em relação ao Carnaval de 2025. Na sequência, aparece São Paulo, que registrou alta de 25%. Recife vem logo depois, com um aumento próximo de 20%, enquanto Salvador teve um crescimento superior a 15%.

Como foco no turista internacional, um levantamento da Hoteis.com mostra que o Rio segue na liderança das buscas por hospedagem nesta época do ano; São Paulo é cada vez mais vista como parte da experiência do Carnaval, com eventos, gastronomia, vida noturna e cultura; Salvador é atrativo para estrangeiros que buscam experiências culturais imersivas; e Recife demonstra uma demanda consistente, mesmo que em menor escala.

Para além do forte apelo cultural, o Carnaval costuma ser definido como um evento democrático, sobretudo quando a festa toma as ruas. Aliás, a consolidação do Carnaval de rua — livre e de graça — desempenha papel fundamental na ascensão de outros polos carnavalescos pelo país.

Conhecida por ser multicultural, a folia no Recife tem seu coração no palco do Marco Zero, no centro histórico, onde acontecem grandes shows, e se espalha por toda a cidade, com outros palcos, além de agremiações da cultura popular e blocos fazendo cortejos. No total, serão 50 polos descentralizados e 3 mil apresentações.

Neste ano, pelo Marco Zero, passarão nomes como Vanessa da Matta, IZA, Liniker, Ludmilla, Sorriso Maroto, Seu Jorge, Alok, Elba Ramalho e Alceu Valença. “Essa programação é construída a partir dos perfis de cada noite. Tem o dia do maracatu, a presença do frevo toda a noite, da música brasileira. Recife sempre teve uma relação com o mundo, com o Brasil, de mostrar sua cultura, mas também aberta a receber outras culturas, outros artistas”, diz André Brasileiro, diretor artístico da programação do Carnaval.

Para Thiago Angelus, secretário de Turismo e Lazer do Recife, o Carnaval é hoje o evento mais importante do calendário da cidade. A expectativa é de que, neste ano, a festa supere o público de 2025, quando reuniu 3,5 milhões de foliões. Desde a retomada do Carnaval após a pandemia, os números crescem: em 2023, foram 2,7 milhões de pessoas e, em 2024, reuniu 3,4 milhões.



DIVULGAÇÃO

virou um símbolo histórico, cultural e afetivo na vida do Carnaval do Recife”, diz Guilherme Freire de Menezes, diretor de marketing do Galo e neto do fundador. “Ele promove a celebração da identidade pernambucana, tendo o frevo como protagonista.”

Neste ano, o Carnaval de Pernambuco ganha atenção extra por causa do premiado filme “O Agente Secreto”, estrelado por Wagner Moura e rodado no Recife. Em Olinda, a fama ganha um termômetro infalível: se personalidade vira bonecão, ela venceu. Wagner e o diretor Kleber Mendonça Filho serão destaques como bonecos dos desfiles da Embaixada dos Bonecos Gigantes.

Criada por Leandro Castro e sua mulher, Sineide, a embaixada, com sede no Recife, produz bonecos desde 2007. O primeiro deles foi o escritor Ariano Suassuna. Os bonecos de Wagner e Kleber se juntarão a outros ícones, como Ozzy Osbourne e Lady Gaga, e vão sair pelas ruas de Olinda, a partir do Alto da Sé, na segunda-feira, e, no dia seguinte, no Recife Antigo.

Os cortejos são velhos conhecidos das ladeiras de Olinda — antes, durante e depois do Carnaval. Já é tradição o Homem da Meia-Noite abrir o Carnaval, mas há outros blocos também populares, como Bacalhau do Batata, Enquanto Isso na Sala de Justiça, entre outros.

Neste ano, a programação da folia olindense inclui 11 polos espalhados pela cidade, sendo 8 deles dedicados a apresentações musicais. No palco Pernambuco Meu País, na Praça do Carmo, os shows começaram na quinta (12), com Alceu Valença e Nação Zumbi entre os destaques, e, até o dia 17, passarão por lá artistas como Lexa, Almerio, Mombojó e Fundo de Quintal. A estimativa é que, entre os dias 12 e 18, Olinda receba cerca de 4 milhões de pessoas.

Com atrações tanto no Recife quanto em Olinda, é muito comum os foliões se dividirem entre os dois Carnavais, já que as duas cidades são vizinhas.

Com o tema Ritmos do Brasil, Ludmilla vai percorrer praticamente todo o circuito dos principais Carnavais do país. A maratona começou em Salvador, com o Bloco Fervo da Lud, na quinta 12, e Camarote Glamour, nesta sexta. No sábado, a cantora sobe ao palco do Marco Zero, no Recife. Já no domingo, participa do Carnaval de São Paulo e de Belo Horizonte. Na segunda, terça e nos dias 20 e 21, marca presença no Rio, com destaque para o Fervo da Lud, na terça-feira, no Circuito Preta Gil, que deve reunir mais de 1 milhão de pessoas.

“O Carnaval de rua do Rio cresceu muito e se organizou de uma forma impressionante”, diz a cantora. “Ver essa consolidação é lindo, porque o Carnaval de rua virou um dos grandes símbolos da cidade e também um palco importante para a cultura popular, para a diversidade e para novas vozes ocuparem espaço.”

Para além dos megablocos e os desfiles na Sapucaí, a festa no Rio também está ligada à tradição. Blocos como Cordão da Bola Preta e Banda de Ipanema são velhos conhecidos do Carnaval fluminense. “O Bola é o Carnaval vivo, na sua essência, desde que os blocos de rua surgiram. As tradições da alegria, da troca, da troca e da música estão ali há 107 anos”, afirma Rodrigo Rezende, presidente da Liga dos Amigos do Zé Pereira, que representa o Bola, Banda de Ipanema, Toca Rauuul!, entre outros blocos.

Rezende descreve o Carnaval de rua do Rio como livre, diverso e original. “Difere de todas as demais cidades por ser o berço desta retomada do sucesso do Carnaval gratuito, sem venda de espaços privilegiados.” Só que a burocracia nos bastidores é um fator de preocupação. “Precisamos de um órgão que centralize e distribua as informações ou, lentamente, mataremos o Carnaval tradicional e antigo.”

Neste ano, a cidade deve receber cerca de 8 milhões de pessoas, repetindo o público registrado em 2024 e 2025. Dos 803 blocos cadastrados, 448 foram autorizados a desfilar no Carnaval de rua.

Além deles, há uma parcela expressi-

Segundo o secretário, esse aumento é impulsionado, entre outros fatores, pela chegada de mais turistas e pela ampliação da rede hoteleira da cidade. “A consolidação do nosso Carnaval acontece a partir do momento em que se aplicam todas essas ferramentas para transformar Recife no Carnaval que o folião consoma: que ele tenha segurança, desejo de voltar, que tenha orgulho da festa, e uma grade que mostra a cultura. Coloco isso como algo recente, porque a festa em si sempre existiu”, afirma Angelus.

Nesse cenário, o festival Rec-Beat, idealizado por Antonio “Gutie” Gutierrez, emerge não como mais uma das atrações do Carnaval do Recife, mas coexistindo com a folia. É como se esse palco, instalado no Cais da Alfândega, fizesse parte do circuito de um grande festival de música, já que está

localizado próximo ao Marco Zero e a outros palcos nas imediações.

Um dos festivais brasileiros mais longevos, o Rec-Beat fará sua edição histórica de 30 anos. Entre os dias 14 e 17, reúne no line-up atrações nacionais e internacionais, incluindo nomes como Djonga, Johnny Hooker, Momi Maiga Quartet e Ghetto Kumbé. Neste ano, estreia o projeto Moritz, dedicado exclusivamente à música eletrônica.

Mas, como diz o hino “Ei, pessoal, vem moçada, Carnaval começa no Galo da Madrugada”, o marco inicial da festa na capital pernambucana acontece quando o Galo, considerado o maior bloco de Carnaval do mundo pelo Guinness Book, sai em cortejo no Sábado de Zé Pereira (14), atraindo mais de 2,5 milhões de pessoas.

“O Galo, ao longo desses 47 anos,

Maiores blocos de Carnaval do mundo segundo o Guinness Book, o Galo da Madrugada atrai mais de 2,5 milhões de pessoas

‘Tivemos recorde de inscrição e recorde de blocos, porque antecipamos as tratativas’ Gustavo Pires

va de blocos independentes, ou não oficiais, que também saem às ruas. “Acredito que hoje a gente tenha mais ou menos o mesmo número de blocos não autorizados, ou até mais. Considerando os oficiais e os não oficiais, devemos ter entre 800 e mil blocos”, afirma Rita Fernandes, presidente da Sebastiana, entidade que representa blocos como Suavaco do Cristo e Simpatia É Quase Amor.

No pós-pandemia, os blocos ficaram visivelmente mais cheios, absorvendo também uma nova geração, diz Fernandes. O presidente da Riotur, Bernardo Fellows, confirma essa consolidação ainda mais evidente do Carnaval na cidade depois que as pessoas puderam voltar às ruas. “O público passou a planejar a viagem com mais antecedência e a buscar uma vivência mais completa da cidade, combinando blocos, desfiles, shows e programações culturais”, diz.

E São Paulo, que já foi chamada de “túmulo do samba” por Vinicius de Moraes em um bate-boca com falas-trôes na plateia de um show de Johnny Alf, pode se orgulhar de não carregar mais essa pecha. A cidade, que se esvaíava em época de Carnaval, com gente indo para a praia ou para outros estados, passou a ter um dos maiores carnavais do país. Além do fortalecimento dos desfiles no Anhembi, a revitalização e o crescimento dos blocos de rua foram fundamentais para isso.

“São Paulo é uma cidade muito musical. E o samba é muito presente, principalmente em bairros mais periféricos e boêmios. Isso fez com que nosso Carnaval também crescesse, porque nasceram muitos blocos de Carnaval”, afirma Emerson Boy, compositor e criador do bloco Jegue Elétrico, que completa 26 anos de atividade. Em 2012, houve um “movimento carnavaquista”, que uniu muitos blocos reivindicando melhorias no Carnaval. Criou-se um campo propício para o boom do Carnaval na cidade. “São Paulo precisa de muita festa de rua para as pessoas se encontrarem.”

Para este ano, 627 blocos foram autorizados a ocupar as ruas — no ano passado, foram 601 blocos. “Tivemos recorde de inscrição e recorde de blocos, porque antecipamos as tratativas”, afirma Gustavo Pires, presidente da SPTuris, a empresa oficial de turismo e eventos da cidade.

Desses, 100 blocos ganharam fomento via edital lançado pela Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa. Será um total de R\$ 2,5 milhões, o que equivale a R\$ 25 mil para cada bloco



Criada por Leandro e Sineide Castro, a Embaixada dos Bonecos Gigantes, com sede no Recife, produz bonecos desde 2007

contemplado. Além disso, pela primeira vez, toda a estrutura de Carnaval será 100% custeada pela iniciativa privada.

E aí entram, pelo menos, dois pontos sensíveis para os blocos: as dificuldades que vários deles enfrentam por falta de recursos (por isso a recorrente reivindicação de aumento de subsídio) e o fato de muitos não conseguirem entrar (ou não quererem entrar) na lista oficial de autorizados.

“É sempre importante lembrar que blocos não cadastrados não são clandestinos, pois não tem ilegalidade em estar nas ruas sem participar do cadastro oficial da cidade”, diz Juliana Matheus, coordenadora da Comissão Feminina de Carnaval de Rua-SP e há 22 anos vivendo o Carnaval de rua.

“Acompanhei todo o crescimento de perto e digo que temos até bloco que toca marchinha de Carnaval.” Por falta de recursos, há blocos que não devem sair, como alguns ligados à União dos Blocos de Carnaval de Rua do Estado de São Paulo. “Carnaval de rua não se sustenta apenas com voluntarismo”, diz Bell Xavier, vice-presidente da entidade.

“Historicamente, os blocos precisam se viabilizar comercialmente. Sempre

foi assim”, afirma Pires, da SPTuris. “Até 2023, esse fomento não existia. Ele foi criado pela gestão Ricardo Nunes: 100 blocos recebem R\$ 25 mil. Não houve reajuste para este ano.”

Para ele, o crescimento do Carnaval paulistano parte tanto da mobilização dos blocos, que foi se consolidando ao longo do tempo, quanto do costume das pessoas, além de uma operação e de uma gestão articuladas junto aos blocos. A expectativa é que, neste ano, 16,5 milhões de foliões aproveitem o Carnaval paulistano, mantendo o mesmo patamar de público de 2025, superior ao registrado em 2023 e 2024, quando foram contabilizadas 15 milhões de pessoas.

São Paulo também passou a atrair os megablocos, liderados por grandes artistas. Neste ano, no pré-Carnaval, Ivete Sangalo estreou na folia paulistana atraindo uma multidão. Já ocuparam também as ruas, entre outros, os blocos de Tiago Abravanel, Alceu Valença e o do DJ escocês Calvin Harris, cujo encontro com outro megabloco, o do Baixo Augusta, causou confusão na rua da Consolação durante o fim de semana passado, devido à superlotação.



Para a cantora Ludmilla, o Carnaval de rua é um “palco importante para a cultura popular, para a diversidade e para novas vozes ocuparem espaço”



O bloco Acadêmicos do Baixo Augusta reúne multidão na rua da Consolação, em São Paulo



O bloco Lagum na Avenida, em Belo Horizonte, que tem um Carnaval descentralizado



O Carnaval de Salvador é atrativo para estrangeiros que buscam experiências culturais imersivas, segundo o Hotels.com

O bloco de rock de Di Ferrero, Se Fui Triste, Não Me Lembro, volta pela segunda vez na terça, com Badauí (CPM22) e Luccas Carlos como convidados. “Foi um sonho que veio crescendo, se tornou realidade no ano passado e deu muito certo. É uma festa de rock, mas é bem democrática, porque o Carnaval é para todos”, diz o cantor.

Reconhecido como Patrimônio Cultural Nacional, o Carnaval de Salvador se estrutura em um ecossistema diverso, que articula a folia paga e a gratuita. “Costumo dizer que temos um Carnaval para todos os gostos e todos os bolsos. Quem opta por experiências pagas pode escolher entre camarotes, blocos com abadá, blocos afro e de diversas matrizes. Já as atrações ‘pipoca’, como chamamos aqui, são gratuitas, com bandas e fanfarras, grupos culturais, trios elétricos independentes com grandes estrelas da nossa música, se apresentando em todos os circuitos”, afirma Isaac Edington, presidente da Saltur (Empresa Salvador Turismo/Prefeitura de Salvador).

Entre os camarotes, Ne-Yo é uma atração internacional confirmada. É a época também em que os grandes artistas colocam seu trio na rua, como Ivete Sangalo, Baiana System e Léo Santana.

Dos trios independentes, serão mais de 700 atrações nos circuitos oficiais, como Osmar (Campo Grande), Dodô (Barra/Ondina) e Batatinha (Pelourinho), além de cerca de 500 atrações em palcos temáticos e bairros da cidade. Neste ano, apenas de turistas, a expectativa é que a cidade receba 1,2 milhão de pessoas entre os dias 12 e 18 de fevereiro.

Para além dos blocos, haverá uma programação cultural ocupando a cidade, especialmente o centro histórico e o Circuito Osmar. “O Carnaval é identidade. É onde se expressam as matrizes africanas, o samba, o axé, os blocos afro, a cultura popular, a inovação musical e estética que Salvador exporta há décadas”, avalia Edington.

O Olodum é um dos pilares desse Carnaval. Fundado em 1979, o bloco vai desfilar vários dias. Na terça, por exemplo, será uma das atrações do Circuito Osmar. “Estamos com um tema lindo, ‘Máscaras Africanas - Magia e Beleza’, que celebra nossa história, nossa ancestralidade, a relação espiritual, religiosa e de força que as máscaras têm em nossa sociedade. Taremos um repertório recheado de clássicos, novas canções, uma presença poderosa da nossa percussão, alas de dança e alegorias”, diz Jorginho Rodrigues, presidente do Olodum.

O Bloco EVA, que estará no Circuito Dodô, no sábado, também faz parte da memória afetiva do Carnaval de Salvador, como define Felipe Pezzoni, vocalista da Banda EVA. São 45 anos de história de banda, por onde já passaram nomes como Ivete Sangalo, e de Carnaval. Para Pezzoni, o que mudou no Carnaval de Salvador ao longo dos anos foi a forma de viver a rua.

“Antes, o Carnaval era muito sobre ‘ir atrás do trio’. Hoje, ele virou uma experiência mais ampla, mais plural. O público quer sentir, registrar, se conectar, viver histórias.”

Também considerado plural e democrático, o Carnaval de Belo Horizonte é descentralizado, com blocos de rua ocupando todas as regiões da cidade. É ainda uma folia curtida majoritariamente por moradores locais. Nos últimos anos, o número de foliões que escolheram a capital mineira cresceu. Em 2023, foram 5,25 milhões de pessoas; em 2024, 5,5 milhões; em 2025, 6,05 milhões; e para este ano, a expectativa é que chegue a 6,2 milhões.

De acordo com Eduardo Cruvinel, presidente da Belotur, o Carnaval de Belo Horizonte já estava consolidado no circuito das grandes festas populares do Brasil antes da pandemia. “O que vimos no retorno, a partir de 2023, foi uma retomada muito forte, com crescimento ainda mais acelerado. A cada edição, os indicadores aumentam, tanto em público quanto em impacto econômico e turístico, mostrando que a festa voltou ainda mais potente.” ■

O homem das aranhas

Ciência Pesquisador Alexandre Bonaldo já descobriu mais de 500 espécies.
Por Vivian Oswald, para o Valor, de Belém

Quando se fala em mudança do clima, poucos vão pensar no papel que aranhas têm para o equilíbrio ecológico. Para entender isso, é preciso conhecê-las. Na era da inteligência artificial, as descobertas sobre as muitas espécies ainda desconhecidas do mundo não dispensam as expedições. O único aracnólogo dos 160 anos do Museu Paraense Emílio Goeldi participa de várias delas — as com menos recursos.

Doutor em zoologia e curador da coleção de aracnologia do museu, o pesquisador gaúcho Alexandre Bonaldo descreveu 503 espécies de aranhas para a ciência, 50 delas apenas em 2023.

A marca o colocou no top 10 do ranking anual do World Spider Catalog (WSCA), a plataforma de referência para os estudos em aracnologia mantida pelo Museu de História Natural de Berna, na Suíça. A depender dos exemplares que mantém guardados em um armário à espera de reconhecimento (por pura falta de pessoal para avaliá-los), pode chegar a 800 antes de aposentar-se.

O número é quase 1% do total de aracnídeos conhecidos no mundo. Hoje, já são quase 53 mil. As mais recentes descobertas são amazônicas. A *Alpaida tupinamba*, a *Alpaida tukano* e a *Alpaida kayapo* estão catalogadas e constam de artigo que Bonaldo publicou na revista Zootaxa e em parceria com o doutor em zoologia Paulo Pantoja e a bolsista de iniciação científica Raiany Pamplona.

O Brasil tem uma diversidade imensa. Tem a maior aranha e a menor de que se tem conhecimento. Há, por exemplo, a *Myrmecium oompaloompa*, uma espécie de aranha imitadora de formiga que recebeu esse nome por ocorrer nas plantações de cacau (em referência ao livro e filme “A Fantástica Fábrica de Chocolate”, onde os Oompa Loompas se alimentavam de cacau).

Mas a estimativa é de que exista algo entre 150 e 200 mil espécies no planeta. Ou seja, pouco se sabe sobre aranhas, ou sobre outros bichos de um universo em que cerca de 3% apenas são vertebrados e 97% invertebrados. Bonaldo destaca o que chama de lacuna de conhecimento. “A gente não conhece mais do que algo em torno de 15% e 20% da diversidade biológica.”

Ele destaca a falta de equipe especializada e meios. “No ritmo atual, ainda vamos precisar de mais 500 anos para descrever todas essas espécies. É preciso acelerar a descrição dessas espécies para disponibilizar essas informações para políticas públicas, para a definição de áreas de preservação e para os estudos de ecologia, que vão entender como são as dinâmicas e os processos ecológicos que mantêm essa diversidade no planeta”, ressalta.

A coleção do Goeldi tem 40 mil lotes de bichos, a maioria da Amazônia, onde a diversidade é imensa. Para encontrá-las, Bonaldo e colegas saem em expedições, como se fazia nos séculos passados, mas não tantas quanto gostariam, por falta de verba. E isso explica por que o Brasil é tão diverso, mas tão pouco se conhece sobre os seus exemplares.

Segundo Bonaldo, há bolsões de áreas classificadas. Ele lamenta que a escolha não se dê por critérios científicos, como deveria, mas por oportunidades de financiamento privado para



JANINE VALENTE/DIVULGAÇÃO



LEONARDO CARVALHO/DIVULGAÇÃO

Alexandre Bonaldo e os desenhos que faz. “Alguns bichos são, digamos, pouco fotogênicos”, diz

viabilização de empreendimentos, o que faz com que haja áreas com grandes concentrações de coletas, em contraste com grandes vazios amostrais em áreas mais remotas. Se não fossem os recursos privados gastos por obrigação legal, pelo termo de ajuste de conduta, talvez nem isso seria possível.

Os aracnólogos muitas vezes contam com a ajuda dos ornitólogos para encontrar em trilhas aranhas que fazem teias. Como elas as fazem durante a noite, quem acorda mais cedo acaba esbarrando nelas. E essas pessoas são os colegas especialistas em aves, que, por saírem bem cedo atrás dos seus objetos de estudo, diligentemente as coletam e guardam para passar adiante.

Os avanços da tecnologia não apagaram de todo o trabalho manual de profissionais como Bonaldo. Sobre a sua mesa há desenhos feitos à perfeição com grafite. Eram órgãos sexuais das aranhas que vinha estudando. O especialista reproduz as imagens que vê nos microscópios.

Bonaldo chegou a fazer curso de desenho. Ele conta que a paixão pelas aranhas começou por acaso. Quando ainda era estudante de biologia, custou a escolher o grupo em que se encaixaria em uma viagem com outros alunos. Sobrou o das aranhas. E foi ali que se encantou.

“O desenho científico é interpretativo, ou seja, em um desenho, é possível

A *Corinnidae Xeropigo cotijuba*, uma das espécies descritas por Alexandre Bonaldo

destacar as estruturas mais importantes, a partir de observações que permitem realmente entender as complexidades dos detalhes morfológicos. Além disso, alguns bichos são, digamos, pouco fotogênicos, e só podem ser adequadamente documentados através de desenhos científicos”, diz.

As aranhas são identificadas pela genitalia, pelo epígino feminino ou pelo pedipalpo masculino. A fêmea também tem pedipalpos, mas no macho é modificado para a transmissão do esperma, que ele coloca em uma teia que prepara em formato de taça. Dali, enche, por capilaridade, os palpos. Algumas fêmeas matam o macho depois de cruzar.

Nessas espécies, a função deles é apenas transmitir o esperma, depois tornam-se inúteis e viram fonte de proteína para elas, que, além de procriar, ainda têm o cuidado parental pela frente.

“Diferente da ecologia, onde o trabalho é focado em áreas específicas, na sistemática, você pega um táxon [um gênero, uma família] e descreve todas as espécies do grupo, onde quer que elas ocorram. Eu trabalho com cinco famílias de aranhas, principalmente os corínídeos [*Corinnidae*] que ocorrem no mundo inteiro”, conta.

Os corínídeos são as aranhas-soldado, porque têm a carapaça parecida com capacetes. Estão no mundo inteiro. Muitas espécies são endêmicas, mais importantes para conservação. Alguns deles só ocorrem em cavernas.

“Tem uma das subfamílias que é neotropical, ou seja, mais restrita à América do Sul e Central, e outra subfamília que ocorre nas Américas, na África e na Ásia, e a gente estuda esses bichos também. Claro que tem uma diversidade muito grande na Amazônia, então a gente acaba descrevendo muitos bichos da Amazônia”, explica.

O trabalho de Bonaldo lhe rendeu o reconhecimento de alunos e colegas. Em sua homenagem, seu nome foi usado para batizar pelo menos 12 novas espécies de aracnídeos recentemente. Cada uma delas tem uma espécie de “sobrenome”: bonaldoi. Ele mesmo não pode usar o próprio nome. Mas entre as que ele próprio nomeou, três, originárias do Caribe, homenageiam a série “Star Trek”: (Capitão) Kirk, Spock e (Leonard) McCoy. O cientista faz parte da legião de “trekkies”.

O pequeno prédio onde funcionam o laboratório, a coleção e o escritório de Bonaldo falam por si. Logo na entrada, para quem tem fobia, impressionam as imensas espécies que se movimentavam devagar dentro de um recipiente plástico, à espera das baratas que correm na caixa vizinha, enquanto não têm destino certo.

Os aracnídeos estão ali porque foram confiscados pelas autoridades prestes a serem contrabandeados para o exterior, onde são adquiridos como pets. As baratas são seus alimentos. Só comem insetos vivos. “Não podemos soltá-los na natureza, porque não sabemos de onde vêm. Podem se tornar predadores de outras espécies por aqui. Até que os casos sejam resolvidos, vão ficando”, conta.

Mas essas não são a única paixão de Bonaldo. Aliás, dentre os aracnídeos não aranhas, seus favoritos são os opiliões. Não são aranhas nem escorpiões. A maior diversidade de opiliões do mundo está na Mata Atlântica, entre Rio de Janeiro e São Paulo. Não por acaso, os maiores opiliólogos do mundo são brasileiros. As aranhas têm o corpo dividido em duas partes (cefalotórax e abdômen), nos opiliões essas duas partes estão fundiadas em um corpo compacto.

À medida que Bonaldo vai explicando como funciona esse estranho mundo das aranhas e seus aparentados, o medo quase se esvai. Até que ele oferece a esta repórter a possibilidade de segurar uma delas nas mãos. Fica para uma próxima visita. ■



LEONARDO CARVALHO/DIVULGAÇÃO



JANINE VALENTE/DIVULGAÇÃO

Bonaldo diz trabalhar principalmente com corínídeos, aranhas-soldado como esta, com carapaça parecida com capacete

Bonaldo analisa aranhas: ele já descreveu mais de 500 e tem outras três centenas no armário

A bomba pelos olhos de um menino

Viagem Estudante japonês transforma passeio em Hiroshima em apelo pela paz. Por *Paula Martini*, de Hiroshima, Japão

De colete amarelo com a frase “please feel free to talk to me in English” (sinta-se à vontade para falar comigo em inglês) estampada nas costas, o estudante japonês Shun Sasaki, de 12 anos, se tornou uma personalidade no Parque Memorial da Paz, em Hiroshima. O local é símbolo do bombardeio atômico que atingiu o Japão há 80 anos.

Portando uma apostila com fotos e registros históricos, Sasaki oferece roteiros guiados e gratuitos no local há quatro anos. O que começou como um passatempo para o garoto comunicativo aperfeiçoar o inglês aprendido em casa se tornou uma missão: conscientizar visitantes sobre os horrores da guerra e a importância da paz.

“Quero espalhar a paz pelo mundo todo, para que essa tragédia nunca mais aconteça”, disse ele ao **Valor**, em inglês fluente, em uma manhã de outubro de 2025.

No trajeto de 90 minutos percorrido sob o ameno outono nipônico, o menino é constantemente abordado. Turistas curiosos param para conversar e tirar fotos com o guia mirim a todo momento.

A quantidade de assinaturas no colete dá uma pista de quantas pessoas já receberam os ensinamentos dele. Foram cerca de 1.500, ele afirma, de vários países incluindo Estados Unidos, Austrália, Reino Unido e um número crescente de brasileiros.

“Eu adoro conversar com as pessoas e adoro falar em inglês. E eu acho que a paz está em conversar e se divertir juntos”, responde ele sobre o que mais gosta no trabalho.

A atividade não remunerada, porém, é exercida com comprometimento. Shun fala com desenvoltura sobre um assunto sensível para o povo japo-

nês e conta que o receio sobre os horrores da guerra ainda afasta muitas crianças como ele de Hiroshima.

O roteiro começa no Domo da Bomba Atômica, a primeira estrutura avistada por quem chega ao Parque Memorial da Paz. O edifício, originalmente usado para a exibição de produtos industriais, foi o único que resistiu ao impacto da explosão da bomba atômica.

A grandiosidade da construção, considerada um Patrimônio Mundial pela Unesco, aguçou a curiosidade de Shun quando ele era ainda mais novo. “Eu passava de carro várias vezes e me perguntava por que o prédio estava ali mesmo em mau estado. Então pesquisei sobre isso com a minha mãe e descobri que uma bomba atômica foi lançada sobre Hiroshima”.

Diante do interesse, a mãe, Mio Sasaki, decidiu levar Shun ao museu onde estão expostas imagens da destruição e objetos deixados pelas vítimas e explicou melhor a devastação sofrida pelo país. “Foram surgindo mais perguntas sobre os locais e histórias que eu também não sabia responder. Então ele mesmo começou a pesquisar e a explicar para os outros”, conta ela.

A cronologia é precisa na cabeça do menino: a primeira bomba lançada pelos Estados Unidos atingiu a cidade de Hiroshima às 8h15 da manhã do dia 6 de agosto de 1945. Três dias depois, a cidade de Nagasaki foi destruída por outra explosão, culminando com a rendição japonesa e o fim da Segunda Guerra Mundial. Estima-se que 200 mil pessoas morreram diretamente nos ataques. Outras milhares sofreram efeitos da radiação, como tumores, malformações congênicas e cicatrizes densas.

Uma dessas vítimas foi a jovem Sada-



PAULA MARTINI/VALOR

ko Sasaki, que tinha apenas 2 anos quando a casa em que morava com a família foi atingida. A menina morreu aos 12 anos após ser diagnosticada com leucemia e buscou a cura fazendo mil aves (tsurus) de papel. O gesto transformou o origami (dobradura) em uma representação de paz e resistência.

O monumento construído em homenagem a ela, com milhares de tsurus deixados pelos visitantes, é a próxima parada. Shun lamenta a história

“Eu não quero que nada parecido aconteça novamente. Por isso, comecei a fazer esse tour”, diz Shun Sasaki

de Sadako, de quem não é parente direto apesar da coincidência do sobrenome, e lembra como se sentiu quando entendeu que crianças como ele foram vítimas do bombardeio.

“Fiquei chocado e triste. Elas não fizeram nada de errado. A pior parte da guerra é que muitas pessoas inocentes acabam se ferindo.” E afirma: “Não há nada de bom na guerra”.

Shun tem hoje a mesma idade que sua bisavó, Yuriko Sasaki, tinha quando foi soterrada sob os escombros após sua casa desabar com a força da explosão sobre Hiroshima. Ela morreu de câncer colorretal aos 69 anos, em 2002, depois de ter sobrevivido a um câncer de mama décadas antes.

A história só foi revelada ao garoto quando ele já fazia os roteiros guiados no Parque da Paz. Ele explica que a bisavó raramente falava sobre o bombardeio e instruiu a família a manter em segredo seu status de “hibakushas”, termo japonês que se refere aos sobreviventes, devido ao preconceito. Durante muito tempo, acreditou-se que os efeitos da radiação eram contagiosos.

“Dois anos depois de o tour começar, o avô paterno percebeu que era o momento de contar a Shun que a bisavó dele foi uma das vítimas. O avô achou que seria bom se o neto falasse da história da família”, diz Mio Sasaki, que acompanha o filho único na empreitada.

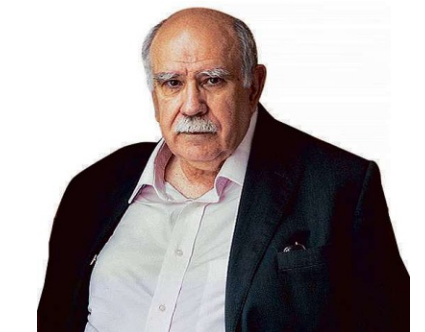
A história da família encerra o roteiro, e Shun se despede com um origami semelhante aos tsurus de Sadako, que se tornaram um símbolo de Hiroshima. “Eu não quero que nada parecido aconteça novamente. Por isso, comecei a fazer esse tour”, afirma ele.

O sucesso dos tours guiados rendeu ao menino um convite especial. Em agosto passado, ele foi uma das duas crianças da região a discursar na cerimônia que homenageou as vítimas da bomba lançada pelos Estados Unidos sobre a cidade.

Diante de uma multidão de japoneses e turistas estrangeiros, Shun afirmou que o poder de uma pessoa pode ser pequeno, mas “que, por meio das histórias, é possível tocar os corações e ajudar a expandir o círculo da paz”. ■

Coluna Social

Carnaval, a finitude do que éramos



José de Souza Martins
A festa não tem sido e nunca foi expressão da nossa suposta alegria. Alegria de quê?

Mesmo não o sendo, de fato, o Carnaval se tornou uma espécie de referência identitária do imaginário do que o brasileiro julga que é. Na verdade, a imensíssima maioria do povo sempre esteve e está cada vez mais distante dessa festividade, que, aliás, não é apenas uma, mas várias escondidas sob um único nome.

O declínio do Carnaval brasileiro pode ser analisado como documento e indício sociológico de mudanças profundas no que reiteradamente tem-nos sido dito que somos. O Carnaval é o outro lado, é o nosso nunca fomos.

O crescimento estatístico do número de evangélicos poderia ser tomado como fator de comprometimento da adesão ao que muitos, evangélicos ou não, consideram uma festa de Satanás. Tampouco o é. É notório que Satanás está muito atarefado com outras solicitações, sobretudo com a maligna tarefa de monitorar seus auxiliares em estado de rebeldia nos poderes, na economia e mesmo nas religiões.

Os indícios do último meio século são de que o Carnaval está no fim. Monitoro essa decadência desde quando começou claramente a deixar de ser uma festa popular de rua, o tríduo da licença pecaminosa, do cotidiano invertido, para deixarmos de ser o oculto que somos.

Desde que foi aqui difundido nos finais do século XIX, o Carnaval não tem sido e nunca foi expressão da nossa suposta alegria. Alegria de quê? Qual a proporção de brasileiros que tem tido algum motivo de alegria para celebrar?

Eu sempre soube que o Carnaval era um momento de fuga, de fingimento, de nele estar para não estar de fato. Mas isso também tem um pouco de simplificação. Talvez o Carnaval melhor diga que não somos um povo alegre, mas reclamamos o direito de ter alguns momentos de alegria, nem que seja fingida.

O extraordinário Paulo da Silva Prado, de uma das famílias mais ricas do Brasil, patrono da Semana de Arte Moderna de 1922, publicou, em



CARVAL

1928, “Retrato do Brasil: Ensaio sobre a tristeza brasileira”, um livro referencial. Do modernista Mário de Andrade, também de 1928, é Macunaíma, o herói sem nenhum caráter.

O da identidade inconcreta dos desencontros do modo de ser, o diverso e múltiplo que não é nenhum.

O Carnaval está no fim por ter perdido as referências sociais de sua gênese, daquilo que socialmente é, por ter perdido a possibilidade de ser socialmente compreendido e decifrado.

O Carnaval é popularmente interpretado como festa mundana, suspeitamente, porém, impregnada de atributos e concepções que remetem a um sistema de significados que é o

da religião. Sua cultura de inversões, simulações e fingimentos narra a representação social do anticitidiano, do que somos não querendo ser, ou querendo mas não podendo.

Em tempos idos, nos começos, Carnaval era homem se fingir de mulher, mulher, de homem, usar máscara do que não se era para interagir como avesso. Sentir-se liberado para agredir o outro, o desconhecido, o diferente, o socialmente distante, com laranjinhas de cera cheias de água perfumada ou mais tarde o lança-perfume.

O momento significativo do nascimento do Carnaval entre nós foi aquele em que se sobrepôs ao Entrudo e o modificou e substituiu, no século XIX.

O Entrudo era o marco divisório entre o sagrado e o profano, situado no próprio calendário religioso.

Do latim “introitus”, dizem, inaugurava a Quaresma, o período de restrições religiosas que penalizam o corpo. O Entrudo, e o Carnaval o imitou, representava uma burla dessas restrições, viabilizada pela inversão da realidade ao contrário do que cotidianamente é. A realidade como representação e teatro do avesso.

A máscara e o mascarado como figurações do não ser dos dias da incerteza da aproximação da crucificação e morte de Cristo. O tempo do vazio da espera e do perigo do advento do Anticristo.

Mas algo aconteceu. Entre nós, o Carnaval se tornou o espetáculo desse vazio, foi destituído das referências mediadoras da Quaresma, do tempo da espera. Virou coisa em si mesma. Mero produto para consumo do imaginário. A rua tornou-se residual.

O Carnaval virou imóvel nos monumentos de concreto que são os sambódromos, em que se paga para participar, tornou-se seletivo, instrumento de exibição da classe média e de consumo do espetáculo. Como todo produto que é mercadoria, disseminou-se. A antiquaresma antecipou-se e estendeu-se pelo próprio tempo sagrado da espera sacrificial.

A Quarta-Feira de Cinzas foi violada. Todos os dias se tornaram dias de Carnaval. Já não é preciso fingir. A vida perdeu a autenticidade porque já não existe o íntimo nem o segredo. Íntimo e segredo agora são espetáculo. A banalidade do cotidiano transformou-se em espetáculo. O Carnaval, por sê-lo, já não o é. O Carnaval tornou-se desnecessário e inútil.

José de Souza Martins é sociólogo. Professor Emérito da Faculdade de Filosofia da USP. Professor da Cátedra Simón Bolívar, da Universidade de Cambridge, e fellow de Trinity Hall (1993-94). Pesquisador Emérito do CNPq. Membro da Academia Paulista de Letras. Entre outros livros, é autor de “Sociologia do desconhecimento - Ensaio sobre a incerteza do instante” (Editora Unesp, São Paulo, 2022). ■

Res Publica

Uma agenda positiva para a democracia



Fernando Luiz Abrucio

É preciso tratar dos problemas de diversos grupos sociais que não se sentem representados pelas elites políticas tradicionais e suas instituições

Os defensores da democracia começaram 2026 com uma grande vitória: a eleição de Antonio Sérgio Seguro em Portugal, que bateu o candidato da extrema direita. Estabeleceu-se o que muitos chamam de cordão sanitário contra os antidemocratas, algo essencial quando há o risco da vitória de autoritários — no caso português, de um partido como o Chega, cujo racismo explícito atinge nossos compatriotas que moram por lá.

Depois do alívio e da comemoração, vem o aviso: ancorar-se numa estratégia apenas defensiva dos regimes democráticos é muito arriscado. Para sair desta quadra obscurantista da história, será preciso construir uma agenda positiva para a democracia, num processo que demandará mais tempo que o curto prazo de uma eleição. Isso vale para Portugal, para os Estados Unidos ou para o Brasil.

A necessidade de uma agenda positiva não significa que os instrumentos defensivos devam ser ignorados ou aposentados. A reação a governantes de extrema direita e a partidos de extrema direita aspirantes ao poder continuará exigindo métodos reativos dos democratas.

De um lado, porque a luta contra o ideário autoritário do século XXI dependerá, antes de mais nada, de resistência. Se os Estados Unidos tivessem punido os golpistas do dia 6 de janeiro de 2020, hoje estariam numa situação democrática melhor. Trata-se de um conflito político no qual não se pode acreditar que os políticos extremistas vão seguir plenamente as regras do jogo — ou ficar nas quatro linhas da Constituição. Isso seria ingenuidade, no mínimo.

O modelo reativo, por outro lado, também tem um potencial de buscar o que pode ir além da mera defesa, abrindo as portas para a valorização das instituições e ideais democráticos. Isso fica mais claro ao se analisar os três tipos de resistência às forças antidemocráticas que têm sido utilizados: a vitória eleitoral, o uso das instituições como proteção contra a extrema direita e a mobilização social, tomada como resistência e construção de novas formas de comunicação política.

No caso dos processos eleitorais, o discurso contra os partidos e políticos antidemocráticos tem de se transformar em votos, especialmente seguindo a lógica de convencer os independentes e os não engajados na disputada polarizada. Foi o que ocorreu em Portugal, é o que tem acontecido na França e também foi essa a linha do segundo turno presidencial no Brasil em 2022. Grandes coalizões

contra a extrema direita autoritária têm se formado em muitos países, por enquanto com mais sucesso do que fracasso. Mas os eleitores descontentes com a democracia continuam lá, geralmente à espera de lideranças populistas antidemocráticas. Ou seja, o monstro não foi derrotado.

O uso de instituições políticas para evitar o autoritarismo de governantes, sejam formadas por representantes eleitos como o Legislativo, sejam compostas por membros não eleitos como o Judiciário, é o segundo tipo de resistência democrática. Nem sempre o mandatário tem maioria parlamentar e parte de seu limite será dado por outros políticos. Se os democratas ganharem a eleição congressional de meio de mandato nos Estados Unidos, Trump perderá parte de seu vigor autoritário.

Além disso, promotores e juízes, responsáveis por garantir direitos dos cidadãos que não podem ser restringidos por uma maioria eleitoral momentânea, têm sido muito ativos em alguns lugares como contrapesos a autocratas e/ou a projetos de autocracias golpistas. O caso brasileiro é paradigmático: sem a ação do STF, particularmente do ministro Alexandre de Moraes, teria sido muito difícil escapar do golpe bolsonarista.

A estratégia de usar o arcabouço institucional como mecanismo de resistência é parte integrante do pacote que compõe o regime democrático; porém, num contexto de contestação da democracia, tal ferramenta não será suficiente ao longo do tempo. Mais do que isso: tais instituições precisam de legitimidade social para que não se estabeleça o argumento de que alguém com grande clamor popular, ou eleito pelo povo, possa ser barrado por quem não tem o mesmo suporte.

A disputa entre o voto e as instituições contramajoritárias, vale ressaltar, é um dos grandes temas da reflexão democrática. Depois dos totalismos ocidentais, a ciência política do pós-guerra reforçou a necessidade de a democracia proteger-se de maiorias de ocasião para evitar quebras autoritárias do regime. Entretanto, também é fundamental construir a legitimidade institucional de quem arbitra a disputa política — em outras palavras, a crença de que as instituições não têm credibilidade suficiente, ou mesmo subvertem a vontade popular, é um grande risco à democracia contemporânea.

O último tipo de resistência às tendências antidemocráticas atuais diz respeito à mobilização da sociedade. Ela pode ser feita cotidianamente por organizações permanentes, co-

mo a universidade, a imprensa e várias formas de associativismo, ou então por manifestações de rua, geralmente organizadas contra algum evento que atinge os direitos da população. É o que está acontecendo em boa parte dos EUA como reação à ação troglodita e autoritária do ICE, agência federal americana que foi comparada à Gestapo nazista por um dos mais influentes apoiadores de Trump, o midiático Joe Rogan.

Resistências antidemocráticas que apenas mobilizem e sensibilizem os que já são claramente adversários dos extremistas têm força bem menor do que os movimentos que chegam a outros grupos, gerando apoio inclusive em parcela dos que apoiam os governantes ou partidos autoritários. Isso significa que o caminho mais bem-sucedido da resistência civil vai além da metáfora do cordão de proteção. A esse papel deve ser acrescentado o de encontrar as questões que afetam a todos na vida cotidiana, no mundo que vai além da disputa política partidária, gerando novas formas de comunicação e convencimento.

Analisando o conjunto de resistências às forças antidemocráticas do mundo, constata-se que o vetor defensivo é fundamental e predominante, mas é preciso avançar para uma agenda positiva, capaz de revitalizar a democracia e conversar com os problemas de diversos grupos sociais que não se sentem representados pelas elites políticas tradicionais e suas instituições.

A construção da agenda positiva passa, primeiramente, pelo reforço de valores democráticos que, por vezes, os próprios democratas têm enfatizado menos ao entrarem no jogo de soma zero em que se transformou a política polarizadora comandada pela extrema direita. Um dos principais elementos aqui é a aposta no pluralismo e no diálogo com os diferentes. Critica-se corretamente o comportamento de manada das forças antidemocráticas, com suas lideranças tendo uma capacidade enorme de dominar autoritariamente seu eleitorado, mas também se deve lembrar que setores centristas liberais e de centro-esquerda ou esquerda agarraram-se demasiadamente em suas certezas e são incapazes de adaptar suas propostas e argumentos às angústias de parcelas crescentes do eleitorado.

Não seria possível defender a globalização ou o combate às desigualdades conversando com quem desconfia dessas agendas (ou pelo menos de seus defensores)? Muitos querem a riqueza e as transformações

tecnológicas presentes no ideário mais liberal, mas creem que deveriam ter maior participação nesse bolo. Outra grande parcela não é necessariamente racista e tem preocupações sociais, contudo pensa que eles igualmente deveriam estar na lista dos que devem ser defendidos por não terem a ascensão social almejada.

A revitalização democrática presente no debate e mobilização social tem de chegar à política para aumentar sua potência contra os antidemocratas. Do ponto de vista institucional, três tarefas são inescapáveis. A primeira é ressaltar mais as políticas públicas que mudam a vida de muitas pessoas, inclusive de muitas que estão descontentes com a democracia. Aqui, há um problema comunicacional grave, uma disputa de narrativas na qual ações governamentais bem-sucedidas não aparecem enquanto tais para os corações e mentes de muita gente.

Parte da dificuldade de realçar as qualidades da democracia e da efetividade de muitas de suas políticas públicas reside em vícios dos políticos, da alta burocracia e das elites de maneira geral, que são vistos como distantes e privilegiados frente a boa parcela da população. Esse segundo ponto é fundamental porque, para lembrar o filósofo americano Michael Sandel, vai exigir sentimento comunitarista das lideranças e grupos que comandam a sociedade. Os descontentes não se sentem participantes do jogo democrático e vinculam os governantes e setores influentes a uma casta que sequestrou o bem comum. Sem dúvida, há mitos aqui, mas também muitas verdades sobre um fosso social enorme que foi ignorado pelos “donos do poder” nas últimas décadas.

A descoberta de pautas populares que não estão sendo atendidas pelas instituições democráticas atuais é a tarefa de fundo mais relevante aos que querem defender a democracia para além das vitórias eleitorais. Infelizmente, nesse campo a extrema direita está na frente, mesmo que seja com base em mentiras e demagogia. Para garantirmos a longevidade dos regimes democráticos, precisamos conversar e entender mais os descontentes, superando preconceitos para gerar uma nova agenda pública, que realce o quão positiva pode ser a democracia.

Fernando Abrucio, doutor em ciência política pela USP e professor da Fundação Getúlio Vargas, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: fabrucio@gmail.com ■



À Mesa com o Valor
Tamara Klink

A mais jovem velejadora brasileira a atravessar o Atlântico fala sobre os desafios no mar e para se tornar navegadora sem a ajuda do pai. Por *Maria da Paz Trefaut*, para o Valor, de São Paulo

Milhões de renúncias

Logo no primeiro contato telefônico com a reportagem, a velejadora e escritora Tamara Klink manifesta seu desejo de ser entrevistada no Clube Atlético Monte Líbano, que fica a poucas quadras do Parque Ibirapuera, em uma das áreas mais nobres de São Paulo. “Frequento lá desde pequena e, nas poucas vezes em que estou no Brasil, almoço todos os dias por ali antes ou depois dos treinos”, diz. Há vários restaurantes no clube, e “todos são bons”. A cozinha árabe é sua favorita, e marcamos este “À Mesa com o Valor” no restaurante da piscina.

Está um dia chuvoso, pouco convidativo para ficar ao ar livre. Tamara chega antes do horário marcado. Veste uma calça esportiva de tecido tecnológico cinza e uma camiseta dry fit sem mangas, cor de laranja. Os cabelos escuros contrastam com os olhos claros e as sobrancelhas espessas e marcantes.

Ela tem 28 anos, é risonha e imediatamente afável. No clube, conta, fez amigas que atravessaram o tempo, com as quais passava as tardes se divertindo, enquanto a mãe, a fotógrafa Marina Klink, trabalhava, e o pai, o navegador solitário Amyr Klink, permanecia longas temporadas no mar.

O pai também tem uma ligação especial com o clube, fundado pela colônia libanesa, e foi no restaurante da sede social que festejou seus 70 anos, em 2025. Quando está em São Paulo, ela se hospeda na casa dos pais, ali perto, no bairro de Moema, zona sul da cidade, já que o Monte Líbano é quase sua segunda morada, onde pratica natação todos os dias e faz academia.

A multiplicidade de suas aventuras sozinha no mar desperta curiosidade. Tamara Klink foi a mais jovem velejadora brasileira a atravessar o Oceano Atlântico em solitário, aos 24 anos. Em 2024 realizou outro feito, o de ser a primeira mulher a invernar sozinha no mar congelado do Ártico, onde permaneceu oito meses com o barco preso no gelo. Foram três meses sem ver o sol e quatro sem ver ninguém.

“Teve outono, inverno e primavera. O sol foi aumentando e diminuindo ao longo desse tempo”, diz.

No ano passado, ela se consagrou como a mulher mais jovem do mundo a fazer a travessia da passagem noroeste entre a Groenlândia e o Alasca, também em solitário. Essa rota que liga o Atlântico ao Pacífico antigamente era fechada pelo gelo e quase intransponível. A viagem podia demorar dois anos. Com o aquecimento global e o derretimento do gelo, o trajeto hoje é mais viável, desde que feito com um barco adequado, de metal, como o que ela usou.

Em março, Tamara estará em Nova York para receber o Young Voyager Award 2025, prêmio do Cruising Club of America, que reconhece “jovens velejadores que realizaram uma ou mais travessias excepcionais, para as quais demonstraram habilidade e coragem extraordinárias”.

Ela nem se acha tão corajosa assim, diz, enquanto procuramos uma mesa mais afastada, na parte interna do restaurante. Optamos pelo cardápio à la carte, em vez do self-service, que ela usa diariamente. Familiarizada com todos os pratos, Tamara explica que o falafel (bolinhos fritos de grão de bico), que vai pedir, é uma refeição completa que acompanha batata frita, salada, homus, coalhada seca e pão árabe.

No período em que foi vegana, evitar a coalhada, que agora costuma comer todos os dias com pão, foi a parte mais difícil. Atualmente, Tamara é vegetariana. Não gosta de carne e acha que a pecuária não faz sentido por ser uma atividade poluente, que consome muita água, muita superfície, e é uma das causas do desmatamento.

Nas longas viagens, Tamara cozinha e pesca. Seu cardápio é à base de muitos grãos; alguns são levados por ela e têm o peso distribuído em saquinhos; outros, como lentilha e feijão, germinam no barco. “O germinado é legal porque, como não consigo carregar nada fresco, ele cumpre esse papel.” As plantinhas ficam brancas quando é verão e transparentes no escuro, quando não há luz. Ela come o caule e as folhinhas como se fossem salada.

A alimentação depende muito do que ela está sentindo. Segue muitos os desejos do corpo. Pode tomar uma sopa de missô no café da manhã e jantar aveia com grãos. Durante a invernagem de oito meses no Ártico a bordo do Sardinha 2, quando o barco estava parado, fazia apenas uma refeição por dia. Em navegação, não. “No Ártico nada vai te dizer que agora mudou o dia, além do relógio. A luz é a mesma durante 24 horas.”

O sono também depende de ela estar em movimento ou não. Em navegação, dorme por curtos períodos, geralmente de 20 minutos cada um. No Ártico, se há muito gelo ao redor, podem ser 10 ou 5 minutos. “Se eu tô exausta, navegando há vários dias sem ver nada ao redor, posso aumentar pra 40 minutos, no máximo, mas é raro. No Ártico tem iceberg, muita navegação costeira, então, são 20 minutos de sono mesmo. A gente chama de sono polifásico, com várias pequenas fases.”

Ela diz sentir-se parcialmente desancada com esse sono. “Talvez um descanso muscular. Sei que vou ter perda



Cardápio		
Monte Líbano, São Paulo		
Água com gás	1	6
Suco de melancia	1	11
Suco de abacaxi com hortelã	1	12
Porção de babaganuche	1	30
Quibe de peixe	1	22,50
Falafel	3	102
Sorvetes de mişkî com pistache	3	66
Serviço	-	24,95
Total	-	274,45

de memória e não terei tanta lucidez quanto se tivesse descansado sete, oito ou nove horas direto. E vou ter dificuldade para tomar decisões muito simples, como seguir a meteorologia ou ir para a direita ou para a esquerda.”

Ela tem duas irmãs. Uma mais nova, Marina, e Laura, a gêmea bivitelina, que tem 10 centímetros a mais de altura do que ela. Tamara tem 1,66 metro e sempre se sentiu baixa por se ver em comparação com a irmã, com quem é muito unida. “Nunca tive aquela sensação de não ter ninguém para brincar. Sempre tive uma amiga, sempre me vi em relação à Laura.”

Tamara conta que a decisão de escolher seu caminho de vida exigiu muita renúncia, muito estudo. “Fiz muitos treinamentos, me preparei tecnicamente. Estudei sete anos para isso: arquitetura, arquitetura naval, conhecimento de barco, aprendi línguas. Não foi uma tentativa, entende? Não existe tentar, porque se você tentar e der errado, você morre! São milhões de renúncias, milhões de decisões. Há muitos caminhos possíveis, e muitos dão errado.”

Às vezes até por falta de atenção, como aconteceu no fim da invernagem, quando caminhava no gelo, uma placa cedeu e ela caiu na água. “Depois de caminhar por ali todos os dias eu parei de ver alguns perigos que nunca saíram de lá e me expus mais do que deveria. Eu sabia que só tinha três minutos pra sair antes de ter hipotermia. Não tive tempo de pensar na morte, de ter medo, só me concentrei em fazer tudo o que estava ao meu alcance para sair daquele buraco.”

Ela conta que, desde sempre, quis navegar. “Também queria ser bailarina, fotógrafa, professora de física. Tinha vontade de ser fada e de ser um cavalo marinho.” E navegadora, porque o pai voltava cheio de histórias das quais ela gostaria de fazer parte. “Olhava meu pai, os navegadores dos livros, e falava: como

posso ser um homem do mar se não sou nem um homem? Só quando comecei a ter acesso a exemplos femininos, de meninas um pouco mais velhas do que eu que estavam dando a volta ao mundo ou fazendo travessias no Atlântico, falei: ‘Uau, que legal, quero isso também!’

Foi quando ela pediu ajuda para o pai, e ele negou. Hoje interpreta essa negativa completa, que incluía dinheiro, objetos, conselhos e contatos, como um gesto de confiança. “A partir do momento em que ele disse não, entendi que ele considerava que eu seria capaz de fazer sem precisar dele. Foi algo que me trouxe muita liberdade”.

Procurou, então, auxílio nos livros e ingressou na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU-USP). No meio do curso, fez um intercâmbio para estudar arquitetura naval na França, e foi lá que se formou.

Passava dez horas por dia estudando e falando de veleiros e barcos de diversos tipos: de madeira, de pesca, de corrida, de passeio. Nos fins de semana, navegava com esses barcos.

Em seguida, montou um projeto de vela oceânica de competição e foi buscar patrocínio. “Depois de dois anos de procura, tudo o que eu ouvia era: o que a gente vai fazer com a imagem da nossa marca se essa menina morrer no mar? Entendi que não ia ser no Brasil que eu ia conseguir, porque aqui há uma cultura muito limitada do conhecimento do que é navegar.”

Por outro lado, ela reconhece que era uma menina de 19 anos, “com os braços finos, que não se parecia com a ideia do navegador que há no imaginário coletivo”. De alguma forma, o medo dos outros a incomodava mais do que o seu próprio. “Eu já tinha medos suficientes.” Entre eles, o grande perigo, a qualquer momento, é cair do barco. “Ainda mais na água fria, quando você congela em poucos minutos.”

“Apesar de não ter me ajudado quando eu quis ser navegadora, [meu pai] foi minha fonte de inspiração.” Tamara Klink

A saída foi comprar e aperfeiçoar um barco de segunda mão na Noruega. Com o Sardinha 1, foi da Noruega a Dunquerque, na França. Fez a travessia do Atlântico até chegar a Recife e, depois, a Paraty, aos 24 anos. Já com o Sardinha 2, um barco um pouco maior, fez a invernagem de oito meses no Ártico, em 2024. No ano passado, em mais um travessia, fez a passagem noroeste que durou 60 dias entre a Groenlândia e o Alasca.

Atualmente, ela escolhe as marcas com que quer se identificar. “Tive o privilégio de ter tido como primeira apoiadora a Magalu. A Luiza Helena Trajano foi a primeira pessoa que acreditou no meu projeto. Eu já tinha comprado o Sardinha 1 e navegado da Noruega até a França. Foi uma viagem com vários problemas e com muitos aprendizados.”

Exceto no período de férias, quando navega acompanhada por amigos ou namorado, para se divertir, as travessias são todas feitas sem ninguém. “Gosto assim, sozinha. Quem sabe no futuro posso ir com alguém que conhece muito de mergulho ou de escalada e fazer coisas que eu não ousaria fazer sozinha como mergulho, ski, snowboard e mais.”

O aprendizado solitário foi fundamental. “Só podia contar comigo para consertar as coisas, fazer as manobras, tomar as decisões. Isso é muito instrutivo, especialmente quando se é mulher, porque a gente não tem direito a muitas coisas, especialmente de ser reconhecida para tomar decisões difíceis e racionais. No barco eu era universal, só tinha eu.”

Cabia a ela fazer as manobras, consertar a parte elétrica, desmontar e remontar o motor várias vezes e solucionar coisas que não sabia. Aí lia o manual várias vezes e buscava ajuda no YouTube quando estava próxima a uma cidade.

Na maior parte do tempo ela ficava sem conexão, algo que diz ser positivo, porque mantém o foco. Receber, quando está no mar, convites via internet para festas e palestras é algo que incomoda a velejadora. O que mais a irrita é estar numa situação difícil, com o mar ruim, e receber mensagens do tipo “Fica tranquila, vai dar tudo certo”. “Quando estou exausta, tudo não vai dar certo só porque estou tranquila!”

E dá tempo para ficar deprimida? Ela ri. “Nunca pensei sob esse aspecto. Faço muita terapia antes num trabalho extenso que leva o ano inteiro.” Mas as partes emocional e física são um aspecto da jornada. Tem a preparação do barco.

“Preparar o barco já te prepara de certa forma emocionalmente, mas não é o suficiente. Tem uma parte de resiliência, que é criada a partir desse esforço mecânico de ver muitas portas fechadas e, mesmo assim, acreditar que em algum lugar vai ter uma fresta. É como se a resiliência fosse esse músculo que você vai trabalhando ao longo do tempo.”

O perigo, diz, é entrar em um ciclo de pensamentos negativos, coisa que ocorreu em sua primeira navegação, quando em certos momentos passou a imaginar que o equipamento podia quebrar, o piloto automático ia parar



ANA PAULA PAIVA/VALOR



ACERVO PESSOAL

“Queria ser bailarina, fotógrafa, professora de física. Tinha vontade de ser fada e de ser um cavalo marinho”, diz Tamara

de funcionar e que nada daria certo. Com a terapia, aprendeu a parar e interromper esses pensamentos.

“Se não estou em risco de vida, num momento que demanda um gesto iminente, é melhor eu descansar meu cérebro. Respirar, tomar um chá, voltar para a calma.” Aí ela faz uma pausa e respira utilizando diferentes técnicas até relaxar.

Tamara tem seus medos, e as pessoas que encontra têm outros. “Na Groenlândia muita gente acredita em espíritos, e os locais me falavam: eles vão te atacar porque os espíritos daqui odeiam as mulheres, a mulher do meu amigo desapareceu...”

Para problemas locais, soluções locais. Então ela foi procurar uma xamã, que “conversou com os espíritos” e lhe disse: “Fica tranquila porque durante o inverno eles irão mais para o sul”.

Em seguida, a xamã lhe ensinou um ritual com um tambor para, todos os meses, “entrar em contato com os espíritos” ao tocá-lo. “Se essa é a solução, vou aplicar a que mais funciona aqui. Não porque seja das minhas convicções, mas porque é algo da cultura local. E eles não vieram me atrapalhar. Enfim, minhas loucuras.”

Suas navegações são muito mais tecnológicas do que as feitas pelo seu pai no passado. “Durante várias semanas ele

Tamara e a irmã gêmea Laura: “Nunca tive aquela sensação de não ter ninguém para brincar, sempre tive uma amiga”



ACERVO PESSOAL

Tamara na travessia da passagem noroeste entre a Groenlândia e o Alasca, no ano passado



A família Klink: a irmã Laura, a mãe Marina, Tamara, a irmã Marina e o pai, Amyr

Série atualiza o gênero ‘assalto espetacular’

TV Sophie Turner estrela o thriller ‘O Roubo’, que lembra ‘Industry’ e ‘Slow Horses’. Por *Luciano Buarque de Holanda*, para o Valor, de São Paulo

No alto de um arranha-céu em The City, o distrito financeiro de Londres, a operadora de mesa Zara Dunne (Sophie Turner, a Sansa Stark de “Game of Thrones”) se prepara para mais um dia normal de trabalho na Lochmill Capital, uma empresa especializada em gestão de fundos de pensão.

Eis que surge uma quadrilha de assaltantes para render os funcionários e isolar todo o centro operacional da instituição. Eles usam próteses faciais realistas e armas militares, exibindo a perícia de um grupo de elite.

Quando os bandidos solicitam os serviços de dois dos operadores de mesa, Dunne e um colega de mesa, Luke Selborn (Archie Madekwe, de “Midsommar” e “Gran Turismo: De Jogador a Corredor”), assumem a tarefa de transferir 4 bilhões de libras para uma firma fantasma.

Embora muito nervoso, Luke argumenta sobre a natureza do fundo: o dinheiro a ser desviado consiste na aposentadoria de milhares de trabalhadores. Sob a mira dos ladrões, porém, a dupla não tem outra opção além de concluir a transferência.

Difícil falar de “O Roubo” sem esbarrar num spoiler: desde o início da série

é lançada a hipótese de que o assalto teria sido orquestrado com a ajuda de alguém de dentro da empresa.

Zara, então, surge como a suspeita central, especialmente quando 5 milhões de libras aparecem misteriosamente em sua conta. O envolvimento da protagonista logo deixa de ser uma questão, mas isso não a torna necessariamente a vilã da história.

Ludibriada por hackers com ofertas de dinheiro fácil, Zara se dá conta tarde demais que foi usada como uma peça descartável numa intriga muito maior, envolvendo não apenas criminosos violentos, mas também o próprio MI5, o serviço de inteligência britânico.

Série dividida em 6 episódios, “O Roubo” reembla o conceito de assalto espetacular com um toque mais contemporâneo, ecoando os personagens falíveis de “Slow Horses” e o cenário corporativo de “Industry”, mas sem a sátira do primeiro e o hedonismo do segundo.

É um thriller competente, que serve de vitrine para a versatilidade da atriz Sophie Turner, mas que, em retrospecto, promete muito mais do que entrega. O clímax, afinal, fica logo no início. Lá pelo terceiro ou quarto epi-



Sophie Turner, à dir., é a funcionária de uma gestora de fundos que se vê como suspeita de participar de um assalto

O Roubo
Inglaterra - 2026. Criador: Sotiris Nikias.
Onde: Amazon Prime Video
★★★★★

sódio, a narrativa perde consideravelmente o fôlego e, embora o desfecho seja satisfatório, jamais recupera a tensão original.

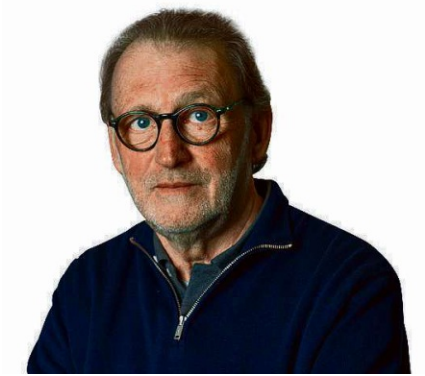
Jacob Fortune-Lloyd (“O Gambito da Rainha”) interpreta Demetrius Covaci, um detetive com dívidas de jogo que acaba por criar um vínculo mais íntimo com Zara. Anastasia Hille (“The Missing”) faz a mãe da protagonista, a enfermeira psiquiátrica Haley,

uma alcoólatra solitária, ressentida pelo distanciamento da filha.

Os créditos de “O Roubo” incluem a dupla de diretores Hettie Macdonald (“Delicada Atração”) e Sam Miller (“I May Destroy You”, “Black Mirror”), também a cargo da produção executiva. Já o criador, Sotiris Nikias, faz aqui sua estreia na televisão, após anos publicando romances policiais sob o pseudônimo de Ray Celestin. ■

Vinho

Minha visão sobre assuntos do momento



Jorge Lucki

A transformação cultural por trás da queda no consumo e como um menor Imposto de Importação não vai mudar dramaticamente o preço dos vinhos europeus

De volta à coluna após o recesso, é inevitável comentar alguns movimentos que vêm redesenhando o cenário do vinho no mundo — e que, a meu ver, merecem uma leitura menos apressada do que a que costuma prevalecer.

O primeiro deles é a queda do consumo em mercados historicamente centrais, como França, Inglaterra e Estados Unidos. A explicação mais recorrente aponta para a mudança de hábitos das novas gerações, que de fato bebem menos álcool. Mais do que uma simples opção pela moderação, trata-se de uma transformação cultural mais ampla: uma geração marcada por relações menos estáveis, por rotinas fragmentadas, pela valorização do bem-estar individual e por uma sociabilidade cada vez mais mediada por telas, em que os rituais coletivos — como a refeição compartilhada — perderam importância e não fazem parte do cotidiano.

A questão, assim, é mais profunda. O vinho é, por natureza, uma bebida associada à mesa e ao compartilhamento. Não é casual que o consumo mundial tenha crescido durante a pandemia: confinadas, as famílias voltaram a se reunir em torno das refeições — e, nessas ocasiões, a bebida escolhida foi o vinho.

Outro tema incontornável é a recente recomendação da OMS de que qualquer bebida alcoólica é cancerígena, independentemente da quantidade ingerida. Embora o alerta seja amplo (o tema foi assunto central do segundo dia do Symposium da AIV em dezembro passado, e vou trazer alguns tópicos em colunas futuras), o vinho acabou sendo particularmente atingido em sua imagem, abrindo espaço para categorias como os chamados “vinhos sem álcool” — denominação que, a rigor, considero imprópria (arranjem outro nome para essa bebida, porque isso não é “vinho”) — e para bebidas derivadas da cannabis.

No caso específico do que é chamado “vinhos desalcooolizados”, chama atenção o paradoxo: produzir um vinho para depois retirar-lhe o álcool exige processos tecnologicamente complexos e de altíssimo consumo energético, o que vai na contramão de qualquer discurso sério sobre sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

Antes de avançar para outros assuntos, vale aprofundar um pouco mais essa questão da queda no consumo, que é menos homogênea do que muitas análises apressadas sugerem. Um artigo publicado na edição



O problema do vinho caro no Brasil não está na fronteira, mas no sistema tributário

de outubro da Revue du Vin de France chama atenção não apenas para a retração do consumo interno francês, mas também para a queda significativa das exportações para mercados estratégicos como China e Inglaterra — num cenário em que a Borgonha, curiosamente, segue relativamente preservada.

O texto aponta ainda fatores que extrapolam o comportamento do consumidor: tensões geopolíticas, a guerra na Ucrânia e a crise energética provocaram rupturas na cadeia global de suprimentos, elevando rapidamente os custos de produção e distribuição. Esse aumento de preços foi agravado por safras menores, consequência direta das mudanças climáticas, além das pressões inflacionárias globais e da perda de poder de compra.

O mesmo artigo, porém, ressalta movimentos que vão na contramão dessa tendência. Espanha e Portugal registram leve aumento no consumo, impulsionado sobretudo pelo turismo, mas é fora da Europa que surgem os sinais mais consistentes

de crescimento. A RVF destaca, em particular, Rússia e Brasil.

No caso brasileiro, a projeção é de um crescimento médio de 5% ao ano até 2030, o que levaria o país a se consolidar como um mercado estratégico para produtores internacionais. A ascensão de uma classe média alta, mais viajada, conectada às redes sociais e com maior familiaridade com vinhos finos, aliada à mudança na pirâmide etária, ajuda a explicar esse movimento.

Estima-se (a RVF) hoje em cerca de 44 milhões o número de apreciadores de vinho no país — um perfil cada vez mais visível não apenas no mercado interno, mas também em hotéis de luxo parisienses e nas estações de esqui dos Alpes, onde a presença e a desenvoltura dos consumidores brasileiros não passam despercebidas.

Esse contraste entre retração em mercados tradicionais e avanço em países como o Brasil ajuda a explicar por que o país passou a ocupar um lugar central no radar dos produtores europeus. É nesse contexto que

ganha relevo o debate em torno do eventual acordo entre a União Europeia e o Mercosul, frequentemente apresentado como um divisor de águas para o preço dos vinhos importados no mercado brasileiro — embora essa leitura, como quase sempre, simplifique em excesso uma equação bem mais complexa.

Muito se fala, de fato, no potencial impacto do acordo sobre o preço dos vinhos europeus no Brasil, mas pouco se discute o essencial. O que está previsto — e ainda de forma escalonada ao longo de vários anos — é a redução do Imposto de Importação, hoje em torno de 27% para os vinhos da União Europeia.

Trata-se, portanto, de apenas um componente da estrutura de custos. Permanecem intactos os tributos internos — ICMS, PIS, Cofins e IPI — que incidem de forma cumulativa e em cascata, respondendo pela maior parcela do preço final pago pelo consumidor.

De forma simplificada, e considerando a média das operações no mercado brasileiro, o Imposto de Importação costuma representar perto de 10% do preço final de uma garrafa. Já a soma dos impostos internos pode facilmente ultrapassar 40% — e, em muitos casos, alcançar ou superar 50% do valor ao consumidor.

A prova empírica está nos vinhos chilenos e argentinos, que entram no Brasil com imposto de importação zerado e, ainda assim, são vendidos por cerca de três vezes o preço praticado em seus países de origem.

O mesmo raciocínio vale para o vinho nacional: mais da metade do preço de uma garrafa produzida no Brasil corresponde a impostos, o que desmonta o argumento recorrente de que essa carga elevada serviria como instrumento efetivo de proteção ao produtor local.

Fica claro, portanto, que o problema do vinho caro no Brasil não está na fronteira, mas dentro do próprio sistema tributário. Mesmo que o imposto de importação europeu fosse zerado de forma imediata, o impacto no preço final até seria perceptível, porém longe de revolucionário. Sem uma revisão estrutural dessa carga, o acordo com a União Europeia pode até melhorar margens e permitir ajustes pontuais de preço, mas está longe de representar uma mudança real no acesso do consumidor brasileiro ao vinho.

Jorge Lucki escreve neste espaço semanalmente

E-mail: Colaborador-jorge.lucki@valor.com.br ■

Casamento à moda da casa

Sociedade Cresce o serviço de celebração personalizada, com rituais e contação da história do casal romantizada. Por *Helena Carnieri*, para o Valor, de Curitiba

Quando Joey Tribbiani, personagem de “Friends”, faz um curso online e é ordenado celebrante de casamentos para officiar o enlace de Monica e Chandler, na sétima temporada da série americana, os primeiros rascunhos de sua fala soam formais e distantes. O grupo de amigos conclui: precisa incluir detalhes pessoais da vida do casal. Na hora H, sai tudo improvisado, mas ele tem uma nova chance quando faz o casamento de Phoebe e Mike, ainda que em condições climáticas adversas, em meio a uma nevasca.

Criar uma celebração personalizada como essa se tornou o trabalho de cerca de 2 mil brasileiros que hoje vivem de officiar casamentos sob medida. Eles ouvem a história do casal e criam uma fala que traga a essência dos dois, que vai de 20 minutos a 1 hora. A maioria agrega esse serviço a outra profissão.

O serviço do celebrante não se confunde com o do cerimonialista, que organiza a cerimônia e a festa, alinhando o trabalho de outros profissionais, como fotógrafos, floristas, garçons etc.

Se antigamente apenas padres ou outros líderes religiosos officiavam casamentos, muita gente hoje busca algo diferente para o momento aguardado. “Eu e meu noivo sabíamos com muita clareza o que não queríamos: um momento formal, rígido ou religioso, e nos deparamos com a necessidade de encontrar um celebrante no nosso perfil”, diz a jornalista Gabriela Sanches de Lima, de 31 anos. A busca pessoal abriu os olhos para seus próprios dons. “Comecei a procurar celebrantes com esse viés e vi que isso tinha muito a ver com meu trabalho como repórter de redação: entrevistar as pessoas, escrever sobre elas e os fatos que as cercam, e contar essas histórias ao vivo. A partir daí, compartilhei a ideia nas redes sociais e veio o primeiro convite de pessoas conhecidas. Depois o segundo, por indicação, e como costuma acontecer nesse mercado, um casamento puxou o outro.”

O texto da celebração que Lima realiza, em todo o estado de São Paulo, tem inspiração no jornalismo literário. “Eu não escrevo histórias de amor ficcionais. Pelo contrário: todas as celebrações que construo são baseadas em histórias reais, vividas, cheias de nuances e detalhes.”

O crescimento do mercado para celebrantes com habilidade em ouvir e escrever sobre a história do casal tem até pesquisa de mercado, graças ao portal “Mapa de Celebrantes”, criado em 2021 por Denny Kamogawa, que uniu sua experiência em análise de dados à paixão pelas cerimônias. De acordo com o levantamento realizado por ele entre profissionais celebrantes, a maioria considera seu estilo “personalizado e autoral”, com enfoques que variam do romântico ao poético, filosófico, descontraído ou temático.

De acordo com a mais recente pesquisa, realizada em 2024, o tíquete médio pago pelas celebrações é de R\$ 2.027, mas chegou a variar naquele ano de R\$ 100 a R\$ 9 mil.

“Ninguém aguenta mais cerimônias chatas e maçantes. Colocar a ‘mágica’



Fernando Brasil celebra um casamento: “Esse serviço atende muitos ‘desigrejados”

com contexto e de maneira sutil nas mensagens das celebrações é uma maneira de deixar mais visual e interessante a cerimônia, sem perder o foco no mais importante, que é o amor do casal”, diz Kamogawa, que pediu demissão do banco onde trabalhava em 2022 para viver só das celebrações. E ele vai onde o casal manda: mora em São Paulo, mas já fez celebrações no Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Norte e Minas Gerais. Tudo começou por convite de amigos, e ele acabou descobrindo seu talento e um nicho interessante.

Na vida de Fernando Brasil, dono da agência de celebrantes Celebra Casamentos, de Curitiba, essa fonte de renda surgiu no boom de casamentos pós-pandemia, em 2022. “Muita gente se casou naquele período só com juiz de paz e queria fazer uma festa. Os casamentos ficaram reprimidos”, relembra. A jornada de Fernando começou com palestras em empresas e passou pela liderança espiritual em uma instituição. “Para mim, a oratória não foi o desafio, e sim entender esse mercado, o que as pessoas que procuram celebrante desejam, que é algo diferente da celebração religiosa. Esse serviço atende muitos ‘desigrejados’, ou católicos que desejam realizar a cerimônia fora da igreja, pessoas de outras religiões ou sem nenhuma.”

“Hoje consigo viver disso e vivo bem, com casamentos quase todo fim de semana, e nos meses de pico, em abril e novembro, são dez no mês”, conta. Além de se considerar um “contador de histórias”, Brasil faz a mentoria de novos celebrantes. “Tem muitos jornalistas, pedagogos, comunicadores e pessoas do mundo religioso.”



DIVULGAÇÃO

Alguns nichos do mercado de celebração incluem os casamentos fora do país, com destaque para Portugal e Itália, onde as agências também dispõem de profissionais para celebrar.

Outra tendência são os rituais simbólicos durante a cerimônia. “Faço cerimônia desde mais objetiva até formatos mais elaborados”, conta o diretor da Câmara Municipal de São José dos Pinhais (PR) Luis Fernando Mateus, que também é celebrante e adapta suas cerimônias de acordo com o desejo dos noivos. A mais pedida é a cerimônia das areias, com cores diferentes de areia que, durante a cerimônia, são despejadas em um único vaso, simbolizando a união de duas vidas e respeito às individualidades. “Depois de misturadas, as areias não podem mais ser separadas, representando um compromisso permanente.”

No caso de Fernando Brasil, foi preciso aprender um ritual celta para atender a um casal que veio da Europa realizar a celebração. “Tenho um guia de rituais, mas só faço quando me pedem.” O rito consistia em unir as mãos do casal com cordas em nós num estilo determinado.

“Enquanto fazíamos o nó, o Fernando foi explicando o sentido por trás. Queríamos que nossa história fosse contada e que tivesse uma parte mais espiritual e sentimental, mas não fosse voltado para uma religião específica, pois havia, entre os convidados, diversas crenças”, conta a noiva, Maria Laura Meyer.

Se para os noivos a celebração é o ponto alto de um dia memorável, para a jornalista Ana Clara Baptistella foi uma transição de carreira e uma redescoberta pessoal. A primeira criação foi a do seu próprio casamento, pois no interior de São Paulo ela não encontrou ninguém no seu perfil e pediu a uma amiga que celebrasse de acordo com suas diretrizes.

“A gente construiu bem do jeitinho que eu queria, algo que contasse a nossa história de um jeito único, pois estamos juntos há 18 anos. E hoje eu uso essa experiência profissionalmente.”

No caso dela, são cerca de 20 horas de preparação para cada casamento. “Faço uma entrevista com o casal junto, e depois entrevistas individuais, para ter várias referências de gostos e preferências, e vou construindo uma narrativa com tudo isso.”

A escrita de poesias na juventude voltou com tudo no novo trabalho, bem como a literatura fantástica. “Amo fantasia romantizada, e nada mais clássico que o conceito de jornada do herói, que está presente no ‘Hobbit’, ‘O senhor dos anéis’, ou mesmo ‘Harry Potter’, por quem sou apaixonada. Eu trago essa peculiaridade para dentro da minha narrativa, com o casal como personagem da história. Vou trazendo detalhes da vida cotidiana, pois nem sempre os casais ficam juntos de cara: tem aqueles que têm dúvidas, se perguntam será que eu vou, ou não vou? Tudo isso enriquece muito a celebração e cria conexão com os convidados.” ■

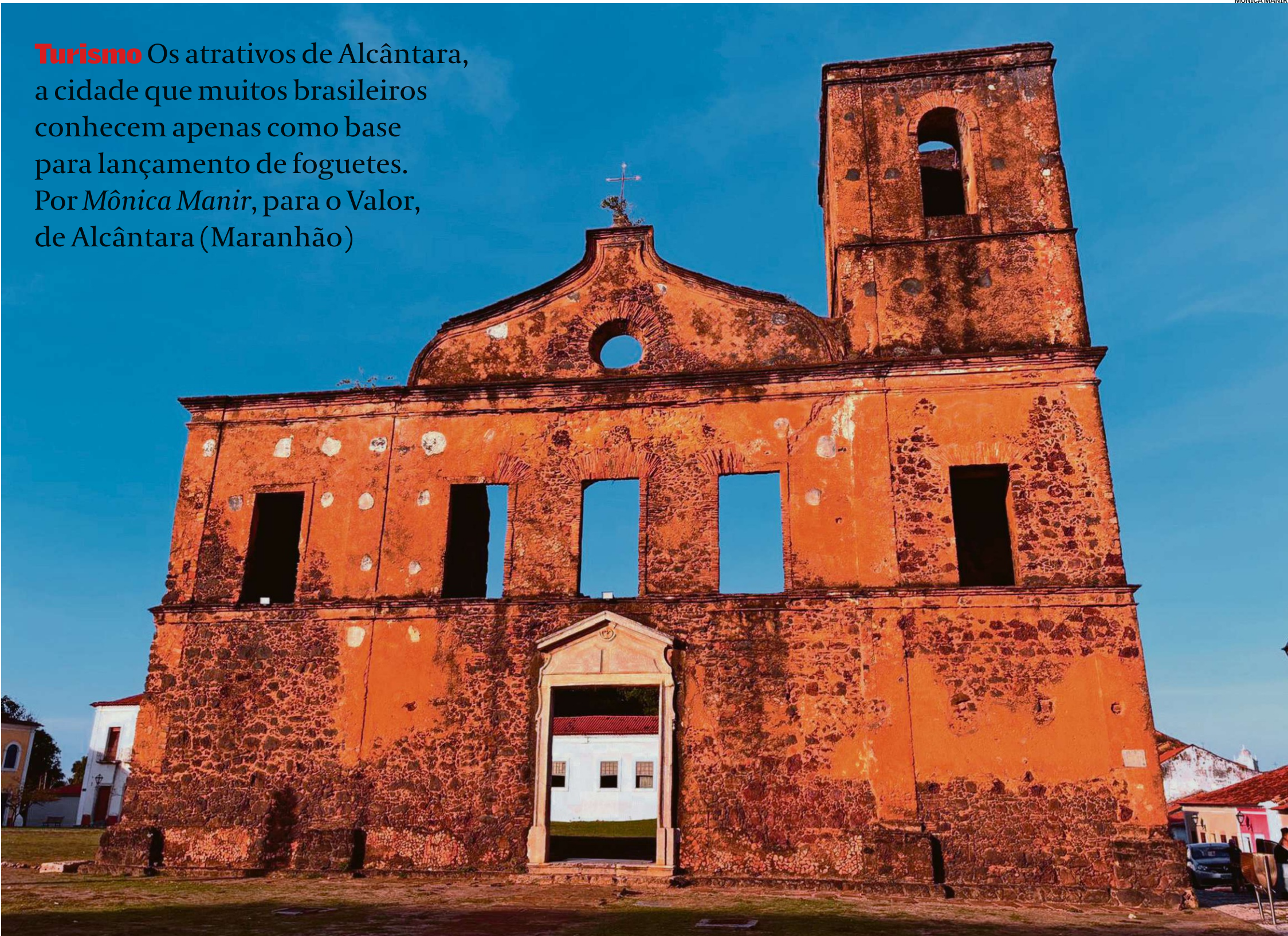


LUIS CAPPA/DIVULGAÇÃO

Ana Clara Baptistella faz cerca de 20 horas de preparação para cada casamento

Gabriela Sanches de Lima celebra casamento: “Não escrevo histórias de amor ficcionais”

MÔNICA MANIR



A Igreja de São Matias, na Praça da Matriz, é a primeira grande ruína do centro histórico de Alcântara e ficou inacabada com a espiral de decadência econômica da cidade

Entre o ontem e o amanhã

Alcântara vive entre dois tempos: o passado e o futuro. De um lado, ruínas de um glamour imperial recebem os visitantes. De outro, uma base de lançamento longe das vistas prenuncia que um dia, talvez, um foguete rompa os céus a partir do solo maranhense. Com um pé atrás e outro na frente, a cidade tem o presente congelado, em plena linha do Equador. Mas não se trata de uma cidade fantasma. Alcântara tem uma população diminuta, de quase 19 mil habitantes, segundo o último censo. Já a população flutuante gira em torno

de 20 mil ao ano, a maioria num esquema bate e volta de São Luís. Ainda é pouco, se pensarmos na grandeza do seu belo conjunto arquitetônico do século XVIII, a primeira cidade histórica amazônica reconhecida como patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Não demora para se perceber que falta um plano estratégico de turismo, a começar pela travessia entre a capital e a cidade. Uma das opções é pegar uma lancha no cais da Praia Grande, na ilha de São Luís, e cruzar os cerca de 20 km da



MÔNICA MANIR

um barco para turista ver, mas para turista compartilhar com a população da Baixada Maranhense, que precisa desse transporte para se abastecer. Nada mais compreensível, já que são bem restritas as lanchas disponíveis e poucos os horários oferecidos por esses dois portos. Normalmente, o visitante só encontra um horário de saída de São Luís pela manhã e outro de volta à tarde. O relógio é controlado pela tábua das marés, que flutua brutalmente. A variação das marés no Maranhão é a maior do Brasil, com a diferença entre a baixa e a alta podendo chegar a 8 metros num intervalo de apenas 6 horas. Encalhes podem ocorrer se os capitães não tomarem seus cuidados, especialmente próximo ao cais da Praia Grande. Outro efeito dessa variação das marés é o tanto que gera de fortes correntes marinhas e rápidas mudanças nas condições do mar. Na mochila, além de filtro solar e boné, vale carregar um medicamento de ação antivertiginosa (Dramin) para tomar pelo menos meia hora antes das viagens, se o turista for sensível a balanços de embarcação. A travessia também pode ser feita por ferryboat. Mas ele sai de outro cais em São Luís, a Ponta da Espera, que é fora de mão porque mais distante do centro urbano e custa mais caro no final, seja indo a pé ou de carro. Isso porque o ferryboat desembarca no porto de Cuijue, que fica no município de Alcântara. Dali o passageiro que viajou de balsa sem carro e que pagou pouco pela passagem (R\$ 10) precisa pegar outra condução (uma van ou um táxi) para ir até o centro histórico em mais 1h de viagem. Se optar pelo carro próprio, a passagem por ferryboat de um veículo pequeno sai por R\$ 110.

O doce de espécie, iguaria de traços luso-açorianos cuja receita foi modificada pelos escravizados

Baía de São Marcos até o Porto do Jacaré, em Alcântara, que fica no continente. A passagem é de R\$ 20 a cada etapa. O trajeto costuma levar 1h30 porque não se trata exatamente de uma lancha, mas de um barco, que carrega até 200 pessoas e mais pertences e cargas, algumas taxadas. Quem quiser levar geladeira paga R\$ 40 a mais. Um pneu de caminhão adiciona R\$ 20 à passagem; um saco de camarão, R\$ 10. Para as 13 melancias inteiras que embarcaram, não há preço específico à vista. Ou seja, não é



MÔNICA MANIR

Pôr do sol na cidade, onde o governo federal implementou o Centro de Lançamento de Foguetes nos anos 80



MÔNICA MANIR

José Alan Lemos Pereira, o Preto, é o proprietário do restaurante Lê Duque de Mercês



MÔNICA MANIR

A vantagem da balsa é que há mais horários disponíveis e, em geral, o trajeto não deixa ninguém mareado. Mas, assim como de barco, não dá para comprar passagem de ida e volta em São Luís. Chegando a um dos portos, é preciso já comprar o tiquete da volta.

A iniciação a Alcântara para quem chega até o Porto do Jacaré se dá pela Ladeira do Jacaré. É hora de caminhar por um traçado geométrico de pedras pelo qual, nos séculos XVIII e meados de XIX, circularam a todo vapor estivadores, produtores, comerciantes, barqueiros.

Alcântara produzia e exportava para Portugal e Inglaterra derivados da cana-de-açúcar (açúcar e aguardente), mas principalmente algodão. Também servia de importante entreposto comercial de produtos estrangeiros ou de outras regiões do país para a Baixada Maranhense.

A vila prosperava a olhos vistos. Alçada a cidade em 1836, virou polo de atração para fidalgos e aristocratas, que enviavam seus filhos para estudar em Coimbra e Paris enquanto importavam uma massa de escravizados da África. No século XIX, dos cerca de 8 mil moradores, 5 mil eram negros.

Ao fim da Ladeira do Jacaré, surge a Praça da Matriz, em cujo coração se impõe a Igreja de São Matias. É a primeira grande ruína do centro histórico, o que dá a entender que, se Alcântara não conseguiu terminar obra religiosa tão opulenta, é porque algo crucial a impediu.

Com o fim da escravidão e o povoamento de outras regiões do Maranhão, a cidade entrou numa espiral de decadência econômica. Ainda assim, a fachada colonial da matriz parece vigiar os poderes em volta, representados pelo pelourinho e pela Casa de Câmara e Cadeia, que abrigava ambas.

Esse prédio é hoje habitado por outra dupla, a prefeitura e a câmara de vereadores, mas já foi a penitenciária do estado entre 1950 e 1965, situação que teria degradingolado ainda mais os cuidados com um patrimônio já tombado.

Corre uma história famosa sobre o pelourinho na cidade. Quando a República se instalou no Maranhão, os novos governantes baixaram um decreto de que não ficaria em pé nenhum vestígio do antigo regime. As autoridades locais seguiram a ordem e enterraram o pelourinho. Ele foi exumado 60 anos depois por obra da centenária Mãe Calu,

ex-escravizada, parteira e dona de saberes religiosos, que indicou onde estava o instrumento de tortura e humilhação.

Outra história que circunda o lugar é a da visita de Dom Pedro II quando Alcântara ainda estava no apogeu. Ou melhor: a não visita. O imperador, ainda na menoridade, foi amigo de Antônio Raimundo, da família Franco de Sá, e prometeu passar pela cidade depois de coroado. Pedro II tinha Alcântara entre seus 14 sobrenomes. Duas figuras rivais e proeminentes da cidade acharam por bem erguer dois palácios para sua majestade. As construções duelavam entre si também ideologicamente, já que uma representava o partido Conservador e a outra, o Liberal.

Não se sabe se foi porque Antônio Raimundo fora envenenado ou porque os barões do outro lado foram morrendo naturalmente, o imperador não deu as caras. As ruínas dos palácios, com colunas romanas pela metade caídas entre grossas paredes de pedra e cal, hoje servem de moldura para fotos no Instagram.

Na rua da Amargura, mais ruínas de casarões coloniais. Outro cartão-postal são os restos mortais da Igreja da

A Ladeira do Jacaré é o local de iniciação a Alcântara, por onde circularam estivadores, produtores, comerciantes, barqueiros

Ordem Terceira de São Francisco de Assis, da qual permaneceram apenas paredes de um tom queimado e um frontão com braços cruzados ao pé da cruz.

De Império, restou a concorrida Festa do Divino, que acontece em maio, 50 dias após o Domingo de Páscoa. Na Casa do Divino, museu que abriga o acervo de festas anteriores, a guia conta que o evento em Alcântara teve início justamente após a frustração com o descaso de Dom Pedro II. Decepcionados e esfalfados com a construção inútil dos palacetes, os moradores levaram um cortejo à igreja e coroaram um imperador entre os locais.

O ritual da festa envolve uma corte: além do imperador ou imperatriz, que se revezam no trono a cada ano e são escolhidos entre crianças e adolescentes, há vários pares de mordomos-régios e mordomos-baixos. Caixeiras acompanham o cortejo tocando pequenos tambores e entoando cânticos que expressam sua devoção ao Divino Espírito Santo.

À mesa, um banquete gratuito de chocolate e doces de espécie, iguaria de traços luso-açorianos cuja receita foi modificada pelos escravizados. Em vez de castanha, coco seco. Na fórmula, ainda vão açúcar, manteiga, farinha de trigo, ovos e cravo-da-índia. O formato costuma ser de uma pequena tartaruga, mas há versões em flor.

Se as caixeiros andam em extinção, os doces de espécie idem. Falta interesse dos jovens pela tradição cultural da festa. Alguns atribuem o descaso à devoção aos celulares, outros à proliferação de igrejas evangélicas, que não cultuam imagens (neste caso, a bandeira do Divino Espírito Santo).

Mas é possível encontrar doces de espécie deliciosos na época da festa ou fora de época feitos pelo alcantareense Antônio Carlos Moraes da Silva. Na rua das Mercês, ele vende bandejas com dez unidades crocantes, refinadas com um desenho na face e um talinho de farinha, para a pessoa segurar o doce.

Na mesma rua, resiste um restaurante de nome original: Lê Duque de Mercês. José Alan Lemos Pereira, 59 anos, conhecido como Preto, é o proprietário. Duque é homenagem ao seu neto; Mercês ao bairro e à rua. Lê é um toque francês a essa localidade que também foi invadida pelo general da marinha francesa Daniel de La Touche, em 1612.

Preto trabalhou como produtor da rádio Ribamar, em São Luís, mas poderia ser locutor, pela voz grave e ritmada. Um dos dez filhos de Rafiza, mulher quilombola, e de Tomás, descendente de portugueses, ele oferece pratos fartos de comidas regionais a quem chega faminto da caminhada. Também oferece MPB seletiva de fundo e muitas vivências para contar.

Uma delas é sua contribuição ativa como professor na escola de capoeira e cidadania Kilombarte, da qual fazem parte 73 crianças, 18 adolescentes e 8 adultos. A sede fica na Praça da Matriz, ali perto do restaurante, mas a vontade é absorver o continente. “Meu sonho é trazer as crianças de todos os quilombos daqui”, diz Preto.

Alcântara é o município de maior proporção de população quilombola do país, com 84,6% dos seus moradores assim autodeclarados. São 152 comunidades com cerca de 3.350 famílias. Em 2025, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) condenou o Estado brasileiro por violar direitos humanos de 171 comunidades quilombolas que vivem na cidade por conta da construção e implementação do Centro de Lançamento de Foguetes, iniciada na década de 80. O governo afirmou que já havia a garantia do direito de propriedade coletiva a todas as comunidades desde setembro de 2024.

É Alcântara com os pés no futuro tentando reerguer os tombamentos do passado. ■

MÔNICA MANIR



O pelourinho, segundo história famosa na cidade, teria sido enterrado e exumado décadas depois

A artista que pinta com o corpo

Arte Maria Klabin expõe pela primeira vez em São Paulo e lança livro. Por *Darlene Dalto*, para o Valor, de São Paulo

Foram necessários mais de 20 anos para que a carioca Maria Klabin inaugurasse sua primeira exposição em São Paulo, na galeria Nara Roesler, aberta ao público até o fim de fevereiro. “Língua d’água” traz 29 obras que refletem, de modo muito particular, diferentes recortes do seu cotidiano em telas de grandes escalas, com 3 metros de altura, ou bem menores, com 30 centímetros, produzidas há no máximo dois anos.

Não se trata de uma compensação pela demora, mas esta semana ela lançou seu primeiro livro na galeria. “Eu adorei finalmente expor em São Paulo. Foi mais emocionante do que em outros lugares onde já expus. Sou muito carioca e me sinto estrangeira na cidade. Visito pouco. São Paulo é um lugar que eu domino menos”, diz.

O título da exposição veio de uma frase que escreveu em uma troca de mensagens quando pensava em fenômenos naturais como tromba d’água ou língua de fogo. “Gostei de ‘Língua d’Água’, gostei do som que remete ao movimento do pincel na tela.”

Maria fez balé quando menina, mas nunca pensou em ser bailarina. Com 13, 14 anos, intuitivamente buscou o barro e começou a fazer esculturas, da mesma forma como seu pai, o empresário Israel Klabin, fez tantas vezes. Havia várias de suas esculturas espalhadas pela casa.

“Foi uma epifania. Eu fazia aulas de arte, já desenhava. Um dia peguei um pedaço de barro e aquilo me deu um prazer inacreditável. Era adolescente, mas pensei que eu poderia fazer aquilo até os 80, 90 anos. Esculpir para mim era o fundamento da minha liberdade. Ali ninguém poderia me domar ou impor algum limite”, lembra.

Maria sempre frequentou museus e galerias. Até hoje se lembra do impacto que lhe causou a obra “Peixe”, que viu no MoMa, o Museu de Arte Moderna de Nova York, a última e a maior das sete versões, esculpida em mármore azul acinzentado pelo artista romeno Constantin Brancusi (1876-1957).

“Foi incrível. Eu me lembro muito nova olhando para essa obra e entendendo claramente que uma coisa poderia ser duas coisas. Tinha uma mágica ali. Aquela representação de um peixe para mim era mais real do que o próprio peixe”, diz.

Durante dez anos, ela morou fora do Brasil. Estudou artes visuais e história da arte na Universidade Brandeis, em Waltham, subúrbio de Boston, nos Estados Unidos, onde ganhou o prêmio Susan May Green de pintura. Nessa época passava muitos fins de semana em Nova York. Depois morou em Los Angeles e Paris. Em 2002 concluiu seu mestrado na Central Saint Martins, em Londres. Em Paris ficou sozinha durante dez meses no antigo ateliê de Frans Krajcberg, multiartista polonês naturalizado brasileiro, em uma vila em Montparnasse.

“Não foi uma fase tão fácil. Eu era muito nova, ficava trabalhando o dia todo. Produzi muito, mas ainda não sabia o que pintar.”

De volta ao Brasil, continuou desenhando e pintando. Casou-se com o cineasta Walter Salles e teve filhos. Durante anos, trabalhou com a galeria Silvia Cintra, do Rio de Janeiro, onde fez várias individuais e coletivas. Em 2020, transferiu-se para a galeria Nara Roesler, que a incentivou a fazer primeiro uma exposição em sua filial em Nova York, aberta em 2016.

A mostra “Liquid Air” ocorreu em agosto de 2022. Em fevereiro de 2024 ela participou pela primeira vez da Frieze de Los Angeles apresentando novas pinturas. Foi a única artista que a galeria levou para a feira de artes naquele ano.

“Maria Klabin desponta como uma exímia pintora trazendo um enorme respiro para dentro da cena contemporânea. Em sua primeira individual em São Paulo ela expõe uma série de pinturas que exibem sua extrema sensibilidade para retratar cenas do cotidiano, da simplicidade, do corriqueiro com domínio da técnica em diferentes formatos e suportes”, diz



Maria Klabin diz ter “uma relação com o movimento que é difícil explicar. É intuitivo, é da minha natureza, da minha personalidade”



“Alô Alô”, uma das pinturas de Maria Klabin presentes na exposição “Língua d’água”



“Gal”, da mostra “Língua d’água”: “gosto que as minhas pinturas funcionem de uma forma totalmente abstrata quanto figurativa”

Nara Roesler, que em 2026 completa 50 anos de trabalho e já se prepara para as comemorações.

A mostra em São Paulo traz 12 obras em grande escala, pinturas em óleo sobre tela e linho, 11 desenhos pequenos em nanquim, carvão, guache e bastão a óleo, dois desenhos grandes em papel vegetal, além de quatro obras pequenas que estão espalhadas por vários ambientes da galeria. A sala menor no primeiro andar abriga os desenhos pequenos e uma preciosidade: alguns deles foram retirados de cadernos que a artista tem sempre à mão e a partir dos quais nascem muitas de suas criações.

“Tenho vários, é meio caótico, vou de um para outro e para outro. Eu não faço preparação para as minhas pinturas, mas quando não estou no ateliê uso esses cadernos para fazer registros, desenhos, retratos, anotações”, explica.

A curadoria da exposição é assinada por Galciani Neves, cearense radicada em São Paulo, professora da Fundação Armando Álvares Penteado, a Faap. “Quando pensamos em montar a exposição, Maria estava muito concentrada nos trabalhos de grandes dimensões. A ideia foi não apenas mostrar as pinturas, mas também os desenhos, para que o público perceba essa diversidade de caminhos e procedimentos”, diz. “A exposição tem topografias. O visitante é

convidado tanto a ver os trabalhos mais de perto quanto a se distanciar. E se subir ao primeiro andar pode também ver a exposição de cima.”

Maria pinta com o corpo. Não apenas com o braço, a mão, os dedos. “É um embate na tela em diferentes níveis. Tem uma relação com o movimento que é difícil explicar. É intuitivo, é da minha natureza, da minha personalidade. É uma relação intensa com a tela e com a tinta, e a tinta se propõe a isso. Ela é um material nem líquido nem sólido, uma espécie de lama. Algo que acontece no seu inconsciente e você tem que estar aberta”, diz a artista, que nunca trabalha com estudos. Ela costuma ir direto para a tela, e ali tenta descobrir e resolver a obra.

O resultado são quadros coloridos que transitam entre o figurativo e o abstrato. A artista aprecia essa dualidade. “Eu começo com uma provocação, faço um esqueleto na tela, parto de uma foto, de alguém, dependendo do que estou pintando e dependendo da escala. E gosto que as minhas pinturas funcionem de uma forma totalmente abstrata quanto figurativa. Sou figurativa, gosto de reconhecer os elementos, mas quando começo a pintar, em dois segundos vira uma abstração total. É isso o que me interessa. É isso o peixe do Brancusi. Ele é completamente figurativo, e ele é só um pedaço de pedra”, analisa.

No ateliê, ela deixa as telas de grandes dimensões no chão, às vezes sobre latas de tinta, enquanto pinta. As telas pequenas, no colo. Normalmente a artista pinta dois, três, quadros ao mesmo tempo.

Exposição e livro coincidiram casualmente. “Uma feliz coincidência”, segundo Luiz Vieira, editor da Nara Roesler Books, que já trabalhou para a editora Capivara, de Pedro Corrêa do Lago; Pinacoteca; Masp e o Instituto Inhotim sempre cuidando de livros ou catálogos. O título “Maria K.” foi uma escolha pessoal.

“Sempre assinei Maria K. Me identifiquei com Maria K.”, afirma ela. O livro bilingue (português e inglês) foi escrito por Priscylla Gomes e Pollyana Quintella, ambas curadoras. A capa é assinada por Gabriela Castro. Em 250 páginas estão 126 obras dos últimos dez anos, e fotos da artista em seu ateliê.

No dia 11, durante o lançamento, haverá uma conversa entre a artista e as autoras, seguida de autógrafos. “Estou feliz com esse livro. Foi uma grande chance de eu refletir sobre tudo que já fiz”, diz. ■

Oxigênio brasileiro

Cinema Karim Aïnouz estreia em Berlim seu segundo filme falado em inglês, ‘Rosebush Pruning’. Por *Elaine Guerini*, para o Valor, de Berlim

Isolada na Catalunha, uma das regiões mais ricas da Espanha, uma família americana desfruta de sua fortuna enquanto perpetua uma dinâmica tóxica. Só pela sinopse, não dá para imaginar a conexão com o Brasil da sátira sombria “Rosebush Pruning”, falada em inglês e estrelada por Callum Turner, Elle Fanning, Riley Keough, Jamie Bell e Pamela Anderson.

Por trás das câmeras, no entanto, quem comandou o set desse candidato ao Urso de Ouro da 76ª edição da Berlinale, inaugurada nesta quinta, dia 12, foi o cearense Karim Aïnouz. Tudo foi filtrado pelo olhar do diretor, que costuma imprimir uma sensibilidade única em seus filmes, com foco na resiliência de personagens invisíveis, oprimidos e marginalizados.

“O brasileiro está levando oxigênio ao cinema mundial, que estava um pouco sufocado, com uma tendência à repetição”, afirma Aïnouz ao **Valor**, comentando o momento histórico de projeção global de filmes brasileiros.

Um ano após a conquista inédita do Oscar de melhor filme internacional por “Ainda Estou Aqui” (2024), “O Agente Secreto” disputa quatro prêmios da Academia em março. Ele está na briga de melhor filme, filme internacional, direção de elenco e ator, com Wagner Moura.

O baiano que se tornou o rosto do cinema nacional já foi dirigido por Aïnouz. A dupla filmou “Praia do Futuro” (2014), outro candidato verde-amarelo ao Urso de Berlim, cidade que o cineasta nasceu em Fortaleza adotou nos anos 2000.

“Quem diria que depois da nossa parceria em ‘Praia do Futuro’ estaríamos neste ano de celebração, com Wagner tendo o seu talento gigante reconhecido”, diz Aïnouz, que completou 60 anos no mês passado.

“O cinema que fazemos é muito menos calculado. E como atingimos uma fase de maturidade, robustez e ebulição, é natural estarmos impactando o mundo. Isso se traduz no jeito de Wagner atuar e no jeito de Afonso Gonçalves [montador de ‘Hamnet: A Vida Antes de Hamlet’] e de Adolpho Veloso [indicado ao Oscar de melhor fotografia por ‘Sonhos de Trem’] filmarem”, destaca o cineasta.

O mesmo vale para a ótica humanista de Aïnouz, que se manifesta sobretudo nas relações dos seus personagens em cena, quase sempre trazendo à tona tanto o melhor quanto o pior de cada um. Explorar a condição humana é algo que não muda, independentemente do idioma falado no set de filmagem.

Em termos de inspiração, Aïnouz bebeu em uma fonte clássica para rodar “Rosebush Pruning”, uma coprodução de Espanha, Itália, Alemanha e Reino Unido orçada em US\$ 11 milhões. Não se trata de um remake, mas alguns elementos são emprestados de “De Punhos Cerrados”, rodado em 1965. O longa de estreia do italiano Marco Bellocchio scandalizou o público da época com uma família abastada degenerada, onde os mais frágeis são eliminados, em prol dos “sãos”.

E como “Rosebush Pruning” se encaixa no imaginário cinematográfico de Aïnouz, um habitué há mais de 20 anos dos maiores festivais do mundo? “Sempre tive minha familiaridade com personagens femininos. E depois de ‘A Vida Invisível de Eurídice Gusmão’ [2019], fiquei ainda mais interessado em fazer uma anatomia dos tipos masculinos venenosos com quem elas convivem”, conta o diretor, vencedor da mostra Un Certain Regard de Cannes com esse retrato da frustração das mulheres na sociedade patriarcal dos anos 50.



‘Rosebush Pruning’ foi construído e escrito em torno de um patriarca tóxico, interpretado por Tracy Letts

“O drama histórico ‘Firebrand’ [2023], filmado logo depois, gira em torno de um monstro, o rei Henrique VIII”, recorda o diretor. Com “Firebrand” ele concorreu à Palma de Ouro de Cannes mostrando como Catarina Parr, a sexta e última mulher do monarca inglês, conseguiu sobreviver ao casamento com um sujeito de comportamento tão cruel.

Na sequência, veio o thriller erótico “Motel Destino” (2024), colocando Aïnouz, mais uma vez, na briga pela Palma de Ouro do festival francês. “E com mais uma figura masculina absolutamente nociva”, afirma o diretor, referindo-se a Elias, o dono de um motel de beira de estrada no Ceará. A presença de um fugitivo, que passa a se esconder no local, revela as cicatrizes da esposa de Elias, sufocada tanto pelo marido abusivo quanto pela mentalidade machista.

“Toda essa trajetória é um reflexo da minha vontade de criticar a família tradicional, o que respingou no novo projeto, ‘Rosebush Pruning’, que foi construído e escrito em torno de um

patriarca tóxico”, conta Aïnouz, responsável por outras histórias de mulheres com os sonhos destruídos por seus pais, maridos ou namorados.

Outro exemplo foi “O Abismo Pra-teado” (2011), projetado na Quinzena dos Cineastas de Cannes, sobre o choque de uma mulher abandonada pelo marido, por mensagem no celular. Antes disso, o diretor já tinha feito “O Céu de Suely” (2006), selecionado para a mostra Orizzonti de Veneza e protagonizado por uma jovem que espera em vão a volta do pai do seu filho, recém-nascido.

Seguindo com a proposta de entender mais sobre a condição feminina, Aïnouz tirou de cena a impotente mãe cega, que era o personagem mais velho da família em “De Punhos Cerrados”. Em seu lugar, entra o pai (também cego), como uma figura que contamina todas as relações em “Rosebush Pruning” — com sessão de gala no Berlinale Palast, o epicentro do festival alemão, neste sábado, dia 14.

Interpretado por Tracy Letts, o patriarca cego chega ao ponto de pedir, durante um almoço, uma descrição física de Martha (Elle Fanning), presente à mesa, incluindo o tamanho dos seus seios. Ela é a namorada do primogênito, Jack (Jamie Bell), que, ao anunciar a decisão de deixar a mansão para viver com o seu amor, instiga a discórdia na família, também formada pelos irmãos Ed (Callum Turner), Anna (Riley Keough) e Robert (Lukas Gage), que é epilético.

Enquanto medidas drásticas são tomadas, para quebrar o círculo de abuso doméstico, o passado vem à tona, revelando um segredo sobre a morte da mãe (Pamela Anderson). “Não é um filme necessariamente explosivo, mas polêmico, ao tocar em questões do nosso tempo. Além da masculinidade tóxica, falo de privilégio, já que a acumulação de renda no mundo é assustadora”, comenta o diretor, lidando aqui com roteiro do grego Efthimis Filippou. Ele é mais conhecido por coescrever comédias de humor ácido como “Tipos de Gentileza” (2024) e “O Lagosta” (2015), com Yorgos Lanthimos.

“A sátira é algo novo para mim, mas ela se encaixou no que eu queria fazer, de maneira intuitiva”, conta Aïnouz, que buscava a “temperatura de uma primeira obra” desta vez, embora já tenha rodado mais de dez longas.

“É a minha visão de um filme feito um ano antes de eu nascer, adaptado para o absurdo dos dias de hoje”, diz ele, rindo. E por que o título “Rosebush Pruning” (Poda de Roseiras)? “Ele aponta uma delicadeza que vai contrastar com a densidade da história.” ■

É Tudo Verdade

Adeus a Silvio Da-Rin



Amir Labaki

‘O documentário é um domínio do cinema inesgotável, talvez aquele com maior potencial criativo’, dizia o cineasta que nos deixou

O ano iniciou-se, e janeiro se encerrou, já com uma primeira despedida cruelíssima para o cinema brasileiro, partindo Silvio Da-Rin (1949-2026). Líder cineclubista na juventude e secretário do Audiovisual na maturidade (segunda Presidência Lula), técnico de som atívisimo por duas décadas (anos 1980 e 1990) e raro documentarista exclusivo por quase meio século, com produção tão rigorosa quanto infelizmente sucinta (menos de dez títulos), Da-Rin não veio à vida a passeio, como a intensidade de sua presença anunciava sempre.

Sua militância, no melhor sentido do termo, foi cinematográfica como política, engajado na resistência durante os anos de chumbo da ditadura militar (1964-1985), à qual dedicou títulos inescapáveis de sua obra fílmica. Também teórica foi a excepcional contribuição de Da-Rin, sintetizada em sua dissertação de mestrado tornada livro, “Espelho partido - Tradição e transformação do documentário” (Azougue Editorial, 2004), pioneiro estudo brasileiro da história do cinema não ficcional e de momentos áureos de sua inovação por aqui (Arthur Omar, Eduardo Coutinho, Jorge Furtado).

Mesmo antes de desenvolver uma das mais bem-sucedidas carreiras nacionais como técnico de som, Silvio já em 1979 anunciava seu talento como cineasta do real com o curta documental “Fênix”, um desbravador ensaio de arquivo que ligava dois momentos de movimentação popular contra a repressão do regime militar. Com depoimentos pontuais, o projeto original de um documentário sobre o tropicalismo se tornou uma original reflexão conectando os protestos populares reprimidos entre 1964 e 1968 e as greves operárias de 1978-80.

“O processo foi intuitivo”, afirmou-me Da-Rin numa entrevista biográfica para a série “Cineastas do Real” no Canal Brasil em 2021 (disponível no Globoplay e em podcast). “Chamo o filme de um cine-almanaque. É real-



Silvio Da-Rin deixou uma produção tão rigorosa quanto infelizmente sucinta

mente um documentário ensaístico e o filme que eu gosto mais dos que fiz.”

Seu curta-metragem seguinte foi catalisado pela leitura de uma reportagem no Jornal do Brasil. Em “O Príncipe de Fogo” (1984), Da-Rin reconstituiu a trágica história do então mais antigo preso no país, o assassino Febrônio Índio do Brasil, recluso havia mais de meio século no manicomio judiciário.

Em “Igreja da Libertação” (1985), seu primeiro média-metragem, o documentarista retratava à quente a batalha da ala mais progressista da Igreja Católica brasileira contra as pressões ortodoxas do Vaticano. Destaca-se a preocupação em investigá-la em seus vários ramos — agrário, operário, indigenista —, com a participação entre outros de Frei Betto, Dom Pedro Casaldáliga, Marcelo Carvalheira e mesmo do teólogo Leonardo Boff, então submetido a um voto de silêncio. A posteriori, Da-

Rin manifestaria insatisfação por não ter abordado também o movimento em suas bases.

Quase duas décadas passaram-se até sua estreia em longa-metragem, naquela que talvez seja sua realização mais marcante. “Hércules 56” (2005) reconstituiu um dos episódios centrais da luta armada contra a ditadura, o sequestro em setembro de 1969 do embaixador dos EUA Charles Burke Elbrick, e o destino dos presos políticos libertados pela ação. “Foi uma marca muito profunda na minha geração”, frisou Da-Rin.

“Paralelo 10” (2012) também trabalha na reconstituição presente da história. É um “river-movie” que nos leva à região oeste do Acre, na fronteira com o Peru. O filme acompanha a longa batalha do sertanista José Carlos Meirelles, ao lado do antropólogo Terri Aquino, em defesa de indígenas isolados e de já contatados,

contra posseiros e traficantes que lhes disputam as terras.

Seu filme de despedida, contou Da-Rin, “demorei décadas para fazer”. “Missão 115” (2018) prosseguia sua investigação histórica do período militar, radiografando o terrorismo de extrema direita que se opôs à redemocratização, em atentados como o fracassado ao Riocentro em abril de 1981. Quando de sua estreia, as consequências da impunidade já se faziam ver no arregar de dentes de ascendentes forças autoritárias.

Ao perguntar-lhe sobre o mais importante documentário da história do cinema, ele não hesitou: “O Homem da Câmera” (1929), de Dziga Vírtov. “É inesgotável, de uma riqueza extraordinária. (...) Um filme que traz a questão da autorreflexibilidade, traz um conjunto enorme de formas de abordagem, de vertentes que seriam sucessivamente retomadas pela filmografia documental mundial.”

Tampouco piscou quanto ao título nacional mais marcante: “Cabra Marcado para Morrer” (1984), de Eduardo Coutinho. “Um filme magnífico, que trabalha dispositivos novos de modo extremamente criativo. (...) Um filme que reflete como nenhum outro a transformação que o Brasil sofreu ou deixou de sofrer com o golpe de 1964.”

“O documentário é um domínio do cinema inesgotável, talvez aquele com maior potencial criativo”, sustentava Da-Rin. “Tem uma interface com a vanguarda, com o cinema experimental, com o cinema ensaístico. Desenvolve formas sempre renovadas de como contar histórias.” Prosseguir honrando a tão bela definição é o mínimo que se deve em homenagem ao legado de Silvio Da-Rin.

Amir Labaki é diretor-fundador do É Tudo Verdade — Festival Internacional de Documentários.

E-mail: labaki@etudoverdade.com.br
Site do festival: www.etudoverdade.com.br ■

EU & LIVROS

A voz poética de Leonilson

Transcrição de diários gravados revela uma delicadeza extrema. Por *Ubiratan Brasil*, para o Valor, de São Paulo



Leonilson: Diários de uma voz
Org.: João Anzanello Carrascoza
Projeto Leonilson
R\$ 100

“Tem tanta coisa pra fazer. Tenho tanto trabalho na cabeça que eu quero executar, tem tanta gente que eu quero deixar feliz, tem tanta coisa pra aprender. As pessoas...” Termina assim, com um lamento de urgência, a última gravação deixada em uma fita cassete pelo artista cearense José Leonilson, conhecido por sua originalidade e pela coragem de expor sua vida pessoal nos trabalhos.

As palavras foram gravadas em 11 de janeiro de 1993 e, quatro meses depois, Leonilson morreu de complicações da aids. Faltavam dois meses para completar 36 anos. Nos últimos três anos de vida, o artista gravou uma série de depoimentos em 19 cassetes com confidências sobre o trabalho e a vida pessoal.

Nelas notamos, sobretudo nas primeiras, o espírito jovem do artista vice-jante, a sua alegria com as viagens internacionais, as exposições e os prêmios, mas, nas últimas, já doente, ainda que esperançoso de que pudesse se curar, a ênfase de suas enunciações se dirige para a esfera dos sentimentos, da vida interior profunda e das aflições existenciais”, diz o escritor João Anzanello Carrascoza, responsável pela seleção e organização do livro “Leonilson: Diários de uma voz-trechos transcritos”, lançado pelo Projeto Leonilson, que cuida da gestão dos direitos autorais e morais do artista e cujo site (www.projetoleonilson.com.br) é o caminho para se adquirir a obra.



Leonilson diz em suas gravações que “gostaria de saber escrever, juntar frases para formar um livro”. Suas gravações agora formam um

As fitas foram deixadas com o galerista Eduardo Brandão, com quem ele dividia uma moradia. Em uma delas, Leonilson fala sobre o desejo de gravar pensamentos que formariam um livro.

“Mas eu acabo gravando todas as besteiras que penso durante o dia”, lamenta-se. “Eu gostaria de saber escrever, juntar frases para formar um livro. As palavras que junto e faço frases nos trabalhos são palavras amorosas.”

Por trás de uma voz calma, percebe-se uma contagem regressiva ao longo dos depoimentos. Leonilson aprendeu a bordar com a mãe, Carmem, recorrendo à técnica artesanal para realizar obras que, a despeito dos temas densos (como os efeitos da devastação da aids e o sofrimento de sua geração), são de uma delicadeza extrema.

“Há em toda a sua carreira uma alternância entre a produção solar e a noturna, com dominância dessa em sua fase final”, diz Carrascoza.

No livro, o organizador deixou trechos de fora, especialmente os que envolviam pessoas que não autorizaram a publicação de seus nomes. Muitos relatavam relações amorosas — homossexual, Leonilson descreveu suas aventuras, especialmente em saunas e em locais inusitados como o banheiro de um avião. Acontecida ali, sua relação

com Ethan, um homem “de olhos profundos” e “boca linda”, está presente.

Carrascoza dividiu o livro em seis cadernos temáticos, acoplados dentro de uma estrutura de acrílico e com o conteúdo organizado em ordem cronológica, priorizando as partes que tratavam dos assuntos mais recorrentes, quando não até obsessivos. Pessoas surgem com seus nomes reais ou são identificadas pelos apelidos criados pelo artista — Adriano Pedrosa, hoje diretor artístico do Masp, por exemplo, é identificado como “Al”.

Próximo dos artistas da Geração 80, Leonilson desenvolveu um parentesco artístico com Arthur Bispo do Rosário, especialmente por causa dos bordados e das referências autobiográficas na obra, além de Lygia Clark, Louise Bourgeois e Eva Hesse.

“Lenilson surge nos 1980, quando as denominações já não territorializavam os gêneros artísticos. Glauber Rocha dizia que Fellini era o maior pintor móvel do século XX. Assim também vejo Leonilson como um poeta de raiz verbo-visual. A sua arte está eivada não só de palavras, mas igualmente de um olhar epifânico que irrompe com maior frequência no domínio da poesia”, diz Carrascoza.

A descoberta de ser portador do vírus colocou-o entre os raros artistas que não evitaram a morte como tema, como Ibe-

rê Camargo e Farnese de Andrade. Segundo Carrascoza, o tema da finitude, especialmente para quem ainda era jovem, explode nas obras de Leonilson quando ele se descobre soropositivo.

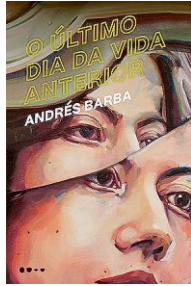
“Os seus últimos registros me remetem, no tom de alta sensibilidade, ao livro do cubano Reinaldo Arenas, ‘Antes que anoiteça’. Leonilson, apesar de enfraquecido pela doença, seguia à risca o tratamento de então, tinha desejo e esperança de se curar, e se lançava ao trabalho, com a máxima dedicação possível, consciente de que a noite maior se acercava.”

A obra de Leonilson alcançou a consagração antes mesmo de sua morte e, depois dela, há quase 33 anos, o Projeto Leonilson aponta que cerca de 650 exposições e 400 eventos foram realizados pelo mundo afora. E um catálogo raisonné (publicação que lista todas as obras conhecidas de um artista) reuniu, em três volumes, cerca de 3.400 trabalhos.

“Nas primeiras obras de Leonilson, já estava presente um traço incômodo, uma vez que revelam suas inquietações pessoais mas também sociais, suas críticas à cena artística da época, à desigualdade e à injustiça. Mas, em seus últimos anos, temáticas como dor, solidão, doença e morte ganham maior relevância e assumem o protagonismo.”

Fantasma de carne e osso

Uma fábula do espanhol Andrés Barba. Por *Fedra Rodríguez*, para o Valor, do Rio



O último dia da vida anterior
Andrés Barba
Trad.: Fabiane Secches
Todavia
120 págs., R\$ 72,90

A literatura hispânica dialoga com a fantasmagoria e com o realismo insólito desde o século passado. Nas últimas décadas, contudo, por meio de um processo contínuo de metamorfose, esse diálogo tem se intensificado, ganhando força no mercado editorial, com autores como Andrés Barba, e consolidando-se como um dos gêneros contemporâneos mais valorizados, inclusive pela crítica especializada.

Esse eterno retorno ao onírico e ao assombroso parece responder a uma realidade que já não se organiza segundo parâmetros estáveis: uma realidade mediada pela virtualidade, fragmentada em múltiplas camadas de presença e ausência, em que sujeitos se veem atravessados por outras formas de linguagem e novas pulsões. As diferenças geracionais, exacerbadas pelas tecnologias do século XXI, instauram regimes de tempo e de memória incompatíveis entre si, gerando colisões, fragmentações e polaridades.

Não é fortuito que duas regiões se des-

taquem pela prolífica produção de obras no âmbito do sobrenatural. A Espanha mantém uma relação ainda não elaborada com o franquismo, um trauma histórico que retorna como ameaça de repetição, mas também como restos mnêmicos que insistem em colocar em xeque movimentos coletivos e individuais.

Na América Latina, igualmente atravessada por regimes ditatoriais, o fantástico serve como recurso que dá forma ao indizível: os ecos da violência estatal, as infâncias interrompidas, as perdas sem luto, os amigos e inimigos que habitam a zona ambígua entre real e imaginário.

O bizarro deixa de ser um mero recurso estético e passa a operar como figura do sintoma: aquilo que não pôde ser simbolizado retorna e reinscreve, na literatura, os impasses do sujeito e da cultura. Escritoras e escritores como Samanta Schweblin, Mariana Enríquez, Emilio Bueso, Álvaro Bisama e Laura Alcoba destacam-se como herdeiros de um realismo fantástico de matriz latino-americana que adquiriu configurações singulares no cenário espanhol.

A esse conjunto soma-se o madrilenho Andrés Barba, que desde 2001, quando figurou entre os finalistas do Prêmio Herralde, vem consolidando seu nome. Radicado na Argentina, Barba declara-se um atento leitor da tradição fantástica local, herdeira do legado de Jorge Luis Borges, e sustenta que, para compreender o mundo contemporâneo, a fábula é mais eficaz do que o registro documental.

No Brasil, o autor estreou em 2018 com “República luminosa” (Todavía), romance que aborda a infância como um território de mistério capaz de iluminar as complexidades da vida adulta. Agora, a mesma editora apresenta aos brasileiros o romance “O último dia da vida anterior”.

Também atravessado pela temática da infância, o livro é estruturado em duas partes, sendo a segunda uma espécie de epílogo que busca lançar luz sobre questões deixadas em suspenso na primeira. Com um narrador onisciente, a história acompanha a vida de uma corretora de imóveis envolvida em relações pessoais intrincadas, passadas e presentes. Um dos imóveis que tenta vender transforma-se no cenário de um mergulho no inconsciente, realizado na companhia de um misterioso menino.

As repetições constantes de situações, frases e imagens desenham uma espiral que frequentemente lança o leitor em vertigem, compelido a conectar elementos e a compreender até onde a reincidência — em eco — das ações voluntárias e involuntárias de personagens sem nome pode, ou deseja, chegar.

No entanto, Barba por vezes extrapola na fragmentação como exercício de radicalidade ou profundidade, escorregando em metáforas e figuras de linguagem que parecem operar apenas como ornamentos cognitivos, escoando pelo olho do furacão de eventos reiterados.

Cabe questionar se o uso recorrente de silêncios ambíguos e de aforismos quase “instagramáveis” não acaba por nos confundir, passando a adquirir um valor literário e estético maior do que aquele que efetivamente sustenta.

Retomando as palavras de César Aira no ensaio “Sobre a arte contemporânea”: para que algo seja arte, é necessário que crie valores novos e não seja considerado “bom”. Em outras palavras, uma obra precisa remexer estruturas, desalinhar certezas, produzir revolta e encantamento, questionar existências, antecipar destinos e destruir egos, afastando-se da zona morna em que muitas obras contemporâneas aclamadas parecem ter se acomodado como se fosse um clima natural.

O romance de Barba apresenta uma estrutura promissora e mobiliza temas relevantes como a indeterminação do tempo, a criação ferida que persiste na vida adulta e o jogo de espelhos. Contudo, o excesso de elaboração linguística acaba por diluir a consistência dos personagens, produzindo um efeito de ocultamento em vez de aprofundamento. A experiência interior, nesse sentido, exige menos ostentação verbal e mais afastamento de axiomas: seu limite extremo deve se manter longe de um acúmulo de palavras tomadas como ápice expressivo.

A narrativa não parece responder a uma pergunta que é (ou deveria ser) fundamental a toda obra literária: o que este texto torna impossível depois de lido? Ainda assim, como ocorre com qualquer obra, é o leitor quem detém a chave e a decisão de comprar ou não esta casa.

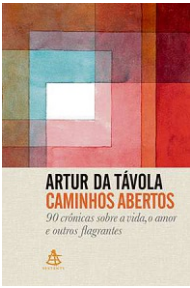
Fedra Rodríguez é tradutora, crítica de arte e escritora

Lançamentos



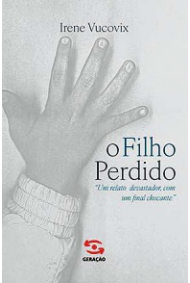
A solidão das aranhas
Diogo Bercito
Companhia das Letras
160 págs., R\$ 79,90

Neste romance lírico sobre as teias da cumplicidade, Gabriel, que desde pequeno tinha medo de perder os pais, um dia recebe a notícia de que eles se foram. Com isso, ele volta ao povoado natal de São Jorge do Pomar e conhece o jovem cientista Domingos, que coleciona aranhas e também sofreu com recentes perdas. Eles desenvolvem uma intimidade enquanto procuram nas terras do sítio verdades na natureza. O autor, Diogo Bercito, é jornalista, escritor e historiador. Já publicou “Brimos à mesa”, “Vou sumir quando a vela se apagar” e é autor do roteiro da graphic novel “Rasga-mortilhas”, indicada ao Prêmio Jabuti 2017.



Caminhos abertos
Artur da Távola
Sextante
288 págs., R\$ 69,90

Com 90 textos publicados entre 1970 e 2005, esta homenagem aos 90 anos que o cronista carioca Artur da Távola (1936-2008) completaria neste ano é um convite para novos leitores. Comunicador, escritor e deputado, ele amava rádio, TV, esportes, música e a política. Cassado após o golpe militar, Távola encontrou na crônica um terreno fértil para tratar de diversos assuntos. Para Fernanda Montenegro, ele “foi um homem de imensa dimensão na cultura brasileira”; segundo Paulo Coelho, Artur da Távola “era um amigo em qualquer circunstância. Sempre me ajudou quando precisei. Como se diz em inglês, a man for all seasons”.



O filho perdido
Irene Vucovix
Geração
256 págs., R\$ 84,00

Em seu livro de estreia, Irene Vucovix trata da trágica relação de uma mãe com o filho psicopata. O relato inclui da receptação de drogas à falsidade ideológica, roubo, furto e a espiral destrutiva do vício. A obra acompanha os acontecimentos, a decomposição do filho e o drama da genitora. Formada na USP, nos anos 70, Vucovix fez carreira no jornalismo. Repórter da Editora Abril e do Estadão, ela dirigiu uma agência de comunicação. Em 2023 seu conto “Retalhos” foi selecionado para o Prêmio Arte e Literatura USP60+. Em 2024, o conto “Senhora dos solitários” foi um dos dez escolhidos pela Sinete para a antologia “Quem, onde e adeus”.



Teorema
Pier Paolo Pasolini
Cosac
296 págs., R\$ 119,00

“Teorema” começou a ser escrito em 1966 como drama teatral, simultaneamente às seis tragédias que marcam a maturidade de Pier Paolo Pasolini (1922-1975). Para expressar com mais clareza seu conteúdo, ele transformou a peça num texto-colagem de gêneros (prosa, poesia, fábula e relatório), resultando em 48 seções, “enunciados” de uma espécie de equação, teorema. Nele, expõe a dissolução de um núcleo familiar da alta burguesia milanesa nos anos 60, após a chegada de um jovem e belo hóspede. Ele irá provocar transformações nos integrantes da família. Em 1968, o livro virou filme com Terence Stamp, Silvana Mangano e Laura Betti. ■

Um relato de viagem peculiar

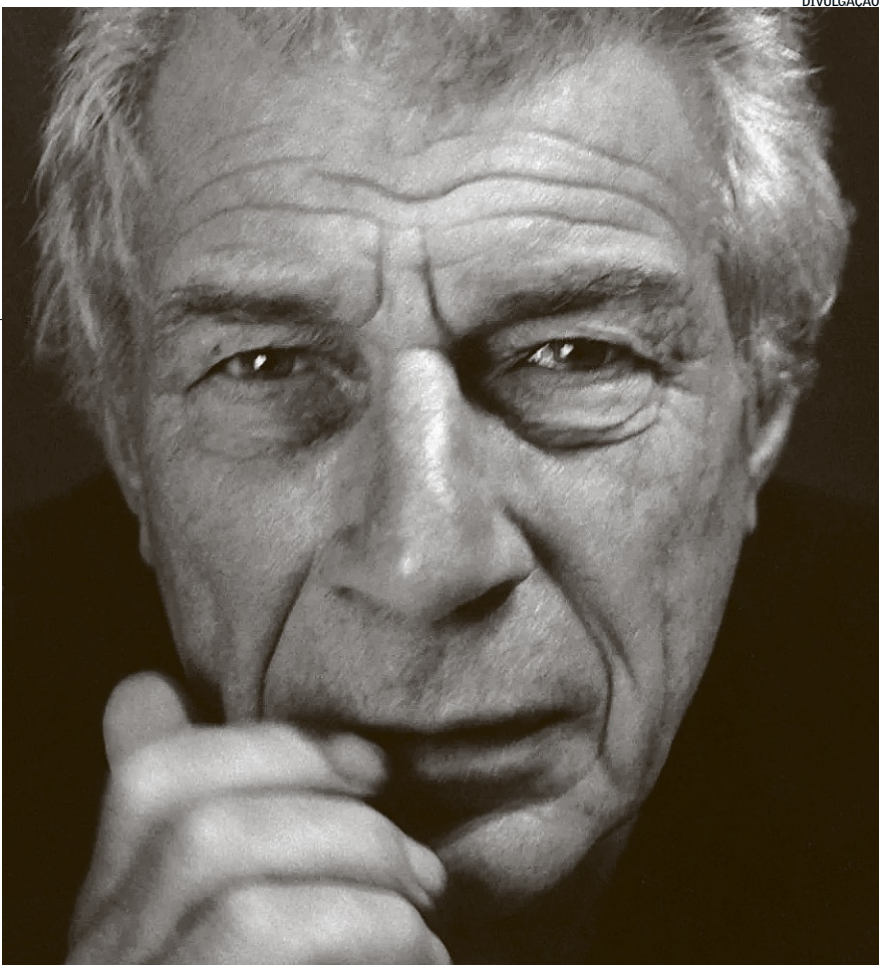
John Berger mistura autobiografia e análise artística em livro que retrata Bolonha. Por Kelvin Falcão Klein, para o Valor, do Rio



O toldo vermelho de Bolonha
John Berger
Trad.: Samuel Titan
Jr. Editora 34
112 págs., R\$ 58,00

John Berger (1926-2017) foi um escritor versátil e sofisticado: publicou uma série de romances, entre os quais “Aqui nos encontramos”, “Bandeira e Lilás” e “G.” (vencedor do Prêmio Booker em 1972), escreveu peças de teatro e roteiros de cinema, além de sedimentar sua posição como um dos ensaístas de língua inglesa mais interessantes das últimas décadas, com livros como “Modos de ver”, “Por que olhar para os

animais?” e “Para entender uma fotografia”, todos já publicados no Brasil. “O toldo vermelho de Bolonha” é uma novela que consegue reunir e condensar os principais traços da poética de Berger. Narrado na primeira pessoa, o texto articula elementos de ficção e autobiografia dentro de uma moldura que é, em grande medida, aquela do ensaio e do relato de viagem: “Na Piazza Maggiore, alguns degraus levam à fachada leste da basílica de San Petronio, construída com tijolos, como tantos edifícios históricos de Bolonha. Faz séculos que as pessoas sentam-se nesses degraus para espiar o que acontece na praça e notar as mínimas diferenças entre ontem e hoje. Estou sentado nesses mesmos degraus”. Tudo começa com a evocação de um tio querido e excêntrico (como existem tantos na literatura inglesa) que instila no jovem Berger o gosto pelas viagens. “Viajava rumo ao sul para estudar história e rumo ao norte (que ele preferia) para estar próximo da natureza.” A partir da construção desse personagem — pela via da evocação da infância e do início da juventude —, surge a principal presença do relato: a cidade italiana de Bolonha, com sua solidez, sua cor característica, suas arcadas e sua longa tradição de resistência ao fascismo, elementos que Berger revisita de forma criativa e imaginativa em sua história. Ao visitar a cidade, Berger reencontra o tio, ainda que seja apenas seu “fantasma”, sua voz, sua presença fugidia no fundo da memória (“Muito do que o meu Tio lia tinha a ver com a próxima viagem que planejava fazer ou com a última que tinha feito”).



Versátil e sofisticado, John Berger leva ao gênero do relato de viagem sua abordagem singular

Caminhar por Bolonha, contudo, é também reencontrar algo de seu, algo que diz respeito à sua subjetividade, sua visão de mundo: “Todas as janelas que vejo ao passar têm toldos, e todos são da mesma cor. Vermelho. Muitos estão desbotados, alguns são novos, mas são sempre as versões velha e jovem da mesma cor”. Por meio da caminhada pela cidade, pela observação de seus detalhes e sua dinâmica, Berger revisita o próprio passado e, mais importante, sua postura diante do mundo — um indivíduo que é, antes de tudo, poroso e curioso, ou seja, aberto às descobertas e às transformações. O detalhe dos toldos se transforma em uma metáfora para a criação literária, que lida precisamente com o ajuste da

exposição, com os conflitos entre o interno (a personalidade, os sentimentos) e o externo (a sociedade, a história, os contextos). “O vermelho” dos toldos, escreve Berger, “não é de argila nem de terracota, é um vermelho tingido. Lá dentro, há corpos e seus segredos, que não são segredos quando estão lá dentro”. Esse pedaço de linho vermelho marca uma espécie de fronteira, o limite entre o doméstico e o público que Berger explora desde as primeiras linhas do relato, quando evoca sua casa, sua família, seus parentes. “Quero comprar um corte desse linho vermelho”, ele escreve, e assim “poderei senti-lo, amassá-lo, estendê-lo, erguê-lo contra a luz do sol, pendurá-lo, dobrá-lo, sonhar com o que há lá dentro”.

Outros Escritos

A estranha de si



Tatiana Salem Levy
A história vivida de Clarice Fortunato e como a escrita de si é sempre a escrita de outro

Sento-me de frente para o computador e não consigo escrever. Lembrome de quando era adolescente e precisava escrever uma redação para a escola, mas o texto não saía. A capacidade de sentar e começar a escrever com naturalidade requer anos de experiência, vem com o tempo. Não costumo demorar para escrever a primeira linha dos textos para este espaço, mas desta vez, confesso, não sei como escrever sobre o livro que acabo de ler. Mas sei que preciso e quero fazê-lo. “Da vida nas ruas ao teto dos livros” (Pallas), de Clarice Fortunato, é o livro que me deixou neste estado. Sabe quando você ouve uma história tão impactante que você fica sem saber o que dizer, ao mesmo tempo em que mil coisas remexem por dentro? Talvez eu pudesse, para começar, resumir em poucas linhas a história impossível de resumir de Clarice: filha de um homem negro e de uma mulher branca de olhos azuis, Clarice passou a primeira infância numa fazenda no estado do Paraná, para onde os pais foram quando fugiram de Vitória da Conquista, na Bahia. Como se pode imaginar, a família da mãe não aceitava o casamento com um homem negro. Além disso, aos 14 anos, ela foi prometida a um homem de 45 anos como pagamento de uma dívida do pai. Ao chegar na fazenda, onde trabalhou até o seu desaparecimento — provavelmente um assassinato, nunca comprovado —, o pai de Clarice mantinha a mãe presa em casa, espécie de cárcere privado. Juntos, tiveram 17 filhos, mas só 11 sobreviveram. Clarice era a mais nova e foi a única que permaneceu com a mãe quando foram expulsos da fazenda, após a morte do pai. As irmãs tiveram que arranjar maridos, enquanto os meninos foram para a casa dos padrinhos. Ela tinha apenas 7 anos quando de repente se viu mendiga, morando sozinha na rua com a mãe. Passou frio, fome, viveu sem qualquer condição de higiene, sem cama, sem nada, durante três anos. Para completar, a mãe levou um soco no olho do companheiro e ficou cega. A menina se tornou sua guia, sua protetora pelas ruas, onde a mãe tinha que se submeter constantemente a favores sexuais em troca de alguma comida. Eu disse que seriam poucas linhas, mas é difícil. Depois disso, elas foram acolhidas pela segurança social, mas as tragédias não acabavam e, mesmo cega, a mãe continuava a apanhar do companheiro. Em seguida, foram le-



vadas por uma das irmãs, que, por sua vez, espancava Clarice, sobretudo depois da morte da mãe, ocorrida quando ela tinha dez anos. Enquanto a vida se desenrolava de forma cada vez mais trágica, Clarice não se desfazia da sua imaginação. Diz ela: “Adotei esse mecanismo lúdico a fim de me conectar com esse lugar quimérico: sonhava outra Clarice. (...) O ‘eu’ imaginário: uma menina alegre, uniforme e tênis limpos, a cuidar dos deveres escolares, depois da chegada do colégio. Era uma forma de ausentar-me da realidade”. É impressionante que essa Clarice imaginária tenha se tornado real. É ela quem escreve sobre a outra Clarice, aquela que um dia ela foi, de quem guarda marcas indeléveis. “Olho o passado e vejo uma estranha”, diz a narradora, antes de continuar: “aliás, várias versões de mim mesma. Sou a menina que desmaiou sem ter o que comer? Que tremia o corpo esquelético de frio e medo na noite escura? Sim, sou eu. Tenho no corpo as marcas e, na alma, a dor. Ao olhar as cicatrizes, regresso, como Ulisses, da Odisseia, reconhecido por sua ama graças a uma cicatriz, e vejo a garotinha em mim”. A narrativa se constrói a partir dessas cicatrizes, um percurso pela menina que ainda existe nas marcas e que, quando Clarice estava fazendo parte do doutorado na Inglaterra, exigiu ser contada — como se, debru-

çada sobre sua pesquisa, Clarice não pudesse escrever sobre o outro sem antes contar a outra que ela foi. Foi então que decidi fazer da escrita de si a sua tese de doutorado. E aqui temos duas quebras de paradigma: a da instituição universitária, que requer teses num formato acadêmico, e a da literatura, que não costuma ser narrada por quem viveu na rua. Daí o desconcerto. O celebrado escritor Édouard Louis acaba de lançar um livro na França resultado de entrevistas com a crítica literária Mary Kairidi, cujo título é “O que fazer da literatura?”. Louis é hoje um dos grandes nomes da escrita de si, tendo narrado suas relações familiares, sua condição de pobreza na infância e o estupro pelo qual passou. Quando se pergunta “O que fazer da literatura?”, ele está justamente questionando o que acontece quando aparecem textos e vozes que não faziam parte do cânone literário. A certa altura, ele afirma: “Eu gostaria de esboçar a possibilidade de uma outra voz, de uma outra estética, a da emoção, da política, do teórico, do explícito”. Mais para frente, ele faz uma crítica muito lúcida à teoria de Gilles Deleuze, que defendia a ideia de que a literatura não podia ser uma história íntima, privada, pois a literatura ultrapassa a pessoa que narra. Por um lado, as escritas de si estão aí para ocupar a história literária e dizer que

são, sim, literatura. Por outro lado, parece-me que Deleuze tem razão quando diz que a literatura ultrapassa a pessoa, e isso não contradiz, de forma alguma, a defesa da autobiografia, engendrada por Louis. Ultrapassa no sentido em que é outra coisa: o sujeito que escreve é e não é o sujeito da escrita. Voltando ao livro de Clarice, podemos nos perguntar o que acontece com a literatura quando uma menina negra, pobre, que viveu na rua, agora uma mulher, doutora, escreve a sua história? Impossível acreditar que não estamos diante de outra estética — e, sim, ao mesmo tempo política e emotiva. Clarice aborda explicitamente a sua condição porque acredita na sua abordagem como um gesto político. Ao mesmo tempo, as passagens do cuidado dela com a mãe cega, com a mãe doente, com a mãe morrendo são extremamente comovedores e qualquer um que tenha passado por algo parecido, a perda de alguém tão fundamental na sua existência, vai se emocionar. Clarice Fortunato resiste a confrontar o passado. Não escrever sobre ele, não revisitá-lo talvez fosse uma forma de evitá-lo. Afinal, ela agora é a Clarice imaginária, não a Clarice que passa fome e não pode estudar. Ela agora é a Clarice que perseverou, que, movida por um desejo insistente, estudou enquanto trabalhava como babá, enquanto trabalhava na casa de famílias, onde era frequentemente maltratada. Eu acho mesmo impressionante ler “Da vida nas ruas ao teto dos livros” e conhecer a história de Clarice, que é também, e muito infelizmente, a história de tantos brasileiros. Diante do livro de Clarice, fica difícil querer afirmar a superioridade da história inventada sobre a história vivida. Acho que ela resolve muito bem essa questão no contraponto entre a Clarice garotinha e a Clarice escritora. Uma é e não é a outra. Por mais que a história seja profundamente sua, é também a história de outra, que ela (re)encontra no papel. Acho que podemos dizer que, nesse sentido, a escrita de si é sempre a escrita de outro(a). Quem escreve é e não é o/a autor/a, assim como a mulher é e não é a garotinha.

Tatiana Salem Levy, escritora e pesquisadora da Universidade Nova de Lisboa, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: tatianalevy@gmail.com

Um olhar russo sobre a América Latina

Música Astro do piano Daniil Trifonov faz concerto e grava com Osesp para a Deutsche Grammophon. Por *Maria da Paz Trefaut*, para o Valor, de São Paulo

Um concerto com o russo Daniil Trifonov no piano e na regência movimentada a Sala São Paulo neste fim de semana de Carnaval. O pianista e compositor, de 34 anos, já foi descrito pela mídia internacional como “o maior virtuoso da música clássica na atualidade”.

O programa, com repertório dedicado à América Latina, interpretado por ele e pela Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, será gravado pela Deutsche Grammophon, a gravadora alemã que se tornou a mais prestigiada do segmento.

Em entrevista ao **Valor** por e-mail, Trifonov revelou que o projeto é muito empolgante para ele. “É a segunda parte da minha exploração da música das Américas. A primeira foi dedicada aos compositores norte-americanos, em vários estilos, do jazz à música contemporânea, e agora estou mergulhando no repertório latino-americano”, diz. Havia muito tempo que Trifonov queria estudar a música dessa região, principalmente por ser casado com uma dominicana.

Ele já esteve em São Paulo e no Rio várias vezes e espera tocar em mais cidades brasileiras no futuro. Seu primeiro contato com a música brasileira aconteceu quando ainda era estudante, por meio das obras de Villa-Lobos e das gravações de piano de Guiomar Novaes e Nelson Freire. “Tive a sorte de ouvir Nelson Freire ao vivo!”, exclama com entusiasmo.

Trifonov diz que “naturalmente co-

nhece e admira a música de Antonio Carlos Jobim como ouvinte e o impacto que ele teve no cenário musical, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo”. E que pensa no futuro, talvez, explorar mais seu legado.

Para os concertos que fará no Brasil, escolheu obras de compositores como Villa-Lobos, Camargo Guarnieri e Ary Barroso, e dos argentinos Alberto Ginastera e Osvaldo Golijov, entre outros. Duas obras do programa terão estreia mundial nesses dois concertos.

A primeira é “Cuadros del Sur”, de Golijov e do venezuelano Gonzalo Grau, um concerto para piano e orquestra baseado na “Paixão Segundo São Marcos” de Golijov. A segunda é uma versão inédita para piano e orquestra de “Aquarela do Brasil”, de Ary Barroso, também realizada por Grau. O hino brasileiro de Barroso será apresentado como um bis em homenagem e agradecimento ao público brasileiro.

Trifonov vive hoje a maior parte do tempo em Nova York e, ao falar sobre seus compositores favoritos, conta que muitos são russos. “Como sou russo e cresci nessa cultura, é natural ter uma ligação especial com compositores como Rachmaninov, Prokofiev, Tchaikovsky e Mussorgsky. Mas também amo a música de muitos compositores de outras partes do mundo.”

Ao definir seu estilo como pianista, tendo de um lado os mais tradicionais e, de outro, os mais “performáticos” e “pop stars”, diz considerar-se



Daniil Trifonov passou longas temporadas recentemente imerso na cultura latino-americana

um pianista clássico, embora ache que ainda existe muita música incrível que não é tão conhecida ou valorizada dentro do repertório clássico.

“Estou sempre tentando ampliar meu repertório. Os primeiros compositores que realmente me fascinaram foram Chopin e Scriabin, mas depois me apaixonei por muitos outros.” E acrescenta: “Eu nunca toco música que não goste de verdade”.

Ao comentar o projeto de Trifonov, o produtor da Deutsche Grammophon Misha Aster afirma: “Não se trata de uma abordagem enciclopédica, nem de representar uma história continental, mas de reunir obras com as

quais o pianista estabeleceu afinidade musical e estilística. Não é a história americana, é a história dele”.

Segundo o produtor, Trifonov passou longas temporadas recentemente imerso na cultura latino-americana. Durante a pandemia, viveu na República Dominicana e aprofundou o estudo do repertório clássico para piano da América do Sul e do Caribe.

Será a primeira vez que uma orquestra brasileira vai gravar um álbum para o selo alemão. Para o presidente da Fundação Osesp, Marcelo Lopes, é “uma coroação para uma geração de músicos a Osesp ser escolhida para uma gravação de um selo incontestá-

vel, que é o principal de música clássica no mundo”. O seu maior orgulho, diz, é que o convite partiu de Trifonov e da Deutsche Grammophon, “por entenderem que, em se tratando de música latino-americana, a Osesp é quem melhor representa o continente”.

O concerto será gravado por um grupo menor, de 16 instrumentistas, e não pela orquestra completa. A primeira parte é piano solo, um recital. Na segunda, serão duas peças com uma pequena orquestra e piano. Gonzalo Grau, que é percussionista, tocará com a Osesp nas gravações e também nos concertos, que marcam a pré-estreia da temporada 2026. ■



Consulte a classificação indicativa das atividades em:
SESCSP.ORG.BR →



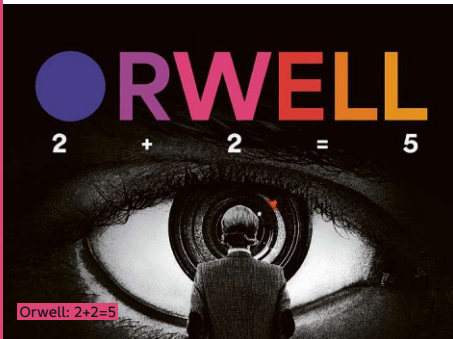
Ações para a Cidadania

» POMPEIA
Carnaval Amazônico
CORTEJO Com Mestre Ivamar Santos
15 e 17/2. Domingo e terça, 11h30 e 17h.

Cinema

» CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO
Figurinos no Cinema Nacional
DEBATE Com Nina Maria, Gabi Campos e Aline Canella
13/2. Sexta, 15h.

» CINESESC
Orwell: 2+2=5
Dir.: Raoul Peck | FRA | 2025
13/2. Sexta, 15h. 14 e 16/2. Sábado e segunda, 18h. 17/2. Terça, 20h30. 18/2. Quarta, 17h30.



Circo

» BOM RETIRO
Sampalhas
CORTEJO
15 e 17/2. Domingo e terça, 13h e 15h.

Pessoas Idosas

» CARMO
Anaí Rosa e Banda Chiquita Bacana
SHOW
13/2. Sexta, 17h30.

Dança

» VILA MARIANA
Cabeção Pelo Mundo, o Carnaval
ESPETÁCULO Com Maria Eugênia Tita
14 e 16/2. Sábado e segunda, 13h.

Exposição

» 24 DE MAIO
Hip-Hop 80'sp - São Paulo na Onda do Break 🎧 OC AD 🎧
Curadoria: OSGEMEOS, Rooneyoyo O Guardião, KL Jay, Thaíde, Sharylaine, ALAM Beat e Rose MC
Até 29/3. Terça a sábado, 9h às 21h. Domingos e feriados, 9h às 18h.

Teatro

» PINHEIROS
Como Todos os Atos Humanos 🐼
Com Fani Feldman
Dir.: Rui Ricardo Diaz
Libras: 20 e 21/2
Até 21/2. Quinta a sábado, 20h30. Exceto 14/2.

» POMPEIA
Hereditária AD 🐼
Idealização: Moira Braga Dir.: Pedro Sá Moraes
Até 27/2. Quarta a sexta, 19h30. Exceto 18/2. Quintas, 16h.

» SANTANA
O Retorno AD 🐼
Com Helena Ranaldi, Leonardo Medeiros e Pedro Waddington Dir.: José Roberto Jardim
Até 1/3. Sextas e sábados, 20h. Domingos, 18h. 16 e 17/2. Segunda e terça, 18h. 20, 26 e 27/2. Quinta e sextas, 15h.



Crianças

» BELENZINHO
POIN - Pequena Orquestra Interativa
SHOW
14/2 a 1/3. Sábados e domingos, 16h. 16 e 17/2. Segunda e terça, 16h.

» SANTANA
Grêmio Recreativo Carnavalesco
ESPETÁCULO Com Palhaça Rubra, Álvaro Lages e banda
14 e 15/2. Sábado e domingo, 16h30.

» CONSOLAÇÃO
Charanguinha do França
CORTEJO
15/2. Domingo, 15h30.

» INTERLAGOS
Folia Passarinheira
ESPETÁCULO Com Passarinheiros
16/2. Segunda, 11h.

» SANTO ANDRÉ
Maracatu Rural para Crianças
VIVÊNCIA Com Vagalume Brinquedos
16 e 28/2. Segunda, 12h. Sábado, 12h30.

Meio Ambiente

» GUARULHOS
Plante Uma Máscara
OFICINA Com Renato Renda
14 a 17/2. Sábado a terça, 14h e 15h.

Literatura

» PINHEIROS
Lendo a América Latina: “Cometerra”, de Dolores Reyes
ENCONTRO Mediação: Vinícius Barbosa
19/2. Quinta, 19h30.

Música

» AVENIDA PAULISTA
Bijoux Cone (EUA)
13/2. Sexta, 20h.

» ITAQUERA
ANNÁ Baila Brasileira - Clássicos do Axé 90
14/2. Sábado, 15h.

» VILA MARIANA
Viva o Frevo Orquestra 🐼
14 e 16/2. Sábado e segunda, 15h30.

Bloco Ritaleena
» CASA VERDE
14/2. Sábado, 16h.
» GUARULHOS
16/2. Segunda, 16h30.

» 14 BIS
14 Bis
14 e 15/2. Sábado e domingo, 18h.

» POMPEIA
Nei Lopes
14 e 15/2. Sábado e domingo, 18h30.

» SANTO AMARO
Arrastão Musical com Batuntã
15 e 17/2. Domingo e terça, 14h.

» IPIRANGA
Dead Fish
16 e 17/2. Segunda e terça, 18h.

» 24 DE MAIO
Leoni
19 e 20/2. Quinta e sexta, 20h.



Turismo Social

» REGISTRO
Rota do Chá: Tradição e Sabores em Registro
PASSEIO Inscrições até 20/2
Saiba mais em sescsp.org.br/registro
28/2. Sábado, 8h.

sesc verão

ESPORTE É MOVIMENTO

Até 15 de fevereiro
Saiba mais:
sescsp.org.br/
sescverao

» CAMPO LIMPO
Tênis de Mesa
AULA ABERTA Com Alexandre Hideki
13 e 15/2. Sexta, 14h15 às 20h30. Domingo, 12h15 às 18h30.

» CASA VERDE
Basquete 3x3
VIVÊNCIA Com Cristal Rocha
14/2. Sábado, 10h30 às 12h.

» BELENZINHO
Jogos e Brincadeiras Indígenas
VIVÊNCIA Com Thierry Maciel
14 a 17/2. Sábado a terça, 12h às 17h.

» IPIRANGA
Meu Novo Esporte: Ultimate Frisbee
VIVÊNCIA Com Prof. Hucke
15/2. Domingo, 16h às 18h.



Confira os horários de funcionamento das unidades durante o Carnaval em sescsp.org.br/feriados

TST
Acordo com quitação
geral impede gestante
de pedir indenização
em nova ação
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
Arbitragem
internacional
avança com
sentença eletrônica
E2

TJDF
Demora na emissão
de diploma gera
indenização
valor.globo.com/legislacao



Valor E
Sexta-feira, 13 de fevereiro de 2026

Legislação & Tributos SP

Empresarial Procuradorias apontaram que fabricante de artigos de luxo seria devedor contumaz

Justiça decreta falência do grupo Victor Hugo após cobrança frustrada de R\$ 1,2 bilhão de dívida fiscal

Beatriz Olivon
De Brasília

A Justiça do Rio de Janeiro declarou a falência do grupo Victor Hugo, fabricante de bolsas e artigos de luxo em couro, a pedido da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ). A dívida fiscal da empresa é de cerca de R\$ 1,2 bilhão.

Desse valor, seriam quase R\$ 900 milhões devidos para a União e R\$ 355 milhões para o Estado do Rio. Segundo as procuradorias, a atuação da fabricante se encaixa na condição de devedor contumaz. Isso porque usaria a “inadimplência deliberada” e a “blindagem patrimonial como estratégia de negócio”.

No pedido, as procuradorias estadual e federal apontaram um esquema sofisticado de evasão de ativos. Nele, a marca “Victor Hugo” teria sido cedida a empresas offshore, sediadas em paraísos fiscais (Uruguai e Belize) e geridas por laranjas, que seriam pessoas usadas para ocultar a identidade do real beneficiário.

Também foi apontada a transferência simulada de parques industriais e fundos de comércio entre as empresas do grupo para ocultação de patrimônio. Em dezembro de 2025, por exemplo, o grupo tentou transferir ativos nacionais para uma entidade controlada por capital estrangeiro.

Para a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Almeida, ao negligenciar o pagamento de tributos e encargos sociais, o gru-



Anelize Almeida: ao negligenciar o pagamento de tributos e encargos sociais, o grupo teve uma vantagem competitiva indevida

po teve uma vantagem competitiva indevida. “Uma marca que é sonho de consumo para muitas pessoas e, na verdade, tem por trás uma fraude fiscal estruturada grandiosa e deletéria para a ordem econômica”, afirma.

Na decisão, a juíza Priscila Fernandes Miranda Botelho da Ponte, da 1ª Vara Estadual da Justiça do Rio de Janeiro, considerou que a Fazenda se valeu das vias apropriadas para sa-

tisfazer seu crédito, usando todas as medidas cabíveis, sem êxito. “Impedir a administração fazendária de lançar mão do último instrumento juridicamente disponível para mitigar a vultosa lesão ao erário configura, simultaneamente, afronta às normas de concorrência, com reflexos na esfera privada, e, sobretudo, violação ao interesse público, em razão do elevado e reiterado prejuízo à arrecadação tributária”, diz (processo

nº 3065177-75.2025.8.19.0001).

Esse caso tem dezenas de tipologias de fraudes, segundo o procurador-geral do Estado do Rio, Renan Saad, citando a remessa para offshore e a mudança de CNPJ. Ainda de acordo com ele, a atuação das procuradorias tem duas partes: uma é buscar a recuperação do crédito tributário e outra é a própria defesa da ordem econômica e da concorrência.

A coordenadora do Núcleo de Insolvência da Procuradoria da Dívida Ativa da PGE-RJ, Roberta Barcia, lembra que esse mesmo grupo econômico foi declarado como fraudulento por decisão que transitou em julgado (da qual não cabe mais recurso). Esse ponto foi apresentado.

“Não foi escolhido qualquer devedor [para pedir a falência], era uma empresa com a qual não conseguíamos seguir adiante com nenhuma medida de constrição”, afirma Roberta. O pedido de falência incluiu o de manutenção da atividade empresarial, com administrador judicial e, posteriormente, venda antecipada para outro empresário.

Recentemente, a medida foi referendada por decisão da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que reconheceu a legitimidade das Fazendas Públicas de solicitarem falência de empresas devedoras, quando houver execução fiscal frustrada (Resp nº 2196073).

De acordo com Aurélio Longo Guerzoni, sócio do Guerzoni Advogados, contudo, o STJ não fixou parâmetros para definir o que configura uma execução fiscal frustrada. Por isso, diz ele, faz sentido o juízo falimentar investigar se há caracterização da ineficácia da cobrança seguindo a Lei Complementar nº 225, de 2026. A norma disciplina o devedor contumaz e exige inadimplência substancial, reiterada e injustificada de tributos.

Para Guerzoni, usando esses critérios, se o juiz não identificar histórico de regularização tributária nem indicação de que não se trata de devedor contumaz, o entendimento do STJ tende a am-

parar o pedido de falência.

Mesmo com a autorização pelo STJ, a procuradora-geral da Fazenda Nacional destaca que o pedido de falência seguirá sendo usado como um último recurso, algo excepcional. “Não queremos que o instrumento seja banalizado. Temos vários meios de pressão. Se escapam de todos esses, entramos no campo da fraude”, afirma.

Em conjunto com Estados e a partir da decisão do STJ, a PGFN tem estudado a regulamentação desses pedidos de falência, para orientar os procuradores. Segundo Anelize, o Conselho Nacional da Advocacia Pública Fiscal pode ser um foro para discutir diretrizes para o uso desse instrumento. No caso do Rio, diz Renan Saad, a ideia é usar o pedido de falência nas situações em que a empresa não consegue mais colaborar com a atividade econômica.

Segundo o coordenador nacional de insolvência da PGFN, Filipe Barros, a ideia de regulamentação veio após a decisão do STJ. “Temos a intenção de deixar claro porque será pedida em um caso e não em outro”, diz.

O **Valor** não conseguiu, até o fechamento da edição, encontrar representantes do grupo para comentar a decisão.

“Não conseguíamos seguir adiante com nenhuma medida de constrição”
Roberta Barcia

J&F derruba no Carf cobrança milionária de contribuição ao INSS

Beatriz Olivon
De Brasília

A J&F conseguiu no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) derrubar cobrança de contribuição previdenciária sobre valores pagos a empregados por “desempenho extraordinário”. A premiação passou a ser oferecida após acordo de leniência firmado com o Ministério Público Federal (MPF), período em que a empresa precisava negociar ativos, fazer o pagamento de valores pactuados e convencer o mercado de que seguia saudável. A decisão, por maioria de votos, é da 2ª Turma da 4ª Câmara da 2ª Seção do órgão. Cabe recurso.

A Receita Federal cobra contribuições previdenciárias referentes ao período de janeiro a dezembro de 2018, com multa e juros, no valor de R\$ 11,6 milhões. A autuação fiscal, citada na decisão do Carf, indica que a empresa remunerou empregados por meio de premiação, sem submeter esses valores à tributação. De acordo com a fiscalização, os pagamentos se deram por liberalidade, mas sem comprovação de “qualquer desempenho extraordinário” dos beneficiados.

Em um dos casos, a premiação correspondia a até 30 vezes a remuneração anual do empregado. Para a Receita, o pagamento foi uma forma disfarçada de re-

muneração, com o intuito de afastar a incidência das contribuições previdenciárias e do depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A premiação foi adotada após o acordo de leniência firmado em 2017, que obrigava, entre outros, o pagamento de multa de R\$ 10,3 bilhões. A empresa alegou que, para cumprir o acordo, foi obrigada a adotar medidas excepcionais, como a venda agressiva de ativos para garantir a sobrevivência da holding, controladora do frigorífico JBS.

Na defesa, a empresa alega que, “graças ao extremo empenho da equipe”, o programa de desinvestimento foi realizado com “notável êxito”, atingindo tanto o objetivo de alienar ativos rapidamente como de conseguir o valor de mercado. Para a J&F, os prêmios eram “plenamente justificáveis” por causa do engajamento dos seus funcionários em momento de crise da empresa.

De acordo com o processo, a J&F ressarciu autuações sofridas pelos colaboradores para pagamento de Imposto de Renda (IRPF), decorrentes das informações prestadas ao MPF. Em um dos casos, houve ressarcimento de R\$ 641,5 mil referente à cobrança de IRPF e o pagamento de R\$ 500 mil em decorrência de acordo com o Ministério Público. O valor teria sido recebido para indenizar multa paga pelo

funcionário para não ser preso.

No Carf, o relator, conselheiro Marcus Gaudenzi de Faria, considerou que, de acordo com a reforma trabalhista (Lei nº 13.467, de 2017), são considerados prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

O conselheiro distinguiu os prêmios da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) porque o segundo tipo de pagamento demanda pactuação, conhecimento do empregado e metas claras e objetivas a serem atingidas. Por isso, a Receita prevê quais requisitos o benefício deve cumprir para ser pago sem incidir contribuições previdenciárias.

“Analisando o caso concreto, não observo qualquer discordância no que tange à liberalidade do pagamento. E que este não decorre de um acordo de produtividade entre as partes”, afirma. A empresa alegou que a premiação ocorreu pela venda da participação da J&F na Vigor, Alpargatas e de 30% da participação na Eldorado.

“Ao realizarem as negociações apontadas, permitiram a retomada de fluxo de caixa pela empresa e, por tal desempenho, foram premiados”, afirmou.

Segundo o relator “uma série de atipicidades fora demonstrada no pagamento da premiação”, como a relação desproporcional com a remuneração, seja pela similaridade com multas devidas por empregados — mas sem demonstração no processo de direta vinculação a ato ilícito. O voto foi seguido por outros três conselheiros. Dois conselheiros ficaram vencidos.

Segundo Leandro Cabral, sócio do Vellozo Advogados, existem algumas decisões sobre prêmios. Em um delas, diz ele, havia remuneração por “ideias inovadoras”. Em julho de 2023, a 1ª Turma da 3ª Câmara da 2ª Seção decidiu que não integra o salário de contribuição os valores pagos aos segurados por ideias “consideradas boas e úteis”, relativas ao meio ambiente, processos industriais e de trabalho, entre outras. De acordo com os conselheiros, falta caráter contraprestacional, de tempo à disposição ou por não se referir aos casos de interrupção dos efeitos do contrato de trabalho (processo nº 15504.000491/2007-7).

O que acaba sendo relevante nesses casos, acrescenta o advogado, é a diferenciação com planos previamente definidos, como o PLR. “No prêmio, a condição dele é não existirem condições previamente estabelecidas. O que torna o pagamento eventual é não ter um ajuste prévio.” O advogado destaca que o rela-



“No prêmio, a condição é não existirem condições previamente estabelecidas”
Leandro Cabral

tor do caso da J&F considerou demonstrado o desempenho extraordinário porque a empresa precisava se capitalizar em pouco tempo, era público que não estava em um bom momento e, mesmo assim, conseguiu. “Para ser prêmio

tem que ser eventual, mas a análise é de cada caso concreto.”

Segundo o advogado Fábio Calciní, sócio do Brasil Salomão e Matthes Advocacia, o tema de prêmios até hoje desperta muita dúvida, inclusive por ser diferente do PLR. “Essa decisão é um importante exemplo de precedente do que é prêmio, deixa claro que é uma situação onde houve um esforço de uma equipe em uma situação fora das regras ordinárias”, afirma.

Procurada pelo **Valor**, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informou que não se manifestaria sobre o caso.

Arbitragem internacional avança com sentença eletrônica

Opinião Jurídica

Rodrigo Garcia da Fonseca

A partir de segunda-feira, dia 16, enquanto estaremos em pleno Carnaval no Brasil, a Comissão da Organização das Nações Unidas para o Direito do Comércio Internacional (Uncitral), conduzirá importantes discussões no seu Grupo de Trabalho II, sobre arbitragem internacional, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque. O encontro deverá finalizar as propostas para a adaptação da Lei Modelo de Arbitragem Internacional — e harmonização da legislação em vários países — no que diz respeito ao reconhecimento de sentenças arbitrais eletrônicas e à validade das notificações eletrônicas.

O tema pode parecer pouco relevante para o Brasil, já acostumado ao processo eletrônico judicial, às notificações eletrônicas de várias naturezas e às audiências remotas por videoconferência, tão usuais tanto no Judiciário do país como nas arbitragens conduzidas aqui, especialmente após a pandemia da covid-19. A verdade, no entanto, é que muitos outros países ainda estão um passo atrás, presos aos processos em papel. A mudança representa um passo significativo no avanço da arbitragem comercial

internacional.

Vários são os motivos que levam as empresas a optarem pela arbitragem como meio de solução dos litígios resultantes de seus contratos. Os mais citados costumam ser a celeridade, pois não há recurso contra a sentença arbitral; a especialidade, já que as partes podem escolher árbitros que conhecem a fundo a matéria objeto da disputa; a neutralidade, uma vez que é possível a escolha de árbitros de nacionalidades diferentes das partes, o que é especialmente válido em negócios internacionais; e a confidencialidade, que preserva a reputação dos envolvidos e facilita a continuidade das relações comerciais entre os contratantes.

Sem dúvida, outro fator extremamente relevante para a aceitação da arbitragem é a vigência da Convenção de Nova Iorque (de 1958) em quase todos os países do mundo, cujo regime torna o reconhecimento e a execução das sentenças arbitrais no exterior mais fácil do que a execução de uma sentença judicial.

No entanto, vários países, mesmo desenvolvidos, ainda impõem restrições ao reconhecimento de sentenças arbitrais eletrônicas, exigindo vias físicas e autenticações de carimbos e selos tão típicos do século passado. O objetivo do Grupo de Trabalho II da Uncitral é aprovar regras para o princípio da não discriminação, ou seja, nenhum país deve dificultar o reconhecimento de uma sentença arbitral pelo simples fato de ela ser originalmente eletrônica, e não em papel. O mesmo princípio de não discriminação também deve se aplicar à validade das notificações eletrônicas, desde que garantidos padrões mínimos de segurança em relação à efetivação da notificação e ciência do notificado.

Nesse contexto, a aceitação internacional das sentenças arbitrais eletrônicas é extremamente relevante para o Brasil. Como todas as sentenças de casos sediados no Brasil são hoje eletrônicas, isso significa um obstáculo a menos para o reconhecimento e a execução dessas sentenças no exterior, reforçando a segurança da escolha do Brasil como sede de arbitragens comerciais.

Os Grupos de Trabalho da Uncitral são compostos por países-membros das Nações Unidas eleitos periodicamente, podendo ainda participar das reuniões outros países-membros como observadores. O Brasil é membro titular do Grupo de Trabalho II, eleito até 2028, sendo representado pela competente equipe jurídica do

Itamaraty. Participam ainda das reuniões as instituições observadoras credenciadas, como instituições arbitrais e outras entidades do setor.

O Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), primeira entidade não governamental brasileira a ser aceita como observadora do Grupo de Trabalho II da Uncitral, participa desde 2025 e estará presente à reunião que começa na segunda-feira. O Centro será acompanhado agora em Nova Iorque também pelo Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr), reforçando a presença da comunidade arbitral brasileira.

O Brasil já é o país da América Latina com o maior mercado de arbitragens. Pesquisa recente da professora Selma Lemes indicou que, em 2024, as oito principais câmaras de arbitragem atuando no Brasil tinham cerca de 1,2 mil casos em andamento e os casos iniciados naquele ano somavam R\$ 76 bilhões. Em um momento de incerteza no cenário internacional, ou de ruptura, como se referiu recentemente o primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney, em seu poderoso discurso no Fórum Econômico de Davos neste ano, é mais importante do que nunca a inserção do Brasil no mundo, aumentando o comércio e o intercâmbio com novos mercados.

A maturidade das instituições arbitrais locais, a qualidade dos nossos profissionais e o prestígio do Brasil como sede de arbitragens têm importante papel a cumprir na segurança jurídica essencial ao comércio internacional. A nova regulamentação da Uncitral sobre notificações eletrônicas e sentenças arbitrais eletrônicas é muito bem-vinda e significa importante avanço.

O próximo projeto do Grupo de Trabalho II da Uncitral, sobre inteligência artificial, terá o seu pontapé inicial também em Nova Iorque, na semana que vem. Quais os impactos do uso da IA nos processos de arbitragem? Quais os limites e proteções para esse uso? Seria recomendável algum novo instrumento legal para regular essa matéria tão nova? Não há respostas fáceis, e essa nova discussão promete ir longe. E o Brasil seguirá presente na mesa.

Rodrigo Garcia da Fonseca é presidente do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC)

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

OPEA SECURITIZADORA S.A.
CNPJ nº 02.773.542/0001-22 - na qualidade de sucessora legal por incorporação de acervo cindido da True Securitizadora S.A., CNPJ nº 12.130.744/0001-00

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 205ª EMISSÃO (IF 23H167023) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE MARÇO DE 2026 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 205ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **05 de março de 2026, às 11:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de março de 2026, às 11:10 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opesa.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br, msf@vortex.com.br e agente.fiduciario@vortex.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 205ª Emissão – (IF 23H167023)) a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto, os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br, msf@vortex.com.br e agente.fiduciario@vortex.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opesa.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2026

OPEA SECURITIZADORA S.A., Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.
CNPJ nº 02.773.542/0001-22 - na qualidade de sucessora legal por incorporação de acervo cindido da True Securitizadora S.A., CNPJ nº 12.130.744/0001-00

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 110ª E 111ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 17I0904616; 17I0904617) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE MARÇO DE 2026 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 110ª e 111ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **05 de março de 2026, às 11:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de março de 2026, às 11:10 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opesa.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br, msf@vortex.com.br e agente.fiduciario@vortex.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 110ª e 111ª Séries da 1ª Emissão – (IF 17I0904616; 17I0904617)) a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto, os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e msf@vortex.com.br e agente.fiduciario@vortex.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opesa.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2026

OPEA SECURITIZADORA S.A., Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.
CNPJ nº 02.773.542/0001-22 - na qualidade de sucessora legal por incorporação de acervo cindido da True Securitizadora S.A., CNPJ nº 12.130.744/0001-00

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES DA 155ª EMISSÃO (IF 23D0888625; 23D0888626; 23D0894030) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE MARÇO DE 2026 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª, 2ª e 3ª Séries da 155ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **05 de março de 2026, às 11:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de março de 2026, às 11:10 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opesa.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br, msf@vortex.com.br e agente.fiduciario@vortex.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª, 2ª e 3ª Séries da 155ª Emissão – (IF 23D0888625; 23D0888626; 23D0894030)) a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto, os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e msf@vortex.com.br e agente.fiduciario@vortex.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opesa.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2026

OPEA SECURITIZADORA S.A., Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.
CNPJ nº 02.773.542/0001-22 na qualidade de sucessora legal por incorporação de acervo cindido da True Securitizadora S.A., CNPJ nº 12.130.744/0001-00

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 330ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20K0777893) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE MARÇO DE 2026 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 330ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **05 de março de 2026, às 10:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de março de 2026, às 10:30 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opesa.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br, msf@vortex.com.br e agente.fiduciario@vortex.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 330ª Série da 1ª Emissão – (IF 20K0777893)) a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto, os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br, msf@vortex.com.br e agente.fiduciario@vortex.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opesa.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2026

OPEA SECURITIZADORA S.A. - Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.
CNPJ nº 02.773.542/0001-22 - na qualidade de sucessora legal por incorporação de acervo cindido da True Securitizadora S.A., CNPJ nº 12.130.744/0001-00

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 83ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 16I0152594) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE MARÇO DE 2026 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 83ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **05 de março de 2026, às 10:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de março de 2026, às 10:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opesa.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br, msf@vortex.com.br e agente.fiduciario@vortex.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 83ª Série da 1ª Emissão – (IF 16I0152594)) a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto, os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e msf@vortex.com.br e agente.fiduciario@vortex.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opesa.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2026

OPEA SECURITIZADORA S.A., Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.
CNPJ nº 02.773.542/0001-22 - na qualidade de sucessora legal por incorporação de acervo cindido da True Securitizadora S.A., CNPJ nº 12.130.744/0001-00

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 332ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 180566715) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE MARÇO DE 2026 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 332ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **05 de março de 2026, às 10:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de março de 2026, às 10:40 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opesa.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br, msf@vortex.com.br e agente.fiduciario@vortex.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 332ª Série da 1ª Emissão – (IF 180566715)) a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em

BBD Participações S.A.

CNPJ nº 07.838.611/0001-52 – NIRE 35.300.335.295

Assembleia Geral Extraordinária de 23.2.2026

Edital de Convocação

Convidamos os acionistas desta Sociedade a reunirem-se em **Assembleia Geral Extraordinária, no dia 23 de fevereiro de 2026, às 11h**, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, a fim de examinar, discutir e votar propostas do Conselho de Administração para: 1) aprovar a criação de nova classe de ações ordinárias, denominadas Ações Ordinárias Classe B (ONB), todas nominativas escriturais e sem valor nominal, que conferirão aos seus titulares os direitos e vantagens previstos em lei e no Estatuto Social e que poderão ser convertidas em ações preferenciais PN e/ou PNB, com a consequente alteração do disposto nos artigos 6º, 7º, 10, 13 e 19 do Estatuto Social; 2) aprovar a conversão de 20.000.000 (vinte milhões) de ações ordinárias (ON), mantidas em tesouraria, em 20.000.000 (vinte milhões) de ações ordinárias classe B (ONB); todas nominativas escriturais, sem valor nominal, e quais serão mantidas em tesouraria, para posterior cancelamento ou alienação; 3) aprovar a alteração do “caput” do Artigo 6º do Estatuto Social, em decorrência do aumento de capital homologado em Reunião do Conselho de Administração de 26.1.2026, bem como da aprovação das matérias previstas nos itens “1” e “2” acima; 4) alterar o Artigo 7º, no inciso “1”, do Estatuto Social para atualizar a lista de cargos não estatutários ali prevista; 5) reformular o artigo 9º do Estatuto Social para admitir a permanência como acionista do funcionário que deixar de cumprir os requisitos do artigo 7º, enquanto permanecer como funcionário da Organização Bradesco; 6) alterar o Parágrafo Primeiro do Artigo 13 do Estatuto Social, a fim de modificar a forma de cálculo do preço de alienação das ações; 7) alterar o Artigo 19 do Estatuto Social a fim de adiantar os períodos de pagamento no caso de alienação de ações; 8) alterar o Artigo 34 do Estatuto Social com a finalidade de contemplar a previsão de quórum qualificado para a criação de novas classes de ações ordinárias e preferenciais ou a alteração nas classes de ações ordinárias e preferenciais existentes; 9) aprovar a proposta de um Conselho de Administração para reformulação parcial do Estatuto Social, em decorrência das alterações previstas nos itens “1” a “8” acima. Osasco, SP, 10 de fevereiro de 2026. a) Luiz Carlos Trabuco Cappi - *Presidente do Conselho de Administração*.

CAIXA Holding XS1 S.A.

CNPJ/ME 38.122.269/0001-13 - NIRE 35.3.0059364-2

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 24 de Julho de 2025

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 24/07/2025, na sede social da **Holding XS1 S.A.** (“Companhia”), na Cidade de SP/SP, na Avenida Dr. Churci Zaidan, nº 246, Edifício Riverview Corporate, 23º andar, Vila Cordeiro, SP/SP, CEP 04583-110 e, também, por videoconferência, iniciada às 10h30. **2. Convocação:** O aviso de convocação foi enviado por e-mail, pela Holding XS1 S.A. (“Companhia”), à 21/07/2025, à **Presidência**: Sr. Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho, Sr. Thomas Behar e Sr. Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos, Sr. Sabá Cordeiro de Monteiro Chagas Filha e Oliveira (via Zoom), Sr. Leandro Bortolazzo Pedron e Sr. Marco Aurelio Santana Ribeiro (via Zoom), Sr. Alexandre de Almeida, Sr. Vitor de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos, Sr. Maria-Aude Thépaut (via Zoom), Sr. Maximiliano Alejandro Villanueva (via Zoom), Sr. Gustavo Sampaio Valverde, Sr. Sonia de Demandas (via Zoom), Sr. Carlos Antonio Vieira Fernandes (via Zoom), Sr. Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos, Sr. Sabá Cordeiro de Monteiro Chagas Filha e Oliveira (via Zoom), Sr. Leandro Bortolazzo Pedron e Sr. Marco Aurelio Santana Ribeiro (via Zoom), Sr. Alexandre de Almeida, Sr. Vitor de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos, Sr. Maria-Aude Thépaut, para representá-la. Restou verificado, portanto, o quórum de aprovação necessário para as deliberações propostas.

4. Convidados: Sr. Benjamin Sacksteder (Diretor Presidente), Sr. Rodrigo Costantino (Diretor de Tecnologia e Operações), Sr. Rafael Conessa (Diretor Comercial e Financeiro), Sr. Gabriela Feres (Diretora Técnica e de Produtos), Sr. Daniela Bertola (Diretora de Controles e Internos), Sr. Alessandra Rodrigues de Almeida (Superintendente de Estratégia, Processos e Sustentabilidade), Sr. Raul Quaresma de Lima (Gerente de Governança e Societário), Sr. Luciana Medeiros Alves (Superintendente Jurídico e Governança Corporativa), Sr. Fernanda Sora da Motta Ribeiro (Governança CAIXA Seguridade), Sr. Vitor de Araújo Cardoso (Governança CNP Latam) e Sr. Benoit Piveteau (Governança CNP Latam). **5. Mesa:** Sr. Thomas Behar, como Presidente e Sr. Rafael Quaresma de Lima, Secretária designada. **6. Ordem do Dia:** (i) deliberar sobre a eleição de membro do Comitê de Investimentos; **7. Deliberação:** analisar os assuntos em pauta e, em seguida, deliberar sobre o conteúdo do aviso de convocação, que ficam arquivados na sede da Companhia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram sobre o tema conforme segue: **(i) deliberar sobre a eleição de membro do Comitê de Investimentos:** O Conselho de Administração decidiu, por unanimidade de votos e sem restrições, aprovar a eleição do Sr. **Leonardo de Lima Moreira**, brasileiro, economista, inscrito no CPF nº 177.029.591-05, inscrito no CPF/MF sob o nº 701.517.921-00, residente e domiciliado na Cidade de Brasília/DF, com endereço comercial no Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco E, 3º andar, São Paulo, CEP 70.070-030, para exercer o cargo de membro do Comitê de Investimentos, com prazo de mandato unificado aos demais membros, até 27/12/2027, em substituição ao Sr. Munlo Vaz Gonçalves, permitida a reeleição, nos termos da PDCA nº 02/2025. O membro do Comitê de Investimentos tomará posse em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse em livro próprio e declara sob as penas da lei e nos termos do Artigo 147 da Lei das S.A., não estar impedido por lei especial, nem estar condenado ou sob os efeitos de condenação a pena que deve, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, a fé pública ou a propriedade; bem como cumprir todos os demais requisitos dispostos no Artigo 147 da Lei das S.A. Em face de todo o exposto, a composição do Comitê de Investimentos passa a ser a seguinte:

Membro	Mandato	Indicação
Maximiliano Alejandro Villanueva	27.12.2024 a 27.12.2027	CNP Assurances
Jean Philippe Medecin	27.12.2024 a 27.12.2027	CNP Assurances
Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos (Presidente)	27.12.2024 a 27.12.2027	Caixa Seguridade
Leonardo de Lima Moreira	24.07.2025 a 27.12.2027	Caixa Seguridade

Os diretores da Companhia estão autorizados a praticar os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas neste ato. **(ii) Assuntos Gerais:** Sr. Thomas Behar, anunciou que a Companhia está prestes a celebrar o 8º aniversário do Conselho de Administração em Bordeaux, França, no dia 8 de setembro. Aproveitou a ocasião para prestar homenagem à trajetória do Sr. Benjamin Sacksteder, na qualidade de Diretor Presidente da Companhia, destacando sua liderança na consolidação da Caixa Vida e Previdência como uma das principais empresas do setor no Brasil, atualmente ocupando o terceiro lugar no ranking nacional. Em nome de todo o Conselho, expressou reconhecimento pela atuação ética, estratégica e integrada do Sr. Benjamin Sacksteder junto às equipes e acionistas. Nada mais havendo a tratar e verificado o quórum necessário para instalação da referida reunião, a ato foi lavrada na forma de sumário por mim, Rafael Quaresma de Lima, designada para secretariá-la, que, achada conforme, foi aprovada por todos os Conselheiros, que a subscrevem. São Paulo, 24/07/2025. **Mesa:** Thomas Behar - Presidente da Mesa e Presidente do Conselho de Administração; Rafael Quaresma de Lima - Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 5,613/26-7 em 15/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Informações que impulsionam decisões. Acesse valor.globo.com

CAIXA Holding XS1 S.A.

CNPJ/ME 38.122.269/0001-13 - NIRE 35.3.0059364-2

Ata da Reunião do Comitê Executivo - Versão Sumária

1. Data, Hora e Local: Realizada em 27/11/2025, às 10h, na sede da Companhia, localizada na Avenida Doutor Churci Zaidan, nº 246, 23º andar, Edifício Riverview Corporate, Vila Cordeiro, CEP 04583-110. **2. Participantes:** Jean-Christophe Yves Hamery, Gabriela Nogueira Feres e Rafael Domingues Conessa. Secretária da Reunião: Raquel Quaresma de Lima. **3. Deliberações:** 3.1. **Declaração de distribuição de dividendos intercalares referentes ao 3º Trimestre de 2025:** O Comitê Executivo, em conformidade com o Plano Anual de Distribuição de Dividendos, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 31/03/2025, após a avaliação dos requisitos legais, estatutários, regulatórios e contratuais, declarou o pagamento de dividendos no montante de **RS 629.326.416,32**, a ser distribuído aos seus acionistas, conforme a seguir:

Empresa	Acionista	Qtde. Ações	% Participação	Dividendos	Total Bruto	Dividendos Propostos	Antecipação	Dividendos Propostos
XS1 Holding (D090)	CNP Assurances	244.898	6,186936%	38.936.025,37	38.936.025,37	38.936.025,37		38.936.025,37
XS1 Holding (D090)	Caixa Seguridade	3.374.985	60,000005%	377.595.881,59	377.595.881,59	377.595.881,59		377.595.881,59
XS1 Holding (O090)	CNP Holding	4.826	0,121921%	767.279,68	767.279,68	767.279,68		767.279,68
XS1 Holding (D090)	CNP Participações	1.333.599	33,691138%	212.027.229,68	212.027.229,68	212.027.229,68		212.027.229,68
		3.958.308	100,0000%	629.326.416,32	629.326.416,32	629.326.416,32	-	629.326.416,32
Lucro Líquido do Período						662.448.859,28		
Lucro Líquido do Período após Reserva Legal (95% do LL)						629.326.416,32		
Percentual-Base de Distribuição do Lucro Líquido Ajustado						100%		

A recomendação de se fazer essa distribuição foi baseada nos seguintes aspectos: Não foram identificados desenquadramentos nas legislações e políticas internas analisadas, tampouco foram ultrapassados limites da Declaração de Appetite à Risco. Além disso, não foram observadas alterações significativas no Perfil de Risco da Companhia, em termos de solvência e liquidez, havendo ativos com liquidez imediata para pagamento de dividendos. Dessa modo, onde se leia “a consequente distribuição de dividendos intermediários, no montante de RS 105.000.000,00” passará a ser “a consequente distribuição de dividendos intermediários, no montante de RS 25.000.000,00”. A presente publicação se trata de informação resumida e não deve ser considerada isoladamente para tomada de decisão. A íntegra está disponível em: CVM (www.cvm.gov.br), B3 (www.b3.com.br), Jornal Valor Econômico (https://valor.globo.com/valor-riotas-e-comunicados/) e da Companhia (www.ri.cpfil.com.br). **JUCESP** nº 5.329/26-7 em 14/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Ourinvest Participações S.A.

CNPJ nº 65.392.771/0001-17 - NIRE 35300130006

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29.10.2025
Data, Hora, Local: 29.10.2025, às 14h, na sede social, na Av. São Paulo, 1.728, 1º andar, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa: Presidente:** George Meisel; **Secretário:** Daniel Oviada Assine. **Deliberações Aprovadas:** 1. Os pedidos de renúncia ao cargo de Diretores, apresentados pelos Srs. **Bruce Thomas Philips** e **Ralph Eira Bigio**, os acionistas consignaram seus votos de agradecimento pelos serviços prestados pelos Srs. Bruce e Ralph; 2. A eleição dos membros abaixo qualificados para compor a Diretoria da Ourinvest Participações S.A. para o mandato que se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que se realizará no ano de 2026, a saber: • **Charles Assine**, brasileiro, administrador de empresas, casado, RG nº 35.741.788-4 SSP/SP, CPF nº 335.413.808-45; • **Daniel Oviada Assine**, brasileiro, administrador de empresas, casado, RG nº 35.741.789-8 SSP/SP, CPF nº 370.203.578-81, ambos residentes e domiciliados em São Paulo/SP; Os diretores eleitos apresentaram a declaração de que não estão impedidos, por lei especial, de exercerem as atividades mercantis. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 29.10.2025. Acionistas: Charles Assine, Daniel Oviada Assine, David Assine, George Meisel e Rodolfo Schwarz. George Meisel - Presidente, Daniel Oviada Assine - Secretário. **JUCESP** nº 16.132/26-9 em 02.02.2026, Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00977585042026

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90031/2026.
Nº Processo: 024.00151718/2025-42.
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamento.
Total de Itens Licitados: 10 (dez) itens.
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 13/02/2026.
Horário: Das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pnccp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 13/02/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/03/2026 às 10h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

O principal veículo de economia e negócios do Brasil.

Let's Rent a Car S/A

CNPJ/MF nº 00.873.894/0001-24

NIRE 35.300.456.319

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 6ª

(Sexta) Emissão de Debêntures Simples, em Série

Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública sob o Rito Automático da Let's Rent a Car S.A., Realizada em 22 de Dezembro de 2025

Cartório - JUCESP 47.222/26-8 em 10/02/2026.

Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Energia dos Ventos IV S.A.

CNPJ/ME 15.320.903/0001-27 - NIRE 35.300.475.356

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 20 de Janeiro de 2026
Aos 20/01/2026, às 15h, de forma exclusivamente digital, **Presença:** a presença remota de acionistas representando 100% capital social votante da Companhia. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho, que convidou o Sr. Enio Luigi Nucchi para secretariá-lo. **Deliberações:** (i.) da Cláusula Décima Quarta, Parágrafo Quarto do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0778.1, celebrado com o BNDES em 11/02/2016, e nos termos de seu Aditivo nº 3, celebrado em 12/12/2016; (ii.) da Cláusula Décima, inciso XIX do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 19.2.0598.1, celebrado com o BNDES em 11/02/2019; assim como nos termos (iii.) do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos da acionista **Windepar Holding S.A.**; e ainda, nos termos do (iv.) inciso VI, da Cláusula Terceira, do Contrato de Penhor de Ações nº 15.2.0778.2, celebrado em 12/12/2016, tudo nos termos que seguem: A redução do capital social da Companhia, do montante exato de RS 9.952.929,58, constituído no capital excessivo apurado em 31/12/2025, na forma do disposto no artigo 173 da Lei 6.404/76, passando o Capital Social de RS 76.668.896,36 para RS 70.715.966,78, sem que tal redução afete a quantidade de ações emitidas anteriormente, que permanecem em quantidade total de 95.942.065 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; A expressão declaração de que a presente redução de capital social é feita exclusivamente para viabilizar a transferência de recursos para as contas do Projeto, objetivando fazer frente e cumprir as obrigações assumidas com os Debenturistas da acionista **Windepar Holding S.A.**; A expressão declaração da acionista **AF Energia S.A.** de renúncia de todo e qualquer direito, ação ou reclamação em razão dos reflexos da redução do capital social sobre o valor das ações da Companhia, para nada reclamar, a qualquer título e tempo, contra a Companhia ou contra a **Windepar**; A expressão determinação à Diretoria de remessa do Valor da Redução, para a Conta Corrente nº 29.419-8, da Agência 8541, do Banco Itaú, de titularidade da acionista **Windepar Holding S.A.**, nos seguintes termos: (a) em 31/06/2026 do importe de RS 2.985.104,96, destinado à amortização de debêntures com vencimento em 15/12/2026 e (b) em 14/12/2026, do importe de RS 2.967.824,82, destinados à amortização de debêntures com vencimento em 15/12/2026, ficando tais valores vinculados expressamente ao pagamento dos debenturistas, observados os valores e vencimentos acima descritos constantes do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, Esforços Restritos, da acionista **Windepar Holding S.A.**; A determinação à Diretoria para que envie a Carta ao BNDES, no prazo de 10 dias, contados da data desta Assembleia, apresentando a informação de sua ocorrência e comprovando a existência das condições contratuais constantes da Cláusula Décima Quarta, Parágrafo Quarto do Contrato de Financiamento nº 15.2.0778.1, da Cláusula Décima, inciso XIX do Contrato de Financiamento nº 19.2.0598.1, bem como do Contrato de Penhor de Ações celebrado em 12/12/2016; A determinação à Diretoria para que promova a publicação da presente Ata no Jornal Valor Econômico eleito para as publicações da Companhia, de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet, nos termos do que dispõe o artigo 289 da Lei 6.404/76; A publicação de informação relevante aos Debenturistas da **Windepar Holding S.A.**, nos canais de publicação já eleitos pela Companhia e/ou pela acionista, e na sua página na Internet e demais canais de comunicação previamente eleitos com os Debenturistas; e Assim, em razão da aprovação da redução do Capital Social, fica alterado o Artigo 4º do Estatuto Social, que passa a ter a seguinte redação: “Artigo 4º. O capital social subscrito e integralizado é de RS 70.715.966,78 representado por 95.942.065 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo facultado aos acionistas a criação e emissão de ações preferenciais.” **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, São Paulo, 20/01/2026. **Mesa: Marcelo Tosto de O. Carvalho** - Presidente; **Enio Luigi Nucchi** - Secretário.

BBD Participações S.A.

CNPJ nº 07.838.611/0001-52 – NIRE 35.300.335.295

Assembleia Especial dos Titulares de Ações Preferenciais Classe B (PNB) de 20.2.2026

Edital de Convocação

Convidamos os acionistas titulares de **Ações Preferenciais Classe B (PNB)** desta Sociedade, a reunirem-se em **Assembleia Especial** a ser realizada no **dia 20 de fevereiro de 2026, às 10h**, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, a fim de examinar, discutir e votar proposta do Conselho de Administração para aprovar (i) a criação de nova classe de ações ordinárias, denominada Ações Ordinárias Classe B (ONB), todas nominativas-escriturais e sem valor nominal, que conferirão aos seus titulares os direitos e vantagens previstos em lei e no Estatuto Social e que poderão ser convertidas em ações preferenciais PN e/ou PNB; e (ii) as alterações estatutárias e as conversões de ações constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 23 de fevereiro de 2026. Osasco, SP, 10 de fevereiro de 2026. Luiz Carlos Trabuco Cappi - *Presidente do Conselho de Administração*.

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22 - na qualidade de sucessora legal por

incorporação de acervo cindido da True Securitizadora S.A. CNPJ nº 12.130.744/0001-00

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCACÃO

ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 355ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21E0407330) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCACÃO E EM 16 DE MARÇO DE 2026 EM SEGUNDA CONVOCACÃO
Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 355ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (“Assembleia”), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **05 de março de 2026, às 10:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de março de 2026, às 10:50 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para dasssembleias@opea.com.br, agente.fiduciario@vortex.com.br e mst@vortex.com.br identificando no título de e-mail a operação (CRI 355ª Série da 1ª Emissão – (IF 21E0407330) a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definido), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, consideram-se “Documentos de Representação” **a) participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identificação do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos dasssembleias@opea.com.br e mst@vortex.com.br e agente.fiduciario@vortex.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2026

OPEA SECURITIZADORA S.A. - Nome: Flávia Palacios Mendonça Ballune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

CAIXA Vida e Previdência

1. Data, Hora e Local: Realizada em 27/11/2025, às 10h, na sede da Companhia, localizada na Avenida Doutor Churci Zaidan, nº 246, 23º andar, Edifício Riverview Corporate, Vila Cordeiro, CEP 04583-110. **2. Participantes:** Jean-Christophe Yves Hamery, Gabriela Nogueira Feres e Rafael Domingues Conessa. Secretária da Reunião: Raquel Quaresma de Lima. **3. Deliberações:** 3.1. **Declaração da distribuição de dividendos intercalares referentes ao 3º Trimestre de 2025:** O Comitê Executivo, em conformidade com o Plano Anual de Distribuição de Dividendos, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 31/03/2025, após a avaliação dos requisitos legais, estatutários, regulatórios e contratuais, declara o pagamento de dividendos no montante de **RS 630.076.716,42**, a ser distribuído a sua única acionista, a Holding XS1 S.A., conforme a seguir:

Empresa	Acionista	Qtde. Ações	% Participação	Dividendos	Total Bruto	Dividendos propostos	Antecipação	Dividendos propostos
Caixa Vida e Previdência (C010)	XS1 Holding	1.314.494.988	100,000000%	630.076.716,42	630.076.716,42	630.076.716,42		630.076.716,42
Lucro Líquido do Período						663.238.648,86		
Lucro Líquido do Período após Reserva Legal (95% do LL)						630.076.716,42		
Percentual Base de Distribuição do Lucro Líquido Ajustado						100%		

A recomendação de se fazer essa distribuição foi baseada nos seguintes aspectos: Não foram identificados desenquadramentos nas legislações e políticas internas analisadas, tampouco foram ultrapassados limites da Declaração de Appetite à Risco. Além disso, não foram observadas alterações significativas no Perfil de Risco da Companhia, em termos de solvência e liquidez, havendo ativos com liquidez imediata para pagamento de dividendos. Dessa modo, onde se leia “a consequente distribuição de dividendos intermediários, no montante de RS 105.000.000,00” passará a ser “a consequente distribuição de dividendos intermediários, no montante de RS 25.000.000,00”. A presente publicação se trata de informação resumida e não deve ser considerada isoladamente para tomada de decisão. A íntegra está disponível em: CVM (www.cvm.gov.br), B3 (www.b3.com.br), Jornal Valor Econômico (https://valor.globo.com/valor-riotas-e-comunicados/) e da Companhia (www.ri.cpfil.com.br). **JUCESP** nº 5.329/26-7 em 14/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Bradesco Gestão de Saúde S.A.

CNPJ nº 41.774.199/0001-92 – NIRE 35.300.567.714

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.10.2025

Data, Hora, Local: Em 31.10.2025, às 16h, na sede social, Avenida Paulista, 1.450, 10º andar, Torre Paulista, Secretária Geral, Parte, Bela Vista, Estado de São Paulo, CEP 01310-917. **Mesa:** Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz. **Quórum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Edital de Convocação:** Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Deliberações:** 1) aprovada a absorção de parcel

